

---

**APONTAMENTOS JURIDICOS**

**SOBRE**

**CONTRACTOS**

**POR**

**JOAQUIM JOSÉ PEREIRA DA SILVA RAMOS**

Doutor em Direito, Advogado provisionado pela Relação da Corte, e  
autor de diversas obras de jurisprudencia, etc., etc.

**RIO DE JANEIRO**

À VENDA EM CASA DOS EDITORES-PROPRIETÁRIOS

**EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT**

68, Rua do Ouvidor, 68

—  
1868

## **APONTAMENTOS JURIDICOS**

### **SOBRE**

### **CONTRACTOS**

---

#### **TITULO I.**

#### **DOS CONTRACTOS EM GERAL.**

#### **CAPITULO I**

#### **Observações geraes.**

##### *§ 1.º — Definição de contracto.*

1. *Contracto* é uma convenção pela qual duas ou mais pessoas *promettem* e se *obrigão* a dar, fazer ou não fazer alguma coisa<sup>1</sup>.

2. Diz-se *promettem* e se *obrigão*, porque só as promessas feitas com intenção de nos obrigar é que formão um contracto<sup>2</sup>.

3. Haverá pois *contracto*, quando duas ou mais pessoas convencionarem entre si alguma obrigação, ou obrigações reciprocas, a que correspondem *direitos creditorios*, tua modificação de taes obrigações<sup>3</sup>.

4. A qualidade característica, que distingue os contractos dos outros actos judiciais, consiste no concurso simultaneo da promessa de um e aceitação do outro, ou no consentimento reciproco; e por isso a

---

<sup>1</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1101; Foth. Trat. das Obrig. part. 1ª cap. 1º nº 3; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 733.

<sup>2</sup> Poth. *ibidem*.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Esboço do Cod. Civ. art. 1830.

promessa sem aceitação não é contracto, nem produz obrigação, porque a ninguém compete o direito correspondente<sup>1</sup>.

5. Se convencionarem entre si a extinção das obrigações, ou obrigações a que não correspondem *direitos creditorios*, mas que podem ser judicialmente demandadas, haverá *uma convenção juridica*, porém convenção que não é contracto<sup>2</sup>.

6. Se convencionarem obrigações que não podem ser judicialmente demandadas, ou factos que não produzem obrigação, ha *uma convenção*, porém convenção que tambem não é contracto<sup>3</sup>.

### § 2.º — Sua classificação.

7. Os contractos costumão classificar-se em diferentes especies. São *bilateraes* ou *synallagmaticos*, quando produzem direitos e obrigações de ambas as partes; e *unilateraes*, se produzem direito a uma parte, e obrigação a outra<sup>4</sup>.

8. Chamão-se *gratuitos* ou *beneficos*, aquelles de que sómente uma das partes tira utilidade, v. g., o deposito, a doação, o commodato; e *onerosos*, aquelles em que ambas as partes reciprocamente se propõem tirar vantagens<sup>5</sup>.

9. Os *onerosos* subdividem-se em *commutativos* e *aleatorios*. Dizem-se *commutativos*, aquelles em que se deixa ou dá uma coisa por outra<sup>6</sup>, v. g., a troca, a compra e venda; e *aleatorios*, aquelles em que as prestações consistem em um lucro, ou perda incerta, como as apostas, os contractos de seguro<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> L. 1 § 1 de *pollicit*; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 733.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. Esboço do Cod. Civ. art 1831.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1832.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. 734; Dig. Port. tom. 1º arts. 217 e 218.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 733

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*; Consolid. das Leis Civ. art. 350

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 734

10. Ainda se classifcação em *principaes*, aquelles que subsistem de per si, independentemente de outra convenção; e *accessorios*, aquelles que se ajuntão a outros, ordinariamente para maior segurança, como a fiança, o penhor<sup>1</sup>.

11. Os contractos synallagmaticos ainda se podem subdividir em *perfeitos*, quando deites resulta para ambas as partes acção immediata e principal (*directa*), como na compra e venda; e *imperfeitos*, nos quaes a acção de uma das partes resulta por incidente *ex pod facto* (*contraria*), v. g., no commodato em que o commodante tem acção directa para pedir a coisa emprestada, e o commodatario a contraria para pedir indemnisação<sup>2</sup>.

12. Diz-se contracto *consensual*, o que se forma pelo simples consentimento das partes, e que não carece, para aperfeiçoar-se, de ser seguido da tradição da coisa objecto do contracto<sup>3</sup>.

13. Chama-se contracto *real*, aquelle para cuja formação não basta o consentimento das partes, sendo necessario que intervenha, além delle, uma coisa, tal como o contracto de emprestimo, de penhor ou empenho, do deposito, etc.<sup>4</sup>.

14. *Fraudulento* se diz o contracto que é effeito do dolo praticado por uma das partes contractantes para com a outra, e de maquinações taes que, se a parte as conhecesse, não contractaria: quando ambas as partes se conloião em fraude de direito de terceiro: quando é celebrado em fraude de disposição da lei<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 511.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 511.

<sup>5</sup> Ferr. Borg. Dicc. Jurid. Com. verb. *Contracto*.

15. Contracto *illicito* é aquelle que é feito por uma causa expressa ou tacitamente prohibida pela lei; por uma causa contraria aos bons costumes, ou á ordem publica<sup>1</sup>.

16. Chamão-se *simulados* os contractos em que as partes convencionarem com malicia o que realmente não queirão convencionar, ou seja para prejudicarem a terceiros, ou para defraudarem o pagamento de impostos e disposições de qualquer lei<sup>2</sup>.

17. No *Esboço* do Codigo Civil são os contractos divididos em *nominados* e *innominados*<sup>3</sup>.

18. Diz-se tambem no mesmo *Esboço* que os contractos são *consensuaes* ou *reaes*; que entrão na classe dos contractos *reaes* o *mutuo*, o *commodato*, o contracto de *deposito*, e os constitutivos de *penhor*, e de *antichrese*; e que todos os mais entrão na classe dos *contractos consensuaes*<sup>4</sup>.

### § 3.º — Seus essenciaes.

19. Ha cousas essenciaes a um contracto, cousas que são da natureza do contracto, e cousas accidentaes<sup>5</sup>.

20. As cousas essenciaes de um contracto são aquellas, sem as quaes tal contracto não póde substir. A falta de uma só, ou faz que não naja contracto, ou que este seja diverso daquelle que o nominão<sup>6</sup>.

21. São essenciaes para a validade de um contracto: 1º, que as partes tenham capacidade para contractar; 2º, que intervenha

---

<sup>1</sup> Ferr. Borg. *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 358; Dig. Port. tom. 1º art. 260.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Esboço do Cod. Civ. art. 1895.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. Esboço do Cod. Civ. art. 1903.

<sup>5</sup> Poth. Trat. das Obrig. part. 1º cap. 1º n. 5.

<sup>6</sup> Poth. loc. cit. n. 6.

consentimento da pessoa que se obriga, e aceitação da que adquire direito; 3º, que seja licito o objecto do contracto<sup>1</sup>.

22. Aquillo que é da natureza de um contracto, mas não da substancia delle, subentende-se, ainda que expressamente não tenha sido estipulado<sup>2</sup>. Podem, porém, as partes estipular o contrario<sup>3</sup>.

23. Os accidentes de um contracto não se subentendem, se as partes os não estipulão expressamente<sup>4</sup>.

24. Devem tambem guardar-se as fórmãs estabelecidas pela lei, quando ella commina pena de nullidade por não serem observadas<sup>5</sup>.

## **CAPITULO II.**

### **Da capacidade.**

#### *§ 1.º — Quaes as pessoas capazes de contractar.*

25. O principio geral é que todas as pessoas são capazes de contractar: as incapacidades são consequentemente excepções que não devem estender-se aos casos não previstos<sup>6</sup>.

26. Podem ser partes em um contracto, não só pessoas physicas, mas tambem corporações licitas legitimamente representadas<sup>7</sup>.

27. Antes de qualquer fazer o contracto, deve informar-se se a pessoa com quem intenta contractar é ou não idonea<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1108; Dig. Port. tom. 1º art. 219.

<sup>2</sup> Poth. loc. cit. n, 7; Dig. Port. loc. cit. art. 221.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 221.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 222.

<sup>5</sup> Dig. Tom. 1º art. 220.

<sup>6</sup> *Conselheiro Fiel do Povo*, 1ª edição, art. 28.

<sup>7</sup> Dig. loc. cit. art. 223.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc cit. art.230 *Conselheiro Fiel do Povo*, loc. cit. art. 31.

§ 2.º — *Quaes as incapazes.*

28. Os menos de sete annos, e os *interdictos*, são incapazes de contractar<sup>1</sup>. As expressões *interdictos* comprehendem todos aquelles, que são declarados incapazes dos actos da vida civil, e por isso privados da direcção de suas pessoas e bens; taes como os que se acharem em estado habitual de imbecilidade, demencia ou prodigalidade, havendo *julgamento por sentença*<sup>2</sup>.

29. São nulos todos os actos, ou obrigações contrahidas pelo interdicto desde os annuncios da interdicção, ainda que esta nullidade não póde ser allegada em seu proveito por aquelles que com elles contractarão<sup>3</sup>.

30. Todos os actos anteriores são válidos, excepto se na época em que forão celebrados existia notoriamente a causa da interdicção, que os tornasse nulos pela falta de capacidade<sup>4</sup>.

31. Os maiores de sete annos e os prodigos privados da administração de seus bens podem estipular os contractos que lhes são vantajosos, mas não podem validamente obrigar-se, sem intervir autoridade de seus tutores ou curadores<sup>5</sup>.

32. Aos vinte e um annos completos termina a minoridade, e se é habilitado para todos os actos da vida civil<sup>6</sup>. Esta disposição, porém, não é applicavel aos filhos-familias, enquanto não ficarem legalmente isentos do patrio poder<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port loc. cit. art. 227.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 81 pr., e Tit. 103.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 382.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 382.

<sup>5</sup> Dig. Port. tom. 1º art. 228.

<sup>6</sup> Resol. de 31 de Outubro de 1831.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 81 § 3º ibi — de qualquer idade que seja —; Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 10.

33. Os menores e filhos-familias *commerciantes* podem obrigar, hypothecar e alhear validamente os seus bens de raiz, sem que possam allegar beneficio de restituição contra estes actos ou outras quaesquer obrigações *commerciaes* que contrahirem. Em casos de duvida, todas as obrigações por elles contrahidas presumem-se *commerciaes*<sup>1</sup>.

34. Se o menor, depois de ter maior idade, expressa ou tacitamente ratificar o contracto e obrigação feita na minoridade, subsiste válido o mesmo contracto<sup>2</sup>.

35. Aquelle que contractou com o menor ou prodigo, não póde requerer que se annulle o contracto que com elle fez, fundado na falta de autoridade do tutor ou curador<sup>3</sup>.

36. Se o prodigo celebrar algum contracto, e por elle receber alguma cousa, fica desobrigado de restitui-la <sup>4</sup>.

37. A mulher casada não póde fazer contracto algum sem consentimento do marido<sup>5</sup>; porém só o marido póde impugnar o contracto feito pela mulher sem seu consentimento<sup>6</sup>.

38. Nos casos, porém, do marido não poder exercer o governo externo do casal, por molestia ou legitimo impedimento, é licito á mulher comprar e vender os moveis indispensaveis para a boa economia domestica, e contrahir dividas porporcionadas às necessidades de alimentar a familia<sup>7</sup>.

39. Póde a mulher casada, sem autorisação do marido, em sua ausencia, contrahir dividas sob o pretexto de urgentes necessidades

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 26; Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 2º, § 5º.

<sup>2</sup> Dig. Port. tom. 1º art. 231.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art. 229.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 103 § 6º; Consolid. das Leis Civ. art. 326.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 232.

<sup>6</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1125; Dig. Port. loc. cit. art. 233.

<sup>7</sup> Dig. Port. tom. 2º, arts. 418 e 419.



para a economia domestica, tendo aliás o marido deixado uma pensão proporcional a essas necessidades? No caso figurado é o marido responsavel para com o fornecedor a essas necessidades? A Relação da côrte julgou pela negativa, porquanto é regra de direito — *que a mulher casada, em virtude da reverencia marital, não póde contractar, alienar, contrahir dividas, etc., sem consentimento do marido, ou sem supprimento pelo juiz com conhecimento de causa*<sup>1</sup>.

40. Não é prohibido a mulher casada fazer doação para depois da sua morte, porque tambem póde testar sem consentimento do marido<sup>2</sup>.

41. Se fôr necessario ou util á mulher vender os seus bens *incommunicaveis*, e não querendo o marido consentir, póde requerer ao juiz que suppra o consentimento com conhecimento de causa<sup>3</sup>.

42. O mesmo póde ella requerer tendo indispensavel necessidade de vender ou empenhar alguns *communicaveis*, se o marido fôr ausente em parte incerta, ou estiver inepto para dar consentimento<sup>4</sup>.

43. Quando a mulher casada, ou qualquer pessoa que viva sob a administração de outrem, necessitar de fiança para se livrar solta, poderá obtê-la sobre os bens que legitimamente lhe pertencerem, e o marido, tutor ou curador ficarão obrigados aos fiadores até á quantia dos bens do afiançado, ainda que não consintão na fiança<sup>5</sup>.

44. A mulher casada *commerciante* não póde obrigar, hypothecar ou alhear os bens proprios do marido adquiridos antes do casamento, se os respectivos titulos houverem sido lançados no registro do commercio dentro de quinze dias depois do mesmo casamento, nem

---

<sup>1</sup> O Accórdão que assim julgou acha-se publicado no *Correio Mercantil* de 2 de Maio de 1855, sob a palavra—*Fóro*.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 421.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art. 422.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 423.

<sup>5</sup> Cod. do Proc. Crim. art. 108.

os de raiz que pertencerem em commun a ambos os conjuges, sem autorisação especial do marido, provada por escriptura publica inscripta no dito registro<sup>1</sup>.

45. Poderá, porém, obrigar, hypothecar e alhear validamente os bens dotaes, ou paraphernaes, os adquiridos no seu commercio, e todos os direitos e acções em que tiver communhão, sem que em nenhum caso possa allegar beneficio algum de direito<sup>2</sup>.

46. Quando a separação é julgada por toda a vida, cada um dos conjuges póde administrar, vender ou empenhar seus bens de raiz, como se não fôra casado<sup>3</sup>.

47. São nullos todos os contractos onerosos feitos pelas Ordens Regulares para alienação de bens immoveis, moveis e semoventes, de seu patrimonio, uma vez que não haja precedido licença do governo para a celebração dos contractos<sup>4</sup>.

48. Os empregados publicos, officiaes militares, corporações de mão-morta, clerigos regulares, e os fallidos em quanto não fôrem legalmente rehabilitados, não podem fazer contractos, nos casos que declaram o art. 148 do Cod. Crim., e arts. 2º e 3º do Cod. Com.<sup>5</sup>.

49. As questões sobre o estado e idade dos estrangeiros residentes no Imperio, quanto à capacidade para contractar, são reguladas pelas leis e usos dos respectivos paizes estrangeiros<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 27.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 27, 2ª parte; Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 2º § 5º; Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 art. 124.

<sup>3</sup> Dig. Port. Tom. 2º art. 434; Lobão a Mello Liv. 2º Tit. 2º § 21 n. 9.

<sup>4</sup> Lei de 9 de Dezembro de 1830; Decr. n. 655 de 28 de Novembro de 1849 art. 84; Consolid. das Leis Civ. art. 342. A citada Lei de 9 de Dezembro de 1830, e citado Decr. de 28 de Novembro de 1849 só tem applicação ás Ordens Regulares, e não comprehendem as Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades, as quaes se regem pelos respectivos compromissos, e disposições do Direito Civil. Av. n. 248 de 17 de Novembro de 1853.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 343.

<sup>6</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 3º § 2º.

### CAPITULO III.

#### Do consentimento<sup>1</sup>.

§ 1.º — *Seus caracteres e razão.*

50. Não haverá contracto, ainda que *unilateral* ou *benefico*, sem *consentimento* reciprocamente declarado.

Não haverá *consentimento* sem que a promessa de uma das partes tenha sido aceita pela outra parte<sup>2</sup>.

51. Haverá *promessa*, quando uma ou mais pessoas declararem querer constituir-se em alguma obrigação para com outra ou mais pessoas<sup>3</sup>.

52. Haverá *aceitação* de promessa, quando uma ou mais pessoas declarem querer adquirir o direito, que corresponde a uma obrigação promettida ou por prometter<sup>4</sup>.

53. A promessa, e sua aceitação, podem preceder uma á outra como *proposta*, *offerta*, *pergunta*, *pedido*, *autorisação*, *mandato*, *ordem*, *comissão*; e podem succeder uma à outra, como *resposta*, *estipulação*, *aprovação*, *ratificação*, e sob a denominação commum de *aceitação*<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Com quanto o trabalho do Sr. Dr. Teixeira de Freitas.— *Codigo Civil* — não seja ainda lei do Imperio, todavia, entendendo que o § 1º do Cap. 1º da Secç. 3º do Liv. 1º dessa obra contém preceitos da razão universal aceitos em todos os tempos e lugares, e que por isso não deixarão de fazer parte do nosso futuro Codigo, aqui transcrevo a sua doutrina.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1833.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1834.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1835.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1836.

54. Se o contracto fôr *bilateral*, a primeira promessa importa aceitação antecipada da segunda, e a aceitação daquella importa segunda promessa<sup>1</sup>.

55. A reciproca declaração do consentimento póde dar-se *expressa* ou *tacitamente*<sup>2</sup>.

56. *Expressamente* dá-se por qualquer das fórmulas indicadas no numero seguinte.

57. A expressão da vontade será como tal considerada quando fôr certa; isto é, que se manifestar verbalmente, por escripto, ou por outros signaes não equivocos, com referencia à determinados objectos, e por um determinado modo<sup>3</sup>.

58. *Tacitamente* se dá não só por actos não acompanhados de palavras pronunciadas ou escriptas, como por *inacção*, ou pelo *silencio*<sup>4</sup>.

59. A expressão tacita da vontade resultará daquelles actos, pelos quaes se puder concluir a intenção dos agentes nos casos em que não se exigir a expressão positiva<sup>5</sup>.

60. Tambem póde dar-se a reciproca declaração do consentimento entre *presentes*, isto é, entre partes que tratão em pessoa; e entre *ausentes*, por meio de *agentes*, qualquer que seja a sua denominação; ou por correspondencia epistolar<sup>6</sup>.

61. Eis que uma das partes tenha declarado á outra parte a sua aceitação, dá-se no mesmo instante a conclusão dos *contractos*, mas só para o effeito geral de produzirem uma obrigação<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit. art. 1837.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1838.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) arts. 447 e 1838.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. Cit. art. 1838.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 448.

<sup>6</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit. art. 1838.

<sup>7</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit art. 1839.

62. Se os contractos fôrem ajustados por *agentes*, reputar-se-hão concluidos, logo que uma das partes tenha declarado ao agente da outra parte a sua aceitação<sup>1</sup>.

63. Se a aceitação fôr transmittida por agente do aceitante, os contractos não se reputarão concluidos, sem que ella tenha chegado ao conhecimento da outra parte<sup>2</sup>.

64. Se fôrem ajustados por *correspondencia* epistolar, não se reputarão concluidos, sem que a carta de aceitação tenha sido recebida pela outra parte<sup>3</sup>.

65. Os contractos *commerciaes* tratados por *correspondencia epistolar* reputão-se concluidos e obrigatorios desde que o que recebe a proposição expede carta de resposta, aceitando o contracto proposto sem condição nem reserva: até este ponto é livre retractar a proposta, salvo se o que a fez se houver compromettido a esperar a resposta e a não dispôr do objecto do contracto senão depois de rejeitada a sua proposição, ou até que decorra o prazo determinado<sup>4</sup>.

66. Se a aceitação fôr condicional, tornar-se-ha obrigatoria desde que o primeiro proponente avisar que se conforma com a condição<sup>5</sup>.

67. Os contractos *commerciaes* são obrigatorios, tanto que as partes se accórdão sobre o objecto da convenção, e os reduzem a escripto nos casos em que esta prova é necessaria<sup>6</sup>.

68. O *consentimento tacito* vale tanto como o expresso<sup>1</sup>. Não se admittirá porém a prova delle nos casos em que a lei determinar, que o consentimento seja expresso<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit. art. 1840.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1840 2ª parte.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1841.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 127.

<sup>5</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>6</sup> Cod. Com. art. 126.

69. Além das circunstancias especiaes que autorisarem a presumir o consentimento, ou em que a lei o presumir, dar-se-ha tal presumpção: 1º, se uma das partes entregar e a outra receber a coisa offerecida, ou pedida; 2º, se os titulos promissorios de qualquer especie, só passados ou assignados por uma das partes, se acharem em poder da outra parte, ou de legitimo portador; 3º, se uma das partes fizer o que não teria feito, ou não fizer o que teria feito, se fosse de sua intenção não aceitar o contracto<sup>3</sup>.

70. Só é valido o consentimento voluntario, e se presume sempre tal, salva a prova do *mêdo, ameaças, dólo, fraude* ou *violencia*<sup>4</sup>.

71. Além de voluntario, é necessario para a validade do consentimento, que aquelle que o presta tenha poder de consentir. Cumpre, emfim, que o consentimento recaia sobre coisa não contraria á lei, nem aos bons costumes<sup>5</sup>.

72. Ficará a proposta de nenhum effeito, se uma das partes fallecer, ou perder a capacidade para contractar; o proponente antes de ter sabido da aceitação, a outra parte antes de haver aceitado: salvo no caso de fallecimento , se a proposta fôr feita com a declaração expressa de ser sustentada pelos herdeiros<sup>6</sup>.

73. Se os herdeiros do proponente fallecido quizerem sustentar a proposta aceita, ou se o proponente quizer annuir á aceitação dos herdeiros da outra parte, haverá um novo contracto<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1842; Ferr. Borg. Dicc. Jurid. Com. verb. — *Consentimento*.—

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1842, 2ª parte.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1843.

<sup>4</sup> Ferr. Borg. *ibidem*.

<sup>5</sup> Ferr. Borg. *ibidem*.

<sup>6</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1844.

<sup>7</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1845.

74. Reputar-se-ha a proposta não aceita, se a outra parte a modificar em qualquer sentido, ainda que a nodificação consista em aumento ou diminuição de quantidade ou preço<sup>1</sup>.

75. A modificação da proposta primitiva importará nova proposta, que não será obrigatoria para o primeiro proponente, senão depois de ter avisado ao segundo que com ella se conforma<sup>2</sup>.

76. Todavia se uma das partes tiver offerecido um preço maior ignorando que a outra parte já lhe havia proposto um preço menor, a offerta neste caso conterà implicitamente um consentimento á modificação<sup>3</sup>.

77. Se a offerta fôr alternativa, ou comprehender duas cousas que podem ser separadas; a aceitação de uma das cousas conclue o contracto<sup>4</sup>.

78. Se as duas cousas não poderem ser separadas, a aceitação de uma dellas será uma modificação<sup>5</sup>.

79. Reputar-se-ha a proposta como não feita, a menos que o proponente não queira sustenta-la: 1º, tendo-a feito verbalmente , se a outra parte a não aceita immediata-mente; 2º. tendo-a feito por *agente* encarregado de trazer a resposta, se este voltar sem decisão; 3º tendo-a feito por *agente* não encarregado de trazer a resposta, ou por *carta missiva*, á pessoa residente na mesma cidade, villa ou povoação; se não receber a resposta até o dia seguinte ao da proposta; 4º, tendo-a feito a pessoa residente em outra cidade, villa ou povoação; se não receber a resposta até tres dias depois de decorrido o tempo necessario para as duas communicações chegarem a seu destino, attendendo-se ás circumstancias ordinarias, mas não à demora de resposta por casos

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1846.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit. art. 1847.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1848.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1849.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1849, 2ª parte.

fortuitos ou de força maior; 5º, tendo-a feito com prazo designado para a aceitação, senão receber resposta dentro desse prazo, qualquer que seja a causa da demora della; 6º, tendo-a feito com a clausula de esperar pela resposta, se a não receber até trinta dias depois de decorrido o tempo necessario para as duas communicações chegarem a seu destino; não se atteodendo á casos fortuitos ou de força maior; 7º, tendo-a feito a uma corporação, se não receber resposta depois de decorrido o tempo necessario em que seria possivel deliberar, e comunicar-se-lhe a deliberação; 8º, tendo-a feito a duas ou mais pessoas, e sobre o mesmo negocio, se a aceitação não fôr unanime<sup>1</sup>.

80. Antes de terminarem os mencionados prazos, não é livre ao proponente retractar soa proposta, se ella tem chegado ao conhecimento da outra parte. Se a retractar, a outra parte poderá demanda-lo por indemnisação de perdas e interesses<sup>2</sup>.

81. Não haverá *promessa*: 1º, quando definitivamente não se tiver promettido, embora se tenha manifestado algum projecto, ou entrado em ajuste de um contracto; 2º, quando se prometter, não a uma pessoa, ou pessoas determinadas, mas ao publico em geral por annuncios, prospectos, circulares, catalogos ou por outro modo; 3º, quando, posto que se tenha promettido a pessoa ou pessoas determinadas, a promessa versar sobre um contracto indeterminado, ou sobre um contracto especial, mas sem determinação de seus elementos constitutivos; 4º, quando pelas circumstancias, ou pelos termos em que a promessa fôr feita, se conhecer que o promittente simplesmente recommendára, ou exprimira um desejo, sem ter intenção de obrigar-se<sup>3</sup>.

82. Não haverá *proposta*: 1º, quando o proponente a retractar em tempo, isto é, antes de ter ella chegado ao conhecimento da outra

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ (Esboço) art. 1850.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1851.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1852.



parte; 2º, quando a retractar fora do tempo, em razão de a ter feito com reserva desta faculdade<sup>1</sup>.

83. Não haverá *aceitação de proposta*: 1º, quando a parte, a quem a proposta foi feita, declarar verbalmente por escripto, ou por signaes geralmente admittidos, seu dessentimento, ou rejeição; 2º, quando tacitamente declarar seu dessentimento, fazendo o que não teria feito, ou não fazendo o que leria feito, se fosse sua intenção aceitar o contracto; 3º, guardar silencio, ou deixar de responder a carta dirigida pelo proponente, salvo nos casos especiaes em que a lei presumir consentimento , ou em que o deva presumir ; 4º, quando depois de ter aceitado retractar sua aceitação em tempo, isto é, antes de ter elle chegado ao conhecimento do proponente<sup>2</sup>.

84. A falta de resposta de uma carta não importará consentimento tacito, se a lei não o presumir, senão quando se provar que estava obrigado a responder áquelle que tem recebido a carta<sup>3</sup>.

85. Entende se haver obrigação de responder quando a carta se refere a um negocio pendente entre as duas partes, ou quando estas se achavão em relações habituaes de negociações semelhantes; mas não quando nunca se corresponderão, ou quando a sua correspondencia já havia terminado<sup>4</sup>.

86. Não havendo obrigação de responder á carta recebida, aquelle que a tem escripto nada poderá reclamar da outra parte a titulo de indemnisação de perdas e interesses, embora tomasse o arbitrio de exigir resposta com a comminação de reputar-se como aceita a proposta<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1853.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1854.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1855.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1856.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1857.

87. Não constituem contracto, para que dependão de aceitação, nem o reconhecimento de obrigação já contrahida, nem a confirmação de contractos nulos, ou annullaveis<sup>1</sup>.

*§ 2.º — Dos vicios do consentimento.*

88. É nullo o consentimento se interveio *erro* sobre a substancia da coisa que faz o objecto do contracto<sup>2</sup>.

89. O *erro* é o maior vicio das convenções, porque estas são formadas pelo consentimento das partes, e não póde haver consentimento havendo erro dos contrahentes sobre o objecto da convenção<sup>3</sup>.

90. Constitue *erro essencial* nos contractos: 1º, o que versar sobre a natureza do contracto, tendo-se feito em vez do contracto que se queria fazer um contracto diverso; 2º, o que versar sobre a pessoa, tendo-se contractado com pessoa diversa daquella com quem se queria contractar; se a consideração da pessoa tiver sido a causa principal do contracto; 3º, o que versar sobre o objecto do contracto, tendo-se contractado sobre uma coisa individualmente diversa daquella sobre que se queria contractar, ou sobre uma coisa de diversa especie, ou sobre uma diversa quantidade, extensão, ou somma; ou sobre diverso facto; 4º, o que versar sobre a quantidade substancial da coisa, se a consideração dessa qualidade tiver sido a causa principal do contracto<sup>4</sup>.

91. Não constitue *erro essencial* nos contractos: 1º, o que versar sobre a inexacta designação do contracto, uma vez que as partes tenham feito o contracto que realmente querião fazer; 2º, o que versar sobre a pessoa, objecto do contracto, ou qualidade substancial da coisa, quando pelas circumstancias de cada um dos casos se verificar que taes

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit. art. 1858.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit art. 1859; Dig. Port. Tom. 1º art. 236.

<sup>3</sup> Poth. Tract. das Obrig. Part. 1º Cap. 1º n. 17.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1859 ns. 1 a 4.

diversidades erão indifferentes para a parte induzida em erro; 3º, o que versar sobre o motivo que determinou a fazer o contracto que realmente se queria fazer, ainda mesmo que esse motivo tenha sido indicado; salvo se o contracto fôr feito por falsa supposição de uma divida; 4º, o que versar sobre o nome ou sobrenome da pessoa com quem se contractou, se essa pessoa fôr a mesma com quem se queria contractar; 5º, o que versar sobre o nome, demonstração ou descripção da cousa sobre que se contractou, se ella tambem fôr a mesma sobre que se queria contractar; 6º, o que versar sobre alguma qualidade accidental da cousa, ou sobre algum accessorio della, ainda que tenham sido o motivo determinante do contracto; 7º, o que versar sobre escripturação de quantidades em algarismos ou por extenso, ou inexactidão de operações arithmeticas, devendo-se proceder em tal caso, ratificando as partes o erro<sup>1</sup>.

92. Todavia o *erro accidental* será reputado como essencial, e produzirá os mesmos effeitos: 1º, nos casos em que a Lei assim o determinar expressamente; 2º, se tiver sido provocado por dóllo da outra parte, ou de um terceiro, uma vez que, pelas circumstancias de cada um dos casos se verifique que sem esse erro o contracto não teria sido celebrado; 3º, se o motivo determinante do contracto, ou a qualidade da cousa, accessoria delia ou qualquer circumstancia, tiverem o caracter expresso de *condição*, ou *encargo*; 4º, se a qualidade erroneamente attribuida á cousa tiver sido expressamente garantida pela outra parte<sup>2</sup>.

93. É nullo o consentimento extorquido por *força*, ou *ameaças*<sup>3</sup>; mas estas devem ser taes que fação temer a perda da vida, da saude, da honra ou da liberdade<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1860.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1861.

<sup>3</sup> Dig. Port. Tom. 1º art 238, Poth. Tract. das Obrig. P. 1ª Cap. 1º n. 21.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 239, Poth. loc cit. ns. 21 e seguintes.

94. O mesmo é que as forças ou ameaças fossem feitas á pessoa contrahente, ou feitas a seu consorte, ou a algum seu descendente ou ascendente<sup>1</sup>.

95. O temor reverencial por si só não é sufficiente para annullar qualquer acto ou contracto, nem tambem as ameaças de intentar demanda<sup>2</sup>.

96. São annullaveis os contractos feitos por pessoa retida em carcere privado<sup>3</sup>. São, porém, validos os contractos feitos por presos em cadêas ou detenções publicas<sup>4</sup>; mas se fôrem feitos com quem requereu a prisão, devem ser autorisados pelo juiz, precedendo informação sobre o motivo da prisão, justiça della, e utilidade do que se quer contrariar<sup>5</sup>.

97. Aquelle que, depois de ter cessado a força ou medo, expressa ou tacitamente ratifica o contracto, não póde mais annulla-lo por esse motivo<sup>6</sup>.

98. Nos contractos commutativos, nos quaes um dá o equivalente do que recebe, a *lesão enormissima* equivale a *dólo*<sup>7</sup>.

99. Os menores, e mais pessoas incapazes, não terão direito para annullar qualquer contracto por *vícios de substancia* fóra dos casos em que os podem annullar as pessoas capazes<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 240.

<sup>2</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1114, Dig. Port. loc. cit. art. 241.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 75 pr. , Consolid. das Leis Civ. art. 355.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 2, Consolid. das Leis Civ. art. 356.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78 § 11, e Liv. 4º Tit. 75 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 357.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 265, Poth. Tract. das Obrig. Part 1ª Cap. 1º n. 21.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 252, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 737. No art. 1869 do Codigo Civil (Esboço), escreveu o Sr. Dr. Teixeira de Freitas o seguinte: *A lesão, só por si, não vicia os contractos.*

<sup>8</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1869.

## CAPITULO IV.

### Do objecto dos contractos

§ 1.º — *O que é objecto do contracto.*

100. Os contractos têm por objecto as cousas que um dos contrahentes estipula que lhe sejam dadas, e que outro promette dar-lhe; ou coisa que um contrahente estipula que se lhe faça ou não faça, e outro promette fazer ou não fazer<sup>1</sup>.

101. O objecto do contracto deve ser coisa licita e possível<sup>2</sup>; certa e determinada em sua especie<sup>3</sup>.

102. Quando a incerteza da qualidade da coisa pôde ser determinada por arbitradores, o contracto é valioso<sup>4</sup>; mas se a determinação da coisa é deixada no arbítrio do promittente, o contracto não produz obrigação<sup>5</sup>.

103. A utilidade de um terceiro pode ser objecto de contracto<sup>6</sup>; mas deve acceder o consentimento desse terceiro primeiro que elle chegue a adquirir direito<sup>7</sup>.

104. Enquanto o terceiro não manifesta o seu consentimento, bem podem os contrahentes desfazer ou alterar o contracto<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Poth. Tract. das Obrig. Part. 1º Cap. 1º n. 53.— No art. 1880 do Cod. Civ. (Esboço), escreveu o Sr. Dr. Teixeira de Freitas o seguinte:— *O objecto dos contractos é o das obrigações que nelles se convencionarem. A entrega de todas as cousas que estão no commercio, certas ou incertas, existentes ou futuras, podem ser objecto dos contractos, não havendo lei que expressamente o prohiba.*

<sup>2</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 264, Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1881 § 1º.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 271.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit, 1º; Dig. Port. loc. cit. art. 272. Dr. Teix, de Freitas. loc. cit. art. 1882.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 273.

<sup>6</sup> Vinnio ao § 4º *Inst. de Inut. stip.* n. 3, Thomas. a Huber *eod.* n. 6, Dig. Port. Tom. 1º art. 275.

<sup>7</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1121, Dig. Port, loc. cit. art. 276.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 277.

105. Póde tambem ser objecto de contracto, o obrigar-se a quem a que um terceiro dê ou faça alguma coisa<sup>1</sup>.

106. Aquelle que promette que um terceiro dará ou fará alguma coisa, é obrigado como principal pagador<sup>2</sup>.

107. Nos contractos beneficos feitos puramente, e sem algum encargo do donatario, a aceitação do tabellião é sufficiente para lhe adquirir direito, ainda antes delle donatario manifestar a sua vontade<sup>3</sup>.

108. O contracto é nullo, se o objecto delle já não existe, ou nunca poderá existir<sup>4</sup>.

*§ 2.º — O que não póde ser objecto de contracto.*

109. O contracto tendente a metter em circulação coisa, que não está em commercio, é nullo<sup>5</sup>; e bem assim o contracto sobre coisa torpe, porque as cousas contrarias aos bons costumes tem-se por impossiveis<sup>6</sup>.

110. Não podem ser objecto de contracto oneroso ou gratuito, pena de nullidade, as cousas litigiosas, a saber: 1º, aquellas sobre que se mover acção real de dominio, desde o momento da citação inicial; 2º, aquellas sobre que pender acção pessoal reipersecutoria, por terem sido emprestadas, dadas em penhor, depositadas, ou devidas por outra causa, desde que a lide fôr contestada<sup>7</sup>.

111. Tambem não podem ser objecto de contracto, sob a mesma pena de nullidade, todas as acções litigiosas, ou sejam as designadas

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc cit. art. 278.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 279.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 37 § 2º, e Tit. 63 pr., Dig. Port. loc cit. art. 280.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc cit. art. 265.— Quem de má fé prometter, como existentes, cousas que ao tempo do contracto não existião ainda, ou já tinhão deixado de existir, indemnizará todo o damno, que causar à outra parte.—Cod. Civ. (Esboço).

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 266.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc cit. art. 267.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 10 §§ 2º, 3º e 7º; Consolid. das Leis Civ. art. 344.

no numero antecedente, ou outras acções reaes, como a hypothecaria e sobre servidões, ou pessoas para pagamento de alguma quantidade<sup>1</sup>.

112. Todas estas acções tornão-se litigiosas tanto que a lide fôr contestada, excepto a de domInio, que é litigiosa desde o seu começo<sup>2</sup>.

113. A coisa ou acção litigiosa só podem ser objecto de contracto: 1º, em doações por causa de dote, ou de casamento; 2º, em transacções sobre o pleito entre as proprias partes litigantes; 3º, em partilha entre herdeiros da herança sobre a qual litigavão; 4º, em nomeação de bens aforados<sup>3</sup>.

114. As heranças de pessoas vivas não podem igualmente ser objecto de contracto<sup>4</sup>.

115. São nullos todos os pactos successorios, para succeder ou não succeder, ou sejam entre aquelles que esperão ser herdeiros, ou com a propria pessoa de cuja herança se trata<sup>5</sup>.

116. Não é applicavel a doutrina do numero antecedente aos pactos e condições em contractos matrimoniaes sobre a successão reciproca dos esposos<sup>6</sup>.

117. Aos contractos *commerciaes* são applicaveis, com as modificações e restricções estabelecidas no Codigo Commercial, as regras estabelecidas para os contractos em geral<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. gg 1º a 4º Consolid. das Leis Civ. art. 345.

<sup>2</sup> Cit. Ord. ibidem, Consolid. das Leis Civ. art. 346.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 11, Consolid. das Leis Civ. art. 351.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 70 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 352 ; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 826, Dig. Port. Tom. 1º art. 268. — O autor desta ultima obra accrescenta:—.... *salvo se essa pessoa assignar*. E na nota, depois de citar a Ord. Liv. 4º Tit. 70 § 4º, e L. 1 ff. *de Haered. et act vend.*, diz que o Cod. Civ. Franc. art. 1130 *não admite a validade, nem mesmo convindo o terceiro*.

<sup>5</sup> Ord. cit. Tit. 70 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 353.

<sup>6</sup> Lei de 18 de Agosto de 1761 § 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 354.

<sup>7</sup> Cod. Comm. art. 121.

## **CAPITULO V.**

### **Da fôrma dos contractos.**

#### **§ 1.º — Razão legal da fôrma.**

118. A fôrma dos actos, ou por outra, as suas formalidades, circumstancias ou solemnidades externas, nem sempre são indiferentes. Quando a lei não deixa isso ao arbitrio do homem, e sim faz dependente de alguns requisitos, é porque tem em vistas demonstrar, ou por elles provar, emquanto o contrario se não torne evidente, que os respectivos actos forão feitos por modo que merecem fé em suas diversas relações<sup>1</sup>.

119. É por isso mesmo que as solemnidades externas ou a fôrma, devem, por exemplo, referir a presença das partes ou de seus procuradores, suas assignaturas, o concurso das testemunhas e notarios quando exigidos, expressar as respectivas disposições ou estipulações, e consequentemente induzir a crença da capacidade e do consentimento do que dispõe ou dos que contractão, e da observancia do mais que da lei dimanar<sup>2</sup>.

120. É por isso que quando se trata de um testamento, a lei quer que sua redacção, além de clara, seja feita perante certo numero de testemunhas, que confirmem que o testador estava em seu perfeito juizo, isto é, que gozava de sua capacidade, que dispunha segundo sua vontade ou consentimento, etc.<sup>3</sup>.

121. É semelhantemente por isso que a lei dá fôrma ou requisitos externos ás letras de cambio, ou exige em certos casos a fôrma litteral ou authentica, repellindo a prova testemunhal. Vê-se, pois, que

---

<sup>1</sup> Conselheiro Pim. Buen, Dir. Interm. Priv. Part. 3º Tit. 1º Cap. 2º n. 191.

<sup>2</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.

<sup>3</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.



não é licito contrariar os preceitos da lei acerca dos requisitos ou condições externas, cujo modo e complexo constituem a forma legal<sup>1</sup>.

122. Os contractos commerciaes para os quaes no respectivo Codigo se estabelecem fórmias e solemnidades particulares, não produzirão acção em juizo commercial se as mesmas fórmias não tiverem sido observadas<sup>2</sup>.

*§ 2.º — Regra que se segue.*

123. É livre contractar por qualquer *fórma* não havendo Lei expressa que tenha exclusivamente decretado, ou decretado com a pena de nullidade, uma *fórma* ou *solemnidade* privativa<sup>3</sup>.

124. Quando a *fórma* instrumental fôr exclusivamente decretada, ou a de uma determinada especie de instrumentos, tanto importará que os contractos tenham sido feitos sem instrumento, ou sem instrumento proprio, como terem sido feitos com instrumento nullo ou anulavel, por qualquer vicio interno ou externo<sup>4</sup>.

125. Em regra a escriptura não é da substancia dos contractos; exceptuão-se aquelles, em que a Lei determina o contrario<sup>5</sup>.

126. É a escriptura publica da substancia dos contractos:

1.º Nas doações que devem ser insinuadas<sup>6</sup>.

2.º Nos contractos de aforamento de bens ecclesiasticos<sup>1</sup>. Na pratica reputa-se a escriptura publica como substancial de todos os aforamentos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 124.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1927, Dig. Port. Tom. 1º art. 281, Coelho. da Roch. Dir. Civ. § 738.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1928.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 284, Coelho. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 19 pr., Consolid. das Leis Civ. art. 367 § 1º.

3.º Nos contractos esponsalícios<sup>3</sup>. Não havendo tabellião no lugar da habitação dos contrahentes, e estando distante mais de duas leguas, poderão estes ajustar o casamento por escripto particular na presença dos pais, tutores ou curadores, e quatro testemunhas, os quaes todos deverão assigna-lo<sup>4</sup>.

4.º Nos de hypothecas, ainda que privilegiadas sejam as pessoas que as constituírem<sup>5</sup>.

5.º Nos de compra e venda de bens de raiz, cujo valor exceder de duzentos mil réis<sup>6</sup>.

6.º Em todo e qualquer contracto de compra e venda, troca, e *dação in solutum*, de escravos, cujo valor exceder a duzentos mil réis, qualquer que seja o lugar em que taes contractos se effectuarem<sup>7</sup>.

7.º Quando as partes convierão expressamente em fazer escriptura, ou se possa presumir que era sua vontade não valer o contracto sem escriptura<sup>8</sup>.

§ 3.º — *Do estatuto do lugar em que se passa o acto, quanto à sua fôrma.*

127. Em regra a fôrma dos actos ou seja authentica ou privada, quaesquer que sejam os objectos delles, ou os contrahentes, é

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. ibidem, Consolid. das Leis Civ. art. 367 § 2º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 367.

<sup>3</sup> Lei de 6 de Outubro de 1784 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 76 e 367 § 3º.

<sup>4</sup> Cit. Lei §2, Consolid. das Leis Civ. art. 367 § 3º.

<sup>5</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 4 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 367 § 4º.

<sup>6</sup> Lei n. 840 de 15 de Setembro de 1855 art. 11, Consolid. das Leis Civ. art. 367 § 5º.

<sup>7</sup> Lei n. 1114 de 27 de Setembro de 1860 arts. 11 § 3ª, e 12 § 7º, e Regul n. 2699 de 28 de Novembro do mesmo anno, art. 3º. Esta disposição só vigora na côrte e seu municipio. Nas provincias regem as Leis provinciaes. Consolid. das Leis Civ. not. ao § 5º do art. 367.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 19 princ. e § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 367 § 6º.

regida pelas leis do lugar em que são passados<sup>1</sup>; isto é, as leis e usos dos paizes estrangeiros regem a fôrma dos contractos nelles ajustados<sup>2</sup>.

128. O acto feito pela fôrma que prescrevem as leis do lugar em que é passado, tem inteira validade, não só ahi como em qualquer territorio, embora as leis deste estabelecção fôrma differente<sup>3</sup>.

129. Assim as doações, testamentos, contractos de casamento ou outros redigidos nos termos determinados pela lei local, são tidos em toda a parte por valiosos quanto á sua formalidade externa, salvas as excepções de que depois trataremos<sup>4</sup>.

130. Este principio, que é expressado pela maxima *locus regit actum*, é geralmente reconhecido, e nem poderá deixar de ser, pois que funda-se em razões summamente valiosas e decisivas dos interesses das nações e de seus subditos<sup>5</sup>.

131. Em verdade, sem elle a pessoa que estivesse fóra do seu paiz muitas vezes vêr-se-hia na impossibilidade ou grande difficuldade de passar actos ou fazer disposições, por isso que não poderia observar a fôrma externa exigida por sua lei nacional ou por uma lei estrangeira<sup>6</sup>.

132. Accresceria ainda que se houvesse referencia a bens situados em differentes paizes, seriam necessarios tantos actos, contractos ou testamentos quantos fossem esses paizes para que pudessem observar a fôrma ou solemnidades externas prescriptas por cada um delles, ou para não preterir a competencia de seus notarios ou officiaes publicos<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Conselh. Pim. Buen. Dir. Intern. Priv. Part. 3ª Tit. 1º Cap. 2º n. 192.

<sup>2</sup> Ord. Liv. 3º Tit. 59 § 1º, Regul. n. 737 de 25 do Nov. de 1850 art. 2 § 3º.

<sup>3</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.

<sup>4</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.

<sup>5</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.

<sup>6</sup> Conselh. Pim. Buen. Dir. Intern. Prov. P. 3º Cap. 2º n. 192.

<sup>7</sup> Conselh. Pim. Buen. loc cit. n. 193.

133. Ha mesmo certos actos, como uma letra de cambio que é passada em um paiz, e tem de gyrar por diversos, que dão-lhe talvez fôrma differente ou aos endossos; e consequentemente a não ser admittida a fôrma do lugar em que taes actos se verificação, anniquilar-se-hia esse meio poderoso da circulação dos valores, tão util ou antes indispensavel para o bem ser dos individuos e da riqueza das nações. As formas não forão inventadas para estorvar os actos ou entravar as transacções; cumpre, pois, aceitar esse luminoso principio<sup>1</sup>.

*§ 4.º — Excepções de regra antecedente.*

134. O principio que acabamos de enunciar, e cuja generalidade prevalece tanto quando se refere a bens moveis como a immoveis, qualquer que seja o lugar em que estão situados, soffre todavia as seguintes excepções;

135. Quando o estatuto pessoal de alguma das partes, ou o estatuto real da situação do immovel, exige que o acto seja outorgado ou escripto no respectivo paiz ou revestido de requisitos taes que não possam ser satisfeitos senão ahi ou nos seus consulados.

136. Teriamos esse caso se o estatuto pessoal determinasse que certo acto especial não pudesse ser escripto senão na presença de certa autoridade domicial. Ou semelhantemente se o estatuto real exigisse alguma outra competencia exclusiva, ou a inscripção, transcripção, registro, ou redacção original em livros ou conservadorias locaes, no caso de alienação, de hypothecas ou outros direitos ou onus reaes. Em taes casos, sem satisfazer taes condições não haverá fôrma legitima, ou não terá legitimidade senão depois que ellas fôrem preenchidas.

137. Se a lei pessoal ou estatuto real da situação do immovel, ou a lei do lugar em que o acto deve ter execução, exigir uma fôrma especial, por exemplo, escriptura publica ou insinuação, embora a lei do

---

<sup>1</sup> Conselh. Pim. Buen. *ibidem*.

lugar em que se passa o acto dispense isso, será necessario satisfazer tal exigencia, pois que prevalecem razões identicas às da excepção anterior.

138. Nos casos em que as partes se dirigissem a um paiz estrangeiro, e ahi redigissem o acto na intenção de illudir algum preceito de seu estatuto pessoal ou do estatuto real, ou do estatuto do lugar da execução do acto, dar-se-hia uma excepção de dóllo ou fraude, e a consequente nullidade ou pena que, conforme as circumstancias, a competente lei comminasse.

139. A ultima excepção verificar-se-hia se a lei do lugar da redacção do acto ligasse á fôrma que para elle prescreve effeitos que estivessem em opposição com as leis do paiz em que o acto houvesse de ter execução, ou com o estatuto pessoal ou real, pois que pelo menos taes effeitos não poderiam prevalecer<sup>1</sup>.

140. Os contractos ajustados em paiz estrangeiro, mas exequiveis no imperio, são regulados pelas leis do Brasil<sup>2</sup>.

141. Presume-se contrahidas conforme a legislação do Brasil as dividas entre Brasileiros em paiz estrangeiro<sup>3</sup>.

142. A disposição consolidada no numero antecedente respeita aos *effeitos dos contractos*, isto é, aos direitos e obrigações que elles produzem. Della resulta a *contrario sensu* (o que é exacto) a consequencia de que os contractos ajustados em paiz estrangeiro, mas não exequiveis no Imperio, devem ser regulados pela legislação do paiz em que devião ser cumpridos, embora julgados pelas autoridades do Imperio. Esta consequencia ainda exacta é, se a ampliarmos á contractos ajustados no Imperio mas exequiveis em paiz estrangeiro<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Conselh. Pim. Buen. Dir. Intern. Priv. Part. 3ª Tit. 1º Cap. 2º n. 194.

<sup>2</sup> Regul. n. 737 de 25 de Nov. de 1850 art. 4º, Consolid. das Leis art. 409.

<sup>3</sup> Cit. Regul art. 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 410.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 409.

143. Se por consecuencia da regra do n. 140, os contractos ajustados em paiz estrangeiro, mas não exequiveis no Imperio, não podem ser julgados pela legislação do Imperio, segue-se que as dividas contraihidas entre Brasileiros em paiz estrangeiro para serem pagas fóra do Imperio não podem ser julgadas pela legislação do Imperio<sup>1</sup>.

144. A doutrina do n. 137 não se entende a respeito dos contractos celebrados por Brasileiros, para terern execução no Imperio, nos lugares onde houver Cônsules Brasileiros<sup>2</sup>. Os Consules Brasileiros estão para esse fim constituídos notarios nacionaes<sup>3</sup>.

## **CAPITULO VI.**

### **Da prova dos contractos.**

#### *§ 1.º — Pelo direito civil.*

145. A prova testemunhal é admissivel em todos os factos, que se discutem em juízo; exceptuados os contractos de maior quantia<sup>4</sup>.

146. É necessaria escriptura publica para prova dos contractos, quando o objecto delles exceder a taxa de oitocentos mil réis em bens de raiz, e de um conto e duzentos mil réis em bens moveis<sup>5</sup>.

147. Exceptuão-se:

1.º Os contractos celebrados nos lugares, em que não houver tabellião nem escrivão de paz, e tão distantes das cidades, villas e freguezias, onde os houverem, que não possam as partes commodamente ir e voltar para suas casas no mesmo dia<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 410.

<sup>2</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 3º § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 407.

<sup>3</sup> Conselh. Pim. Buen. Dir. Intern. Priv. Part. 3º Tit. 1º Cap. 2º n. 196.

<sup>4</sup> Dig. Fort Tom. 1º arts. 289 e 964.

<sup>5</sup> Alv. de 30 de Outubro de 1793, Consolid. das Leis Civ. art. 368.

<sup>6</sup> Cit. Alv., Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 1º.

2.º Os celebrados em viagem de mar, escriptos pelo escrivão do navio, e por elle assignados; comtanto que sejam depois ratificados por tabellião, logo que chegue o navio a porto nacional<sup>1</sup>.

3.º Os contractos entre pai e filho, não adoptivo, entre filho e mãe, entre sogro e sogra, genro e nora durante o matrimonio, entre irmãos germanos ou unilateraes, primos co-irmãos, e entre sobrinhos e tios<sup>2</sup>.

4.º Os contractos dos commerciantes, que se regularão pelas disposições doCodigo do Commercio<sup>3</sup>.

5.º Os dos arcebispos, e bispos diocesanos, principes, duques, marquezes, condes, ainda que só por elles assignados, e escriptos por seus secretarios<sup>4</sup>.

6.º Bem assim os escriptos e assignados pelos arcebispos e bispos titulares, abbades que gozão das prerogativas episcopaes, fidalgos, cavalleiros fidalgos, doutores em theologia, canones ou medicina, e pelos magistrados<sup>5</sup>.

7.º Os emprestimos de roupas e alfaias, e animaes, e prata de serviço domestico<sup>6</sup>.

8.º As encomendas para fóra do Imperio<sup>7</sup>.

9.º Os contractos feitos pelos corretores<sup>8</sup>.

10.º As entregas de objectos á agentes de leilões e artistas para os venderem e concertarem<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 3º Tit 59 § 2ª, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 2º.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 11, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 3º.

<sup>3</sup> Ord. cit. § 13, Assent. 6º de 23 de Novembro de 1769, Lei de 20 de Junho de 1774 § 42 Cod. Com. arts. 20, 22 a 25 e 121, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 141, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 4º.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 15, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 5º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 6º.

<sup>6</sup> cit. Ord. § 16, Consolid. das Leis Civ. art. 869 § 7.

<sup>7</sup> Cit. Ord. § 17, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 8º.

<sup>8</sup> Ord. Liv. 3º Til. 59 § 19, Cod. Com. arts. 52 e 122 §3º, Regul. n. 807 de 26 de Junho de 1851 art. 26, Consolid. das Leis Civ. art. 369 §9º.

11.º Os contractos de casamento quanto á conjuncção do matrimonio<sup>2</sup>.

12.º As letras de cambio, de risco e da terra, as quaes tem força de escriptura publica<sup>3</sup>.

148. A hypotheca convencional não póde ser constituida senão por escriptura publica, ainda que sejam privilegiadas as pessoas que a constituírem<sup>4</sup>.

149. Para prova do contracto de juro ou premio do dinheiro é necessaria escriptura publica ou particular, não bastando nunca a prova testemunhal<sup>5</sup>.

150. Se um simples titulo particular não póde servir de prova do debito de quantia excedente á taxa da lei, não póde tambem servir para a de juros estipulados, porque sendo estes o accessorio seria absurdo que existissem sem a prova da existencia do capital<sup>6</sup>.

151. O que se diz sobre os contractos procede tambem nos distractos, e sempre que o contracto fôr feito por escriptura publica, o distracto não se póde provar senão por outra escriptura publica<sup>7</sup>.

152. Nos casos em que a escriptura publica é necessaria para prova dos contractos, não se admite prova alguma testemunhal, posto que a parte não se opponha<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. cit. § 20, Cod. Com. arts. 68 a 73, Regul. n. 858 de 10 de Novembro de 1851, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 10.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 21, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 11.

<sup>3</sup> Lei de 20 de Junho de 1774 § 41, Alv. de 15 de Maio de 1776, Alv. de 16 de Janeiro de 1793, Cod. Com. art. 425, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 427 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 369 § 12.

<sup>4</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 4º § 6º, Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 art. 135.

<sup>5</sup> Lei de 20 de Outubro de 1832 art. 2º.

<sup>6</sup> Decisão do Supremo Tribunal de Justiça, nos autos de Revista civil, recorrente Francisco Monteiro de Carvalho, recorrida D. Maria Luiza Martins, publicada na *Revista Juridica* de 1863, á pag. 168.

<sup>7</sup> Ord do Liv. 3º Tit. 59 §§ 3º e 11º, Dig. Port. Tom. 1º art. 292, Consolid. da Leis Civ. art. 370.



153. E não se admite do mesmo modo a prova de escripto particular, ainda que assignado pela parte, e com muitas testemunhas<sup>2</sup>.

154. Se porém o escripto particular fôr reconhecido em juizo pela parte que o passou e assignou, ou que o assignou sómente, será altendido como se fôra escriptura publica<sup>3</sup>.

155. Outrosim, em falta de escriptura publica que prove o contracto, o credor póde demandar a parte obrigada, requerendo que se lhe defira juramento<sup>4</sup>.

156. Se a parte negar a obrigação, será o credor excluído; se não quizer jurar, e jurar o credor sobre a veracidade de seu direito, o juramento provará o contracto<sup>5</sup>.

157. Este procedimento, que é o da acção de juramento d'alma, de que trata a Ord. do Liv. 1º Tit. 49 § 1º, e Decr. de 10 de Maio de 1790, não tem lugar quando a escriptura é substancial<sup>6</sup>.

158. Nos casos em que a escriptura é da substancia dos contractos, não tem estes firmeza enquanto a escriptura não fôr lavrada e assignada, e até este ponto é licito a cada uma das partes arrepender-se<sup>7</sup>.

159. Fóra desses casos, se a parte confessar em juizo a convenção ajustada, será obrigada a fazer escriptura<sup>8</sup>. Se negar a convenção não é permittido á outra parte provar o contrario com testemunhas<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. princ, Consolid. das Leis Civ. art. 371.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 372.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 373.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit 52 § 3º Tit. 59 § 5º , e Liv. 4º Tit. 19 § 2º *in-fine*, Consolid. das Leis Civ. art. 374.

<sup>5</sup> Cit Ord., Consolid. das Leis Civ. art, 375.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 375.

<sup>7</sup> Ord. cit. § 2º. — Veja-se a not. ao art. 377 da Consolid.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 19 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 376.

<sup>9</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 378.

160. Se não quizer fazer a escriptura, a confissão e a sentença que nella se fundar, provará o contracto<sup>1</sup>.

161. A confissão judicial pode ser expressa ou tacita. A citação do réo para depor sempre se faz com a pena de confesso em caso de revelia, e julgada esta ahi temos a confissão tacita<sup>2</sup>.

162. A confissão do devedor acompanhada de juramento que a requerimento do credor se lhe tenha deferido, é inseparavel da qualidade ou clausula com que for feita, posto que tal qualidade não seja connexa ao acto<sup>3</sup>.

163. O successor universal ou singular póde provar por testemunhas os contractos de seu antecessor, do mesmo modo que este podê-lo-hia fazer como pessoa exceptuada nos Casos do 3º membro do n. 147<sup>4</sup>.

164. Nos contractos excedentes à taxa da lei não é licito ao credor dividir o seu petitorio, restringindo-o a quantia inferior com o fim de provar com testemunhas<sup>5</sup>.

165. Não só os proprios contrahentes, porém em geral e indistinctamente outras quaesquer pessoas que interessem na prova dos contractos, são obrigados a apresentar escriptura publica nos casos em que a lei assim o exige<sup>6</sup>.

166. A doutrina do n. 146, sobre a necessidade da prova por escriptura publica, não é applicavel aos quasi-contractos, à prescrição, e aos contractos simulados<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 377.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Ord. cit. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 379.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 59 § 12, Consolid. das Leis Civ. art. 380.

<sup>5</sup> Ord. cit. § 24, Consolid. das Leis Civ. art. 381.

<sup>6</sup> Assent. 1º de 5 de Dezembro de 1770, Consolid. das Leis Civ. art. 382.

<sup>7</sup> Cit. Ord. § 25, Consolid. das Leis Civ. art. 383.

167. Para terem fé em juízo e serem produzidos para qualquer fim legal, os actos passados em paizes estrangeiros, devem ser competentemente legalizados pelos Consules Brasileiros<sup>1</sup>.

168. Na falta de Agente Consular, ou ausencia da pessoa que o substitua, é a autenticação feita pela autoridade local, devendo neste caso ser reconhecidas as assignaturas pelo Consul respectivo no Imperio, se alguma divida se offerecer<sup>2</sup>.

169. Tambem devem ser competentemente traduzidos em língua nacional. Reputão-se competentemente traduzidos em lingua nacional, quando a traducção é feita por *interprete publico*; em falta deste por interprete nomeado a aprazimento das partes, o qual deve ser juramentado<sup>3</sup>.

§ 2.º — *Pelo direito commercial.*

170. Os contractos commerciaes podem provar-se:

1.º Por escripturas publicas.

2.º Por escriptos particulares.

3.º Pelas notas dos corretores e por certidões extrahidas dos seus protocolos.

4.º Por correspondencia epistolar.

5.º Pelos livros dos commerciantes.

6.º Por testemunhas<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 406.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis *ibidem*.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 406.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 122.

171. A confissão não póde supprir a escriptura publica ou particular, quando ella é da essencia do contracto, como nos casos dos arts. 265, 301, 303, 468, 569, 589, 633 e 666 do Codigo Commercial<sup>1</sup>.

172. A prova de testemunhas, fóra dos casos expressamente declarados no Codigo, só é admissível em juizo nos contractos cujo valor não exceder a quatrocentos mil réis<sup>2</sup>.

173. Em transacções de maior quantia, aprova testemunhal sómente será admittida como subsidiaria de outras provas por escripto<sup>3</sup>.

174. Tambem é inadmissivel a prova testemunhal contra ou além do conteúdo do instrumento de sociedade<sup>4</sup>.

175. Os contractos commerciaes são obrigatorios, tanto que as partes se accórdão sobre o objecto da convenção, e os reduzem a escripto nos casos em que esta prova é necessaria<sup>5</sup>.

## **CAPITULO VII.**

### **Das escripturas.**

#### *§ 1.º — Seus requisitos.*

176. As escripturas publicas devem ser feitas pelos tabelliães de notas<sup>6</sup>; e fóra das cidades ou villas pelos escrivães dos juizes de paz em seus respectivos districtos<sup>7</sup>.

177. As escripturas publicas de compra e venda de escravos podem ser feitas cumulativamente, e sem dependencia de distribuição,

---

<sup>1</sup> Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 159.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 123.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 123, cit. Regul. art. 183.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 300, cit. Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 183.

<sup>5</sup> Cit Cod. art. 126.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78, Consolid. das Leis Civ. art 384

<sup>7</sup> Lei de 30 de Outubro de 1830, Consolid. das Leis *ibidem*

pelos tabelliães de notas, escrivães do civil, e escrivães dos juizes de paz, de todas as cidades, villas e freguezias do Imperio<sup>1</sup>.

178. Os consules dos paizes, com os quaes forão celebradas convenções<sup>2</sup>, estão autorizados para receber em suas chancellarias quaesquer actos convencionaes entre um ou mais dos seus concidadãos e outras pessoas; assim como qualquer acto convencional que interesse unicamente a subditos do Imperio, comtanto que estes actos se refirão a bens situados, ou a negocios que tenham de ser tratados no territorio da nação a que pertencer o consul<sup>3</sup>.

179. Quando estes actos se referirem a bens immoveis situados no Imperio, o tabellião publico do lugar será chamado para assistir á sua celebração, e assigna-los com o chancellor ou agente, sob pena de nullidade<sup>4</sup>.

180. Os tabelliães de notas, e escrivães dos jnizes de paz, devem ter, para o fim declarado no n. 176, os livros necessarios, que serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelas autoridades competentes; e antes de tudo sellados em conformidade das leis em vigor<sup>5</sup>.

181. A falta do pagamento do sello dos livros não prejudica os actos escriptos nelles, se taes actos tiverem pago o sello a que estão sujeitos<sup>6</sup>.

182. As escripturas serão logo lavradas nos livros de notas, e não em papel avulso<sup>7</sup>; e para sua solemnidade e validade, devem conter:

1.º O dia, mez e anno em que são feitas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Decr. n, 2833 de 12 de Outubro de 1861 art. 1º, que alterou o de 28 de Novembro de 1860, Consolid da Leis Civ. art. 384, not.

<sup>2</sup> Veja-se a Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 2º.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao arL 384.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 384.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78 § 4º Consolid. das Leis Civ. art. 395.

<sup>6</sup> Lei de 21 de Outubro de 1843 art. 14 § 2º.

<sup>7</sup> Cit. Ord. § 5º, Consolid. das Leis Civ. art 386.

2.º A declaração da cidade, villa ou lugar, onde fôrem lavradas<sup>2</sup>.

3.º A declaração de conhecer o tahellião as partes, ou de serem estas conhecidas por duas testemunhas dignas de fé, que digão que as conhecem, e que assignem o instrumento<sup>3</sup>. Estas testemunhas podem ser, e são de ordinario as mesmas duas testemunhas que intervem no contracto<sup>4</sup>.

4.º A de ter sido lido o contracto, depois de escripto, perante as partes, e duas testemunhas<sup>5</sup>.

5.º Resalva, no fim da nota, antes das assignaturas, das emendas, entrelinhas, palavras riscadas, ou qualquer cousa que duvida faça<sup>6</sup>.

6.º As assignaturas das partes outorgantes, e de duas testemunhas ao menos<sup>7</sup>.

7.º E não sabendo escrever qualquer das partes, assigntura de mais outra testemunha, além das duas, que declare assignar a rogo da parte ou partes que não sabem escrever<sup>8</sup>.

183. Se fôrem dous ou mais os outorgantes que não souberem escrever, uma só testemunha póde assignar a rogo de todos elles<sup>9</sup>.

184. Esta mesma providencia cabe quando os outorgantes não poderem assignar seu nome por motivo de enfermidade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. Tit. 80 § 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 386 § 1º.

<sup>2</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. Art. 386 § 2º.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 386 § 3º.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 386 § 3º.

<sup>5</sup> Ord. cit. § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 386 § 4º.

<sup>6</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 386 § 5º.

<sup>7</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consol. das Leis Civ. art. 386 § 6º.

<sup>8</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consol. das Leis Civ. art 386 § 7, Dig. Port. Tom. 1º art. 316.

<sup>9</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 7º do art. 386.

185. Devem os tabelliães declarar o contracto que as partes outorgarão com todas as condições, e clausulas que quizerem, e não fôrem reprovadas<sup>2</sup>; e copiar a procuração ou procurações, se o negocio fôr feito por procuradores<sup>3</sup>.

186. Devem tambem os tabelliães guardar as procurações copiadas nas escripturas, em appendice ao livro.

Não está providenciado por lei, mas convem que o seja, porque a procuração póde ser falsa, e mal se póde averiguar, se não apparece<sup>4</sup>.

187. Quanto ás escripturas publicas de compra e venda de escravos, e outros quaesquer contractos semelhantes de que se paga meia siza , o Decr. n. 2699 de 28 de Novembro de 1860, no art. 3º dispõe o seguinte: — As escripturas serão lavradas por ordem chronologica em livro especial de notas, aberto, numerado, rubricado e encerrado, na fórmula da legislação em vigor, e conterão, além das declarações exigidas pela Ord. do Liv. 1º Tit. 78 §§ 4, 5 e 6 e Tit. 80 § 7, os nomes e moradas dos contrahentes, e o nome, sexo, côr, officio, ou profissão, estado, idade e naturalidade do escravo, e quaesquer outras qualidades ou signaes que o possão distinguir. Esta disposição vigora sómente na côrte e seu municipio<sup>5</sup>.

188. Assignadas as escripturas, o tabellião dará ás partes os competentes traslados, sendo-lhes pedidos, no prazo de tres dias, ou no de oito dias se a cópia for extensa, e será responsavel pelo damno que causar com o retardamento<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Dig. Port Tom. 1º art. 316.

<sup>3</sup> Dig. Port. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 322 e not.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 386.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78 §§ 17 e 18, Consolid. das Leis Civ. art. 387.

189. Os traslados dos contractos feitos pelos consules de que trata o n. 178, por elles legalizados, e sellados com o sello official do consulado ou vice-consulado fazem fé como se fossem originaes, e terão a mesma força e validade como se tivessem sido passados por tabelliães, uma vez que os instrumentos tenham sido lavrados conforme as leis do Estado a que o consul pertencer, e tenham sido submettidos previamente a todas as formalidades de sello, registro, insinuação e quaesquer outras estabelecidas por lei<sup>1</sup>.

190. Quanto aos traslados das escripturas de compra e venda de escravos, e de outros contractos equivalentes para o pagamento da meia siza, o Decr. n. 2699 de 28 de Novembro de 1860, no art. 3º § 2º, dispõe que se dará ao comprador, na fórmula e dentro do prazo da Ord. do Liv. 1º Tit. 78 §§ 17 e 18, e mais legislação era vigor<sup>2</sup>.

191. Se os traslados se perderem, o tabellião não dará segundos sem despacho do juiz, e perante este a perda será jurada<sup>3</sup>.

192. Havendo duvida sobre a fidelidade do traslado, deve o tabellião exhibir a nota, para se examinar se concorda<sup>4</sup>.

193. O traslado de traslado regularmente não faz prova; mas se uma parte offerecer em juizo o traslado como verdadeiro, ou o faz registrar em um livro de notas, o traslado que a outra parte requerer daquelle traslado, sendo devidamente concertado, terá a mesma fé contra aquelle primeiro<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 387.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Alv. de 27 de Abril de 1647, Consolid. das Leis Civ. art. 388.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 320.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 1º arts. 324 e 326.



194. Quando um instrumento se refere a outro, não se lhe dá fé sem que o instrumento referido seja apresentado, ou esteja incorporado ao referente<sup>1</sup>.

195. Exceptua-se o caso de ter sido o tabellião do segundo instrumento o mesmo que fez o primeiro, se o proprio tabeilião assim o portar por fé no segundo<sup>2</sup>.

196. Se a escriptura publica fôr suspeita, deixará de ter fé não sendo corroborada pelo juramento das testemunhas nella assignadas; e na falta destas, por outras testemunhas dignas de confiança, ou por outras escripturas publicas<sup>3</sup>.

197. É suspeita a escriptura publica, se tiver rasura, entrelinha ou cancellamento em lugar importante; ou se fôr suspeita a parte que a exhibir, ou se fôr suspeito o tabellião em razão de ter sido achado em alguma falsidade<sup>4</sup>.

198. Perdendo-se o instrumento, e tambem o livro de notas onde foi lançado, é admissivel a prova de testemunhas com audiencia da parte a que pertencer<sup>5</sup>.

199. Se as testemunhas fôrem discretas e entendidas, e depuzerem sobre o teor do contracto, seu lançamento e perda do instrumento, a escriptura se haverá como reformada<sup>6</sup>.

200. Se as testemunhas depuzerem unicamente sobre o lançamento do contracto e perda do instrumento, e não sobre o teor do contracto; a prova em tal caso não aproveitará ao credor; salvo

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 60 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 395.

<sup>2</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 396.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 3º, Consolid. das Leis Civ. art 397, Dig. Port. Tom. 1º art. 323.

<sup>4</sup> Cit Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 398.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 60 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 399.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 400.

mostrando que ao tempo em que o instrumento havia de ser oferecido perdeu-se por culpa da parte contraria<sup>1</sup>.

201. Não sendo as testemunhas pessoas discretas e entendidas, farão sómente meia prova<sup>2</sup>.

202. Não merecerão fé, nem o instrumento que contiver proposições contradictorias, nem instrumentos contrarios uns com os outros a não se conciliarem as contradicções por alguma distincção razoavel<sup>3</sup>.

203. Se os instrumentos entre si contrarios não fôrem offerecidos pela mesma parte, mas por partes diversas, dar-se-ha fé ao que fôr feito por notario de mais credito, e tiver testemunhas mais qualificadas e dignas de confiança<sup>4</sup>.

204. Nos casos em que a escriptura não é da substancia do contracto, a nullidade delia não induz a nullidade do contracto, se este póde provar-se por outro modo legal<sup>5</sup>.

205. Equivalem a escripturas publicas os termos judiciaes assignados pelas partes a respeito de qualquer contracto<sup>6</sup>.

§ 2.º — *Clausulas reprovadas nas escripturas.*

206. São reprovadas nas escripturas publicas, e com responsabilidade criminal do tabellião, as clausulas seguintes:

1.ª A de renuncia de citação, consentindo o contrahente em ser condemnado e executado sem ser citado, ou ser citado por elle o distribuidor<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Cons. das Leis Civ. art. 401.

<sup>2</sup> Ord. cit. § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 402.

<sup>3</sup> Ord. cit. § 7, Consolid. das Leis Civ. art. 403.

<sup>4</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 404.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 319.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 24 § 21, e Tit. 70 § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 405, Dig. Port. loc. cit. art. 296.

2.<sup>a</sup> A clausula depositaria, isto é, de não serem as partes ouvidas em juízo sem prévio depósito de certa quantia. Só se permite a clausula depositaria nas transacções sobre pleitos, sendo o depósito daquillo que os transigentes houverem recebido por effeito das transacções impugnadas, quando nellas se acharem lesos enormissimamente<sup>2</sup>.

3.<sup>o</sup> O juramento promissorio de dar, fazer ou não fazer alguma cousa. Não é prohibido o juramento assertorio, em que os contrahentes affirmem facto preterito ou presente<sup>3</sup>.

4.<sup>a</sup> A renuncia do direito de impugnar do prazo legal a confissão do emprestimo<sup>4</sup>.

207. São reprovadas nas escripturas publicas, mas sem responsabilidade do tabellião, as clausulas seguintes:

1.<sup>a</sup> A de renuncia da acção de lesão, ou a de doação da maioria do preço que a cousa valer<sup>5</sup>.

2.<sup>a</sup> A de renuncia do beneficio concedido ás mulheres que se obrigão como fiadores, ou tomão sobre si obrigações alheias<sup>6</sup>.

3.<sup>o</sup> A de renuncia do direito de revogar a doação por motivo de ingratidão do donatario<sup>7</sup>.

4.<sup>o</sup> A de renuncia do beneficio de divisão entre os fiadores<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4.<sup>o</sup> Tit. 72, Lei de 31 de Maio de 1774, Consolid. das Leis Civ. art. 389 § 1.<sup>o</sup>, Dig. Port. loc. cit. art. 326.

<sup>2</sup> Cit. Lei, Consolid. das Leis Civ. art. 389 § 2.<sup>o</sup>, Dig. Port. loc. cit. art. 327.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 1.<sup>o</sup> Tit. 78 § 13, e Liv. 4.<sup>o</sup> Tit. 73, Consolid. das Leis Civ. art. 389 § 3.<sup>o</sup>, Dig. Port. loc. cit. arts. 329 e 330.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4.<sup>o</sup> Tit. 51 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 389 § 4.<sup>o</sup>, Dig. Port. Tom. 1.<sup>o</sup> art. 334.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Tit. 13 § 9, Consolid. das Leis Civ. art. 390 § 1.<sup>o</sup>, Dig. Port. loc. cit. arts. 335 e 336.

<sup>6</sup> Cit. Ord. Tit. 61 § 9, Consolid. das Leis Civ. art. 390 § 3.<sup>o</sup>, Dig. Port. loc. cit. art. 337.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 3.<sup>o</sup> Tit. 59 g 6.<sup>o</sup>, Consolid. das Leis Civ. art. 390 § 3.<sup>o</sup>, Dig. Port. loc. cit. art. 338.

<sup>8</sup> Cit. Ord. Tit. 63 § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 390 § 4.<sup>o</sup>.

208. Póde qualquer renunciar o fôro de seu domicilio, obrigando-se a responder em certo e declarado juízo, comtanto que o faça por escriptura publica, ou escripto particular que tenha a mesma força<sup>1</sup>.

209. Nos compromissos arbitraes as partes pódem estipular que a sentença dos arbitros seja executada sem recurso algum<sup>2</sup>.

§ 3.º — *Das penas convencionaes.*

210. Um contracto é como lei entre as partes, que o outorgão: podem por isso ajuntar-lhe penas no caso de se não cumprir a obrigação<sup>3</sup>.

211. Não podem porém as penas convencionaes exceder o valor da obrigação principal, ou esta seja de dar ou de fazer<sup>4</sup>.

212. Se o contracto fôr nullo, ou torpe e reprovado, a pena convencional será tambem nulla<sup>5</sup>.

243. A um emprestimo de generos de peso ou medida, póde-se ajustar a pena de pagar perdas e interesses, que o credor soffrer, por lhe não serem entregues, quando promettidos<sup>6</sup>.

214. Se alguém promette a outro de o instituir herdeiro seu, é nulla a pena que se ajuntar a esta promessa<sup>7</sup>.

215. É tambem nulla a pena, que se ajuntar á promessa de aceitar herança de pessoa que ainda vive<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. Tit. 6º § 2º, Tit. 11 §1º. Consolid. das Leis Civ. art. 393, Dig. Port. loc. cit. art. 356.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 394.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 391, Dig. Port. Tom. 1º art. 340.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 70 pr. e § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 391. Dig. Port. loc. cit. art. 341.

<sup>5</sup> Ord. cit. Tit. 48 g 1º, Til. 70 § 3º, Dig. Port. loc cit. art. 344, Consolid. das Leis Civ. art. 392.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º, Tit. 70 § 1º, Dig. Port. loc. cit. art. 346.

<sup>7</sup> Ord. cit. § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 347.

<sup>8</sup> Ord. cit. *ibidem*, Dig. Port. loc. cit. art. 348.

216. Mas se duas ou mais pessoas, que esperão ser herdeiros de outro, convencionarem que um delles não herdarà sob certa pena, esta pena é valiosa<sup>1</sup>.

217. Tambem vale a pena se o herdeiro presumptivo promette a uma pessoa viva, de repudiar a herança deste por sua morte<sup>2</sup>.

218. Se alguém faz doação entre vivos de todos os seus bens, havidos e por haver, sem reserva alguma, e promette não impugnar a doação sob certa pena, esta pena é nulla<sup>3</sup>.

219. A pena de prisão, ou outra pena corporal, a que se sujeite o devedor da obrigação, se a não cumprir, é nulla nos casos em que as leis não impõe tal pena por tal transgressão<sup>4</sup>.

220. É livre ao credor pedir a pena, ou insistir na execução da obrigação, se ella é ainda exequivel; mas não póde pedir ambas as cousas; excepto se a pena foi estabelecida unicamente pela mora, ou algum prejuízo especial<sup>5</sup>.

221. O pagamento da pena convencional não dissolve a obrigação de cumprir o contracto, quando neste se declarou que paga a pena, o contracto será firme<sup>6</sup>; ou quando pelas circumstancias se manifeste, que a pena foi estipulada pelos prejuizos da demora, e não para indemnisação total do interesse do credor<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. cit. § 4º, Dig. Port. loc. cit. art. 349.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 70 § 4º, Dig. Port. Tom. 1º art 350.

<sup>3</sup> Ord. cit. § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 351.

<sup>4</sup> Cod. Civ. Franc. art. 2063, Dig. Port. loc. cit. art 352.

<sup>5</sup> Cod. Civ. Franc. art 1229, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 739.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 360.

<sup>7</sup> Poth. Tract das Obrig. Part. 2º Cap. 5º n. 345, Dig. Port. loc. cit art. 361.

222. A pena póde ser demandada summariamente quando é liquida, e a escriptura mesma, ou outro instrumento prova a mora do devedor, pela qual está incurso na pena<sup>1</sup>.

223. Quando a obrigação é indivisível, a contravenção de um só dos herdeiros do devedor dá lugar á pena total do contracto. Mas a totalidade só póde ser demandada ao herdeiro que contraveio: os outros herdeiros podem ser demandados, cada um pela quota parte, salvo o seu regresso contra o delinquente<sup>2</sup>.

224. Se a obrigação é divisivel, póde sómente ser demandado o herdeiro que contraveio, pela respectiva parte da pena<sup>3</sup>.

225. É absolvido da pena o devedor, quando provar justo impedimento de não ter podido cumprir o promettido<sup>4</sup>.

226. Havendo pena convencional em contracto *commercial*, se um dos contrahentes se arrepender, a parte prejudicada só poderá exigir a pena<sup>5</sup>.

227. A nullidade da pena não induz nullidade da obrigação<sup>6</sup>.

228. É necessario distinguir os juros, e a pena convencional. Os juros não são pena, porém uma renda natural do capital, uma compensação do risco e prejuizos do credor<sup>7</sup>.

## **CAPITULO VIII.**

### **Do tempo e lugar dos contractos.**

#### **§ 1.º — Do tempo.**

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 362.

<sup>2</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1232, Dig. Port. loc. cit. art. 358.

<sup>3</sup> Cod. cit. art. 1233, Dig. Port. loc. cit. art. 359.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 363.

<sup>5</sup> Cod. Com. arts. 128 e 218.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 344.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 391.

229. Quando no contracto se não marca o tempo em que a obrigação será cumprida, subentende-se, que será cumprida logo, se é possível, ou aliás em tempo razoável<sup>1</sup>.

230. Póde-se requerer ao juiz, que com parecer de peritos marque á parte obrigada um termo razoável, em que dê cumprimento á obrigação<sup>2</sup>.

231. Nas obrigações *mercantis* com prazo curto não é admissível petição alguma judicial para a sua execução antes do dia do vencimento, salvo nos casos em que o Código altera o vencimento da estipulação ou permite acção de remedios preventivos<sup>3</sup>.

232. Toda a obrigação *mercantil* que não tiver prazo certo estipulado pelas partes ou marcado no Código, será exequível dez dias depois de sua data<sup>4</sup>.

233. Os efeitos da mora no cumprimento das obrigações *commerciaes*, não havendo estipulação no contracto, comoção a correr desde o dia em que o credor, depois do vencimento, exige judicialmente o seu pagamento<sup>5</sup>.

234. Passado o dia marcado no contracto, ou o tempo razoável de cumprir a obrigação, se o interessado o requerer, é o devedor constituído em mora<sup>6</sup>.

235. Se o credor antes do tempo marcado demanda o pagamento injustamente, tem a pena de ser obrigado a esperar ao devedor tanto tempo, como o que faltava<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 1º cit. art. 364.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 365.

<sup>3</sup> Cod. Com. art 135.

<sup>4</sup> Cod. cit. art. 136.

<sup>5</sup> Cod. cit. art. 137.

<sup>6</sup> Cod. Com. art. 138, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 38.

<sup>7</sup> Ord. do liv. 3º Tit. 35, Consolid. das Leis Civ. art. 828, Dig. Port. Tom. 11 art. 367.

236. O credor póde demandar logo o pagamento da divida no caso de que o immovel ou immoveis hypothecados pereção ou soffrão deterioração que os torne insuficientes para segurança da divida, se o devedor se recusar a reforçar a hypotheca<sup>1</sup>.

237. Quando o pagamento da divida a que está sujeita a hypotheca foi ajustado por prestações, e o devedor deixar de satisfazer alguma dellas, todas se reputarão vencidas<sup>2</sup>. Tambem se julgará vencida a divida hypothecaria no caso de fallencia ou insolvencia do devedor<sup>3</sup>.

238. O credor não incorre na pena do n. 235, se o devedor tiver fallido de bens depois da obrigação, ou tiverem fallido os fiadores do contracto<sup>4</sup>.

239. Se o devedor espontaneamente pagar antes do tempo que era obrigado, não pôde pedir o que pagar<sup>5</sup>.

240. Nos contractos *commerciaes*, o credor não póde ser obrigado a receber o pagamento antes do tempo convencionado do vencimento<sup>6</sup>.

241. O pagamento *mercantil* sendo feito antes do tempo do vencimento por um terceiro, não póde este cessionario e subrogado accionar o devedor se não depois do vencimento<sup>7</sup>.

242. Em todas as obrigações *mercantis* com prazo certo, não se conta o dia da data do contracto, mas o immediato seguinte; conta-se porém o dia da expiração do prazo ou vencimento<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 4º § 3, Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 art. 128.

<sup>2</sup> Lei cit. art. 4º § 9º, e Decr. cit. art. 130.

<sup>3</sup> Cit. Decr. art. 240 § 6º n. 2º.

<sup>4</sup> Silv. á Ord. Liv. 3º Tit. 35 n. 2, Poth. Tract. das Obrig. Part. 2º Cap. 3º. n. 235, Dig. Port. loc. cit. art. 368, Cod. cit. art. 831.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 1º. Art. 369

<sup>6</sup> Cod. Com. art. 431.

<sup>7</sup> Cod. cit. art. 436.



§ 2.º — *Do lugar.*

243. O pagamento deve fazer-se no lugar determinado no contracto<sup>2</sup>. Não se tendo ajustado o lugar onde a obrigação será satisfeita, se ella consistir na entrega de dinheiro, ou de cousa movel, subentende-se que será entregue no lugar do contracto<sup>3</sup>.

244. Se a obrigação for puramente benefica para o credor, entende-se que a entrega será feita na morada do devedor<sup>4</sup>.

245. Se a entrega é feita em lugar diverso daquelle que devia ser, o devedor pôde ser demandado pelas perdas e interesses<sup>5</sup>.

246. Quando a obrigação consiste em fazer uma obra immovel, não póde ser constituído em mora o devedor enquanto se não marcar o lugar, onde deve ser feita a obra<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 50 § 1º, Dig. Port. loc. cit. art. 366. O Sr. Dr. Teixeira de Freitas, na sua obra— *Codigo Civil*—(Esboço), diz o seguinte:

Art 8.º Contar-se-ha o *tempo*, para todos os effeitos declarados nas leis, por indicações correspondentes aos dias, mezes e annos do Calendario civil.

Art. 9. O dia será o intervallo inteiro, que decorrer da meia noite á meia noite.

Art. 10. Os prazos de dias não se contarão de momento a momento, nem por horas, mas correrão da meia noite, em que terminar o dia da sua data.

Art. 11. Os prazos de mez ou mezes, e de anno ou annos, terminarão em dia que tenha nos respectivos mezes o mesmo numero do dia de sua data.

Art. 12. Quando a data do prazo de mez ou mezes fôr dos ultimos dias de um mez de mais dias, do que o mez em que esse prazo terminar, o ultimo dia do mez será o ultimo dia do prazo.

Art. 13. Quando a data do prazo de anno for do dia intercalar dos annos bissextos, ou a do prazo de annos que terminar em anno que não seja bissexto, o ultimo dia de Fevereiro será o dia ultimo do prazo.

Art. 14. Todas os prazos serão contínuos, e completos, devendo sempre terminar na meia noite do seu ultimo dia.

Art. 15. As disposições deste Capitulo serão applicadas a todos os prazos, ou marcadas nas leis, ou pelo juiz, ou pelas partes nos actos juridicos, sempre que nas leis, ou nestes actos, não se disponha de outro modo.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 147.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 2º Tit. 53 § 9º, Dig. Port. Tom. 1º art. 370.

<sup>4</sup> Cod. da Pruss. Part. 1º Tit. 5º art. 249, Dig. Port. loc. cit. art. 371.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 372.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 374.

247. Se fôr o devedor condemnado a pagar a estimação da coisa, por não poder entregar a coisa propria, deve pagar a estimação que a coisa teria no tempo e lugar onde a entrega devia ser feita<sup>1</sup>.

248. Nos contractos *commerciaes*, não havendo ajuste do lugar, deve o pagamento ser feito no domicilio do devedor<sup>2</sup>.

249. O credor não é obrigado a receber o pagamento em lugar differente do ajustado<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Tom. 1º art. 373.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 430.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 431. — A respeito do lugar, escreveu o Sr. Dr. Teixeira de Freitas na sua obra—*Codigo Civil*—(Esboço), o seguinte:

Art. 1963. O lugar do cumprimento dos contractos reputar-se-ha ser:

1.º O que as partes nos respectivos instrumentos, ou em instrumento posterior, houverem designado para cumprimento do contracto; ou aquelle em que pela natureza da obrigação estipulada, o contracto deve ser cumprido.

2.º Em falta de lugar designado para cumprimento do contracto, e se o lugar do cumprimento não resultar da natureza da obrigação; aquelle em que o contracto foi feito, se fôr o do domicilio do devedor, ainda que este venha depois a mudar de domicilio, ou venha a fallecer.

3.º Se o contracto fôr feito fóra do domicilio do devedor, o lugar em que se o fez, conhecendo-se pelas circunstancias, que esse lugar devia ser o do cumprimento do contracto.

4.º Se o contracto fôr feito fóra do domicilio do devedor, e em lugar que pelas circunstancias não devia ser o do cumprimento do contracto; o do domicilio actual do devedor, ainda que não seja o mesmo da época em que o contracto foi feito.

5.º Tendo-se designado mais de um lugar para cumprimento do contracto, ou havendo duvida sobre o lugar do domicilio do devedor; aquelle dentre os lugares designados, ou duvidosos, cujas leis fôrem mais favoraveis á plenitude da intenção das partes contractantes.

Art. 1964. Se os contractos fôrem feitos *entre ausentes* por instrumento particular assignado em varios lagares, ou por via de agentes, ou por correspondencia epistolar; seus effeitos, não havendo lugar designado para seu cumprimento, serão julgados, em relação a cada uma das partes contractantes, pelas leis de seu domicilio; salvo o que se dispuzer no Codigo do Commercio quanto ás letras de cambio.

Art. 1966. Todos os contractos que, segundo os artigos antecedentes, devem ter seu cumprimento no Imperio, poderão ser demandados perante as autoridades judiciaes do Imperio, ainda mesmo que o devedor não seja domiciliado ou residente no Imperio.

Art. 1967. Se o devedor tiver domicilio ou residencia no Imperio, o credor, a seu arbítrio, poderá demanda-lo, ou perante a autoridade judicial desse domicilio ou residencia, ou perante a do lugar do cumprimento do contracto, ainda que o devedor não seja ahi achado.

Art. 1968. Os pactos ou contractos para pagar em um lugar designado no Imperio, ou de renuncia do fôro do domicilio para responder pela obrigação em lugar do Imperio, não pode ser feito, pena de nullidade, senão por escripto.

Quando os títulos creditorios fôrem pagaveis ao portador, ou á ordem, bastará, para o contracto de um lugar de pagamento, a simples indicação escripta desse lugar.

## **CAPITULO IX.**

### **Das garantias dos contractos.**

#### *§ 1.º — O que é garantia.*

250. Garantia é a obrigação de fazer gozar alguém de uma coisa, ou de o tirar a paz, e a salvo de perturbação, ou evicção, que a respeito da mesma coisa, ou de parte della se lhe faça<sup>1</sup>.

251. A garantia, ou é de direito, ou de convenção. A garantia de direito, que também se chama natural, é aquella que é devida de pleno direito, e pela mesma razão de justiça e de equidade, posto que não seja estipulada. Tal é a do vendedor para com o comprador, e a do cedente para com o cessionario<sup>2</sup>.

252. A garantia de convenção, que também se chama de facto, é aquella que só tem lugar em virtude de uma convenção expressa<sup>3</sup>.

#### *§ 2.º — Quando tem lugar.*

253. Em todos os contractos onerosos, se as leis ou partes não determinão o contrario, uma parte é obrigada a garantir a outra o uso da coisa que lhe cede, segundo o exigir a natureza do contracto<sup>4</sup>.

254. Se aquelle que recebe a coisa não póde servir-se della, segundo a natureza e conteúdo do contracto, póde demandar a sua indemnisação<sup>1</sup>.

---

Art. 1969. Se as partes houverem sobre a mesma obrigação convencionado um lugar de pagamento e a renuncia do fôro de seu domicilio; será competente para as acções, que dessa obrigação derivarem, o juiz perante quem se obrigarão a responder.

<sup>1</sup> Per. e Souz. Dicc Jurid.—verb.—GARANTIA.

<sup>2</sup> Per. e Souz. *ibidem*.

<sup>3</sup> Per. e Souz. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 375.



255. Se, porém, a impossibilidade de se servir da coisa povém de caso fortuito, ou de culpa, ainda que leve, daquelle que a recebe, não póde pedir indemnisação<sup>2</sup>.

256. Aquelle que cede a coisa, é obrigado tambem a garantir as qualidades, que no contracto declarou que ella tinha; se as não tiver ainda em gráo mediano<sup>3</sup>.

257. Bem assim deve garantir as qualidades que cousas taes costumão ter, se a falta dellas não fôr manifesta no tempo do contracto<sup>4</sup>.

258. Igualmente deve garantir o menos preço que a coisa tiver, por causa de encargos gravosos, se estes não erão manifestos, e as cousas daquella especie não costumão a tê-las<sup>5</sup>.

259. Deve finalmente, garantir a fruição da coisa contra as pretensões de terceiro se este a pretende tirar ao possuidor por falta de direito que tivesse aquelle que lh'a ecdeu<sup>6</sup>.

260. Não tem lugar a garantia nos contractos, ou aquisições por titulo gratuito, como doações, ou legados; excepto se foi convencionada<sup>7</sup>, ou se o doador *dolosamente* doou a coisa alheia, pelas despesas e prejuizos, que o donatario soffrer<sup>8</sup>.

## **CAPITULO X.**

### **Da interpretação dos contractos.**

#### *§ 1.º — Pelo direito civil.*

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 376, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 743.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 377.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 §§ 4º e 9º, Dig. Port. Tom 1º art. 378.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 379.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 380.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 381.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 743

<sup>8</sup> Coelh. da Roch. loc cit. § 743.

261. Em todo o contracto ou obrigação deve-se attender á intenção, que as partes tiverão, com preferencia ao sentido litteral das palavras, em que elle está concebido<sup>1</sup>.

262. As palavras susceptiveis de diversos sentidos devem ser entendidas naquelle que mais convem á materia de que se trata<sup>2</sup>.

263. Qualquer palavra ambigua deve ser entendida segundo o uso do paiz onde o contracto foi feito<sup>3</sup>.

264. Uma clausula susceptivel de diversos entenderes, entende-se em aquelle, em que possa ter effeito, e não no outro, em que não tiver effeito algum<sup>4</sup>.

265. As clausulas que são do costume, subentendem-se estipuladas, se são precisas para a validade do contracto, ou quando são da natureza delle<sup>5</sup>.

266. As clausulas de um contracto servem de interpretação umas ás outras, quer sejam antecedentes, quer consequentes<sup>6</sup>.

267. Na duvida um acto ou contracto interpreta-se a favor da parte obrigada, e não a favor do credor<sup>7</sup>.

268. Por muito geraes que sejam os termos em que foi celebrado o contracto, este só comprehende as cousas sobre as quaes as partes se propuzerão tratar, e não as cousas de que ellas não cogitárão<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> L. 219 Dig. *de verb. signif.*; Ord. do Liv. 1º Tit. 62 §53 *in fine*; Dig. Port. Tom. 1º art. 382.

<sup>2</sup> Dig. Port loc. cit. art. 383.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 384.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 385.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 386.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 387.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 388.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 389.

269. Se no contracto se expressou um caso para explicar a obrigação, não se deve julgar que as partes a quizerão restringir àquelle unico caso, quando ella por direito é extensiva a outros casos<sup>1</sup>.

270. Quando a expressão do acto é duvidosa, para se achar o verdadeiro sentido póde empregar-se da mesma maneira que nas leis, a *interpretação authentica*, a *usual*, e a *doutrinal*<sup>2</sup>.

271. A *authentica*: quando se recorre á declaração feita pela mesma pessoa, em outra occasião; porém se para a validade do acto era necessario o concurso de muitas pessoas, a explicação de uma só não póde prejudicar os direitos das outras<sup>3</sup>.

272. A *usual*: dando ás palavras a significação ordinaria do lugar e do tempo, em que o acto foi celebrado; excepto si se provar que o agente lhe quiz dar outro sentido<sup>4</sup>.

273. Na *doutrinal*: 1º, deve attender-se à mente ou verdadeira intenção do agente, a qual deve deduzir-se da linguagem, causa, circumstancias e relações dos interessados; 2º, procurar-se o sentido mais accommodado ao objecto de que se trata; 3º, quando a expressão fôr incerta, deve entender-se de maneira, que o acto não fique sem effeito; 4º, entende-se sempre que as partes se quizerão conformar com a disposição das leis; 5º, a manifestação de vontade de renunciar, ou ceder os seus direitos, deve ser clara e positiva<sup>5</sup>.

#### § 2.º — *Pelo direito commercial.*

274. As palavras dos contractos e convenções mercantis devem inteiramente entender-se segundo o costume e uso recebido no commercio; e pelo mesmo modo e sentido por que os negociantes se

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 390.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 110.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 110

costumão explicar, posto que entendidos de outra sorte possam significar coisa diversa<sup>1</sup>.

275. Sendo necessario interpretar-se clausulas do contracto, a interpretação, além das regras sobreditas, será regulada sobre as seguintes bases:

1.<sup>a</sup> A intelligencia simples e adequada que fôr mais conforme á boa fé e ao verdadeiro espirito e natureza do contracto, deverá sempre prevalecer à rigorosa e restricta significação das palavras.

2.<sup>a</sup> As clausulas duvidosas serão entendidas pelas que o não fôrem, e que as partes tiverem admittido; e as antecedentes e subsequentes que estiverem em harmonia explicarão as ambíguas.

3.<sup>a</sup> O facto dos contrahentes posterior ao contracto, que tiver relação com o objecto principal será a melhor explicação da vontade que as partes tiverão no acto da celebração do mesmo contracto.

4.<sup>a</sup> O uso e pratica geralmente observada no commercio nos casos da mesma natureza, e especialmente o costume do lugar onde o contracto deva ter execução prevalecerá a qualquer intelligencia em contrario que se pretenda dar ás palavras.

5.<sup>a</sup> Nos casos duvidosos que não possam resolver-se segundo as bases estabelecidas, decidir-se-ha a favor do devedor<sup>2</sup>.

276. Se para designar a moeda, peso ou medida, se usar no contracto de termos genericos, que convenhão a valores ou quantidades diversas, entender-se-ha a obrigação na moeda em uso nos contractos de igual natureza<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 130.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 131.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 132.

277. Omittindo-se na redacção do contracto clausulas necessarias à sua execução, deverá presumir-se que as partes se sujeitarão ao que é de uso e pratica em taes casos entre commerciantes no lugar da execução do contracto<sup>1</sup>.

## **CAPITULO XI.**

### **Dos effeitos dos contractos.**

#### *§ 1.º — No estado presente.*

278. Em regra os contractos não só obrigão os proprios contrahentes, mas tambem a seus herdeiros; excepto, quando no contracto se attendêrão às qualidades da pessoa, v. g., a sua essencial ou assim se estipulou<sup>2</sup>.

279. Não obrigão a terceiro; excepto quando por este foi consentido. Se no contracto se estipulou alguma vantagem em favor de um terceiro, este póde pedi-la; mas em quanto elle não declarar a aceitação, os contractantes podem retractar-se, ou altera-la, como quizerem<sup>3</sup>.

#### *§ 2.º — Segundo o futuro Codice civil.*

280. Os *effeitos immediatos* dos contractos são as obrigações que delles derivão. Seus *effeitos posteriores*, são os dessas obrigações<sup>4</sup>.

281. Os contractos validos tem força de lei para as partes contractantes. Deve-se entender que cada um contractou para si, e seus successores universaes ou singulares, em quanto não constar o contrario<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 133.

<sup>2</sup> Cod, Civ. Franc. art. 1122, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 741.

<sup>3</sup> Cod. do Pr. Tit. 5.º art. 75, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 741.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freit. Cod. Civ. (Esboço) art. 1952.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freit. loc. cit, art. 1953.



282. Os contractos devem ser cumpridos de *boa fé*, pena de responsabilidade pelas faltas. Elles obrigão não só ao que expressamente se tiver convencionado, como a tudo que, segundo a natureza do contracto, fôr de lei, equidade ou costume<sup>1</sup>.

283. Se fôrem *bilateraes*, uma das partes não poderá demandar seu cumprimento sem provar que de seu lado os tem cumprido, ou que a sua obrigação é a prazo; ou sem se offerecer a cumpri-los<sup>2</sup>.

284. As obrigações dos contractos passam activa e passivamente para os successores das partes contractantes; salvo nos seguintes casos:

1.º Quando fôrem *inherentes á pessoa*, ou pela natureza do contracto, ou porque a lei tenha declarado que não se transmittem a herdeiros.

2.º Quando expressamente se convencionar que não se transmittão à herdeiros, ou que se transmittão a certos herdeiros.

3.º Quando derivarem de contractos gratuitos, que as tenham subordinado a alguma condição suspensiva<sup>3</sup>.

285. Os contractos não prejudicão nem aproveitão a terceiros. Só prejudicão nos casos de que trata a presente nota<sup>4</sup>, e quando fôrem feitos para serem cumpridos por um terceiro, se esse terceiro consentir em que a prestação se realize. Só aproveitão quando fôrem feitos a favor de terceiro, se este expressa ou tacitamente os aceitar<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1954.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1955.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1956.

<sup>4</sup> Em relação a *terceiros*, só produzirão effeitos em casos de *fraude* ou por direito de preferencia ou rateio em concurso de credores. Dr. Teix. de Freitas. obra cit. art. 875.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1957.

286. É tão livre fazer contractos, como distractos que os revoguem antes de terem sido cumpridos, não havendo lei que o proíba<sup>1</sup>.

287. Não haverá *distracto* sem novo consentimento das partes que contractarão. Os contractos não se reputarão dissolvidos só pela vontade de uma das partes, senão nos seguintes casos:

1.º Quando a lei assim autorisar.

2.º Quando se tiver convencionado *clausula de arrependimento*, se a lei não a prohibia.

3.º Quando se contractar a favor de terceiro, enquanto este não aceitar o contracto<sup>2</sup>.

288. Extinguem-se e resolvem-se as obrigações dos contractos pelas mesmas causas, que extinguem e resolvem as obrigações em geral, além das que fôrem peculiares a cada um dos contractos. A falta de uma das partes não autorisa a outra parte para reputar o contracto como resolvido, e mesmo para demandar a sua resolução, a menos que não tenha havido *pacto commissorio*, ou a lei não o autorise<sup>3</sup>.

289. Depois do cumprimento integral do contracto, sua dissolução por accôrdo das partes será considerada como um novo contracto para todos os effeitos legais<sup>4</sup>.

290. Os effeitos dos contractos celebrados no Imperio ou fóra delle para terem seu cumprimento no Imperio, serão julgados pelas leis do Imperio, ou as partes sejam nacionaes ou estrangeiras. Mas, os effeitos dos contractos, ainda que celebrados no Imperio, para terem cumprimento fóra

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1958.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 1959.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1960.

<sup>4</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 1961.

do Imperio, serão julgados pelas leis, e usos do paiz em que devião ter sido cumpridos, ou as partes sejam nacionaes ou estrangeiros<sup>1</sup>.

## **CAPITULO XII.**

### **Da nullidade dos contractos.**

#### *§ 1.º — Da nullidade em geral.*

291. A nullidade do acto juridico é a consequencia da falta de alguma solemnidade essencial na fórmula interna, ou externa do acto; é tambem a pena imposta pela lei á infracção<sup>2</sup>.

292. A *nullidade* umas vezes resulta ipso jure, isto é, por expressa declaração da lei; outras vezes só se verifica, quando o interessado a reclama<sup>3</sup>.

293. Assim o contracto sobre cousa illicita é nullo *ipso jure*: o contracto lesivo, a doação por causa de ingratidão só se annullão, requerendo-o a parte<sup>4</sup>.

294. Entre a nullidade e a rescisão ha realmente uma differença. Ha nullidade quando um acto é infecto de um vicio radical de sorte que não póde produzir effeito algum. Esta nullidade tem lugar quando as fórmulas exigidas pela lei não tem sido observadas: quando o acto é contrario às leis e aos bons costumes: ou quando celebrado por pessoas em quem não se póde suppôr vontade, como n'uma infante, n'um interdicto<sup>5</sup>.

295. Ha rescisão quando o acto, valioso na apparencia, encerra todavia um vicio que póde fazê-lo annullar, se uma das partes o requer, assim o erro, a violencia, o dolo, uma causa falsa, a menoridade e outras<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc cit. art. 1962.

<sup>2</sup> Coelho. da Rocha. Dir. Civ. § 109.

<sup>3</sup> Coelho. da Rocha. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelho. da Rocha. *ibidem*.

<sup>5</sup> Ferr. Borg. Dicc. Jurid. Com. verb. — RESCISÃO

<sup>6</sup> Ferr. Borg. Dicc. *ibidem*

296. As nullidades pertencem em geral à ordem publica, e não podem nesse caso ser cobertas nem pela ratificação, nem por prescrição. As rescisões pelo contrario podem ser cobertas pela ratificação, ou silencio das partes, e uma dellas não póde pedir a rescisão senão provando que o acto lhe é nocivo<sup>1</sup>.

297. Apesar destas differenças que existem nas cousas em si, tanto os jurisconsultos como os codigos empregão indifferentemente as palavras nullidade e rescisão<sup>2</sup>.

§ 2.º — *Nos contractos commerciaes.*

298. São nullos todos os contractos *commercias*:

1.º Que fôrem celebrados entre pessoas inhabeis para contractar.

2.º Que recahirem sobre objectos prohibidos pela lei ou cujo uso ou fim fôr manifestamente offensivo da sã moral e bons costumes.

3.º Quando não designarem a causa certa de que deriva a obrigação.

4.º Que fôrem convencidos de fraude, dolo ou simulação.

5.º Sendo contrahidos por commerciante que vier a fallir, dentro de quarenta dias anteriores á declaração da quebra<sup>3</sup>.

299. Todo o documento de contracto commercial em que houver raspadura ou emenda substancial não resalvada pelos contrahentes com assignatura da resalva, não produzirá effeito algum em juízo, salvo mostrando-se que o vicio fóra de proposito feito pela parte interessada em que o contracto não valha<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Ferr. Borg. Dicc. Jurid. Com. verb. RESCISÃO.

<sup>2</sup> Ferr. Borg. *ibidem*.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 129.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 134.

300. As questões de facto sobre a existencia de fraude, dolo, simulação ou omissão culpavel na formação dos contractos commerciaes, ou na sua execução, serão determinadas por arbitradores<sup>1</sup>.

301. A nullidade dos contractos commerciaes só póde ser pronunciada:

1.º Quando a lei expressamente o declara.

2.º Quando fôr preterida alguma solemnidade substancia para a existencia do contracto e fim da lei<sup>2</sup>.

302. As nullidades ou são de — *pleno direito* — ou dependentes de rescisão<sup>3</sup>. São nullidades de — *pleno direito*:

1.º Aquellas que a lei formalmente pronuncia em razão da manifesta preterição de solemnidades, visivel pelo mesmo instrumento ou por prova litteral.

2.º Aquellas que posto não expressas na lei se subentendem por ser a solemnidade que se preterio substancial para a existencia do contracto e fim da lei, como se o instrumento é feito por official publico incompetente; sem data e designação do lugar, sem subscrição das partes e testemunhas, não sendo lido ás partes e testemunhas antes de assignado<sup>4</sup>.

303. Dá-se a nullidade dependente de rescisão quando no contracto valido em apparencia ha preterição de solemnidades intrinsecas; taes são: 1º, os contractos que segundo oCodigo são annullaveis (arts. 678 e 828); 2º, os contractos em que intervem dolo, simulação, fraude, violencia, erro (arts. 129 § 4º, 220 e 677 doCodigo)<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. cit. art. 139.

<sup>2</sup> Regul. N. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 682.

<sup>3</sup> Regul. cit. art. 683.

<sup>4</sup> Regul. cit. art. 684.

<sup>5</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 685.

304. A distincção das nullidades de — *pleno direito* — ou dependentes de rescisão tem os seguintes efeitos:

1.º Os contractos em os quaes se dão nullidades de pleno direito considerão-se nulos e não tem valor sendo produzidos para qualquer effeito juridico ou official; aquelles porém em que intervem nullidades dependentes de rescisão considerão-se annullaveis (arts. 678 e 828 do Codigo), e produzem todo o seu effeito em quanto não são annullados pela acção de rescisão.

2.º A nullidade de pleno direito póde ser allegada independentemente da prova de prejuizo; mas a nullidade dependente de rescisão carece desta prova.

3.º A nullidade de pleno direito não póde ser relevada pelo juiz que a deve pronunciar, se ella consta do instrumento ou da prova litlral; mas a nullidade dependente de rescisão carece da apreciação do juiz à vista das provas e circumstancias.

4.º A nullidade de pleno direito póde ser allegada e pronunciada por meio de acção ou defesa; mas a nullidade dependente de rescisão deve ser pronunciada por meio de acção competente. Quando a nullidade dependente de rescisão é opposta em defesa, a sentença neste caso não annulla absolutamente o contracto, mas só relativamente ao objecto de que se trata.

5.º A nullidade de pleno direito póde ser allegada por todos aquelles que provarem o interesse da sua declaração; mas a nullidade dependente de rescisão só póde ser proposta por acção competente pelas partes contractantes, successores e subrogados, ou pelos credores no caso do art. 828 do Codigo Commercial.

Todavia a nullidade dependente de rescisão póde ser opposta em defesa sem dependencia de ação directa rescisoria: 1º, pelas partes contractantes, successores e subrogados; 2º, pelo terceiro na parte em que

o prejudica, e só relativamente a elle; 3º, pelo exequente na execução e pelos credores no concurso de preferencia para impedirem o effeito de contractos simulados, fraudulentos e celebrados em fraude da execução<sup>1</sup>.

305. As nullidades tambem se dividem em nullidades absolutas e nullidades relativas para o effeito seguinte:

As nullidades absolutas podem ser propostas ou allegadas por todos aquelles a quem interessão ou prejudicão, como se diz no numero antecedente; mas as nullidades relativas, fundadas na preterição de solemnidades estabelecidas em favor de certas pessoas, como a mulher casada, menores, presos, réos e outros, só podem ser allegadas e propostas por essas pessoas ou por seus herdeiros, salvos os casos expressos nas leis. A nullidade relativa, sendo de pleno direito, não será pronunciada provando-se que o contracto verteu em manifesta utilidade da pessoa a que a mesma nullidade respeita. A nullidade relativa dependente de rescisão está sujeita ás regras do membro segundo do numero antecedente<sup>2</sup>.

306. Só as nullidades dependentes de rescisão e as relativas podem ser ratificadas. A ratificação tem effeito retroactivo, salva a convenção das partes e o prejuizo de terceiro<sup>3</sup>. Só podem ser pronunciadas ex-officio as nullidades de pleno direito absolutas<sup>4</sup>.

307. A nullidade do instrumento não induz a nullidade do contracto quando o mesmo instrumento não é da substancia d'elle, e póde o mesmo contracto ser provado por outro modo legal. A fórmula que a lei exige para qualquer acto presume-se não observada, e preenchida, se do mesmo acto não consta ter sido observada ainda que por outro modo isto se prove<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 686.

<sup>2</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 687.

<sup>3</sup> Cit. Regul. art 688.

<sup>4</sup> Cit. Regul. art. 689.

<sup>5</sup> Cit. Regul. art. 690.

308. O instrumento publico nullo, se está assignado pela parte, vale como particular nos casos em que o Codigo admite um ou outro; e póde tambem constituir principio de prova por escripto quando o mesmo Codigo não exige prova determinada<sup>1</sup>.

309. O instrumento nullo por falta de alguma solemnidade que o Codigo exige para constituir algum contracto especial, valerá como titulo de divida<sup>2</sup>.

310. A falta de registro, salvos os casos expressos no Codigo, não importa a nullidade do instrumento, mas sómente a sancção especial que o Codigo estabelece nos casos em que o exige<sup>3</sup>.

311. A acção de rescisão que o art. 828 do Codigo concede aos credores sómente compete áquelles que o erão ao tempo do acto fraudulento<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Regul. art 691.

<sup>2</sup> Cit. Regul, art 692.

<sup>3</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 693.

<sup>4</sup> Cit. Regul. art. 694.



## **TITULO II.**

### **DOS CONTRACTOS EM PARTICULAR.**

#### **CAPITULO I.**

##### **Das doações.**

§ 1.º — *Noção de doação e sua natureza.*

312. *Doação* é o contracto pelo qual uma pessoa concede *gratuitamente* todos, ou alguma parte de seus bens<sup>1</sup>.

313. Aquelle que concede os bens, chama-se *doadôr*; o que aceita, *doado*, ou *donatario*<sup>2</sup>.

314. É da essencia da doação ser *gratuita*, pois se o donatario tinha direito a pedir a cousa doada, ou o seu equivalente , então degenera em *dação em pagamento*, ou em outra especie de contracto oneroso<sup>3</sup>.

315. A doação pôde ser *pura*, ou *modal*: a esta chamão os interpretes *impropria* ou *relativa*<sup>4</sup>.

316. Doação *pura e simples*: é em direito a que não é *condicional*, como a Ord. do Liv. 4º Tit. 63 princ. explica pelas palavras — *sem condição* —; porém o pensamento da dita Ord. é mais amplo porque comprehende tambem a *doação feita sem causa passada, presente, ou futura*. As palavras — *causa passada*, ou presente, alludem ás doações *remuneratorias*; isto é, feitas para recompensar serviços anteriores do donatario ou serviços actuaes. As palavras — *causa futura* — indicão o que em

---

<sup>1</sup> Waldek § 33, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 750.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º, Tit. 63 princ. , Lobão Fass. Tom. 1º Diss. 3º §§ 2 e 3. Coelh. da Roch. *ibidem*.

direito chama-se *modo* ou *fim*; isto é, *doações modaes*, doações feitas com o encargo de prestar o donatario algum serviço, ou de fazer alguma coisa<sup>1</sup>.

317. Na doação modal, se o donatario não satisfaz ao fim, para o qual lhe foi dado, tem lugar as regras sobre os direitos e obrigações modaes<sup>2</sup>.

318. Na doação remuneratoria, se os serviços que o donatario fez são taes, que darião lugar à acção de demandar paga, a doação não se regula pela lei das doações, senão no excedente dos serviços; mas sim pela lei das doações em pagamento<sup>3</sup>.

319. A doação antes de aceita pelo beneficiado é um *acto unitateral*, como o testamento. Depois de aceita é um *contracto unilateral, gratuito, e consensual*<sup>4</sup>.

320. É *contracto unilateral*, porque necessariamente só produz para o doador a obrigação de entregar ao beneficiado a coisa doada; a menos que seja doação com encargos. É *contracto gratuito*, porque é só de proveito para o beneficiado, a menos que seja remuneratoria ou com encargos. É *contracto consensual*, porque não depende da entrega da coisa doada para produzir seus effeitos; ao contrario, realizada a entrega, tem produzido no mesmo instante seus effeitos<sup>5</sup>.

321. Todas as doações não são *actos de commercio*, porque o character commercial dos contractos vem da *especulação*, da intenção de obter lucro ou ganho pecuniario<sup>6</sup>.

322. Como a alforria gratuita tem analogia com a doação, considerada esta como acto unilateral antes de aceita pelo donatario, e como acto bilateral depois de aceita; segue-se que as cartas de alforria que por fallecimento do senhor são achadas entre seus papeis, sem que

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 419.

<sup>2</sup> Dig. Port Tom. 3º art 101.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art 103.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art 411.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 4110.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

delias tivessem conhecimento os escravos libertados, não produzem seus efeitos legais senão depois do falecimento<sup>1</sup>.

323. Os filhos, pois, de uma escrava libertada nestas circunstancias, nascidos antes de ter a carta de alforria produzido seus efeitos, antes de ser conhecida, como se estivesse *in mente reposta*, são escravos<sup>2</sup>.

324. Como o doador nenhum proveito tira deste contracto, em regra interpreta-se a seu favor<sup>3</sup>.

### § 2.º — *Sua classificação.*

325. A principal classificação da doação é *inter vivos*, ou *mortis causa*. Diz-se *inter vivos*, quando o doador transfere imediatamente para o donatario a propriedade dos bens; nem deixa de ser tal, ainda que o doador reserve o usufructo: e *mortis causa*, quando a transferencia só se ha de verificar pela morte do doador<sup>4</sup>.

326. Ambas são celebradas em forma de contracto; mas a primeira fica irrevogavel desde a aceitação do donatario, como os outros contractos; a segunda participa de acto de ultima vontade, e portanto é sempre revogavel<sup>5</sup>.

## SECÇÃO I.

### DA DOAÇÃO INTER VIVOS.

#### § 1.º — *Que pessoas podem doar, e a quem.*

327. Como a doação *inter vivos* é um contracto, podem doar todos os que podem contractar e dispôr de seus bens, e em favor de todos os que não são inhibidos<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 750.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 751.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 751.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 752.

328. Por outra. Aquelle que tem a livre administração dos seus bens, póde dota-los a outra pessoa, ou doa-los sem ter outro motivo, que o de exercer um acto de liberalidade<sup>1</sup>.

329. Portanto, o dote, ou doação para, é para o donatario um justo titulo para adquirir a propriedade, bem como para poder prescrever<sup>2</sup>.

330. O pai ou mãe podem fazer doação a seus filhos, ainda que constituídos debaixo do patrio poder<sup>3</sup>.

331. O animo de doar regularmente não se presume. Mas presumpções graves, quaes o proximo parentesco, a pequenez da quantia dada, e o silencio do doador por diuturno tempo, sem jamais pedir a coisa dada, e outras semelhantes, podem fazer julgar que elle quiz dar liberalmente<sup>4</sup>.

332. As doações feitas por homem casado á sua concubina, não só podem ser annulladas pela mulher, como pelos filhos desta e outros seus herdeiros necessarios<sup>5</sup>.

333. Concede-se este direito á mulher, ou esteja na companhia do marido, ou d'elle separada; e ainda que a doação fosse disfarçada em venda, ou em outro qualquer contracto<sup>6</sup>.

334. A. mulher nestes casos poderá reivindicar os bens sem por elles pagar preço algum<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 80.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. § 81.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 97 princ. e § 3º, Dig, Port. loc. cit art 85.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 3º arts. 82 e 83.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 06, Consolid. das Leis Civ. art. 426 Dig. Port. Tom. 3º art. 87, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 752.

<sup>6</sup> Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 427, Dig. Port. loc. cit. art. 83.

<sup>7</sup> Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 428.

335. O que se dispõe sobre as doações feitas á concubina é applicavel á qualquer outra mulher com quem o marido tivesse affeição carnal<sup>1</sup>.

336. Para reivindicar bens moveis ou immoveis, doados ou transferidos pelo marido á sua concubina, será a mulher recebida em juizo sem dependencia de autorisação; e esses bens lhe ficão exclusivamente pertencendo<sup>2</sup>.

337. A acção da mulher casada para reivindicar os bens doados ou transferidos pelo marido á sua concubina, póde ser por ella proposta, enquanto viver na companhia do marido<sup>3</sup>.

338. Morto o marido, ou estando a mulher separada delle, a acção deve ser intentada dentro de quatro annos depois da morte ou separação<sup>4</sup>.

339. Morta a mulher, seus filhos e herdeiros necesarios podem demandar os bens até quatro annos, a contar do dia do fallecimento<sup>5</sup>.

#### § 2.º — *Quaes bens podem ser doados.*

340. Podem ser doadas todas as cousas, que estão em commercio; e não só os bens presentes, mas ainda os que o doador espera haver de futuro<sup>6</sup>. Porém os bens futuros, assim como os direitos e acções, não se entendem doados, se delles se não fez expressa

---

<sup>1</sup> Ord. cit, Consolid. das Leis Civ. art. 429.

<sup>2</sup> Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 147, Dig. Port loc. cit. art. 88.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 66, Consolid. das Leis Civ. art. 1327, Díg. Port. *Ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 1328, Dig. Port. Tom. 3º art. 88.

<sup>5</sup> Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 1329, Dig. Port. loc. cit. art 89.

<sup>6</sup> Dig. Port loc. cit art 90.

declaração <sup>1</sup> ; porquanto, as doações costumão ser intepretadas strictamente, e de modo que menos gravem o doador<sup>2</sup>.

341. É nulla a doação geral inter vivos sem reserva do usufructo, ou do necessario para a subsistencia do doador<sup>3</sup>; porque o doador, que dê todos os bens sem reserva, com a qual honestamente possa viver, deve reputar-se prodigo<sup>4</sup>.

342. Parece reserva razoavel, a que o doador faça do usufructo dos bens doados, durante a sua vida<sup>5</sup>.

343. Se, fazendo doação geral, o doador reserva alguns bens para testar, sem declarar quantos, entende-se reservada a terça<sup>6</sup>.

344. E se o pai ou mãe fizer dote ou doação da terça, poderá em todo o caso testar da terça da terça<sup>7</sup>.

345. Se o doador de todos os bens não testar da reserva, esta se devolve ao donatario universal. Mas se o doador tiver descendentes, ascendentes, irmãos, ou filhos de irmãos, a reserva pertencerá a elles, e não ao donatario<sup>8</sup>.

346. O doador que espontaneamente deu, não é obrigado á evicção dos bens doados, salvo se a ella se obrigou<sup>9</sup>.

347. Tambem não é obrigado a pagar os rendimentos dos bens doados, se não foi moroso na entrega, mas o donatario os deixou em a mão do doador, sem lh'os pedir<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Perez in Cod. L. 8º Tit. 54 n. 20, Lobão Obrig. Recipr. § 384, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 753, Dig. Port. loc. cit. art 91.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit art. 92.

<sup>3</sup> Cit. Ord. Tit. 70 § 3º. Coelh. da Roch. *ibidem*, Dig. Port. loc. cit. art 93, Consolid. das Leis Civ. art. 425.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 93.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 94.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 95, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 753.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*, Dig. Port. loc. cit. art. 96.

<sup>8</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>9</sup> Dig. Port. loc cit. art. 104.

348. Ainda que o doador seja obrigado a entregar o que prometteu, se entretanto vem a cahir em necessidade, não pôde ser constrangido a dar exactamente tudo, mas tão sómente quanto possa razoavelmente dar<sup>2</sup>.

§ 3.º — *Fórmula externa.*

349. As leis não estabelecem solemnidades externas para este contracto, o qual por isso pôde provar-se por qualquer especie de prova, e até por presumpções graves<sup>3</sup>.

350. Mas nas doações, que devem ser insinuadas é essencial a escriptura publica<sup>4</sup>.

351. Temos aqui uma excepção. As doações entre parentes nos casos da Ord. do Liv. 3.º Tit. 59 devem ser insinuadas; porém a escriptura publica não é da substancia dellas *ex vi* da citada Ord. § 11, e da segunda parte do § 21 que diz: — *E quanto aos dotes, e quaesquer outras convenções, e promettimentos feitos nos casamentos, haverá lugar o que dizemos no § 11*<sup>5</sup>.

352. Quando as doações forem irregulares por falta de escriptura publica, e o doador as confirmar em testamento, valem como legados, ainda que ao donatario não denomine legatario<sup>6</sup>.

353. Não opera seus effeitos a respeito dos terceiros senão pela transcrição, e desde a data delia, a transmissão entre vivos por título oneroso ou gratuito, dos immoveis susceptiveis de hypotheca<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 105.

<sup>2</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 106.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 754, Dig. Port. loc. cit. art. 83.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tít. 19 princ., Dig. Port. loc. cit. art. 84, Coelh. da Roch. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 413.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 413.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>7</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 8º., Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 art. 256.

§ 4.º — *Da insinuação e seu processo.*

354. Entre as formalidades externas da doação póde contar-se a *insinuação*; isto é, a confirmação da doação feita pela autoridade publica, precedendo averiguação sobre a espontaneidade do doador<sup>1</sup>.

355. O fim desta formalidade é dar ao doador tempo de reflectir, e obstar á precipitação, e aos abusos e conloios, com que poderia ser illudida a sua boa fé, os quaes sendo fataes em todos os contractos, neste o são muito mais<sup>2</sup>.

356. Todas as doações de bens moveis ou immoveis que excederem á quantia de trezentos e sessenta mil réis sendo feitas por varão, e de cento e oitenta mil réis sendo feitas por mulher, devem ser insinuadas<sup>3</sup>. Esta disposição comprehende as doações entre parentes nos casos da Ord. do Liv. 3º Tit. 59 § 11<sup>4</sup>.

357. A falta de insinuação annulla estes contractos, não no todo, mas sómente no que passar das taxas estabelecidas<sup>5</sup>.

358. O Alvará de 30 de Outubro de 1793 nada tem com as doações<sup>6</sup>; entretanto a Relação da Côrte, em Accórdão de 1 de Fevereiro de 1855, decidio que — a doação de bens moveis, cujo valor não exceder a um conto e duzentos mil réis, póde ser provada com testemunhas, e fortes presumpções, independente de escriptura publica, e de insinuação<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 755.

<sup>2</sup> Lobão Fase Tom. 1ª Diss. 3º §§ 3 e 4, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 62 princ., Alv. de 16 de Setembro de 1814 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 411, Dig. Port. Tom. 3º art. 107, Coelh. da Roch. loc cit. § 757.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 411.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 62 princ., Lei de 25 de Janeiro de 1775, Consolid. das Leis Civ. art. 412, Dig. Port. Tom. 3º art. 107.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 412.

<sup>7</sup> Correio Mercantil n. 46 de 1855.



359. Deve ser requerida a insinuação aos juizes de primeira instancia, e averbada no livro competente dentro de dous mezes a contar da data da escriptura<sup>1</sup>.

360. Consiste a insinuação

1.º Na inquirição do doador sobre sua livre e espontanea vontade, sem influencia de qualquer engano, induzimento, medo, ou conloio.

2.º Na inquirição dos vizinhos do mesmo doador que tenham razão de saber como a doação foi feita<sup>2</sup>.

361. Se pela inquirição ficar averiguado o livre consentimento do doador, e removida toda a suspeita de artificio, a doação será confirmada pelo juiz<sup>3</sup>.

362. Esta sentença não terá execução judicial, sem constar que foi pago o imposto de quatro por cento da coisa doada, exceptuadas as doações a descendentes ou ascendentes<sup>4</sup>.

363. A avaliação dos bens doados deve ser feita por autoridade judicial; porém os encargos dos bens, ou impostos á pessoa do donatario, devem ser descontados<sup>5</sup>.

364. Se no mesmo acto o doador fez differentes doações a diversas pessoas, ainda que cada uma aeja menor que a quantia da lei, mas juntas todas a excedera; estas doações devem ser insinuadas; se o não fôrem, a quantia da lei será rateada por todos os donatarios, e o excesso é nullo<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei de 2 de Setembro de 1828 art. 2º § 1º Consolid. das Leis Civ. art. 414.

<sup>2</sup> Ord. cit. § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 415.

<sup>3</sup> Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 416, Dig. loc. cit. art. 110.

<sup>4</sup> Tabelião de 1841 § 43, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 416.

<sup>5</sup> Alv. de 11 de Abril de 1661 § 49, Lobão Fasc. Tom. 1º Diss. 3º § 113, Dig. Port. Tom. 3º art. 112, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 756.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 113, Lobão loc. cit. § 112.

365. Se um daquelles donatarios insinuou a sua doação, e os outros não, a insinuada valerá na sua totalidade, e se ella absorver as quantias da lei, as outras doações ficão sem effeito<sup>1</sup>.

366. Se apparecerem differentes doações entre as mesmas pessoas, cada uma é considerada em separado para o effeito de dever, ou não, ser insinuada conforme o seu valor; excepto se houver presumpção de terem sido subdivididas para fraudar a lei<sup>2</sup>.

367. Se ha presumpções fortes de ter sido dividida a doação em diversos actos, para fraudar a lei da insinuação, julga-se nulla no excedente á quantia da lei<sup>3</sup>.

368. São isentas da insinuação:

1.º As doações ou dotes que os pais fazem aos filhos, não excedendo as legitimas dos donatarios, e além destas as taxas da lei<sup>4</sup>.

2.º As doações *causa mortis*<sup>5</sup>.

3.º As nomeações de bens aforados, se o foreiro reserva para si o usufructo durante sua vida. Não reservando o usufructo e transferindo logo os bens, a doação é entre vivos<sup>6</sup>.

369. Não devem ser insinuadas as doações remuneratorias a pessoas estranhas das familias dos doadores, sem que primeiro legalmente se prove a verdade dos serviços que as motivarão, e sem prévio conhecimento da equipollencia de taes serviços aos bens doados<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc cit art. 114, Coelh, da Roch. loc. cit. § 756.

<sup>2</sup> Lobão loc. cit. § 113, Coelh. da Roch. *ibidem*, Dig. Port, loc. cit. art. 115.

<sup>3</sup> Lobão Fasc. Tom. 1º Diss. 3º § 113, Dig. Port. Tom. 3º art. 116.

<sup>4</sup> Ass. de 21 de Julho de 1797, Consolid. das Leis Civ. art. 417 § 1º., Dig. Port. loc. cit. art. 115.

<sup>5</sup> Resol. de 10 de Outubro de 1805, Consolid. das Leis Civ. art. 417 § 2º.

<sup>6</sup> Prov. de 15 de Novembro de 1775, Ass. de 21 de Julho de 1797, Prov. de 17 de Agosto de 1801, Consolid. das Leis Civ. art. 417 § 3º.

<sup>7</sup> Lei de 25 de Janeiro de 1775, Consolid. das Leis Civ. art. 418.

370. O Repertorio das Ordenações Tom. 2º, pag. 182 declara isentas de insinuação as *doações remuneratorias, doações com encargos, doações reciprocas, transacções*; e foda estas limitações são exactas, porque as transacções não são contractos gratuitos, e taes doações não são motivadas por espirito de para liberalidade<sup>1</sup>.

371. Não são doações, e portanto independem de insinuação, as concessões gratuitas de terrenos com permissão de fazer bemfeitorias ou sem ella, ou as de uso ou gozo de quaesquer predios, ou de bens moveis; ha só *commodato* nestas concessões<sup>2</sup>.

372. O mesmo se deve dizer das *alforrias*, por não serem propriamente doações<sup>3</sup>. Não são propriamente doações, porque uma das partes abandona uma porção de seus bens, e a outra adquire um direito que não é patrimonial, adquire a sua liberdade<sup>4</sup>.

373. Sem duvida o senhor que liberta um escravo sacrifica por liberalidade uma propriedade verdadeira e de seu lado verificação-se as condições essenciaes da doação. O escravo libertado recebe o maior beneficio que um homem póde fazer a outro; porém o senhor não transmite ao libertado a propriedade do escravo. Esta propriedade fica completamente aniquilada, e a alforria crêa um homem livre, um sujeito capaz de direito<sup>5</sup>.

374. A alforria testamentaria ou entre vivos, não era uma doação, e nunca se lhe applicou a insinuação. Se no Direito Romano se a tem chamado *donnatio*, é no sentido improprio da palavra<sup>6</sup>.

375. A nullidade por falta de insinuação póde ser arguida tanto pelo doador, como por seus herdeiros, ou ainda por terceiros interessados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 417 § 3º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Man. do Proc. dos Feitos § 561 e not. 1182, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Cív. not. ao § 3º do art. 417.

§ 5.º — *Da revogação das doações.*

376. A doação pura e simples sem condição ou causa, desde que é aceita pelo donatario, ou em seu nome pelo tabellião ou pessoa competente, não pôde ser revogado em tempo algum; salvo por ingratidão do donatario<sup>2</sup>.

377. São causas de ingratidão para revogar-se a doação:

1.º Se o donatario em presença, ou ausencia do doador, injuriou-o gravemente<sup>3</sup>.

2.º Se o ferio, ou lhe pôz as mãos com animo de injuria-lo e deshonra-lo<sup>4</sup>.

3.º Se lhe machinou grave prejuizo, ainda que não o levasse a effeito<sup>5</sup>.

4.º Se attentou contra a vida do doador<sup>6</sup>.

378. Mas se a doação fôr feita a algum seu filho por doadora viuva que depois tornou a casar, só poderá ser revogada nos casos seguintes:

1.º Se o donatario attentou contra a vida della.

2.º Se lhe pôz as mãos irosamente.

3.º Se lhe machinou a perda de todos os seus bens<sup>7</sup>.

379. É porém revogavel a doação condicional, se o donatario deixar de cumprir qualquer promessa á que por motivo da doação sujeitou-se para com o doador<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lobão Fasc. Tom. 1º Dissert. 3º § 123, Dig. Port. Tom. 3º art. 125.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 63 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 419.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º, Til. 63 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 421 § 1º, Dig. Port. loc. cit. art. 133.

<sup>4</sup> Ord. cit. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 421 § 2º, Dig. Port. loc. cit. art. 132, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 760.

<sup>5</sup> Cit. Ord. § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 421 § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 134, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Ord. do Liv 4º Tit. 63 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 421. §4º. Dig. Port. loc. cit. art. 131. Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Ord. cit. § 6º, Consolid. das Leis Civ. art 422, Dig. Port. oc. cit. art. 135, Coelh. da Roch *ibidem*.

380. Neste caso os bens revertem ao doador livres de encargos, ou hypothecas, com que o donatario os gravou; o sendo immoveis, póde-os reivindicar do poder de terceiro, a quem o donatario os tenha transferido<sup>2</sup>.

381. Póde porém o doador, em vez de os reivindicar, demandar o donatario pelo interesse, que lhe resultaria do implemento do modo promettido<sup>3</sup>.

382. Não só o doador, mas ainda seus herdeiros podem demandar o donatario, ou seus herdeiros, para que se revogue a doação por este motivo<sup>4</sup>.

383. O revogar a doação por ingratidão é sómente concedido ao doador, e não a seus herdeiros; estes porém podem proseguir a demanda começada pelo doador<sup>5</sup>.

384. Os herdeiros do donatario tambem não podem ser demandados por causa da ingratidão do defunto; mas póde com elles proseguir-se a causa começada<sup>6</sup>.

385. Ainda que a doação venha a revogar-se por ingratidão, subsistem as alheações, e hypothecas dos bens doados, feitas antes de intentada a causa<sup>7</sup>.

386. Porém o donatario convencido de ingrato deve restituir os preços dos bens alheados, com os quaes se tenha locupletado; e tambem os fructos e rendimentos recebidos desde a lide intentada<sup>1</sup>.

---

1 Ord. cit. § 5o, Dig. Port. loc. cit. art. 126, Consolid. das Leis Civ. art. 420, Coelh. da Roch. loc. cit. § 759.

2 Dig. Port. loc. cit. art. 127.

3 Dig. Port. loc. cit. art. 128.

4 Dig. Port. loc. cit. art. 129.

5 Ord. do Liv. 4º Tit. 63 § 9º, Dig. Port. Tom. 3º art. 136, Consolid. das Leis Civ. art. 423 e not.

6 Dig. Port. loc. cit. art. 137.

7 Dig. Port. loc. cit. art. 138, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 760.

387. O dote ou doação por causa de matrimonio não póde ser revogada por causa da ingratidão do doado<sup>2</sup>.

388. Dizendo a Ord. do Liv. 4º Tit. 63 princ., no segundo período, em referencia ás doações puras, que os doadores podem revogalas por causa de ingratidão; não se conclua a *contrario sensu* que a revogação por ingratidão não é concedida relativamente a todas as outras doações que não são puras. A conclusão fôra procedente quanto ás *doações remuneratorias*, que certamente o doador não póde revogar por causa de ingratidão. Não fôra porém procedente quanto ás *doações condicionaes e doações com encargos*<sup>3</sup>.

389. Quanto ás *condicionaes*, porque antes do cumprimento da condição póde dar-se ingratidão do donatario, e portanto applica-se o pensamento da lei. Quanto ás *doações com encargos*, porque tanto é possível sua revogação por ingratidão, que o caso está previsto no § 5º da Ord., e vai consolidado no n. 379<sup>4</sup>.

390. A alforria por acto entre vivos tambem é irrevogavel da parte do senhor ou seus herdeiros<sup>5</sup>.

391. Tambem é revogavel, dizem os Praxistas, pela superveniencia de filhos ao doador autorisando-se com a Ord. do Liv. 4º Tit. 65 princ., relativa às doações entre marido e mulher<sup>6</sup>.

392. Eu não vejo, diz o Sr. Dr. Teixeira de Freitas na nota ao art. 420 da Consolid. das Leis Civ., tal cousa na lei, embora Mell. Freir., Liv. 4º Tit. 3º § 3º, diga com sua autoridade magistral que a Ord. deve assim ser entendida. Seu commentador Liz Teixeira, tom. 1º, pag. 513, com muita razão não conformou-se com tal intelligencia.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 139.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. tit. art. 140.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 419.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 420.

393. Será revogavel, como igualmente dizem os Praxistas, por ser *inofficiosa*, isto é, quando feita pelo pai em fraude das legitimas de seus filhos? Tambem não vejo isto em alguma lei nossa, diz o Sr. Dr. Teixeira de Freitas no lugar citado; nem ha exemplo no nosso fôro de revogação por tal motivo de doação feita pelo pai a estranhos.

394. As doações inofficiosas que conhecemos são as da Ord. do Liv. 4º, Tit. 97, § 3º, feitas pelo pai ou mãe a algara de seus filhos em prejuizo das legitimas dos outros. Póde-se entretanto argumentar com a Ord. do Liv. 4o, Tit. 47, § 1º, porque a razão é a mesma<sup>1</sup>.

395. É porém revogavel a doação, sempre que fôr feita em fraude de credores. Era materia de fallencia, nosso Codigo do Commercio, art. 827, § 1º, estabelece em favor da massa fallida sómente um caso de presumpção de fraude dessas doações era prejuizo de credores, a saber, quando são feitas depois do ultimo balanço, constando deste que o activo era inferior ao passivo. Fóra deste caso, a fraude das doações deve ser provada, como diz o art. 828 do cit. Cod. Tal prova existe (trate-se ou não do devedor fallido) convencendo-se que na época da doação o doador achava-se era estado de insolvencia, ou reduzio-se a tal estado por motivo da mesma doação, sem que seja necessario provar que da parte do donatario houve má fé, *scilicet*, conhecimento da insolvencia do doador<sup>2</sup>.

396. O que se acaba de dizer sobre a fraude das doações procede sem differença quanto ás *alforrias* em fraude dos credores de quem as dá<sup>3</sup>.

397. Pelas razoes declaradas no n. 377 e seus membros, podem revogar-se as alforrias<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. nota ao art. 420.

<sup>2</sup> L. 6, § 11. Dig. *quoe in fraud. cred.*; Corr. Tell. Doutr. das Acç., § 108, not. 1; Consolid. das Leis Civ.. not. ao art. 420.

<sup>3</sup> Inst. *Qui et quib. ex caus. manumit non pos.* § 3º; Dig. *qui et a quib. manumis. lib. non fiunt*; Cod. *qui manumit non pos. et ne infrand cred. manumit*. Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 420.

398. O direito de revogar a doação por motivo de ingratidão não se transmite aos herdeiros do doador, nem contra os herdeiros do donatário<sup>2</sup>; mas podem os herdeiros proseguir na acção já começada pelos proprios doadores<sup>3</sup>.

399. O donatario não tem acção para engeitar a cousa doada, como a tem o comprador por vicios redhibitorios<sup>4</sup>.

## SECÇÃO II.

### DA DOAÇÃO DA CAUSA MORTIS

#### § 1.º — Qual é a doação causa mortis.

400. Doação *causa mortis* é aquella em que o doador manifesta vontade de doar por sua morte, sem animo de transferir já no donatario o dominio dos bens<sup>5</sup>.

401. Se transfere logo o dominio, ainda que demore a tradição para quando morrer, em tal caso a doação é entre vivos<sup>6</sup>.

402. Se o doador, a titulo de doação *causa mortis*, dôa e se obriga a não revogar a doação, é uma verdadeira doação entre vivos, com troca de nome<sup>7</sup>.

403. Em contrario, se o doador doar entre vivos, reservando a faculdade de revogar a doação quando quizer, é uma verdadeira doação *causa mortis*<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 63 § 7º; Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 421. Esta é a disposição de direito; mas duvido muito que hoje, com as idéas liberaes que se tem manifestado, haja tribunal que assim o julgue.

<sup>2</sup> Ord. cit. § 9º; Consolid. das Leis Civ. art 423.

<sup>3</sup> Ord. cit.; Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit. 17 § 9º; Consolid. das Leis Civ. art. 424.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 159.

<sup>6</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 160.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit., art. 123; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 763.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc cit. art. 124.



404. Se dá para sempre, e declara que nunca revogará a doação, esta, ainda que seja denominada *causa mortis*, é realmente doação entre vivos<sup>1</sup>.

405. Na nota ao art. 447 § 2º da Consolid. das Leis Civ., diz o Sr. Dr. Teixeira de Freitas: — Pelas idéas actuaes do nosso fôro, entende-se unicamente por doações *causa mortis* as promessas gratuitas de bens para produzir effeito depois da morte dos promittentes, e portanto revogaveis a seu arbitrio. Estas porém não são as verdadeiras doações *causa mortis*, e por isso vem a duvida de serem ou não isentas de insinuação as verdadeiras doações *causa mortis*. As promessas gratuitas de bens para produzirem effeito depois da morte dos promiltentes não são propriamente doações, não são contractos, ainda que haja aceitação dos beneficiados; são disposições de ultima vontade, e portanto dependentes das solemnidades testamentarias. As verdadeiras doações *causa mortis* suppõe que os bens doados forão entregues aos beneficiados, e verificação-se nos dous seguintes casos: 1º, quando se impõe aos beneficiados a obrigação de restituir os bens doados, se os doadores não fallecerem em um lance previsto; 2º, quando se lhes impõe a condição de restituir os bens doados, se os doadores lhes sobreviverem.

§ 2.º — *Quem póde, e que bens, doar causa mortis.*

406. Como a doação *causa mortis* participa de ultima vontade, póde ser feita por todos que podem testar<sup>2</sup>; assim como pelo filho-familias, se seu pai lh'ó consentir<sup>3</sup>.

407. A mulher casada póde doar *causa mortis* sem autoridade do marido, resalvando a fruição dos bens, enquanto o matrimonio se não dissolver<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 162.

<sup>2</sup> Dig. Port Tom. 3º art. 166; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 763.

<sup>3</sup> Dig. Port. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc cit. art. 168.

408. O menor de vinte e um annos, assim como póde testar sem o tutor, tambem póde doar causa mortis, se não se privar logo em vida do usufructo dos bens doados<sup>1</sup>.

409. Um moribundo póde doar entre vivos, e um homem em perfeita saude póde doar causa mortis<sup>2</sup>.

410. Podem ser doados *causa mortis* todos os bens, ainda futuros e sem reserva<sup>3</sup>.

§ 3.º — *Fórma externa das doações causa mortis.*

411. A doação causa morlis deve ser feita perante cinco testemunhas, e todas devera assignar a escriptura, se o negocio a exigir<sup>4</sup>; podendo neste numero contasse o tabellião<sup>5</sup>.

§ 4.º — *Porque causas se revogão.*

412. As doações *causa mortis* revogão-se pelas mesmas causas que as *inter vivos*, no que lhes é applicavel; e, além disso, pelas mesmas causas por que se revogão, ou caducão os legados<sup>6</sup>.

413. A doação *causa mortis* póde ser revogada a toda a hora, sem outro motivo que o querer o doador mudar de vontade<sup>7</sup>.

414. Não só a póde revogar manifestando a sua vontade por escripto, mas ajuda obrando factos que demonstrem animo de a querer revogar, como se alhear os bens doados<sup>8</sup>.

415. Se o donatario morre primeiro que o doador, e nada foi providenciado a favor dos herdeiros daquelle, caduca esta doação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art 167.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art 163.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. loc cit § 763.

<sup>4</sup> Lobão a Mell. L. 2 Tit. 10 § 4º n. 25; Dig. Port. Tom. 3º art. 164.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 763.

<sup>6</sup> L. 18. Dig. de adim. vel transf. legat. , Coelh, da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 157.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 158.

416. Se o doador entrega a sua coisa a outro, como quem espera morrer no perigo imminente, e não morrer, póde repelir o que deu, e revogar a doação<sup>2</sup>.

### SECÇÃO III.

#### DAS DOAÇÕES PARA CASAMENTO.

##### § 1.º — Observações geraes.

417. As doações feitas *para casamento*, com tanto que este seja certo e determinados são reputadas como a título oneroso, e muito favorecidas pelas leis<sup>3</sup>.

418. Por isso não se annullão por falta de aceitação, nem se rescindem por ingratidão<sup>4</sup>.

419. Nestas doações subentende-se a condição *tacita* — *se casarem*<sup>5</sup>.

420. Ellas gozão também do favor da Ord. Liv. 4º, Tit. 97, § 4º, que diz: — E declaramos que para se dizer que a doação é grande e excede á legitima e terça, se ha de olhar á valia dos bens do que os deu, ou prometteu em casamento ao tempo que a fez, ou ao tempo de sua morte, qual escolher o donatario. E esta escolha será sómente nas doações dadas em casamento; porque nas outras doações que se fizerem aos filhos se olhará o que os bens do doador valerem ao tempo da sua morte<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 165.

<sup>2</sup> Dig. Port. Tom. 3º, art. 161.

<sup>3</sup> Reinos. Obs. 41 n. 42; Coelh. da Roch, Dir. Civ. § 764.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit art. 140; Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 764.

§ 2.º — *Sua forma.*

421. Se esta doação é feita *inter-vivos*, deve regular-se pelas regras, que a respeito desta deixamos expostas; e está sujeita á insinuação<sup>1</sup>.

422. Se é feita *causa mortis*, constitue pacto successorio válido e irrevogavel, si se não declarou o contrario. Esta ultima póde ser, ou dos bens presentes tão sómente, ou dos futuros tambem, e de toda a successão, ou sómente de parte della<sup>2</sup>.

423. Ainda que o donatario morra antes do doador, não caduca, se daquelle matrimonio ficou posteridade<sup>3</sup>.

§ 3.º — *Efeitos desta doação, sendo causa mortis.*

424. Quando esta doação comprehende sómente os bens presentes, o doador fica inhibido de dispôr a titulo gratuito dos bens doados; á excepção de alguns pequenos donativos; mas bem póde aliena-los a titulo oneroso, e portanto onera-los com encargos ou dividas; a cuja solução o donatario fica obrigado, se não preferir antes renunciar a doação<sup>4</sup>.

425. Quando comprehendo bens presentes e futuros, deve unir-se-lhe a relação dos bens, dividas e encargos existentes ao tempo da doação<sup>5</sup>.

426. O effeito desta relação vem a ser, que emquanto aos bens e encargos presentes, fica a doação obligatoria, e irrevogavel; e se o doador depois contrahe dividas ou encargos, o doado exonera-se renunciando os bens futuros<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Lobão Segund. Linh. Diss. 13 § 14, Coelh. da Roch. § 765.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 766.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 766.

<sup>6</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1084, Coelh. da Roch. *ibidem*.

427. Na falta daquela relação, o doado deve ou aceitar, ou renunciar toda a doação; e portanto todos os encargos, com que ella se achar ao tempo da morte do doador<sup>1</sup>.

#### SECÇÃO IV.

##### *DAS DOAÇÕES ENTRE ESPOSOS E ENTRE MARIDO E MULHER.*

###### § 1.º — *Das doações entre esposos.*

428. Os esposos podem por pacto antenupcial fazer entre si, ou simples, ou reciprocamente, doações *para a vida* ou *para a morte*; isto é, *inter-vivos*, ou *mortis causa*<sup>2</sup>.

429. Porém taes doações revogão-se, por inexecução das condições; e no caso de separação perpetua, sómente aproveitão ao conjugue innocente<sup>3</sup>.

430. As *doações para a vida* ficão revogadas, se casarão por carta de a metade, segundo o costume do imperio<sup>4</sup>.

431. As *doações para a morte* caducão, se o donatario morre antes do doador, ainda que deise filhos, a maneira das arrhas<sup>5</sup>.

###### § 2.º — *Das doações entre marido e mulher.*

432. Os conjuges podem ainda depois do casamento fazer doações um ao outro. Porém afim de evitar o abuso que desta liberdade podia resultar, taes doações, ainda que sejam *inter-vivos*, são sempre arbitrariamente revogaveis até á morte do doador<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Lei de 17 de Agosto de 1761 § 6º, Coelh. da Roch. loc cit., § 767.

<sup>3</sup> Cod. Civ. Franc. art. 299, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 65 princ., Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1093, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 767.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 65 princ. Coelh. da Roch. § 768, Dig. Port. Tom. 3º art 170.

433. Se este doador por sua morte tiver herdeiros necessarios, descendentes ou ascendentes, a doação sómente será valiosa até onde chegar a sua terça<sup>1</sup>.

434. Se testar de toda a sua terça subentende-se ter revogado a doação. Se testou sómente de parte da terça e não revogou a doação; primeiro se inteirão as legitimas, depois os legados, e o accrescimo fica como legado ao conjuge donatario<sup>2</sup>.

435. Se a doação é de qualidade, que logo em vida era valiosa, como quando o conjuge doador com ella não é feito mais pobre, nem o donatario mais rico, em tal caso as legitimas são inteiradas em primeiro lugar pela terça, e na falta desta é que se deve desfalcar na doação<sup>3</sup>.

436. A renuncia que um dos conjuges faz a favor do outro, dos bens adquiridos de preterito, é rigorosa doação<sup>4</sup>.

437. Pelo contrario a renuncia dos que possam ser adquiridos de futuro, quando o conjuge renunciante se resalva de ter responsabilidade nas perdas que possam sobrevir<sup>5</sup>.

## **CAPITULO II.**

### **Dos emprestimos.**

#### **§ 1.º — Observações geraes.**

438. O proprietario de uma cousa, assim como póde utilizar-se della para augmentar a sua fortuna, tambem póde servir-se della para actos de beneficencia, dando-a ou em prestando-a<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. cit. § 1º, Dig. Port. loc. cit. art 171, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Ord. cit. *ibidem*, Dig. Port. loc. cit. art 172.

<sup>3</sup> Ord. cit. § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 173, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Lobão a Mell. L. 2 Tit. 10 § 4 n. 6 a pag. 542, Dig. Port. Tom. 3º art. 174.

<sup>5</sup> Lobão *ib.* n. 7, Dig. Port. loc. cit. art. 175.

<sup>6</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 1162.

439. Chama-se emprestimo o contracto pelo qual uma pessoa entrega a outra gratuitamente uma coisa, para esta servir-se della, com obrigação de a restituir<sup>1</sup>.

440. Quando se empresta alguma coisa que consiste em numero, peso ou medida, e com o uso se consome o emprestimo chama-se *mutuo*<sup>2</sup>.

441. Quando para certo uso se faz concessão *gratuita* de uma coisa, que deve ser identicamente restituída, o emprestimo chama-se *commodato*<sup>3</sup>.

#### § 2.º — *Do mutuo.*

442. Mutuo é o contracto, pelo qual uma pessoa entrega a outra alguma coisa fungivel, para lhe ser tornado outro tanto em quantidade e qualidade<sup>4</sup>.

443. Cousas *fungiveis* são objecto do mutuo; isto é, as que fôrem susceptiveis de substituição por outras cousas da mesma especie, da mesma qualidade, e na mesma quantidade<sup>5</sup>.

444. As cousas que se consomem com o uso são *fungiveis* por sua natureza, mas as partes podem convencionar que sejam *fungiveis* cousas que o não são por sua natureza. Isto póde acontecer até com acções de banco e outras companhias, quando aquelle que as recebe fica obrigado a restituir um numero igual ao das acções recebidas<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 769.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 50, e Tit. 53 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 477, Dig. Port. Tom. 3º art. 1162, Coelh da Roch. Dir. Civ. § 769.

<sup>3</sup> Ord. cit. Tit. 53 § 1º Consolíd. das Leis Civ. art. 478, Dig. Port. *ibidem*, Coelh. da Roch, *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. cit. Tit. 50 princ, Coelh. da Roch. loc. cit. § 774.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 477.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

445. Em summa, ha *mutuo* sempre que a obrigação de restituir fôr generica, e não se referir á propria coisa recebida, mas a outra da mesma especie e qualidade qualquer que essa seja<sup>1</sup>.

446. O *mutuo* é *emprestimo mercantil*, quando a coisa emprestada póde ser considerada genero commercial, ou destinada a uso commercial, e pelo menos o mutuário é commerciante<sup>2</sup>.

447. O *mutuo* póde ser *directo* ou *occasional*, e com esta distincção explica-se o art. 427 do Cod. Com., consolidado no numero antecedente *ibi*: — *quando a coisa emprestada pode ser considerada genero commercial*<sup>3</sup>.

448. É da natureza deste contracto ser *gratuito*, porém póde ajustar-se premio, ou retribuição do mutuário<sup>4</sup>.

449. No *mutuo* o dominio da coisa emprestada transfere-se pela entrega ao mutuário<sup>5</sup>.

450. Desde o momento da entrega o risco é por conta do mutuário, que tem obrigação de pagar ao mutuante igual quantidade do mesmo genero<sup>6</sup>.

451. O fim do *mutuo* é transferir o uso; mas como a coisa se consome com o uso, ou as partes estipulão a substituição della por outra do mesmo genero e especie, resulta necessariamente que passa para o dominio do mutuário, e que o risco e perigo corre por sua conta desde o momento da entrega<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 477.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 427.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1905, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 774.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 50 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 479.

<sup>6</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 480, Dig. Port. Tom. 3º art. 1177, Coelh. da Roch. loc. cit. § 774.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 480.



452. O pagamento deve ser feito pelo mutuario no prazo que for estipulado<sup>1</sup>. Nas obrigações mercantis com prazo certo não se conta o dia da data do contracto, mas o immediato seguinte; conta-se porém o dia do vencimento do prazo<sup>2</sup>.

453. Não havendo estipulação de prazo, o mutuario fica constituido em mora desde a exigencia do pagamento<sup>3</sup>. Não se pode porém exigir o pagamento senão dez dias depois do emprestimo, e segundo as circunstancias o juiz dará maior prazo<sup>4</sup>.

454. O objecto mais frequente do mutuo costuma ser dinheiro. Este empresta-se umas vezes gratuitamente, e outras a juro; isto é, com estipulação de certo premio, ou interesse, que o devedor dá ao credor em indemnização dos prejuizos que lhe resultão de ficar privado do uso dos seus capitães<sup>5</sup>.

455. O juro ou premio do. dinheiro de qualquer especie será aquelle que as partes convencionarem<sup>6</sup>. Para prova desta convenção é necessario escriptura publica ou particular, não bastando nunca a prova testemunhal<sup>7</sup>.

456. Quando alguém fôr condemnado a pagar juros, que não fôrem taxados por convenção, contar-se-hão a seis por cento ao anno<sup>8</sup>.

457. Em commercio podem exigir-se juros desde o tempo do desembolso, ainda que não sejam estipulados, em todos os casos em que pelo Codigo são permittidos ou se mandão contar. Fóra destes casos, não sendo estipulados, só podem exigir-se pela mora do pagamento de

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit, 50 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 481.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 135, Consolid. das Leis Civ. not, ao art. 481.

<sup>3</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 482.

<sup>4</sup>Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 483, Dig. Port. Tom. 3º art. 1179, Coelh. da Roch. loc. cit. 775.

<sup>5</sup> Coelh da Rorch. Dir. Civ. § 777.

<sup>6</sup> Lei de 24 de Outubro de 1832, art. 1º.

<sup>7</sup> Lei cit. art. 2º.

<sup>8</sup>Lei de 24 de Outubro de 1832 art. 3º.

dividas liquidas, e nas illiquidas só depois da sua liquidação. Havendo estipulação de juros sem declaração do quantitativo ou do tempo, presume-se que as partes convierão nos juros da lei, e só pela mora<sup>1</sup>.

458. Nas obrigações que se limitão ao pagamento de certa somma de dinheiro, os damnos e interesses resultantes da mora consistem meramente na condemnação dos juros legaes<sup>2</sup>.

459. O credor que passa recibo ou dá quitação de juros menores dos estipulados, não póde exigir a differença relativa ao vencimento passado: todavia, os juros futuros não se julgão por esse facto reduzidos a menos dos estipulados<sup>3</sup>.

460. O devedor que paga juros não estipulados não póde repeti-los, salvo excedendo á taxa da lei; e neste caso só póde repetir o excesso ou imputa-lo no capital<sup>4</sup>.

461. A quitação de capital, dada sem reserva de juros, faz presumir o pagamento delles, e opéra a descarga total do devedor, ainda que fossem devidos<sup>5</sup>.

462. É prohibido contar juros de juros: esta prohibição não comprehende a accumulção de juros vencidos aos saldos liquidados em conta corrente de anno a anno. Depois que em juizo se intenta acção contra o devedor, não póde ter lugar a accumulção de capital e juros<sup>6</sup>.

463. Não serão admissiveis em juizo contas de capital com juros, em que estes se não acharem reciprocamente lançados sobre as parcellas do debito e credito das mesmas contas<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 248.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 249.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 250.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 251.

<sup>5</sup> Cod. Comm. art. 252.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 253.

<sup>7</sup> Cit. Cod. art. 254.

464. O empréstimo de dinheiro a filho-famílias de qualquer sexo não dá acção contra elles, ainda depois de emancipados, nem contra seus pais, nem contra os fiadores do contracto<sup>1</sup>.

465. O mesmo é, se o dinheiro lhes foi dado a juro, ou lhes forão dados fructos para o filho-famílias reduzir a dinheiro<sup>2</sup>.

466. É valido, porém, o empréstimo, e a elle está o pai obrigado, nos casos seguintes:

1.º Se o filho estiver em parte remota por motivo de estudo ou serviço militar, não excedendo o empréstimo às mezas do costume<sup>3</sup>.

2.º Se o filho-famílias commerciar por mandado do pai, Dão estando habilitado a fazê-lo por sua propria conta mas com approvação do pai, nos termos do art. 4º § 3º do Codigo Commercial<sup>4</sup>.

467. Tambem é válido o empréstimo, provando o mutuante que o empréstimo foi feito com approvação do pai, ou com ratificação do pai, ou que o filho mutuario empregou utilmente o dinheiro emprestado<sup>5</sup>.

468. Quando o filho-famílias commerciar sem mandado do pai, não é este responsavel pelo empréstimo, mas o proprio filho mutuario, até onde chegar seu peculio<sup>6</sup>.

469. Isto só póde ter lugar por uma infracção da lei, porquanto o Codigo do Commercio, art. 1º § 3º, inibe commerciar aos

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4o Tit. 50 § 2; Consolid. das Leis Civ. art. 484; Dig. Port. Tom. 3º art. 1183; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 778.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 1184.

<sup>3</sup> Ord. cit § 4º; Consolid. das Leis Civ. art. 485 § 1º; Dig. Port. Tom. 3º art. 1186; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 778.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. Tit. 50 §3º; Consolid. das Leis Civ. art. 485 § 2º; Dig. Port loc. cit. art. 1185; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 778.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 1187.

<sup>6</sup> Ord. cit. *ibidem*; Consolid. das Leis Civ. art. 486.

filhos-famílias sem autorização dos pais, provada por escriptura publica e inscripta no registro do commercio<sup>1</sup>.

470. Finalmente, é válido o emprestimo feito ao filho-famílias, se fôr empregado no pagamento de outra divida legal, ou em utilidade do pai<sup>2</sup>.

471. Se na escriptura do contracto o tabellião portar por fé que em sua presença e das testemunhas o devedor recebêra o emprestimo por elle confessado, não se admitte contra esta confissão, assim provada, reclamação de natureza alguma<sup>3</sup>.

472. Fóra do caso do numero antecedente, concede-se ao devedor, ou á seus herdeiros e fiadores, o prazo de sessenta dias, depois do contracto, para reclamarem contra o credor ou seus herdeiros a confissão do emprestimo<sup>4</sup>.

473. Esta reclamação tem lugar, ainda que no contracto o devedor a tenha renunciado<sup>5</sup>.

474. Existe a crença vulgar, nascida da lei consolidada nos numeros antecedentes, de que as partes têm sessenta dias para arrependimento dos contractos. A Resolução de 4 de Dezembro de 1827 dá noticia desse erro commum<sup>6</sup>.

475. Usa-se deste direito de reclamação pela excepção denominada — *non numeratae pecuniae* —, que é de pouco uso<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 486.

<sup>2</sup> L. 7 § 12, e L. 17. D. *eod.*; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 778.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4o Tit. 51 § 1º *in fine*; Consolid. das Leis Civ. art, 487.

<sup>4</sup> Cit. Ord. princ, e §§ 2º e 3º; Consolid. das Leis Civ, art, 488.

<sup>5</sup> Cit. Ord. princ; Consolid. das Leis Civ. art. 489.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ, not. ao art. 488.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 489.

476. Fica perpetuado o direito do devedor, se, posto que não demandado, protestar nos ditos sessenta dias contra o credor, declarando não ter effectivamente recebido a quautia confessada<sup>1</sup>.

477. Ausentando-se o credor, ou occultando-se em modo que a reclamação não lhe possa ser intimada, o protesto judicial do devedor é sufficiente para conservação do seu direito<sup>2</sup>

478. O effeito desta reclamação será incumbir ao credor o onus da prova sobre a realidade do emprestimo<sup>3</sup>. É uma excepção da regra — *de que a obrigação da prova incumbe áquelle que em juizo affirma o facto de que pretende deduzir direito*<sup>4</sup>.

479. Se o credor provar a realidade do emprestimo, com o tabellião e testemunhas do contracto, ou com outras testemunhas, ou por qualquer outro modo, o devedor reclamante será condemnado a pagar, e nas custas em tresdobro<sup>5</sup>.

480. Se a não provar, a escriptura do emprestimo julgar-se-ha nulla, ficando livre o reclamante do que nella confessára<sup>6</sup>.

481. Não póde o devedor reclamar a confissão do emprestimo:

1.º Se depois delia pagou, antes dos sessenta dias, parte da divida, ou reconheceu por outro modo sua obrigação<sup>7</sup>.

2.º Se a confissão não fôr Propriamente de emprestimo, mas provier de outra obrigação anterior<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 51 § 2º; Consolid. das Leis Civ. art. 490.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 51 § 2º; Consolid. das Leis Civ art. 491; Dig. Port. tom. 3º art. 1192.

<sup>3</sup> Ord. *ibidem*; Consolid. das Leis Civ. art 492.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 492.

<sup>5</sup> Ord. cit. §§ 1º e 7º; Consolid. das Leis Civ. art. 493; Dig. Port. tom. 3º art. 1190.

<sup>6</sup> Ord. cit. § 1º; Consolid. das Leis Civ. art. 494; Dig. Port. loc. cit. art. 1190.

<sup>7</sup> Ord. cit. § 3º; Consolid. das Leis Civ. art. 495 § 1º.

482. Passados os sesenta dias, o devedor que reclamar a confissão do empréstimo no todo ou em parte, deve provar que não recebeu o confessado, com tanto que o prove por escriptura publica nos casos em que esta se faz necessaria<sup>2</sup>.

483. O que fica dito ácerca da reclamação é applicavel, quando o empréstimo foi confessado com estipulação de juros: applicavel tambem ao esposo, ou ao marido, que confessou ter recebido o dote<sup>3</sup>.

484. o credor, porem, que passar quitação do capital, ou dos juros sem os receber nesse acto, tem sómente trinta dias para reclamar a sua quitação<sup>4</sup>.

### § 3.º — *do commodato.*

485. *Commodato* é o contracto, pelo qual uma pessoa empresta a outra gratuitamente uma coisa com a obrigação de lhe restituir a mesma individualidade (*in specie* na phrase dos Romanos)<sup>5</sup>.

486. No commodato não se transfere para o commodatario o dominio e posse da coisa emprestada, e sómente se lhe concede o uso della com obrigação de restitui-la<sup>6</sup>; tem uma simples *detenção*<sup>7</sup>.

487. Este contracto é essencialmente gratuito. Havendo paga de dinheiro, degenera em locação. Se outra fôr a retribuição, ou concedendo-se a coisa para uso não certo, será contracto de outra especie<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 51 § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 495 § 2º.

<sup>2</sup> Ord. cit. § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 496, Dig. Port. Tom. 3º art. 1193.

<sup>3</sup> L. 14 § 1º, L. 16 Cod. *de non numer. pec.*, Dig. Port. loc. cit. art. 1194.

<sup>4</sup> L. 14 § 2º Cod. *eod.*, Perez *in* Cod. L. 4º T. 30 n. 5, Dig. Port. loc. cit. art. 1195.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 770.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tít. 53 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 497, Dig. Port. Tom. 3º art. 1163, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 770.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 697.

<sup>8</sup> Ord. cit; princ, Consolid. das Leis Civ. art. 698, Coelh. da Roch. *ibidem*.

488. As palavras — *ou para uso não certo* —, alludem ao empréstimo que se chama — *precario* —, cuja duração fica dependente do arbitrio do concedente<sup>1</sup>.

489. Neste contracto é também essencial a *tradição*, ou entrega, pois enquanto esta se não verifica dar-se-ha contracto de commodato, mas não commodato, nem os direitos e obrigações entre o commodante e o commodatario<sup>2</sup>.

490. Quando não se declara o tempo concedido para uso da coisa, entender-se-ha que o uso é permittido pelo prazo e modo que fôr razoavel<sup>3</sup>. Exemplifica-se com o empréstimo de um livro para ser trasladado, o que importaria a concessão do tempo necessario para o traslado<sup>4</sup>.

491. As cousas que consistem em numero, peso e medida, e com o uso se consomem, podem ser objecto do commodato quando são emprestadas, não para se gastarem, mas com a condição de serem restituídas identicamente<sup>5</sup>. Também se dá o exemplo do empréstimo de moedas de ouro ou prata para apparatus festivo ou theatral<sup>6</sup>.

492. Cousas *não fungiveis* são objecto do *commodato* ordinariamente. Em *especie*, expressão do direito romano, deve entender-se — *identicamente, individualmente*<sup>7</sup>.

493. É obrigação do commodatario guardar a coisa emprestada com o maior cuidado, tanto a principal como o seu accessorio<sup>8</sup>; e responde não só pelo dolo e culpa larga, como pela culpa

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 698.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch, *ibidem*.

<sup>3</sup> Cit. Ord. *ibidem*. Consolid. das Leis Civ. art. 699, Coelh. da Roch. loc. cit. § 771.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 699.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 53 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 500.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 500.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 478.

<sup>8</sup> Cit Ord. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 501.

leve e levíssima<sup>1</sup>. Dá-se o exemplo de uma égoa acompanhada de um poldro, caso em que a mesma obrigação se terá na guarda do poldro como na da égoa<sup>2</sup>.

494. Não responde o commodatario pelo damno originado de caso fortuito<sup>3</sup>, excepto:

1.º Se houve estipulação em contrario<sup>4</sup>.

2.º Se houve mora na restituição da coisa<sup>5</sup>.

3.º Se empregou a coisa em uso differente daquelle para que lhe fôra emprestada<sup>6</sup>.

4.º Em geral sempre que no caso fortuito houve culpa<sup>7</sup>.

495. É caso fortuito o descaminho ou damno das cousas emprestadas em mãos dos mensageiros que as conduzem, sendo estes de confiança<sup>8</sup>.

496. Mas havendo culpa dos mensageiros, correrá o risco por conta daquelles que os mandarão<sup>9</sup>.

497. Se o commodatario restituir a coisa por mensageiro de sua escolha é responsavel por todo o damno que occorrer<sup>10</sup>.

498. Sendo o commodatario contumaz na restituição da coisa em devido tempo, e presistindo até a sentença, será condemnado a restitui-la e a pagar outro tanto do seu valor<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*, Dig. Port. Tom. 3º art. 1170, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 772.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 501.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 1º *in fine*, e §3º, Consolid. das Leis Civ. art. 502.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 502 § 1º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 502 § 2º.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 53 §§ 3º e 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 502 § 3º.

<sup>7</sup> Cit. Ord. *ibidem*. Consolid. das Leis Civ. art. 502 § 4º.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 53 §5º, Consolid. das Leis Civ. art. 503.

<sup>9</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 504.

<sup>10</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 505.



499. Diz o Sr. Dr. Teixeira na not. ao art. 506 da Consolid. das Leis Civ. que, esta acção que iguala aos espoliadores o commodatario contumaz, não tem uso algum entre nós, e muito menos sua pena.

500. Póde o commodatario somente reter a coisa emprestada, se com ella fez despesas necessarias ou uteis, até que seja indemnizado<sup>2</sup>.

501. Não póde porém retê-la allegando ser sua, ou que lhe pertence por algum titulo<sup>3</sup>.

502. Sem obstar semelhante allegação o commodatario em todo o caso será obrigado a restituir a coisa emprestada, e depois da restituição usará então da acção que lhe compelir<sup>4</sup>.

503. Se muitas pessoas juntamente pedirão emprestada uma coisa indivisivel, cada um in solidum póde ser demandado pela restituição della<sup>5</sup>.

504. Se os herdeiros do donatario fôrem muitos, aquelle que em seu poder tiver a coisa emprestada póde tambem ser demandado *in solidum*<sup>6</sup>.

505. Se o commodatario pedio a coisa para determinado uso, não póde variar o uso, aliás é responsavel por perdas e interesses<sup>7</sup>. Se foi pedida para uso indeterminado, entende-se que poderá usar pelo modo que seja razoavel<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. Tit. 54 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 506.

<sup>2</sup> Cit. Ord, § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 507.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 53 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 508, Dig. Port. Tom. 3º art. 1174.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 509.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 1175.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art 1176.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 1164.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc cit. art. 1165.

506. O commodante póde demandar a restituição da coisa emprestada, ou pela acção sumularia de empréstimo de que trata Lobão Acç. Summ. Diss. 12 sobre a Ord. do Liv. 4º Tit. 54, ou por acção de esbulho, ou por acção ordinaria de reivindicação<sup>1</sup>.

507. Se o commodatario fôr commerciante, e se lhe abrir fallencia, o commodante entra na classe dos credores de dominio, e como tal consegue a reivindicação<sup>2</sup>. Em caso de concurso de credores do commodatario, tambem é reputado credor de dominio<sup>3</sup>.

### **CAPITULO III.**

#### **Do deposito.**

##### *§ 1.º Do deposito em geral.*

508. *Deposito* é o acto, pelo qual uma pessoa recebe uma coisa alheia com a obrigação de a guardar, e restituir a propria. Póde classificar-se em *deposito propriamente dito*, e em *sequestro*<sup>4</sup>.

309. A palavra *deposito* toma-se umas vezes na significação de contracto, e outras *objectivamente* pela coisa depositada<sup>5</sup>.

310. Ainda que uma pessoa prometta guardar a coisa de outrem; em quanto não a recebeu, não ha deposito mas sim outra especie do contracto<sup>6</sup>.

##### *§ 2.º — Do deposito propriamente dito.*

511. Diz-se *deposito propriamente dito* o contracto pelo qual uma pessoa dá a guardar a outra uma coisa movel, e esta outra se obriga a restitui-la, quando pelo depositante lhe fôr pedida<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 509.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 874 § 1º, e 881.

<sup>3</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 619.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 782.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. loc cit. not. ao § 782.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

512. Neste contracto é *essencial*: 1º, a entrega da coisa; sem ella não existe o contracto, nem resultão os direitos e obrigações reciprocas: 2º, coisa movel; as immoveis pódem sequestrar-se; porém se alguém commette a outrem o cuidar dellas, dà-se antes o contracto de mandato: 3º, ser dada para guardar, ainda que se lhe permitia o uso: 4º, para a restituir, quando o depositante a pedir, no que principalmente differe do sequestro<sup>2</sup>.

513. Tendo o depositante facultado ao depositario o uso do deposito, o contracto não se transfere em *emprestimo*; mas quanto ao uso gratuitamente concedido devem ser applicadas as regras desse outro contracto<sup>3</sup>.

514. O deposito apparente de dinheiro com a clausula de pagar o depositario juros ou premios é um *mutuo oneroso*, e deve ser exclusivamente julgado pelas regras deste contracto<sup>4</sup>.

515. Tambem é um indicio de mutuo desfarçado o deposito apparente com designação de prazo para restituição ou pagamento da quantia entregue<sup>5</sup>.

516. Ha casos em que no deposito regular presume-se a concessão do uso, a saber, quando o uso fôr indispensavel para conservação da coisa depositada<sup>6</sup>.

517. O deposito póde ser ou *voluntario*, ou *necessario* (*miseravel*), quando é feito em um estado de perigo, em que o depositante é forçado pela necessidade, como naufragio, ou incendio<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dig. Port Tom. 3º § 783.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 783.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 430.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 430.

<sup>7</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1920, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 783.

518. O deposito voluntario é *regular*, ou *irregular*, sendo o primeiro de *cousas não fungiveis*, e o segundo de *cousas fungiveis*<sup>1</sup>.

519. O contracto de deposito é *bilateral imperfeito*, porque *necessariamente* só produz obrigações para o depositario, sendo as do depositante *effeitos accidentaes*. É um contracto *real*, porque não produz effeitos senão depois da entrega da coisa ao depositario; e assim resulta do Cod. do Com. art. 281, dizendo que o contracto fica perfeito pela tradição real ou symbolica da coisa depositada<sup>2</sup>.

520. Póde ser *civil* ou *commercial*. Sendo *civil* presume-se *gratuito*, a não provar se que houve ajuste expresso de uma retribuição ou comissão para o depositario. Sendo *commercial*, tal comissão sempre se presume, ainda que não tenha sido ajustada<sup>3</sup>.

521. Qual é o deposito civil, qual é o deposito commercial? Haja todo o cuidado na intelligencia do art. 280 do Cod. do Com., que faz consistir o *deposito commercial* — em ter sido feito por causa proveniente de commercio, em poder de commerciante, ou por conta de commerciante —. Todos estes caracteres falhão, porque o deposito póde ser commercial, ainda que não seja feito em poder de commerciante<sup>4</sup>.

522. Para prova do deposito exige-se escriptura publica, sempre que o valor exceda á taxa da lei<sup>5</sup>.

523. O *deposito miseravel* em caso de incendio ou naufragio está naturalmente exceptuado desta disposição; assim como o deposito *necessario* que é occasioado por alojamento em hotel ou estalagem<sup>6</sup>.

524. Como a lei só exige escriptura publica para prova dos depositos excedentes á taxa legal, segue-se que a escriptura publica não

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 430.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 430.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 30 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 430.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 430.

é da essência do contrato de depósito. Isto confere com o disposto no art. 281 do Cod. do Com., com a diferença de exigir em geral escripto assignado pelo depositario que póde ser escriptura publica ou instrumento particular<sup>1</sup>.

525. Posto que esse art. 281 do cit. Cod. diga — *este contracto só póde provar-se* —, palavras identicas as do art. 265 sobre a hypotheca convencional de cuja essência é a escriptura publica, não se deve entender o mesmo quanto ao contracto de depósito. A respeito deste impéra a regra do art. 690 do Regul. o. 737, e a deduzida a *contrario sensu* do art. 159 desse mesmo Regul.<sup>2</sup>.

526. Em falta de escriptura publica ou instrumento particular assignado pelo depositario, deve-se julgar provado o depósito, se o depositario confessa-lo em juizo<sup>3</sup>.

§ 3.º — *Pessoas que podem contractar o depósito.*

527. Em regra este contracto sómente póde dar-se entre pessoas habéis para contractar; porém ainda que o depositante seja, ou se torne incapaz, as obrigações do depositario subsistem para com as pessoas que o representam, como pais, tutores<sup>4</sup>.

528. Se a incapacidade é do depositario, o depositante sómente póde pedir o objecto depositado, se existe em poder delle: se não existe, só lhe póde pedir aquillo, em que se locupletou<sup>5</sup>.

§ 4.º — *Obrigações do depositario.*

529. As obrigações do depositario consistem principalmente na guarda e na entrega da coisa depositada<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*, Dig. Port. Tom. 3º art. 697.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 430.

<sup>4</sup> L. 1 § 30, e L. 11. Dig. deposit.; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 784.

<sup>5</sup> L. 1 § 15, e L. 21 eod.; Cod. Civ. Franc art. 1926, Coelh. da Roc. Dir. Civ. § 784.

530. Deve pois o depositario pôr todo o cuidado na guarda e conservação do deposito, como costuma ter com as suas cousas<sup>2</sup>.

531. Era regra só é responsavel pelo dolo e culpa lata, respondendo porém pela leve, se se offereceu para depositario; ou se recebeu premio por causa do deposito; ou se o deposito foi feito para seu proveito<sup>3</sup>.

532. É responsavel pelo caso fortuito, se este acontecer depois da mora na entrega<sup>4</sup>; ou passou o deposito a outrem onde acontecesse o perigo, que não teria acontecido , se elle o tivesse em seu poder<sup>5</sup>.

533. Não póde abrir o deposito, que lhe foi entregue em cofre fechado, ou masso lacrado<sup>6</sup>.

534. O depositario não póde usar da coisa depositada sem expresso consentimento de seu dono, e se fizer, commette o crime de furto<sup>7</sup>.

535. O deposito voluntario é, como já dissemos, *regular* ou *irregular*, sendo o primeiro de *cousas não fungiveis*, e o segundo de *cousas fungiveis*. No primeiro a sancção do Cod. Crim. art. 258 póde dar-se em qualquer tempo, sempre que o depositante provar que o depositario usou do deposito; no segundo tal sancção só é possivel, se o depositario ficar em mora de restituir a quantia ou quantidade depositada<sup>8</sup>.

536. Em quanto á entrega: o depositario deve restituir a coisa, que recebeu, ainda que seja fungivel; e portanto , se o deposito consiste em dinheiro, deve restituir as mesmas especies, sem attenção ao augmento, ou

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 785.

<sup>2</sup> L. 1 Cod. cod., Dig. Port. Tom. 3º art. 680, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 785.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 681, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 682, Coelho da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> L. 3. Dig. cod., Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1931 , Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 784.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 76 § 5º, Cod. Crim. art. 258, Consolid. das Leis Civ. art 431.

<sup>8</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 431.

diminuição do valor<sup>1</sup>. Se as moedas depositadas augmentarem de valor, e elle as não restituir em especie, deve pagar o augmento<sup>2</sup>.

537. Deve restituir tambem os fructos, e outros accessorios dos bens depositados<sup>3</sup>.

538. Deve entregar a coisa depositada no lugar ajustado: na falta de ajuste, no lugar do contracto<sup>4</sup>.

539. Se o objecto é divisivel, póde entregar as partes respectivas a cada um dos co-herdeiros; se o não é, póde entrega-lo a um, dando este caução de satisfazer aos outros as suas partes<sup>5</sup>.

540. Não póde reter o deposito a titulo de compensação de divida, salvo se a compensação fundar-se em outro deposito<sup>6</sup>.

541. Está claro que a compensação só pôde dar-se, quando os depositos fôrem de dinheiro ou de quantidade homogenea. Tambem não se admite reconvenção<sup>7</sup>.

542. Não pode reter o deposito sob pretexto de lhe pertencer o dominio da coisa depositada, ou de ser um terceiro o dono della<sup>8</sup>.

543. Se o depositario vier ao conhecimento, de ser a coisa furtada, deve dar parte ao dono, para que este possa requerer embargo nella<sup>9</sup>.

544. Na acção de deposito proceder-se-ha summariamente sem dependencia de libello<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1932, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 786.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 686.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 687, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 695, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 78 § 1º, Cod. Com. art. 440, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 278, Consolid. das Leis Civ. art. 432.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 432.

<sup>8</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 688, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 786.

<sup>9</sup> Dig. Port. loc cit. art. 690.



545. Condemnado o depositario e não entregando a coisa depositada sem motivo attendível, será preso até que a restitua<sup>2</sup>.

546. A Ordenação consolidada no numero antecedente, e a consolidada no n. 544, tratão do *deposito extrajudicial*; uma da acção, e outra da execução da sentença. Só Lobão Acç. Summ. § 448, entre todos os Praxistas, soube entender a Ord. do Liv. 4º Tit. 76 § 5º, e concilia-la com a do Tit. 49 § 1º que trata do *deposito judicial*. Não ha antinomia entre estas duas leis, e fôra absurdo suppôr que o legislador empregára contra o *depositario extrajudicial* o meio mais violento da prisão em continente, dando entretanto ao *depositario judicial* a espera de nove dias<sup>3</sup>.

547. Em nosso fôro tem-se entendido que a Ord. do Liv. 4º Tit. 76 § 5º é applicavel ao deposito judicial, não obstante toda a sua clareza quando diz — *em que alguém seja condemnado*<sup>4</sup>.

548. O procedimento do n. 545 não prejudica a acção criminal, e tem igualmente lugar no caso do n. 534 até que o depositario satisfaça o damno causado por ter usado do deposito<sup>5</sup>.

549. Não cessará a prisão ainda que o depositario remisso dê fiadores<sup>6</sup>.

550. Esta pena não ha lugar contra o herdeiro do depositario, salvo mostrando-se que o deposito existe em especie na sua mão<sup>7</sup>.

551. Se o depositante perdeu a faculdade de administrar os seus bens, ou a qualidade de poder receber o deposito; não lhe deve ser entregue, mas a quem o representar<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 30 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 433, Dig. Port. loc. cit. art. 696.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 76 § 5º. Consolid. das Leis Civ. art. 434, Dig. Port. loc. cit. art. 691.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 434.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 76 § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 435.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 436.

<sup>7</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 692.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 694.



552. O depositario espontaneo póde desonrrar-se do deposito quando quizer, requerendo deposito judicial da cousa depositada, se o depositante recusar de a aceitar<sup>1</sup>.

553. Os estalajadeiros e outras pessoas que recolhem gente por dinheiro, são como depositarios das cousas que os viandantes recolhem nas suas estalagens e hospedarias<sup>2</sup>.

554. Não os exime da guarda e vigilancia o darem a cada hospede a chave do quarto em que recolhe as suas cousas, porque podem ter outras chaves<sup>3</sup>.

555. São responsaveis, ainda pela culpa leve, não só sua, mas ainda dos seus domesticos<sup>4</sup>.

556. Além da vigilancia que o estalajadeiro deve ter sobre quem entra ou sabe da estalagem, deve á noite fechar as portas, e não deixar sahir pela manhã pessoa alguma, sem se informar se lhes falta alguma cousa<sup>5</sup>.

557. Havendo falta deve recorrer á policia para fazer dar busca nas pessoas suspeitas <sup>6</sup> . Devem além disso observar os regulamentos da policia<sup>7</sup>.

558. Se o estalajadeiro pagar ao hospede o furto que lhe foi feito, fica *ipso jure* subrogado no direito e acção deste contra o ladrão<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 698.

<sup>2</sup> Cod. Civ. Franc art. 1952, Dig. Port. Tom. 3º art. 728. Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 788.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 720, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 730, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 732.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 733.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 734.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 731.

*§ 5.º — Obrigações do depositante.*

559. O depositante é obrigado a pagar as despesas que o depositario fez com a guarda e conservação da coisa depositada, e as perdas que o depósito lhe tiver ocasionado<sup>1</sup>.

560. É obrigado também a pagar o prêmio estipulado pela guarda, caso em que o contrato é uma espécie de locação<sup>2</sup>.

561. É, finalmente, obrigado a aceitar o depósito, a todo o tempo que o depositario se quiser exonerar, ou a consentir em ser sequestrado<sup>3</sup>.

*SECÇÃO I.*

*DO SEQUESTRO.*

*§ 1.º — Do que é sequestro e suas espécies.*

562. Quando o depósito é de coisa litigiosa, chama-se *sequestro*<sup>4</sup>.

563. Os litigantes acerca de uma coisa podem convencionar de a pôr em depósito nas mãos de um terceiro para este a entregar ao vencedor.

A isto se chama *sequestro voluntário*<sup>5</sup>.

É *sequestro judicial* quando é feito por mandado do juiz, e sómente dos casos providenciados pelas leis<sup>6</sup>.

564. Póde requerer depósito de sua pessoa a mulher casada, a qual por causa de sevícias do marido quer intentar causa de separação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 3º art 699, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 787.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 700, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 788.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. loc cit. § 789.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 701, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 790.

<sup>6</sup> Dig. Port. Tom 3º art. 702, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 790.

565. O filho ou filha, que recéa ser maltratada por seus pais, ou outros superiores, em razão do casamento que pretende contrahir, póde tambem requerer deposito de sua pessoa em casa honesta, enquanto se discute a causa do suplemento de consentimento<sup>2</sup>.

566. Aquelle que pretende intentar acção de liberdade contra quem o conserva na escravidão, requer tambem o deposito de sua pessoa, antes de outro qualquer procedimento<sup>3</sup>.

567. Se os pretendentes a uma herança se preparão para ir tomar posse á valentona, e armados, o juiz tomando summaria informação póde, por evitar brigas, mandar sequestrar a posse, até que tome conhecimento dos títulos que cada um apresentar<sup>4</sup>.

568. Quando o usufructuario não dá a caução pedida dos bens do usufructo, o proprietario póde requerer sequestro nelles<sup>5</sup>.

569. O autor que demanda cousa movel, que está em poder do réo, póde pedir-lhe caução de a não extraviar ou desbaratar até o feito ser findo, quando elle não tenha bens de raiz equivalentes á causa demandada: se não caucionar, tem lugar o sequestro<sup>6</sup>.

570. A mesma caução, ou sequestro tem lugar, quando se demandão bens de raiz, depois de justificado o direito do autor, e que o réo não tem outros mais que os litigiosos<sup>7</sup>.

571. Versando a demanda sobre divida de dinheiro, ou de outra quantidade, a caução sómente tem lugar se o réo não tem bens de

---

<sup>1</sup>Dig. Port. loc. cit art. 703.

<sup>2</sup> Cap. I e X de sponsal. Henr. Coccey Tom. 2º Disp. 7 §5,e Dig. Port. loc cit. art 704.

<sup>3</sup> E nessa occasião se lhes dá curador.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc cit. art. 705.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 706, Coelh. da Roch. loc cit. § 611.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 31 princ. Dig. Port. Tom. 3º art. 707, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 790.

<sup>7</sup> Dig. Port loc. cit. art. 708.

raiz, e fôr suspeito de fuga: o sequestro em tal caso póde ser requerido em qualquer movei do réo<sup>1</sup>.

572. Mas se a divida procede de contracto, que o autor fez com o réo, quando elle não tinha bens de raiz, nem haja suspeita de fuga, não tem lugar a caução nem o arresto<sup>2</sup>.

573. O juiz do inventario, ainda sem requerimento de parte, deve mandar sequestrar a herança, ou o dote, se o cabeça de casal, ou o dotado moverem duvidas frivolas para retardar as partilhas<sup>3</sup>. Estes sequestros não se levantão, ainda que as partes se offereção a dar fiança<sup>4</sup>.

*§ 2.º — Onde se faz o deposito judicial.*

574. A escolha do depositario do sequestro, embargo ou penhora é deixada á prudencia dos officiaes da diligencia, os quaes devem escolher um homem bom da vizinhança, fiel e abonado<sup>5</sup>.

575. Os ditos officiaes são responsaveis pela má escolha, se fôrem convencidos de dolo<sup>6</sup>.

576. É prohibido aos juizes e mais empregados de justiça, sob as penas da lei, constituir-se directa ou indirectamente depositarios de bens ou dinheiro que tenham de ser depositados<sup>7</sup>.

577. Na côrte, e nas capitaes das provincias e seus termos, quando o deposito judicial consistir em dinheiro, papeis de credito, obras

---

1 Ord. cit. §§ 2 e 3, Dig. Port. loc. cit. art. 709, Coelh. da Roch. ibidem.

2 Ord. cit. § 5o, Dig. Port. loc. cit. art. 710.

3 Ord. do Liv. 4º Tit. 96 §§ 12 e 13, Coelh. da Roch. ibidem, Dig. Port. loc. cit. art. 711, Consolid. das Leis Civ. arts. 1170, 1171 e 1173.

4 Ord. do Liv. 4º Tit. 96 § 12, Consolid. das Leis Civ. art. 1174.

5 Ord. do Liv. 2o Tit. 52 g 7, Dig. Port. Tom. 3º art. 715.

6 Dig. Port. loc. cit. art. 716.

7 Ord. do Liv. Tit. 49 princ., Consolid. das Leis Civ, art. 439.

de ouro, prata, e diamantes, far-se-ha nos respectivos cofres do deposito publico, e pela fórma determinada nas leis de Fazenda<sup>1</sup>.

578. Os depositos de que trata o numero antecedente provão e pelos conhecimentos das repartições fiscaes<sup>2</sup>.

579. Não se juntarão em processo algum termos e certidões de taes depositos que sejam feitos por outra fórma, e serão nullos todos os que se fizerem em mãos de particulares<sup>3</sup>.

580. Nos outros lugares onde houverem depositarios geraes nomeados pelo governo serão elles privativos para os depositos judiciaes das peças de ouro, prata, e outros metaes de valor, e de pedras preciosas<sup>4</sup>.

581. Exceptua-se o dinheiro, se as partes concordarem em deposita-lo em mãos de pessoas de sua confiança<sup>5</sup>.

582. Não havendo depositarios geraes, os depositos judiciaes dos referidos objectos serão feitos em poder de depositarios particulares, ouvidas as parles sobre a sua idoneidade<sup>6</sup>.

583. Os depositos judiciaes dos outros bens moveis, e dos semoventes e immoveis, podem ser confiados a particulares, á contento dos interessados e arbítrio dos juizes<sup>7</sup>.

584. Sem prejuizo do direito dos interessados, a escolha de depositario nas penhoras, embargos e sequestros, é deixada á prudencia

---

<sup>1</sup> Lei de 18 de Setembro de 1845 art. 33, Regul n. 131 do 1º de Dezembro do mesmo anno, Offic. de 15 de Janeiro de 1846, Ordens de 10 de Março, e 5 de Junho do mesmo anno, Decr. n. 498 de 22 Janeiro de 1847, Ord. n. 162 de 11 de Novembro de 1847, Ord. n. 249 de 21 de Dezembro de 1850,. Consolid. das Leis Civ. art. 440.

<sup>2</sup> Regul. n. 131 do 1º de Dezembro de 1845 art. 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 441.

<sup>3</sup> Cit. Regul. art. 13, Consolid. das Leis Civ. art. 442.

<sup>4</sup> Avis. n. 60 de 5 de Março de 1849, Consolid. das Leis Civ. art. 443.

<sup>5</sup> Cit. Avis. explicado pelo de n. 263 de 30 de Outubro de 1851, Consolid. das Leis Civ. art. 444.

<sup>6</sup> Avis. n. 162 de 11 de Novembro de 1847, Consolid. das Leis Civ. art. 445.

<sup>7</sup> Decr. de 17 de Julho de 1778, Av. de 14 de Julho de 1839, Av. n. 60 de 5 de Março de 1849, e de 16 de Novembro de 1850, Consolid. das Leis Civ. art, 446.

dos officiaes da deligencia, e estes só devem admittir pessoas sem suspeita e abonadas<sup>1</sup>.

585. Provão-se estes depositos pelos respectivos autos de penhora, embargo e sequestro, assignados pelo depositario. Sem assignatura do depositario não existe deposito<sup>2</sup>.

586. A Ord. consolidada no numero antecedente diz: — *e não as querendo assignar, serão de nenhum effeito* — ; entretanto que com esta Ord. se autorisa a pratica que foi adoptada pelo art. 511 § 3º do Regul. Com. de 25 de Novembro de 1850, de fazer assignar os depositos por duas testemunhas, sem assignatura daquelle que os officiaes querem que seja depositario. O deposito é um contracto, e semelhante pratica occasiona abusos<sup>3</sup>.

*§ 3.º — Direitos e obrigações do depositario judicial.*

587. Se os bens sequestrados ou penhorados fôrem immoveis, deverá o depositario pôr em arrecadação seus fructos ou rendimentos<sup>4</sup>.

588. Não póde porém arrenda-los, e mesmo aluga-los, a menos que para isso seja expressamente autorizado pelo juiz que decretou o deposito. Taes autorisações não devem ser dadas pelo juiz sem prévia audiencia das partes interessadas<sup>5</sup>.

589. Se os bens depositados fôrem semoventes, deve o depositario sustenta-los, se as partes o não fizerem<sup>6</sup>.

590. O depositario judicial será preso não entregando a coisa depositada no prazo de nove dias, depois que: lhe fôr ordenado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 2º Tit. 52 § 7, e Liv. 3º Tit. 86 §§ 1º e 15, Consolid. das Leis Civ. art. 447, Dig. Port. Tom. 3º art. 715.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 24 §21, Consolid. das Leis Civ. art. 448.

<sup>3</sup> Consolid das Leis Civ. not. ao art. 448.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 86 § 15, Consolid. das Leis Civ. art. 449.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 449.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 791.

591. Como na praxe do nosso fôro a Ord. do Liv. 4º Tit. 76 § 5º tem sido erroneamente applicada aos depositos judiciaes, esta outra Ord, (consolidada no numero antecedente) ficou letra morta, e não ha caso algum em que se assignem nove dias ao depositario judicial. É uma leviandade dizer que a Ord. Liv. 4º Tit. 49 procede no caso especial de ter sido o deposito entregue pelo depositario ao magistrado. Pois a lei havia de ter contemplações para com o juiz prevaricador?<sup>2</sup>.

592. Não se livrada responsabilidade o depositario judicial a pretexto de ter entregue o deposito á autoridade que o decretára<sup>3</sup>.

593. O depositario judicial não póde reter o deposito a titulo de despesas que haja feito, e só lhe compete para sua indemnisação usar dos meios legitimos contra quem direito tiver<sup>4</sup>.

594. O art. 278 do Regul. Com. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 applica esta disposição a todo o depositario<sup>5</sup>.

595. A Ord. do Liv. 4º Tit. 54 § 1º, que concede a retenção da coisa até ser paga a despesa que nella se fez, trata só dos que a houverão por emprestimo, aluguel ou arrendamento; o que não é applicavel ao caso do depositario<sup>6</sup>.

596. A disposição consolidada no n. 593 só procede nos depositos judiciaes, e não nos extrajudiciaes. Foi uma inadvertencia do Regul. n. 737 privar o depositario extrajudicial do seu *direito de retenção* pelas despesas que fez em razão da coisa depositada, quando igual direito deu o Cod. do Com. art 456 ao mandatario e commissario. Como o

---

1 Ord. do liv. 4º Tit. 49 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 437.

2 Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 437.

3 Ord. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 438.

4 Alv. de 5 de Março de 1825, Consolid. das Leis Civ. art. 450.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 450.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 450.

art. 278 do cit. Regul. só é applicavel em materia commercial, deve-se em materia civil observar a doutrina do n. 593<sup>1</sup>.

597. As despesas legaes com os bens depositados serão pagas pelo producto da arrematação<sup>2</sup>.

598. Os escravos durante o tempo do deposito continuam a prestar serviços em prol de seus senhores, deduzida a despesa do sustento, curativo, etc.; e não a commodo do depositario<sup>3</sup>.

599. Não é applicavel esta doutrina, quando os depositos de escravos fôrem occasionados por questões de liberdade. Como coagir a trabalhar pessoas cuja escravidão está em duvida<sup>4</sup>?

600. Pelo deposito judicial de bens corruptíveis os depositarios geraes terão o premio de dous por cento deduzidos do producto das arrematações<sup>5</sup>.

601. Declara o Aviso n. 372 de 26 de Novembro de 1859, que ao depositario publico competem os dous por cento de todos os bens moveis e semoventes, comprehendidos os escravos; devendo esta porcentagem, e mais despesas que legalmente se fizerem a bem do deposito, ser satisfeitas antes da entrega do objecto depositado, como dispõe a Resolução de 21 de Abril de 1825<sup>6</sup>.

602. Sendo peças de ouro, prata, pedras preciosas, e dinheiro liquido, terão sómente um por cento deduzido do capital ao tempo da entrada<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Alv. de 5 de Março de 1825, Consolid. das Leis Civ. art. 451.

<sup>3</sup> Av. de 16 de Novembro de 1850.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 451.

<sup>5</sup> Alv. de 21 de Maio de 1751 Cap. 5º § 1º, e de 25 de Agosto de 1774 § 16; Consolid. das Leis Civ. art. 452.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 452.

<sup>7</sup> Alv. cit. de 21 de Maio de 1751, Cap. 5º § 10, Alv. de 25 de Agosto de 1774 § 16, Consolid. das Leis Civ. art. 453.



603. Para cumprimento do que fica dito no numero antecedente, as peças de ouro, prata, e pedras preciosas, serão avaliadas por contrastes antes de recolhidas á deposito<sup>1</sup>.

604. Esses objectos de ouro, prata, e joias, que estiverem cinco annos em deposito nos cofres publicos, sem que sejam levantados, podem ser reduzidos a dinheiro, quando a isso não se oppõem as partes interessadas<sup>2</sup>.

## SECÇÃO II

### DO DEPOSITO MERCANTIL.

#### § 1.º — Sua natureza.

605. Só terá a natureza de *deposito mercantil*, o que fôr feito por causa proveniente de commercio, em poder de commerciante ou por conta de commerciante<sup>3</sup>.

606. Haja todo o cuidado na intelligencia do art. 280 do Cod. do Com., que faz consistir o *deposito mercantil* em ter sido feito por causa proveniente de commercio, em poder de commerciante, ou por conta de commerciante. Todos esses caracteres falhão, porque o deposito póde ser commercial, ainda que não seja feito por causa proveniente de commercio, ainda que não seja feito em poder de commerciante, ainda que não seja feito por conta de commerciante<sup>4</sup>.

607. Para saber-se o que é deposito commercial cumpre antes de tudo distinguir o *deposito gratuito* do *deposito oneroso*. O primeiro é um contracto puramente civil, nunca póde ser commercial; e nada importa que um deposito gratuito seja por causa proveniente de

---

<sup>1</sup> Cit. Alv. de 21 de Maio de 1751 Cap. 5º § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 454.

<sup>2</sup> Lei n. 628 de 17 de Setembro de 1851 art. 11 § 16, Consolid. das Leis Civ. art. 455.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 280.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Cir. not. ao art. 430.

commercio, ou intervenha entre dous commerciantes, ou tenha por objecto genero commercial<sup>1</sup>.

608. Resta-nos pois o *deposito oneroso*, isto é, aquelle em que o depositario tem direito a uma retribuição pelo seu serviço de guardar a coisa depositada; mas como o depositario póde estipular esta retribuição sem intenção de especular ou de lucrar, segue-se que só se deve reputar *deposito commercial* o deposito oneroso, cuja retribuição foi o unico motivo determinante do contracto, competindo aos juizes prescrutar em cada um dos casos qual foi a intenção das partes<sup>2</sup>.

609. Nesta investigação certamente deve influir a qualidade de commerciante no depositante ou depositario, e tambem a natureza dos objectos depositados; e só neste sentido são applicaveis as palavras do art. 280 do nosso Cod. do Com.<sup>3</sup>.

610. Póde acontecer que um deposito seja commercial em relação ao depositario, e não o seja em relação ao depositante, ou vice-versa. Para conhecer se foi commercial em relação ao depositante, nos casos em quo o depositario o demanda, por exemplo, para pagamento de sua commissão, é que se faz necessario indagar se o deposito foi feito por causa proveniente de commercio<sup>4</sup>.

### § 2.º — Disposições sobre o deposito mercantil.

611. Este contracto fica perfeito pela tradição real ou symbolica da coisa depositada; mas só póde provar-se por escripto assignado pelo depositario<sup>5</sup>.

612. O deposito voluntario confere-se, e aceita-se pela mesma fórmula que o mandato ou commissão, e as obrigações reciprocas

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *Ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 430.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 281.

do depositante e depositario regulão-se pelas que se achão determinadas para os mesmos contractos entre committente e mandatario ou commissario, em tudo quanto fôrem applicaveis<sup>1</sup>.

613. Não entregando o depositario a coisa depositada no prazo de 48 horas da intimação judicial, será preso até que effectue a entrega do deposito ou do seu valor equivalente<sup>2</sup>.

614. O depositario pode exigir, pela guarda da coisa depositada, uma comissão estipulada no contracto, ou determinada pelo uso da praça; e se nenhuma houver sido estipulada no contracto, nem se achar estabelecida pelo uso da praça, será regulada por arbitradores<sup>3</sup>.

615. Os depositos feitos em bancos ou estações publicas ficão sujeitos ás disposições das leis, estatutos ou regulamentos da sua instituição<sup>4</sup>.

616. As disposições sobre *penhor mercantil* são applicaveis ao deposito mercantil<sup>5</sup>.

617. No deposito publico podem ser depositados os dinheiros do fallido, que se fôrem recebendo, se nisso accordarem os credores<sup>6</sup>.

618. No deposito publico serão mettidas, por conta de quem pertencer, as sobras dos bens do fallido, se as houver, depois de pagos integralmente os credores, se não apparecer o fallido, ou seus herdeiros ou successores<sup>7</sup>.

619. Os credores de bens que o fallido possuir por titulo de deposito pertencem á classe de credores de dominio<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 283.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 284.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 282.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 285.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 286.

<sup>6</sup> Cit Cod. art. 866.

<sup>7</sup> Cod. Com. art. 860.

<sup>8</sup> Cit. Cod. art. 874 § 1º

620. O deposito de generos sem designação de especie, e o dinheiro que vence juros, não entram na classe de creditos de dominio; desta natureza são tambem as sommas entregues a banqueiros para serem retiradas á vontade, venção ou não juros<sup>1</sup>.

621. O deposito em pagamento tem lugar:

1.º Se o credor recusa o pagamento offerecido.

2.º Se o credor não quer passar quitação, ou não a passa com a segurança necessaria e por tantas vias quantas ao devedor convem.

3.º Se a divida é embargada em poder do devedor.

4.º Se ha litigio sobre a divida.

5.º Se a coisa comprada está sujeita a algum onus ou obrigação<sup>2</sup>.

622. Feito o deposito por mandado do juiz, serão citados:

1 .º O credor, nos casos dos membros 1º e 2º do numero antecedente.

2.º Os litigantes ou contendores no caso do membro 4º do dito numero.

3.º Os credores conhecidos e desconhecidos do caso do dito numero, membros 3º e 5º<sup>3</sup>.

623. Effectuado o deposito com citação das pessoas interessadas, ficão desoneradas e reunidas as obrigações pessoaes e onus reaés. Todavia a citação edital não prejudica o direito dos credores

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 875.

<sup>2</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 393.

<sup>3</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 394.

desconhecidos, que tiverem hypotheca na coisa vendida por tempo certo, designado na lei ou no contracto, em quanto este prazo não expirar<sup>1</sup>.

624. Effectuado o deposito, se o credor pedir vista para impugna-lo, ser-lhe-ha concedida por cinco dias<sup>2</sup>.

625. Os embargos do credor sómente podem consistir:

1.º Em não ter havido recusa da sua parte.

2.º Em ter sido feito o deposito fóra do tempo e lugar do pagamento.

3.º Em não ser o deposito integral<sup>3</sup>.

626. Vindo o credor com os embargos no termo fixado, se assignará uma dilação de dez dias para a prova, e arrazoando successivamente o autor e réo em cinco dias cada um, serão julgados os embargos afinal<sup>4</sup>.

627. Se os embargos fôrem julgados provados, será o devedor responsavel pelas despesas do levantamento, salario e custas do deposito no caso do n. 625, membro 1º, e se haverá por não feito o pagamento e ficará o devedor sujeito a todas as despesas no caso dos membros 2º e 3º do dito numero. Nos referidos casos as perdas e danos acontecidos á coisa depositada são por conta e risco do devedor<sup>5</sup>. Se fôrem julgados não provados os embargos, o credor será condemnado nas custas, e serão por soa conta e risco os danos acontecidos á coisa depositada<sup>6</sup>.

628. O deposito preparatorio da acção, como no caso dos arts. 204 e 212 do Cod. do Com., terá lugar o requerimento do autor por

---

<sup>1</sup> Cit. Regul art. 395.

<sup>2</sup> Cit. Regul, art. 396.

<sup>3</sup> Cit. Regul. art. 397.

<sup>4</sup> Cit. Regul. art. 398.

<sup>5</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 399.

<sup>6</sup> Cit. Regul. art. 400.

mandado do juiz, com citação da parte, e são admissíveis quaesquer embargos, sendo responsavel pelas despesas, salario, perdas e danos o vencido na causa principal<sup>1</sup>.

629. O deposito por conta de quem pertencer, como no caso dos arts. 583, 585 e 614 do Cod. do Com., sera tambem feito a requerimento da parte por mandado do juiz, e com citação edital; e correrão por conta de quem pertencer as despesas, salarios, perdas e danos<sup>2</sup>.

630. O credor que recebe do seu devedor alguma coisa em penhor ou garantia, fica, por esse facto, considerado verdadeiro depositario da coisa recebida, sujeito á todas as disposições e responsabilidades declaradas no Cod. do Com. Titulo — *Do deposito mercantil* —<sup>3</sup>.

631. O depositario dos bens do fallido perceberá uma commissão, que será arbitrada pelo respectivo juiz do commercio, em relação á importancia da massa, e á diligencia, trabalho e responsabilidade que tiver<sup>4</sup>.

632. O depositario não póde reter o deposito a titulo de despesas ou não pagamento de retribuição, e nem allegar qualquer compensação que não se funde em titulo de deposito<sup>5</sup>.

633. Se o depositario duvidar da legitimidade da pessoa que pede o deposito por não ser o proprio, mas procurador insufficiente, ou herdeiro ou successor não habilitado e legitimo, não póde todavia reter o deposito, mas requererá a sua transferencia para o deposito publico, citados os interessados<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Regul art 401.

<sup>2</sup> Cit Regul. art 402.

<sup>3</sup> Cod. Com. art 276.

<sup>4</sup> Cit Cod. art 839.

<sup>5</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 278.

<sup>6</sup> Cit. Regul. art. 279.

634. O depositario que concorrer para a transferencia da arrematação, será suspenso, ou multado de cinquenta mil réis a cem mil réis, conforme a culpa<sup>1</sup>.

635. O depositario dos bens da casa fallida assignará nos autos da fallencia termo de fiel depositario e mandatario<sup>2</sup>.

636. O depositario nomeado pelos credores do fallido para receber provisoriamente os bens da casa fallida, em virtude da acta de sua nomeação, é competente:

1.º Para receber em deposito os bens da casa fallida, os quaes lhe deverão ser entregues no acto do rompimento dos sellos, e da sua descripção no inventario.

2.º Para proceder á venda dos generos ou mercadorias que fôrem de facil deterioração, ou que não possam guardar-se sem perigo de grande despesa, em publico leilão, precedendo determinação do juiz com audiencia do curador fiscal.

3.º Para fazer as despesas necessarias com o processo da quebra, e com os bens da casa fallida, precedendo automação do juiz<sup>3</sup>.

637. É obrigado a entregar ao devedor fatlido todos os bens que se acharem em seu poder, havendo concordata, e depois de lhe ser esta intimada<sup>4</sup>.

638. Cessão as funcções do depositario da casa fallida com a concordata, ou com a nomeação dos administradores, a qual o juiz lhe fará intimar, immediatamente que estes entrarem no exercicio de suas funcções, com ordem de fazer entrega aos mesmos administradores, de todos os effeitos e bens pertencentes á casa fallida, que existirem em seu

---

<sup>1</sup> Cit. Regul. art. 545.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 814, Regul. n. 738 de 25 de Novembro de 1850 art. 131.

<sup>3</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art 159.

<sup>4</sup> Cod. Comm. art. 854, Regul. n. 738 art. 160.

poder, no prazo de quarenta e oito horas, debaixo das penas impostas aos depositarios remissos<sup>1</sup>.

639. Em seu poder devem continuar o dinheiro, papeis de credito, ou objectos preciosos penhorados á massa fallida, ou serão recolhidos ao deposito publico<sup>2</sup>.

640. A favor do depositario não corre prescripção<sup>3</sup>.

## **CAPITULO IV.**

### **DO MANDATO.**

#### *§ 1.º — O que seja mandato.*

641. Os direitos de propriedade serião muitas vezes gravosos a seu dono, se fosse obrigado a exercita-los pessoalmente; por isso as leis concedem, que se possa confiar o exercicio delles a um procurador, ou feitor<sup>4</sup>.

642. *Mandato* é o contracto, pelo qual uma pessoa se encarrega de praticar em nome de outro, certo acto, ou de administrar um ou mais negocios alheios.

Aquelle que encarrega o negocio, chama-se *constituente*, ou *mandante*; e aquelle que o aceita, chama-se *procurador*, ou *mandatario*; e o titulo que o mandante entrega para este effeito, chama-se *procuração*<sup>5</sup>.

#### *§ 2.º — Natureza deste contracto.*

643. Neste contracto é essencial a aceitação, que póde ser expressa, ou tacita inferida de factos que se não praticarião, se se recusasse<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Regul. n. 738 de 25 de Novembro de 1850 art. 161.

<sup>2</sup> Circul. n. 183 de 14 de Julho de 1855.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 450.

<sup>4</sup> L. 43 § 1º Dig. *de Procurat. et def.*, Dig. Port. Tom. 3º art. 599.

<sup>5</sup> L. 42 § 2º Dig. eod., L. 1º Dig. de Mandat., Dig. Port. loc cit. art. 600, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 792.



644. Antes de aceite pelo mandatario, o mandato é um *acto unilateral*. Depois de aceite, é um *contracto bilateral imperfeito*, visto como para o mandante só accidentalmente ou *ex post facto* produz obrigações.

E um *contracto consensual*, porque produz seus efeitos desde logo, ainda que sua execução dependa de alguma coisa que deva ser entregue<sup>2</sup>.

645. Póde este ser gratuito ou oneroso, isto é, tendo ou não o mandatario direito a uma retribuição<sup>3</sup>.

646. Sendo *oneroso*, póde ser *civil* ou *commercial*, salvas as excepções. Sendo civil presume-se gratuito até que se prove o contrario<sup>4</sup>.

647. O salario se subentende, quando o mandatario faz disso o seu modo de vida, ou quando por lei lhe está determinado<sup>5</sup>.

### § 3.º — *Seu objecto.*

648 Podem ser objecto deste contracto, todos os factos, comtanto que sejam licitos e honestos; antes pelos factos illicitos o mandatario póde incorrer, como cumplice na mesma pena que o constituinte<sup>6</sup>.

649. O mandato de coisa torpe ou injusta é nullo e não produz acção civil a favor do mandante, nem do mandatario<sup>7</sup>.

650. Este contracto póde ter por objecto certos e determinados negocios, e chama-se procuração especial, ou todos os negocios do constituinte, e então chama-se geral<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc cit. art, 601, Coelh. da Roch. loc cit. § 793.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 456.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 456.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 793.

<sup>6</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 601, Coelh. da Roch. loc. cit. § 793.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 611.

651. Na *procuração geral* porém não se entendem senão os actos administrativos<sup>2</sup>.

652. Além disso podem ser objecto de procuração os negocios judiciais, ou extrajudiciais, e d'aqui provém a divisão entre *procurações judiciais* e *extrajudiciais*<sup>3</sup>.

653. A procuração deve conter poderes especiaes:

1.º Para seu substabelecimento<sup>4</sup>.

2.º Para juramento<sup>5</sup>, e confissão<sup>6</sup>.

3.º Para alienação de bens<sup>7</sup>, e hypotheca, mas nem o poder de alienar comprehende o de hypothecar, nem o de hypothecar o de alienar<sup>8</sup>.

4.º Para transacção no juizo conciliatorio<sup>9</sup>, e qualquer outra<sup>10</sup>.

5º. Para receber e dar quitação<sup>11</sup>.

654. O poder de receber comprehende o de dar quitação. O de receber um credito hypothecario, comprehende o de consentir na baixa do registro da hypotheca depois de feito o pagamento. O de vender e receber o preço da venda comprehende o de fazer as despesas necessarias para a venda<sup>12</sup>.

655. Quanto á venda de escravos, e de outros contractos semelhantes para o effeito do pagamento da meia siza, o Decr. de 26 de

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. loc cit § 794.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 §§ 15 e 28, Consolid. das Leis Civ. art. 470 § 1º.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 43 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 470 § 2º.

<sup>6</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 155.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 48 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 470 § 3º.

<sup>8</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 3º do art. 470.

<sup>9</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 4º do art. 470.

<sup>10</sup> Dispos. Provis. de 20 de Novembro de 1832 art. 3º, e Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 26.

<sup>11</sup> Ordem n. 82 de 30 de Março de 1849 § 2º, Consolid. das Leis. Civ. art. 470 § 5º.

<sup>12</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 5º do art. 470.

Novembro de 1860 art. 5º dispõe o seguinte: — Ficção prohibidos, pena de nullidade, os contractos feitos em virtude de cartas de ordens ou por procurações que não sejam especiaes para os mesmos contractos. As procurações especiaes não serão aceitas em juizo ou fóra delle sem designarem o escravo ou escravos por seus nomes, sexo, côr, officio ou profissão, estado, idade, naturalidade, e quaesquer outras qualidades ou signaes que pcssão distinguir o escravo<sup>1</sup>.

*§ 4.º — Sua fórma.*

656. O procurador não é legitimamente constituido se não por procuração feita em instrumentos publicos dos tabelliães, ou em instrumentos particulares de pessoas a quem se concede este privilegio<sup>2</sup>.

657. Se o *mandato* é um contracto, os instrumentos publicos das procurações devião ser lavrados nas notas dos tabelliães como manda a Ord. do Liv. 1º Tit. 78 § 4º, porém o contrario está introduzido, e só se usa de instrumentos avulsos — *procurações fóra das notas*.

Desta maneira o contracto não existe em quanto o procurador não aceitar o mandato<sup>3</sup>.

658. Quanto ás procurações passadas em paizes estrangeiros deve-se observar a legislação consolidada no n. 127<sup>4</sup>.

659. Podem fazer procuração por instrumentos particulares, tão sómente assignados, e escriptos por mão alheia:

1.º Os principes<sup>5</sup>.

2.º Os arcebispos, e bispos diocesanos.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 3º do art. 470.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 § 15, e Liv. 3º Til. 29 princ. Ordem n. 82 de 30 de Março de 1849 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 456.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 456.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 59 § 15, Consolid. das Leis Civ. art. 457 § 1º.

3.º Os duques, marquezes, e condes.

4.º Os viscondes e barões com grandeza.

5.º Os que tem titulo de conselho<sup>1</sup>.

6.º Os commerciantes matriculados<sup>2</sup>.

Nas sociedades, sendo a firma social composta de nomes de commerciantes todos matriculados, goza ella das mesmas prerogativas que as firmas sociaes matriculadas, ainda que a sociedade collectivamente se não matriculasse. Matriculada porém uma firma social, a sociedade collectivamente, e não os socios individualmente, ficaca gozando das prerogativas dos negociantes matriculados<sup>3</sup>.

660. Podem fazer procuração por instrumentos particulares, assignados e escriptos de seu punho:

1.º Os bispos titulares<sup>4</sup>.

2.º Os viscondes e barões sem grandeza.

3.º Os fidalgos da Casa Imperial.

4.º Os magistrados.

5.º Os doutores e advogados.

6.º Os cavalleiros das ordens do Imperio.

7.º Os officiaes militares até o posto de capitão.

8.º Os abbades que gozão das prerogativas episcopaes, beneficiados, e clerigos de ordens sacras<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. de 30 de Março de 1849 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 457, §§ 2 a 5.

<sup>2</sup> Com. Com. art. 21.

<sup>3</sup> Avis. n. 148 do 1º de Agosto de 1854, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 457.

<sup>4</sup> Ord. cit. § 15, Consolid. das Leis Civ. art. 458 § 1º.

661. Os officiaes da guarda nacional desde o posto de capitão achão-se no mesmo caso dos officiaes militares<sup>2</sup>.

662. As mulheres casadas ou viúvas das pessoas acima especificadas tem os mesmos privilegios de seus maridos<sup>3</sup>.

663. O menor até a idade de quatorze annos, e a menor até a de doze, não podem fazer procuração<sup>4</sup>.

Depois dessa idade podem fazê-la com autorisação do juiz do processo, ou de seus curadores<sup>5</sup>.

664. Para negocios judiciaes as procurações podem ser feitas *apud acta* pelo escrivão da causa, em presença do juiz, e com assignatura do constituinte<sup>6</sup>. Não está em uso, como acontece com muitos outros actos judiciaes, que correm nos cartorios fóra da presença do juiz. Hoje as procurações e substabelecimentos *apud acta* tomão-se a requerimento de partes e por despacho do juiz<sup>7</sup>.

665. As irmandades, e Casas de Misericordia, que não tiverem compromissos devidamente approvados, onde se comprehenda a faculdade de passarem procurações por seus escrivães ou secretarios, só podem instituir procuradores por intermedio de tabelliães<sup>8</sup>.

666. São legaes e sufficientes as procurações assignadas pelas camaras municipaes, e passadas pelos seus secretarios. Do mesmo

---

<sup>1</sup> Ordem de 30 de Março de 1849 art. 7, Consolid. das Leis Civ. art. 458, §§ 2º a 8º.

<sup>2</sup> Decis. n. 104 de 20 de Maio de 1854.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 59 § 8º, Consolid. das Leis civ. art. 459.

<sup>4</sup> Ord. cit. Tit. 29 § 1º, Tit. 41 § 8º, Consolid. das Leis Civ. art 461.

<sup>5</sup> Citt. Ord., Consolid. das Leis Civ. art 462.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 § 15, e Liv. 3º Tit. 20 princ, Consolid, das Leis Civ. art, 460.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 460.

<sup>8</sup> Ordens n. 253 de 11 de Dezembro de 1849, e n. 244 de 8 de Outubro de 1851, Consolid. das Leis Civ. art. 463.

modo as procurações passadas e assignadas pelo presidente e secretario de direcção do Banco do Brasil<sup>1</sup>.

667. Não podem ser procuradores de partes em negocios que directa ou indirectamente, activa ou passivamente, pertença ou digão respeito à Fazenda Nacional, os empregados do Thesouro e Thesourarias<sup>2</sup>.

663. Da prohibição desta procuradoria exceptuão-se os negocios de interesse dos ascendentes ou descendentes, irmãos ou cunhados, dos empregados, fóra dos casos de deverem ser despachados ou expedidos por estes<sup>3</sup>.

669. Não podem ser procuradores em juizo:

1.º Os menores de 21 annos <sup>4</sup>. A prohibição refere-se unicamente á procuradoria judicial. Quanto ao mandato extrajudicial, é de doutrina que os menores adultos (assim como as mulheres casadas) podem ser mandatarios; mas para o effeito sómente da validade de seus actos, em relação ao mandante e a terceiros, que estiverem nos limites do mandato. A razão é que esses incapazes não tratão de actos proprios, mas de actos de terceiros a quem representam como mandatarios, e portanto apreciados pela capacidade civil dos representados<sup>5</sup>. Pela mesma razão segundo o Direito Romano, e ainda hoje, os escravos representam seus senhores em muitos actos da vida civil. A representação em tal caso não deriva de um contracto, mas de uma ordem que o superior dá a seu subordinado, cujos effeitos são os mesmos do mandato. O senhor fica obrigado pelo preço da cousa que seus escravos comprarem por sua ordem. Fica obrigado pelo que seus escravos tiverem feito por sua ordem, assim como pelo que tiverem gerido ou negociado em negocios para os

---

<sup>1</sup> Ord. n. 28 de 28 Janeiro de 1852, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 463.

<sup>2</sup> Circul. de 10 de Novembro de 1840, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 464.

<sup>3</sup> Decr. de 20 de Novembro de 1850, art. 66, Consolid. das Leis Civ. art. 465.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 § 20, Resol. de 31 de Outubro de 1831, Consolid. das Leis Civ. art. 466 § 1º.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 466.

quaes os tenha autorizado; não os tendo autorizado, só fica obrigado até à importancia do proveito que houver tido<sup>1</sup>.

2.º Os magistrados, tabelliães, escrivães, e officiaes de justiça<sup>2</sup>.

3.º Os condemnados por falsidade<sup>3</sup>.

4.º Os que perderão o officio por erro nelle commettido<sup>4</sup>.

5.º Os clerigos e religiosos, excepto por sua Igreja, e pelas pessoas miseraveis, e por seus ascendentes e irmãos<sup>5</sup>.

*§ 5.º — Das obrigações do mandatario.*

670. O mandatario ou procurador deve cumprir com fidelidade e diligencia o negocio, que lhe foi encarregado, sem exceder a ordem do mandante<sup>6</sup>.

671. Não cumprindo assim, é responsavel pelo damno, ainda que a culpa seja leve, mórmente se receber salario<sup>7</sup>.

672. Se confiou a outro a execução do negocio que lhe fóra mandado, sem ordem do mandante, é responsavel pela culpa do seu suplente<sup>8</sup>.

673. Quando a procuração dá poder de substabelecer, o procurador é responsavel sómente, se teve culpa na má escolha do substabelecido<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Ord. cit. §§ 23 e 24, Liv. 3º Tit. 28 §§ 2 e 3, Liv. 4º Tit. 25, Consolid. das Leis Civ. art. 466 § 2º.

<sup>3</sup> Ord. cit. do Liv. 1º Tit. 48 § 25, Consolid. das Leis Civ. art. 466 § 3º.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 § 25, Consolid. das Leis Civ. art. 446 § 4º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. § 22, e Liv. 3º Tit. 28 § 1º, Consolid. das Leis civ. art. 606 § 5º.

<sup>6</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 619. Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 796.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 620, Coelh. do Roch. *ibidem*.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 621, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>9</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 622, Coelh. da Roch. *ibidem*.

674. Em todo o caso o substabelecido, que não cumprio a sua obrigação, póde ser demandado directamente pelo mandante<sup>1</sup>.

675. Todo o mandatario é obrigado a dar contas do negocio que lhe foi encarregado, ao mandante<sup>2</sup>.

676. Quando o mandatario é administrador dos bens do mandante, deve conformar-se às ordens delle acerca da administração; não as podendo haver, deve conduzir-se com a prudencia de um curador<sup>3</sup>.

677. Se o mandatario empregar em seu uso o dinheiro do mandante, deve pagar-lhe o juro desde a data do emprego: do alcance das contas sómente lhe deve pagar, desde que é constituído em mora<sup>4</sup>.

678. O mandatario não é fiador do contracto que fez em virtude da sua procuração, salvo se como fiador se obrigou. Portanto não póde ser demandado pelo terceiro, com quem contractou, se já não fôr procurador<sup>5</sup>.

679. Quando muitos mandatarios ou procuradores fôrão constituídos no mesmo acto, não ha solidariedade entre elles, se assim não fôr convencionado: portanto um não é responsavel pelo facto dos outros<sup>6</sup>.

680. Por isso tambem aquelle dos procuradores que primeiro começou a tratar o negocio, é obrigado a diligencia-lo até o fim, como se fosse unico procurador<sup>7</sup>.

681. No caso porém de se ter ajustado que dous ou mais procuradores tratariam juntamente certo negocio, o que um fizer sem accôrdo dos outros é nullo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc cit. art. 623.

<sup>2</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 204, Coelh, da Roch. Dir. Civ. § 796.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 625.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 262, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 627.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 628, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 629.



682. Quando muitas pessoas juntamente encarregarão um negocio a um só procurador, cada um daquelles póde demanda-lo *in solidum*, salva a obrigação de responder aos companheiros pela parte que lhes respeita<sup>2</sup>.

683. Acontecendo que ao mesmo procurador seja encarregada a causa do autor, e a defesa do réo; não póde aceitar mais que a procuração de uma parte, e depois de aceita não póde regeita-la para aceitar a da parte contraria<sup>3</sup>.

684. O procurador que não aceitar a procuração, deve participa-lo ao mandante a tempo de este poder encarregar o negocio a outrem, sob pena de responsabilidade, como se aceitasse<sup>4</sup>.

685. O procurador que aceitou o mandato é responsavel pelo damno que causar ao constituinte por negligencia, culpa, ou ignorancia<sup>5</sup>.

686. Não póde o procurador que aceitou o mandato aceita-lo depois pela parte contraria, advogando ou solicitando em favor desta<sup>6</sup>.

687. Aos que podem ser procuradores em juizo é prohibido exercer o mandato perante juiz que seja seu pai, irmão ou cunhado<sup>7</sup>.

688. Aos advogados tambem é prohibido fazer contractos com as partes para haverem alguma cousa, se lhes vencerem as demandas; e sómente podem levar os honorarios taxados na lei<sup>8</sup>. Não se

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 630.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 631.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 632.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. 796.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 §§ 8,9,10 e 17, e Liv. 3º Tit. 27 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 471.

<sup>6</sup> Cit. Ord. do Liv. 1º Tit 48 § 13, Consolid. das Leis Civ. art. 472.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 48 § 29, Av. n 106 de 29 de Setembro de 1845, Consolid. das Leis Civ. art. 467.

<sup>8</sup> Ord. cit. § 11, Consolid. das Leis Civ. art. 468.

conformando porém os advogados com as taxas marcadas na lei para seus trabalhos, podem requerer arbitramento de louvados<sup>1</sup>.

689. A proibição da *quota litis*, de que trata o numero antecedente, é extensiva aos procuradores judiciaes<sup>2</sup>.

§ 6.º — *Obrigações do mandante.*

690. O mandante, ou constituinte, contrahe obrigações para com o procurador, e para com os terceiros, que tratarão com este por virtude da procuração<sup>3</sup>.

691. Deve indemnizar ao mandatario as despesas, que fez com o negocio mandado, e pagar-lhe os seus salarios, ou gratificação promettida<sup>4</sup>.

692. É obrigado tambem a pagar-lhe o juro do dinheiro, que elle mandatario adiantou para a expedição do negocio<sup>5</sup>.

693. Tambem lhe deve indemnizar as perdas que soffreu, por causa da gestão do negocio, se não houve imprudencia da parte delle procurador, que lhe seja imputavel<sup>6</sup>.

694. Quando o mandatario foi constituido por muitas pessoas juntamente para um negocio commum, cada um delles póde ser demandado solidariamente por todos os effeitos do mandato<sup>7</sup>.

695. É obrigado ao cumprimento das obrigações contrahidas pelo procurador: excepto, se o negocio não era comprehendido na

---

<sup>1</sup> Reg. de 3 de Março de 1855 art 185.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 468.

<sup>3</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 633, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 797.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 634, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 635, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 797.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 636.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 637, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 797.

procuração, ou o procurador excedeu as instrucções, uma vez que expressa, ou tacitamente o não tenha ratificado<sup>1</sup>.

696. Quando o procurador recebeu, e aceitou, o mandato de conferir uma vantagem á terceiros este tem acção tanto contra o procurador, como contra o mandante, pelo cumprimento<sup>2</sup>.

### § 7.º — *Como acaba o mandato.*

697. Acaba o mandato:

1.º Pela morte do mandante<sup>3</sup>; e como tal se deve considerar a dissolução da sociedade, ou a cessação da existencia de qualquer outra pessoa que tenha conferido o mandato. Amplie-se — *e por incapacidade que lhe sobrevenha* —. A razão é a mesma. O mandato não acaba pela morte do mandante, quando assim se tiver convencionado, e nos casos em que é irrevogavel. Se fóra destes casos excepcionaes o mandato cessa por morte do mandante, segue-se que, sendo de tempo indeterminado, dura enquanto o mandante não o revogar, sem necessidade de renovação qualquer que seja o tempo decorrido. Alguns praticos ignorantes dizem, que é preciso neste caso renovar a procuração todos os annos, mas é um erro que não merece ser refutado<sup>4</sup>.

2.º Pela revogação da procuração, que deve ser intimada ao procurador<sup>5</sup>. A intimação não está em uso no fôro civil, bastando simplesmente a junção de nova procuração ao processo; mas o art. 706 § 1º do Regul. Com. n. 737 exige que a revogação da procuração seja intimada judicialmente ao procurador<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 3º tit. 27 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art 473 § 1º, Dig. Port. loc. cit. art 638, Coelh. da Roch. cit. § 798.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 473.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 24 princ Consolid. das Leis Civ. art. 473 § 2º.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 473.

A revogação do mandato póde ser expressa ou tacita, e ha revogação tacita se o mandante novo mandatario para o mesmo negocio, ainda que na segunda procuração não derogue a primeira. Ha casos em que o mandato é irrevogavel, ou porque assim se tenha convencionado, e em geral quando fôr condição de um contracto bilateral, ou meio de cumprir uma obrigação contractada<sup>1</sup>.

3.º Pela renuncia do procurador, que deve tambem ser intimada ao mandante<sup>2</sup>. Esta intimação sempre se requer nos processos. Nos casos em que o mandato é *irrevogavel* tambem *irrenunciavel*<sup>3</sup>.

4.º Proferida a sentença definitiva nos negocios judiciaes, devendo porém o procurador recorrer della se fôr contra seu constituinte<sup>4</sup>.

Na Relação da côrte, em sessão de 17 de Agosto de 1860, sobre uma questão de falso procurador, disse o Sr. desembargador José Mariani que — o officio de procurador expira com a sentença, e que só póde elle embargar ou appellar da mesma sentença na fórmula da Ord. do Liv. 3º Tit. 27; mas que esse procurador se deve entender o que foi constituído em procuração apud acta, e não em procuração geral; porque nesse ultimo caso póde com a mesma procuração seguir todos os recursos, e tratar da execução sem nova procuração, como muitas vezes se tinha de praticar. Decidio-se por unanimidade no sentido da opinião do Sr. Mariani.

698. O procurador revogado é obrigado a entregar a procuração, que em si tenha, ao constituinte que a exige<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Cív. not. ao § 2º do art. 473.

<sup>2</sup> Ord. cit. Tit 26 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 473 § 3º.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 3º do art. 473.

<sup>4</sup> Ord. § 27 princ. e § 1º Consolid. das Leis Civ. art. 473 § 4º.

<sup>5</sup> Dig, Port. Tom. 3º art. 647.

699. Se depois de certificado da revogação enganar alguém, fingindo ser ainda procurador, é eslellionatario, e póde ser castigado criminalmente<sup>1</sup>.

700. Comtudo um terceiro que em boa fé contractou com o procurador revogado, póde insistir sobre a validade do contracto, salvo ao mandante sen direito contra o falso procurador<sup>2</sup>.

701. é bom estylo o mandante fazer annunciar nos jornaes a revogação da procuração, para que ninguem contracte com o procurador revogado sobre negocios delle constituinte<sup>3</sup>.

§ 8.º — *Do procurador in rem prapriam.*

702. A clausula inserta na procuração de que o procurador administrará o negocio como cousa sua, ou *in rem propriam*, como ordinariamente se costuma, inverte a natureza deste contracto; e importa cedencia gratuita, ou onerosa, conforme é feita por liberalidade, ou com retribuição<sup>4</sup>.

703. Por isso tal procuração não acaba pela morte de qualquer das parles, nem póde ser livremente revogada<sup>5</sup>.

704. Como o procurador adquire direito ao objecto, sobre que versa a procuração, não fica sujeito a dar contas; e póde praticar todos os actos relativos ao negocio, sejam ou não comprehendidos na procuração<sup>6</sup>.

705. O cessionario entende-se ser substituto do cedente; por isso não póde valer-se dos seus privilegios pessoaes, para dar ao devedor um contendor mais oppressivo<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 648.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 649.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 650.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 799.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*, Dig. Port. *ibidem* art. 652.

<sup>6</sup> Guerr. Tr. 4º L 4º Cap. 2 n. 116, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 656.

706. Em contrario o devedor póde oppôr ao cessionario as mesmas excepções, que podia oppôr ao cedente<sup>1</sup>.

707. Enquanto a cedencia não é notificada ao devedor, todas as transacções, que este faça com o cedente, são-lhe proveitosas<sup>2</sup>.

708. O cedente, é obrigado a garantir a realidade da divida cedida, mas não a solvabilidade delia; salvo se a isto se obrigou<sup>3</sup>.

709. Se a divida se julgar indevida, o cedente deve repôr ao cessionario o que este lhe deu por ella, e indemnisa-lo das perdas provenientes da cessão<sup>4</sup>.

710. O devedor demandado pelo cessionario livra-se pagando-lhe o que elle deu pela divida, com os juros deste preço<sup>5</sup>.

711. Esta disposição não terá lugar: 1º, se accessão foi feita a um co-herdeiro, ou com-proprietario do direito cedido; 2º, ou quando feita a um credor, em pagamento de divida; 3º, ou se foi feita ao possuidor da herança, que estava sujeita ao direito litigioso<sup>6</sup>.

## **CAPITULO V**

### **Da negotiorum-gestão.**

*§ 1.º — O que seja.*

712. Com o mandato tem muita affinidade a *negotiorum gestão*, que é a administração voluntaria de negocios alheios, feita sem procuração<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 657.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 658.

<sup>3</sup> Dig Port. loc cit. art. 659.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 660.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 661.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 662.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ, § 800.



713. Deste simples acto nascem direitos e obrigações reciprocas entre o dono do negocio e o gestor; mas porque se não dá verdadeiro contracto, nem consentimento expresso, os jurisconsultos romanos considerarão este acto como um quasi contracto, partindo da regra de direito de que — todos consentem nos factos de que lhes resulta proveito, e de que — ninguém se quer locupletar com o prejuizo de outrem<sup>1</sup>.

*§ 2.º — Das obrigações do gestor.*

714. Ao gestor em geral incumbem as mesmas obrigações, que ao procurador; e portanto: 1º, depois de principiada, deve, se ha perigo, seguir a gestão, até que o dono providencie; bem como dar contas, e restituir tudo o que recebeu; 2º, porque se offereceu voluntariamente, é responsavel até pela culpa levissima<sup>2</sup>.

715. Porém, si se encarregou dos negocios por necessidade, ou para que se não percão, sómente é responsavel pelo dolo e culpa lata<sup>3</sup>.

716. Se tentou em prezas temerarias, ou praticou obras arbitrarías, que não erão de necessidade para prevenir algum prejuizo, fica responsavel até pelo acaso<sup>4</sup>.

*§ 3.º — Obrigações do dono do negocio.*

717. O dono dos negocios é obrigado a indemnisar o gestor das despesas necessarias e uteis; comtanto que o negocio fosse em sua utilidade, ainda mesmo que por algum incidente esta senão effeituasse, que o dono o não prohibisse, e que não se presuma da parte do gestor animo de doar<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 801.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 801.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 802.

718. Como o fundamento da obrigação é a utilidade, que tira dos negocios, fica obrigado, ainda que seja incapaz de obrigações, como o menor, quer o soubesse quer não<sup>1</sup>.

719. Se o negotiorum gestor administrava conjuntamente negocio proprio, o dono só fica obrigado a indemnisa-lo *pro parte*<sup>2</sup>.

720. Se a utilidade do dono do negocio proveio por incidente do negocio proprio do gestor, nenhuma indemnisação lhe deve<sup>3</sup>.

## **CAPITULO VI.**

### **Do mandato, e comimssão mercantil.**

#### *SECÇÃO I.*

#### *DO MANDATO.*

#### *§ 1.º — Observações sobre este contracto.*

721. Dá-se *mandato mercantil* quando um commerciante confia a outrem a gestão de um ou mais negocios mercantis, obrando o mandatario e obrigando-se em nome do commttente<sup>4</sup>.

722. Não se tome como sacramentaes todas as palavras do Cod. do Com. no art. 140, consolidado no numero antecedente, dizendo que ha *mandato mercantil* quando um commerciante confia a outrem a gestão de um ou mais negocios mercantis, figurando o mandatario em nome do mandante<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 802.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 140.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 456.



723. Dá-se mandato commercial sempre que elle tem por objecto o exercicio de um ou mais actos de commercio, ainda que o mandante ou o mandatario não seja commerciante<sup>1</sup>.

724. Devem pois ser entendidas demonstrativamente as palavras — *quando um commerciante confia a outrem* — , como indicando que o mandato commercial se dá ordinariamente entre commerciantes, ou que sendo entre commerciantes presume-se commercial até que se prove o contrario<sup>2</sup>.

725. Desse art. 140 do Cod. sómente são essenciaes para caracterisar o mandato mercantil estas outras palavras — *a gestão de um ou mais negocios* — , completando-se a sua definição com o disposto no art. 154 quando diz que o mandante deve pagar ao mandatario os salarios ou commissões que fôrem devidas por ajuste expresso, e na falta de ajuste por uso e pratica do lugar onde se cumprir o mandato<sup>3</sup>.

726. Sem este complemento o mandato commercial não se distingue do mandato civil, porque este sempre se presume gratuito, e o outro sempre presume-se interessado; posto que por excepção o primeiro possa ser gratuito (note-se bem) *na commissão*, e o segundo possa ser oneroso<sup>4</sup>.

727. As palavras desse art. 140 do Cod. — *em nome do committente* — servem só para distinguir o mandato e a commissão; posto que por excepção, nem o mandato civil ou commercial perde seu character por figurar o mandatario em seu proprio nome, nem a *commissão* deixa de ser tal por figurar o committente em nome do commissario<sup>5</sup>.

728. Em umCodigo de Commercio não é necessario tratar especialmente de *mandato*, basta tratar de *commissão*; e tanto assim é

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 456.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

que o nosso Codigo fez uma distribuição arbitraria de materias em seus Títulos do *mandato mercantil*, e da commissão mercantil. Teve-se provavelmente em vista supprir o defectivo da nossa legislação civil nesta parte, e por isso a maior parte das disposições, senão todas dos arts. 140 a 163 são applicaveis em materia civil<sup>1</sup>.

729. Tudo quanto acima fica dito está de perfeito accôrdo com a doutrina dos Escriptores<sup>2</sup>.

*§ 2.º — Sua fôrma e efeitos.*

730. O mandato mercantil requer instrumento publico ou particular em cuja classe entrão as cartas missivas comtudo poderá provar-se por testemunhas nos casos em que é admissivel este genero de prova<sup>3</sup>.

731. Completa-se o mandato pela aceitação do mandatario; e a aceitação pôde ser expressa ou tacita: o principio da execução prova a aceitação para todo o mandato<sup>4</sup>.

732. O instrumento do mandato geral e o da sua revogação deverão ser registrados no Tribunal do Commercio do domicilio do committente e do mandatario, ou no cartorio do escrivão do juizo do commercio nos lugares distantes da residencia do Tribunal.

A falta de registro estabelece a presumpção da validade dos actos praticados pelo mandatario destituido<sup>5</sup>.

733. O mandato geral abrange todos os actos de gerencia connexos e consequentes, segundo se entende e pratica pelos commerciantes em casos semelhantes no lugar da execução; mas na generalidade dos poderes não se comprehendem os de alhear, hypothecar, assignar fianças, transacções ou compromissos de credores,

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 456.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 140.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art 141.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 159.

entrar em Companhias ou Sociedades, nem os de outros quaesquer actos para os quaes se exigir no Codigo poderes especiaes<sup>1</sup>.

734. Quando sem mandato, ou excedendo os seus limites, um negociante conclue algum negocio para o seu correspondente, é gestor do negocio segundo as disposições da lei geral; mas se este fôr ratificado, toma o caracter de mandato mercantil, e entende-se feito no lugar de gestor<sup>2</sup>.

735. Ao mandato mercantil são applicaveis as disposições do Tit. 7. — *Da comissão mercantil* — , arts. 167, 168, 169, 170, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 485, 187 e 488 do Cod. do Com.<sup>3</sup>.

*§ 3.º — Direitos e obrigações do mandatario.*

736. Aceito o mandato, o mandatario é obrigado a cumpri-lo segundo as ordens e instruções do committente, empregando na sua execução a mesma diligencia que qualquer commerciante activo e probó costuma empregar na gerencia de seus proprios negocios<sup>4</sup>.

737. Não é livre ao mandatario, aceito o mandato, abrir mão delle; salvo se sobrevier causa justificada que o impossibilite de continuar na sua execução<sup>5</sup>.

738. Se o mandatario, depois de aceito o mandato, vier a ter conhecimento de que o committente se acha em circumstancias que elle ignorava ao tempo em que aceitou, poderá deixar de exequir o mandato, fazendo prompto aviso ao mesmo committente<sup>6</sup>.

739. Póde igualmente o mandatario deixar de exequir o mandato, quando a execução depender de fundos, emquanto não receber

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 145.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 163.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 164.

<sup>4</sup> Cod. do Com. art. 442.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 143.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 144.

do committente os necessarios; e até suspender a execução já principiada, se as sommas recebidas não fôrem sufficientes<sup>1</sup>.

740. O mandatario não póde subrogar, se o mandato não contém clausula expressa que autorise a delegação<sup>2</sup>.

741. Quando no mesmo mandato se estabelece mais de um mandatario, entende-se que são todos constituídos para obrarem na falta, e depois dos outros, pela ordem da nomeação; salvo declarando-se expressamente no mandato que devem obrar solidaria e conjunctamente: neste ultimo caso, ainda que todos não aceitem, a maioria dos que aceitarem poderá exequir o mandato<sup>3</sup>.

742. Se o mandatario foi constituído por diversas pessoas para um negocio commum, cada uma dellas será solidariamente obrigada por todos os effeitos do mandato<sup>4</sup>.

743. Sempre que o mandatario contractar expressamente em nome do committente, será este o unico responsavel; ficará, porém, o mandatario pessoalmente obrigado se obrar no seu proprio nome, ainda que o negocio seja da conta do committente<sup>5</sup>.

744. Havendo contestação entre um terceiro e o mandatario que com elle contractou em nome do committente, o mandatario ficará livre de toda a responsabilidade apresentando o mandato ou ratificação daquelle por conta de quem contractou<sup>6</sup>.

745. Se o mandatario, tendo fundos ou credito aberto do committente, comprar, em nome delle mandatario, algum objecto que

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 144, 2ª parte.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 146.

<sup>3</sup> Cod. do Com. art. 147.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 150.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 151.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 152.

devêra comprar para o committente, por ter sido individualmente designado no mandato, terá este acção para o obrigar á entrega da coisa comprada<sup>1</sup>.

746. O mandatario responde ao committente por todas as perdas e danos que no cumprimento do mandato lhe causar, quer procedão de fraude, dόlo ou malicia, quer ainda mesmo os que possão attribuir-se sómente a omissão ou negligencia culpavel<sup>2</sup>.

747. Na pessoa do mandatario póde ser o réo citado nos casos em que a arção derivar de actos praticados pelo mesmo mandatario, achando-se o mesmo réo ausente<sup>3</sup>.

748. O mandatario tem direito para reter, do objecto da operação que lhe foi commettida, quanto baste para pagamento de tudo quanto lhe fôr devido em consequencia do mandato<sup>4</sup>.

#### *§ 4.º — Obrigações do committente.*

749. O committente é responsavel por todos os actos praticados pelo mandatario dentro dos limites do mandato, ou este sobre em seu proprio nome, ou em nome do committente<sup>5</sup>.

750. O committente, tendo fundos disponiveis em mão de algum commerciante, não póde este recusar-se ao cumprimento das ordens relativas ao emprego ou disposição dos mesmos fundos, pena de responder por perdas e danos que dessa falta resultarem<sup>6</sup>.

751. Sempre que o mandatario contractar em nome do committente, será este o unico responsavel<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 162.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 25 do Tit. sobre a adm. da just.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 156.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 156.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 149.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 153.

<sup>7</sup> Cod. Com. art. 150.

752. O committente é obrigado a pagar ao mandatario todas as despesas e desembolsos que este fizer na execução do mandato, e os salarios e commissões que fôrem devidas por ajuste expresso, ou por uso e pratica mercantil do lugar onde se cumprir o mandato, na falta de ajuste<sup>1</sup>.

753. O committente e o mandatario são obrigados a pagar juros um ao outro reciprocamente: o primeiro pelos dinheiros que o mandatario haja adiantado para cumprimento de suas ordens, e o segundo pela móra que possa ter na entrega dos fundos que pertencerem ao committente<sup>2</sup>.

754. É obrigado a satisfazer à vista, salvo convenção em contrario, a importancia de todas as despesas e desembolsos feitos no desempenho da commissão<sup>3</sup>.

755. A morte ou incapacidade civil do committente não prejudica a validade dos actos praticados pelo mandatario até que receba a noticia, nem tão pouco os actos successivos que fôrem consequencia dos primeiros, necessarios para o adimplemento do mandato<sup>4</sup>.

*§ 5.º — Como acaba o mandato mercantil.*

756. O mandato mercantil acaba:

1.º Pela revogação do committente.

2.º Quando o mandatario demitte de si o mandato.

3.º Pela morte natural ou civil, inhabilitação para contractar, ou fallecimento, quer do committente, quer do mandatario.

---

1 Cit. Cod. art. 154.

2 Cit. Cod. art. 155.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 185.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 160.

4.º Pelo casamento da mulher commerciante que deu ou recebeu o mandato, quando o marido negar a sua autorisação pela forma determinada no art. 29 do Codigo do Commercio<sup>1</sup>.

757. A nomeação de novo mandatario é sempre derogatoria do mandato anterior, ainda que esta clausula se não expresse no novo mandato<sup>2</sup>.

758. Morrendo o mandatario, seus herdeiros, successores ou representantes legaes são obrigados a participa-lo ao committente, e, até receberem novas ordens, devem zelar os interesses deste, e concluir os actos da gestão começados pelo finado mandatario, se da demora poder vir damno ao committente<sup>3</sup>.

## *SECÇÃO II.*

### *DA COMMISSÃO.*

#### *§ 1.º — O que seja.*

759. *Commissão mercantil* é o contracto do mandato relativo a negocios mercantis, quando pelo menos o commissario é commerciante, sem que nesta gestão seja necessario declarar ou mencionar o nome do committente<sup>4</sup>.

760. A este contracto são applicaveis todas as disposições do Tit. VI do Cod. Com. DO MANDATO MERCANTIL, consolidadas na secção antecedente<sup>5</sup>.

#### *§ 2.º — Direitos e obrigações do commissario.*

761. O commissario, contractando em seu proprio nome ou no nome da soa firma ou razão social, fica obrigado ás pessoas com quem

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 157.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 158.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 161.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 165.

<sup>5</sup> Cod. Com. art 190.

contractar, sem que estas tenham acção contra o committente, nem este contra ellas; salvo se o commissario fizer cessão dos seus direitos a favor de uma das partes<sup>1</sup>.

762. O commissario que aceitar o mandato expressa, ou tacitamente é obrigado a cumpri-lo na forma das ordens e instrucções do committente; na falta destas, e na impossibilidade de as receber em tempo opportuno, ou occorrendo successo imprevisto, poderá exequir o mandato, obrando como faria em negocio proprio e conformando-se com o uso do commercio em casos semelhantes<sup>2</sup>.

763. O commissario que se afastar das instrucções recebidas, ou na execução do mandato não satisfizer ao que é de estylo e uso do commercio, responderá por perdas e danos ao committente<sup>3</sup>.

764. Será, porém, justificavel o excesso da comissão:

1. ° Quando resultar vantagem ao committente.

2.° Não admittindo demora a operação commettida, ou podendo resultar damno da sua expedição, uma vez que o commissario tenha obrado segundo o costume geralmente praticado do commercio.

3.° Podendo presumir-se em boa fé que o commissario não teve intenção de exceder os limites da comissão.

4.° Nos casos do n. 734 desta obra<sup>4</sup>.

765. O commissario é responsavel pela boa guarda e conservação dos effeitos do seu committente, quer lhe tenham sido consignados, quer os tenha elle comprado ou os recebesse como em deposito, ou para os remetter

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 166.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 168

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 169.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 169 2ª parte.



para outro lugar; salvo caso fortuito ou de força maior, ou se a deterioração provier de vicio inherente á natureza da cousa<sup>1</sup>.

766. O commissario é obrigado a fazer aviso ao committente na primeira ocasião opportuna que se lhe offerecer, de qualquer damno que soffrerem os effeitos deste, existentes em seu poder, e a verificar em fórma legal a verdadeira origem donde proveio o damno<sup>2</sup>.

767. Iguaes diligencias deve praticar o commissario todas as vezes que, ao receber os effeitos consignados, notar a avaria, diminuição ou estado diverso daquelle que constar dos conhecimentos, facturas ou avisos de remessa; se fôr omisso, o committente terá acção para exigir delle que responda pelos effeitos nos termos precisos em que os conhecimentos, cautelas, facturas ou cartas de remessa os designarem, sem que ao commissario possa admittir-se outra defesa que não seja a prova de ter praticado as diligencias sobreditas<sup>3</sup>.

768. Acontecendo nos effeitos consignados alteração que torne urgente a sua venda para salvar a parte possivel do seu valor, o commissario procederá á venda dos effeitos damnificados em hasta publica, em beneficio e por conta de quem pertencer<sup>4</sup>.

769. O commissario encarregado de fazer expedir uma carregação de mercadorias em porto ou lugar differente, por via de commissario que elle haja de nomear, não responde pelos actos deste provando que lhe transmittio fielmente as ordens do committente, e que gozava de credito entre os commerciantes<sup>5</sup>.

770. O commissario não responde pela insolvencia das pessoas com quem contractar em execução da commissão, se ao tempo

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 170.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 171.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 172.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 173.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 174.

do contracto erão reputadas idoneas, salvo nos casos do art. 179 do Cod. Com., ou obrando com culpa ou dóló<sup>1</sup>.

771. O commissario presume-se autorizado para conceder os prazos que fôrem do uso da praça sempre que não tiver ordem em contrario do committente<sup>2</sup>.

772. O commissario que tiver vendido a pagamento deve declarar no aviso e conta que remetter ao committente o nome e domicilio dos compradores e os prazos estipulados: deixando de fazer esta declaração explicita, presume-se que a venda foi effectuada a dinheiro de contado, e não será admittida ao commissario prova em contrario<sup>3</sup>.

773. Vencidos os pagamentos das mercadorias ou effectos vendidos a prazo, o commissario é obrigado a procurar e fazer effectiva a sua cobrança; e se nesta se portar com omissão ou negligencia culpavel, responderá ao committente por perdas e danos supervenientes<sup>4</sup>.

774. A comissão *del credere*<sup>5</sup> constitue o commissario garante solidario ao committente da solvabilidade e pontualidade daquelles com quem tratar por conta deste, sem que possa ser ouvido com reclamação alguma<sup>6</sup>.

775. Se o *del credere* não houver sido ajustado por escripto, e todavia o committente o tiver aceitado ou consentido, mas impugnar o

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 175.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art 176.

<sup>3</sup> Cod. Com. art 177.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 178.

<sup>5</sup> É uma expressão usada entre commerciantes para significar o premio que percebe um commissario por garantir a solidariedade da operação, que lhe foi commettida; porque tem sido, e é costume que entre negociantes, o que recebeu uma comissão, e deve garantir-lhe a segurança do contracto, como o de um seguro, cambio, venda ou outro, em que se dê o fiar d'outro contrahente, tem direito a acreditar-se contra o mandante por uma *provisão*, ou *comissão*, a que se chama *del credere*, e que não é mais que o preço do risco da solvabilidade, que o commissario toma sobre si.—Ferr. Borg.—*Credere*.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 179.

quantitativo, será este regulado pelo estylo da praça onde residir o commissario, e na falta de estylo por arbitradores<sup>1</sup>.

776. O commissario que distrahir o destino ordenado os fundos do seu committente, responderá pelos juros a datar do dia em que recebeu os mesmos fundos, e pelos prejuizos resultantes do não cumprimento das ordens; sem prejuizo das acções criminaes a que possa dar lugar o seu dólo ou fraude<sup>2</sup>.

777. O commissario é responsavel pela perda ou extravio de fundos de terceiro em dinheiro, metaes preciosos ou brilhantes existentes em seu poder, ainda que o damno provenha de caso fortuito ou força maior, se não provar que na sua guarda empregou a diligencia que em casos semelhantes empregão os commerciantes acautelados<sup>3</sup>.

778. Os riscos occorrentes na devolução de fundos do poder do commissario para a mão do committente, correm por conta deste, salvo se aquelle se desviar das ordens e instrucções recebidas ou dos meios usados no lugar da remessa, se nenhuma houver recebido<sup>4</sup>.

779. O commissario que fizer uma negociação a preço e condições mais onerosas do que as correntes ao tempo da transacção, na praça onde ella se operou, responderá pelo prejuizo, sem que o releve o haver feito iguaes negociações por conta propria<sup>5</sup>.

780. O commissario que receber ordem para fazer algum seguro será responsavel pelos prejuízos que resultarem se o não effectuar, tendo na sua mão fundos sufficientes do committente para satisfazer o premio<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 170 2ª parte.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 180.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 181.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 182.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 133.

<sup>6</sup> Cod. Com. art. 184.

781. Todo o commissario tem o direito para exigir do committente uma comissão pelo seu trabalho, a qual, quando não tiver sido expressamente convencionada, será regulada pelo uso commercial do lugar onde se tiver executado o mandato<sup>1</sup>.

782. A comissão deve-se por inteiro, tendo-se concluido a operação ou mandato; no caso de morte ou de despedida do commissario é devida unicamente a quota correspondente aos actos por este praticados<sup>2</sup>.

783. Quando, porém, o committente retirar o mandato antes de concluido, sem causa justificada procedida de culpa do commissario, nunca poderá pagar-se menos de meia comissão, ainda que esta não seja a que exactamente corresponda aos trabalhos praticados<sup>3</sup>.

784. No caso de fallencia do committente, tem o commissario hypotheca e preferencia nos effeitos do mesmo committente para indemnisação e embolso de todas as despesas, adiantamentos que tiver feito, comissões vencidas e juros respectivos, enquanto os mesmos effeitos se acharem á sua disposição em seus armazens, nas estações publicas ou em qualquer outro lugar, ou mesmo achando-se em caminho para o poder do fallido, se provar a remessa por conhecimentos ou cautelas competentes de data anterior á declaração da quebra<sup>4</sup>.

*§ 3.º — Dos direitos e obrigações do committente.*

785. O committente, além do que lhe é applicavel no § 4º da Sec. 1ª deste Cap., é obrigado a salisfazer á vista, salvo convenção em contrario, a importancia de todas as despesas e desembolsos feitos no

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 186.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 187.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 188.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 189.

desempenho da comissão, com os juros pelo tempo que mediar entre o desembolso e o effectivo pagamento, e as comissões devidas<sup>1</sup>.

786. As contas dadas pelo commissario ao committente devem concordar com os seus livros e assentos mercantis; e no caso de não concordarem, poderá ter lugar a acção criminal de furto<sup>2</sup>.

787. A respeito de outras obrigações e direitos do committente consulte-se o que fica dito no paragrapho antecedente.

## **CAPITULO VII.**

### **Da compra e venda.**

#### *§ 1.º — Observações.*

788. *Compra e venda* é o contracto, pelo qual uma pessoa se obriga a entregar certa coisa a outra, recebendo desta um preço determinado<sup>3</sup>.

789. Assim adquirimos a propriedade das cousas pela compra, eis que o vendedor convem em ceder a coisa pelo certo preço, que o comprador promette dar-lhe<sup>4</sup>.

790. O contracto de compra e venda póde ser puro, ou condicional<sup>5</sup>.

791. Quando a venda é *pura*, o contracto fica perfeito para as obrigações que delle nascem, logo que o comprador e o vendedor prestão seu consentimento reciproco sobre a coisa e sobre o preço<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 185.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 185 2ª parte.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 804.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 182.

<sup>5</sup> Ord. do liv. 4º tit. 8º § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 510.

<sup>6</sup> Cit. Ord. tit; 2º princ., Consolid. das Leis Civ. art. 511.

792. Na venda *condicional* o contracto não é perfeito senão depois de cumprida a condição<sup>1</sup>.

793. A condição de que aqui se trata é a *suspensiva*, e não a *resolutiva*. No uso commum da linguagem, sempre que a compra e venda ou outro qualquer contracto se faz com alguma clausula a que fica sujeita uma das partes contractantes, costuma-se dizer que ha condição, mas em direito toda a clausula não é condição; a venda não é condicional pelo motivo de se ter obrigado o comprador ou o vendedor a qualquer facto antes ou depois da tradição da coisa vendida. Só é *condicional* quando sua perfeição fica dependendo de um *facto futuro* e incerto, ou este seja casual, ou facto da outra parte contractante, ou facto de um terceiro. Tal é o character da *condição suspensiva*<sup>2</sup>.

794. A *condição resolutiva*, não suspende a perfeição ou efeitos do contracto, ao contrario suppõe o contracto mais sujeito á resolução eventual — *resolvitur sub conditione* —<sup>3</sup>.

795. Tambem não se deve confundir a *venda condicional* com a *venda a prazo*. O prazo não suspende o contracto, tambem o suppõe consumado, mas retarda a sua execução<sup>4</sup>.

796. Não ha venda perfeita na hypothese do membro 7º do n. 126, quando o comprador e o vendedor convierão expressamente em fazer escriptura publica, ou se possa presumir que era sua vontade não valer o contracto sem escriptura<sup>5</sup>. Sempre assim se entende nas compras e vendas de bens de raiz, cujo valor exceder a duzentos mil réis<sup>6</sup>; e o

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. tit. 8º § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 512.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 512.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 512.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. do liv. 4º tit. 8º § 3º, e tit. 19 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 513.

<sup>6</sup> Lei n. 840 de 15 de Setembro de 1855, art. 11.

mesmo se acha disposto a respeito da compra e venda de escravos, cujo valor exceder tambem a duzentos mil réis<sup>1</sup>.

797. Desde que a venda é perfeita, nenhuma das partes se pôde arrepender sem consentimento da outra<sup>2</sup>.

798. Advirta-se, porém, que, supposto a venda condicional não seja perfeita enquanto pende a condição, é todavia perfeita para o fim de não poderem as partes arrepender-se. Quanto a este effeito, a venda se diz perfeita logo depois do consentimento das partes, quer seja *pura*, quer seja *condicional*<sup>3</sup>.

799. É facultado o arrependimento quando o comprador der ao vendedor alguma quantia em signal para segurança da compra<sup>4</sup>.

800. Este signal tem o nome de *arrhas*, palavra que significa em geral o penhor, que se dá para a execução de qualquer contracto, e especialmente no contracto esponsalicio<sup>5</sup>.

801. Em tal caso o comprador arrependido perderá o signal, e o vendedor restituirá o signal e pagará outro tanto ao comprador<sup>6</sup>.

802. Para ter lugar esta disposição da perda das arrhas da compra e venda, é necessario que ellas tenham sido effectivamente dadas e recebidas (palavras da lei), não bastando a simples promessa. Resulta, pois, que a estipulação de arrhas vem a ser um *contracto real*<sup>7</sup>.

803. Não procede a faculdade de arrependimento quando o comprador dêr signal:

---

<sup>1</sup> Lei n. 1114 de 27 de Setembro de 1860 , art. 11 §§ 3º, 12 e 17, Regul n. 2699 de 28 de Novembro do mesmo anno, art. 3º.

<sup>2</sup> Cit. Ord. tit. 2º princ, Consolid. das Leis Civ. art. 514.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 514.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 2º § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 516.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 515.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 516.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 516.

1.º Nas vendas commerciaes, sobre que observar-se-ha o disposto no art. 218 do Cod. Com.

2.º Se o signai foi dado em principio de paga<sup>1</sup>.

Note-se que não tem isto lugar quando a escriptura é da substancia do contracto, e sem ella não na contracto consumado. Nesse caso é abusiva a praxe de demandar-se ao penitente para fazer escriptura com a comminação de valer por escriptura a sentença que se proferir. Nos outros casos, quando a escriptura é simplesmente necessaria para prova do contracto, que provas se hão de dar, se o réo não confessa? Só a acção de juramento d'alma é possível<sup>2</sup>.

804. As compras e vendas se podem fazer ainda que o vendedor e comprador não estejam presentes no mesmo lugar, nem presente a coisa que fôr objecto do contracto<sup>3</sup>.

805. Basta que o vendedor e comprador, por meio de cartas, ou interpostas pessoas, consintão reciprocamente<sup>4</sup>.

806. A venda póde ser feita a contento do comprador por um prazo determinado. Se dentro desse prazo a coisa agrada, a venda fica perfeita<sup>5</sup>.

807. Esta clausula — *a contento* — denominão os jurisconsultos — *pactum displicentiae* —<sup>6</sup>.

808. Não agradando a coisa, resolve-se o contracto, salvo se antes de findo o prazo o comprador não se declara expressamente<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 517 § 1º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ., not. ao § 2º do art. 517.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 1º princ., Consolid. das Leis Civ. art. 542.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 543.

<sup>5</sup> Cit. Ord. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 544.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 544.

<sup>7</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 545.



*§ 2.º — Pessoas que não podem vender.*

809. Não podem vender:

1.º Os pais aos filhos, netos e mais descendentes, sem consentimento dos outros filhos ou descendentes<sup>1</sup>. A proibição é applicavel a todos os ascendentes de um e de outro sexo, porque a razão della foi evitar fraudes em prejuizo dos herdeiros descendentes<sup>2</sup>. Como a lei não exige para tal consentimento uma fórmula especial, segue-se que póde ser expresso ou tacito, e que póde ser provado por todos os meios<sup>3</sup>.

2.º O marido, sem outorga da mulher, os immoveis do casal<sup>4</sup>.

3.º Os foreiros os bens aforados, sem consentimento do senhorio<sup>5</sup>.

4.º As ordens religiosas os bens moveis, immoveis e semoventes de seu patrimonio, sem expressa licença do governo<sup>6</sup>.

810. São nullas as vendas feitas em contravenção da Ord. do liv. 4º, tit. 12, consolidada no membro 1º do numero antecedente, e no mesmo caso estão as trocas que fôrem desiguaes<sup>7</sup>.

811. Esses bens nullamente vendidos ou trocados pelos pais sem consentimento dos outros herdeiros descendentes serão partilhados por morte dos vendedores, como se não fossem alienados, sem que os ditos herdeiros paguem preço algum ao comprador<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 12, Consolid. das Leis Civ. art. 582 § 1º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao ,§ 1º do art. 582.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit. 48, Consolid. das Leis Civ. arts. 119 e 582 § 2º, Dig. Port. Tom. 3º art. 187, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 805.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Tit. 11 § 3º, e Tit. 38; Consolid. das Leis Civ. art. 582 § 3º.

<sup>6</sup> Lei de 9 de Dezembro de 1830, Regul. de 2 de Outubro de 1851 art. 44 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 582 § 4º.

<sup>7</sup> Cit. Ord.. Tit. 12, Consolid. das Leis Civ. art. 583.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 12, Consolid. das Leis Civ. art. 584.

812. Em geral não podem vender os que não têm a livre administração de seus bens<sup>1</sup>.

*§ 3.º — Pessoas que não podem comprar.*

813. Não podem comprar:

1.º As corporações de mão-morta, bens alguns de raiz sem especial concessão do corpo legislativo<sup>2</sup>.

2.º Os tutores e curadores, bens de seus pupillos e administrados, ainda que a venda se faça em hasta publica, pena de nullidade, além de serem criminalmente accusados<sup>3</sup>.

3.º Os juizes e escrivães dos orphãos, e os juizes de direito, bens de menores<sup>4</sup>.

4.º Os testamenteiros, bens da testamentaria, ainda que taes bens se vendão em hasta publica<sup>5</sup>.

5.º Os vereadores e empregados das camaras municipaes, os bens dellas, que se venderem em hasta publica<sup>6</sup>.

6.º Os empregados do juizo dos feitos da fazenda, por si ou por outrem, bens que se arrematarem por dividas fiscaes, sob pena de nullidade, e de lhe poderem reivindicar os mesmos bens com seus rendimentos os proprietarios delles, e seus herdeiros<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 805.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 2º Tit. 48, Regul. de 2 de Outubro de 1851 art. 49 § 2º, Coelh. da Roch. loc. cit. § 806, Dig. Port. Tom. 3º art. 197, Consolid. das Leis Civ. art 585 § 1º.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 88 § 29, cit. Regul. art. 32 § 6º, Consolid. das Leis Civ, art. 585 § 2º, e art. 291; Dig. Port. loc cit. art, 200, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit. 62 g 38. Tit. 88 § 3º, e Tit. 89; cit. Regul. art. 32 § 6º, Dig. Port. loc cit., Coelh. da Roch. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 585 § 3º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Tit. 62 g 7º, Regul. cit. art. 35, Consolid. das Leis Civ. art. 585 g 4º, Dig. Port. loc. cit. art. 202, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Lei do 1º de Outubro de 1828 art. 43, Consolid. das Leis Civ. art. 585 § 5º.

<sup>7</sup> Regim, da Fazenda, cap. 87; Ord. do Liv. 2º Tit. 63 § 5º, Instrucç. de 31 de Janeiro de 1851 art. 22, Consolid. das Leis Civ. art 585 § 6º.

7.º Os juizes, escrivães, depositarios avaliadores e officiaes do juizo, bens levados á praça<sup>1</sup>. O juiz, escrivão, curador-fiscal e administradores de massas fallidas não podem comprar bens dellas para si ou para outrem, pena de os perderem, e seu preço, a beneficio das mesmas massas<sup>2</sup>.

8.º Os credores exequentes, sem licença do juiz, bens de seus devedores, que se houverem de arrematar<sup>3</sup>.

*§ 4.º — Cousas que se não podem vender.*

814. Podem vender-se todas as cousas de que se póde tirar utilidade, ou sejam existentes, ou futuras, tanto certas, v. g., os fructos, como as incertas, comtanto que se venhão a verificar, como o lanço de uma rede, os direitos e acções<sup>4</sup>.

813. Não se póde vender:

1.º Bens nacionaes sem faculdade da assembléa geral<sup>5</sup>.

2.º Bens municipaes sem concessão das respectivas assembléas provinciaes<sup>6</sup>, e na côrte sem autoridade do governo<sup>7</sup>.

3.º Cousas e acções litigiosas<sup>8</sup>.

4.º Bem dotaes<sup>9</sup>. Entende-se — *immoveis dotaes* —, quando o regimen do casamento é o regimen dotal<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 549 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 585 § 7º.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 863.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 86 g 3º. cit. Regul. n. 737 art. 549 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 585 § 8º.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. g 807, Dig. Port. Tom. 3º art. 225.

<sup>5</sup> Constit. do Imperio art. 15 § 15, e mais legislação citada na not. ao § 1º do art. 586 da Consolid. das Leis Civ.

<sup>6</sup> Lei do 1º de Outubro de 1828 art. 42, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 2º.

<sup>7</sup> Lei de 36 de Maio de 1840 arts. 23 e 24, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 10, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 3º.

<sup>9</sup> Regim. do Des. do Paço § 40, Lei de 22 de Setembro de 1828 art. 2º § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 4º.

5.º Prata, ouro, joias, e ornamentos das igrejas sem licença do governo; e o comprador restituirá estes objectos, perdendo o preço<sup>2</sup>. As sagradas imagens, ornamentos e mais objectos do altar, não se vendem em hasta publica, mas só por convenção particular. Entretanto penhorão-se no caso da Lei de 22 de Fevereiro de 1779, e art. 530 § 1º do Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850<sup>3</sup>.

6.º Bens cuja alienação se prohibio, ou restringio por convenção, ou disposição testamentaria<sup>4</sup>.

7.º Bens penhorados nas execuções, quando seu valor exceder o dobro da divida<sup>5</sup>; menos nas execuções da fazenda publica<sup>6</sup>, e menos tambem nas execuções por dividas hypothecarias — os immoveis hypothecados —, qualquer que seja o seu valor e a importancia da divida<sup>7</sup>.

8.º As machinas, bois, cavallos, e todos os móveis effectiva e immediatamente empregados na laboração das fabricas de mineração, e de assucar e lavoura de cannas, executados separadamente, e desmembrados das fabricas de que são partes integrantes<sup>8</sup>.

816. Este privilegio das fabricas de assucar e mineração foi derogado pela novissima lei hypothecaria, art. 14 § 2º, que diz: “ Fica derogado o privilegio das fabricas de assucar e mineração do qual trata a Lei de 30 de Agosto de 1833. ”

817. E se transcrevo aqui a disposição dessa lei, é porque o Sr. Dr. Teixeira de Freitas, na segunda edição da Consolid. das Leis Civis, not. ao § 8º do art. 586, diz:

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis. Civ. not. ao § 4º do art. 586.

<sup>2</sup>Ord. do Liv. 2º Tit. 24, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 5º.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis. Civ. not. ao § 5º do art. 586.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 11, §§ 1º Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 6º.

<sup>5</sup> Lei de 20 de Junho de 1774 § 24 Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 564, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 7º.

<sup>6</sup> Instrucç. de 31 de Janeiro de 1851 art. 21, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 7º.

<sup>7</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 14 § 1º.

<sup>8</sup> Lei de 30 de Agosto de 1833 art. 2º, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 531 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 586 § 8º.

— *Parece que esta derogação é feita unicamente a beneficio dos creditos hypothecarios. Tratando-se portanto da execução por dividas não hypothecarias, o executado póde invocar o privilegio da citada lei.*

818. Declaro, porém, com todo o respeito, que não penso assim, porque a novissima lei hypothecaria derogando esse privilegio, nenhuma distincção fez; e quando a lei não distingue, tambem o interprete não deve distinguir.

819. Nos casos do membro 7º do n. 815, os credores serão pagos pelos rendimentos desses bens que não podem ser arrematados em razão de exceder seu valor ao dobro das dividas<sup>1</sup>.

820. Não procede este beneficio:

1.º Quando o devedor executado tem outras dividas, que accumuladas excedem metade do valor da propriedade penhorada<sup>2</sup>; porém o modo pratico acha-se estabelecido no § 3º do Alv. de 21 de Janeiro de 1809, nos termos seguintes: — Os outros credores devem ter tambem execução aparelhada, e penhoras feitas; e devem, por meio de cessão ou de outro qualquer contracto legal, unir seus creditos e execuções à execução principal, de fôrma que se possa considerar uma só divida<sup>3</sup>.

2.º Quando o proprio devedor os nomear á penhora, tendo outros bens de menor valor<sup>4</sup>.

821. O beneficio do membro 8º do n. 815, quando prevaleça a opinião do Sr. Dr. Teixeira de Freitas transcripta no n. 817, póde ser

---

<sup>1</sup> Lei de 30 de Junho de 1774 §§ 24 e 25, cit. Regul. art 564. Consolid. das Leis Civ. art. 587.

<sup>2</sup> Alv. de 6 de Julho de 1807, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 554 § 1º, Consolid. das Leis Civ, art. 588 §1º.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. nota ao § 1º do art. 588.

<sup>4</sup> Alv. de 6 de Julho de 1807 § 4º, cit. Regul. art. 554 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 588 § 2º.

renunciado por convenção especial entre o devedor e credor, sendo a divida daquellas que envolvem hypotheca legal<sup>1</sup>.

822. Não se póde vender herança de pessoa viva, sem consentimento desta<sup>2</sup>.

823. Tambem não se poderá vender ou alienar a cousa, quando em virtude de alguma disposição testamentaria a venda ou alienação se deva fazer a pessoa designada<sup>3</sup>.

*§ 5.º — Do preço.*

824. Para a venda ser valiosa, o preço deve ser quantia certa, ou fixada pelas partes, ou deixada a arbitrio de um terceiro<sup>4</sup>.

825. Se antes da designação do preço fallecer o louvado escolhido, a venda haver-se-ha por não feita<sup>5</sup>.

826. Se a designação do preço não fôr justa, qualquer das partes póde requerer ao juiz outro arbitramento por dous louvados<sup>6</sup>.

827. Discordando os louvados, o juiz adoptará um dos laudos, e terminará a incerteza do preço<sup>7</sup>.

828. A commum e geral estimação, que uma couzal tem no tempo e lugar do contracto, se reputa o seu justo preço<sup>8</sup>.

829. Se se estipulou, que o comprador pagaria toda a siza, metade desta computa-se como parte do preço, porque ao vendedor incumbia pagar a dita metade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei de 30 de Agosto de 1833 art. 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 58 .

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 70 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 352.

<sup>3</sup> Ord. cit. § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 554.

<sup>4</sup> Ord. cit. Tit. 1º § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 546.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 547.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 548.

<sup>7</sup> Ord. do L. 4º Tit. 1º § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 549.

<sup>8</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 237.

830. Se se estipulou que o comprador pagaria o laudemio ao senhorio da coisa comprada, este constitue uma parte do preço, porque ao vendedor incumbia paga-lo na sua totalidade<sup>2</sup>.

831. Quando a compra é feita com o pacto de ficar emprazada ao vendedor a coisa comprada, sómente se entende comprado o dominio directo do senhorio; e neste caso o preço deve ser tão justo como se fosse comprado um censo consignativo<sup>3</sup>.

832. Quando o vendedor reserva o usufructo da coisa vendida durante a sua vida, o justo preço deve estimar-se com atenção a este encargo<sup>4</sup>.

833. Ainda que a venda fosse feita por menos de metade do justo preço, subsiste; mas póde ser rescindida pelo vicio da lesão, quando qualquer das partes foi enganada além dessa metade do justo preço<sup>5</sup>. *Lesão enorme* é a expressão adoptada e vulgar<sup>6</sup>.

834. O vendedor soffre este engano quando, por exemplo, vendeu por menos de cinco o que na verdadeira e commum estimação valia dez ao tempo do contracto<sup>7</sup>.

835. O comprador soffre-o quando comprou por mais de quinze o que na verdadeira e geral estimação valia dez ao tempo do contracto<sup>8</sup>.

836. Para rescisão da venda não basta que o vendedor allegue ter-lhe custado a coisa vendida o dobro do preço do contracto, ou lê-la depois o comprador vendido pelo dobro<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Arts. das Siz. Cap. 1º, Lobão Tr. das Aval. § 21.

<sup>2</sup> Lobão loc. cit. § 24 e seguintes.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. arts. 245 e 246.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 217, Lobão loc. cit. § 35.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 13 princ, Dig. Port. Tom. 3º art. 237.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 560.

<sup>7</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 561.

<sup>8</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 562.

837. O comprador demandado pela acção de lesão tem a escolha, ou para restituir ao vendedor a coisa recebendo seu preço, ou para inteirar o justo preço, segundo o que a coisa valia ao tempo do contracto<sup>2</sup>.

838. A restituição da coisa comprada sempre se deve fazer com a dos fructos desde a contestação da lide<sup>3</sup>.

839. Não se livra o comprador de ser demandado, ainda que tenha alienado a coisa comprada; e se não puder restitui-la, deve inteirar o justo preço<sup>4</sup>. D'aqui conclue-se que a acção de *lesão enorme* é pessoal<sup>5</sup>.

840. Mas se a lesão fôr enormissima, restituir-se-ha a coisa precisamente, e com os fructos desde o dia da venda<sup>6</sup>. D'aqui conclue-se que é uma *acção real* a de *lesão enormissima*, visto que póde ser intentada contra terceiro possuidor. A lei não define o que seja lesão enormissima<sup>7</sup>; mas os Praxistas entendem que ella se dá quando alguém recebeu sómente a terça parte do justo preço da coisa; e deixão ao arbitrio do juiz o julgar quando a lesão é enormissima<sup>8</sup>.

841. O vendedor quando demandado pelo comprador, tambem tem a escolha, ou para restituir o preço recebido, recebendo a coisa vendida, ou para restituir sómente o excesso do justo preço regulado pelo dia do contracto<sup>9</sup>.

842. A acção de lesão não é admissivel na compra e venda judicial que se fizer em hasta publica com as solemnidades legaes<sup>10</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 563.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 564.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 13 § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 565.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 566.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 566.

<sup>6</sup> Cit. Ord. § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 567.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 667.

<sup>8</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 253, e not. (b).

<sup>9</sup> Cit. Ord. § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 568.

<sup>10</sup> Cit. Ord. § 7º combinada com a do Liv. 2º Tit. 53 § V e o § 18 da Lei de 20 de Junho de 1774, Consolid. das Leis Civ. art. 569.



*§ 6.º — Obrigações do vendedor.*

843. As obrigações do vendedor reduzem-se principalmente: 1º, á entrega da coisa vendida; 2º, á garantia<sup>1</sup>.

844. A obrigação do vendedor em quanto á garantia tem dous objectos: 1º, assegurar a propriedade, e a posse pacifica da coisa vendida, e portanto prestar a *evicção*; 2º, indemnizar os defeitos occultos, ou *vícios redhibitorios*<sup>2</sup>.

*A — Em quanto á entrega.*

845. Offerecido o preço pelo comprador está o vendedor obrigado a entregar-lhe a coisa vendida; e não entregando responderá pelas perdas e interesses<sup>3</sup>.

846. O vendedor deve primeiro entregar a coisa vendida ao comprador para este pagar-lhe o preço; e havendo duvida elles farão deposito em mão de terceiro<sup>4</sup>. Não se exime desta obrigação, ainda que se offereça a pagar o interesse<sup>5</sup>.

847. Se a entrega não é possível, o vendedor póde ser obrigado a indemnizar todo o interesse ao comprador, assim em respeito á perda, que por falta della soffreu, como em respeito ao ganho que nella podia ter<sup>6</sup>.

848. Deve tambem o vendedor entregar os accessorios da coisa vendida, como são as chaves, e as mais peças destinadas a perpetuo uso da coisa, as servidões e logradouros , as escripturas e mais titulos relativos á coisa vendida<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 809.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 810.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 20 princ. Consolid. das Leis Civ. art. 518.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit. 5º § 1º. Consolid. das Leis Civ. art. 519.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 259.

<sup>6</sup> Cit Ord. Tit. 2º princ, e Tit. 67 § 3º Dig. Port. loc. cit. art 260.

<sup>7</sup> Dig. Fort. Tom. 3º art. 261, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 809.

849. Se não fizer entrega destes accessorios, a que é obrigado, o comprador póde obriga-lo a que os entregue, ou requerer que o contracto se haja por desfeito<sup>1</sup>.

850. É tambem obrigado o vendedor a entregar ao comprador os fructos da coisa posteriores á venda<sup>2</sup>.

851. A entrega deve ser feita no lugar onde a coisa estava, quando se fez o ajuste, a não haver estipulação em contrario<sup>3</sup>.

852. Todas as despesas anteriores á entrega pertencem ao vendedor, v. gr, as de medição: as posteriores pertencem ao comprador, v. gr., as da arrecadação<sup>4</sup>.

853. É desobrigado o vendedor de fazer a entrega em quanto o comprador lhe não paga o preço, se lhe não deu espera<sup>5</sup>.

854. Se vendeu o credito, mas o comprador fallio depois, póde reter a coisa até que elle dê caução ao preço. O mesmo póde fazer, se depois da venda sobreveio bem fundado receio de perder o preço<sup>6</sup>.

855. Se ha pendencia, se um ha de entregar primeiro a coisa, ou outro o preço, ambos devem depositar a coisa um, e outro o preço em mão de pessoa fiel, a qual entregará a cada um a sua causa<sup>7</sup>.

856. Desde o contracto até o dia da entrega o vendedor deve ter tanto cuidado na guarda e conservação da coisa vendida, como quando era sua: se por culpa grave, ou leve a coisa tiver desvio, ou damno, é responsavel ao comprador<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 262.

<sup>2</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1614, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art, 263, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 264, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 265.

<sup>6</sup> Dig Port. loc. cit. art. 266, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 5º § 1º. Dig. Port. Tom. 3º art. 267.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc cit. art. 268, Coelh da Roch. Dir. Civ. § 809.

857. Depois do dia em que o comprador seja moroso em tomar entrega da coisa, o vendedor é desonerado da guarda della, e responsável sómente ao damno proveniente de dolo ou malicia<sup>1</sup>.

B. — *Em quanto á evicção.*

858. A *evicção* é a perda, que o possuidor de uma coisa comprada soffre em parte, ou em todo, em virtude de sentença obtida por um terceiro, que nella tinha direito anterior á venda. Quando isto acontece, o vendedor é obrigado a indemnizar o comprador, ao que se chama — *prestar a evicção*<sup>2</sup>.

859. Assim o vendedor, ainda que no contracto se não fizesse declaração, é obrigado a garantir a perda de toda, ou de parte da coisa, que sobrevier ao comprador, *ex vi* de direito de terceiro, que lh'a venceu judicialmente, por ter melhor direito que o vendedor<sup>3</sup>.

860. O comprador vencido judicialmente por terceiro que lhe demandou a coisa comprada tem direito de exigir que o vendedor lhe pague o preço que recebeu, ou o valor da coisa comprada, com perdas e interesses<sup>4</sup>.

861. A Ordenação consolidada no numero antecedente não falla de juro quando dá ao comprador o direito de exigir o pagamento do preço, e esta omissão em materia civil se deve reputar supprida pelo disposto do Cod. do Com. art. 213, que diz: Em todos os casos em que o comprador tem direito a resilir do contracto, o vendedor é obrigado não só a restituir o preço, mas tambem a pagar as despesas que tiver occasionado, com os juro da lei<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc cit. art. 269.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc cit. art. 811.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art. 292, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 45 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 575, Dig. Port. Tom. 3º art. 393, Coelh da Roch. Dir. Civ. § 811.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 575.

862. Se tiver feito bem feitorias, deve pedi-las ao terceiro reivindicante, mas as bemfeitorias de recreio, que não puder haver deste, póde exigir do vendedor a indemnisação<sup>1</sup>.

863. Servem de compensação das bemfeitorias os fructos que forão consequencia dessas mesmas bemfeitorias; bem assim os productos do predio bemfeitorizado, que forão empregados nessas bemfeitorias<sup>2</sup>.

864. Ainda que uma parte da coisa fosse vencida ao comprador, e o restante valha o preço que ella deu, é comtudo o vendedor obrigado a indemnizar-lhe o interesse, por lhe ser tirada aquella parte<sup>3</sup>.

865. Assim, ainda que ao comprador sómente lhe seja tirado o usufructo, ou ainda que seja gravado com servidão predial, que o vendedor não declarou, é este obrigado a indemnisa-lo<sup>4</sup>.

866. Se com aquella privação ou encargo o comprador se achar tão gravado, que lhe não faça conta o predio comprado, póde além da sua indemnisação, encampar a coisa ao vendedor e desfazer o contracto<sup>5</sup>.

867. Póde-se ajustar que no caso de *evicção* o vendedor será obrigado não só ao preço, mas a outra tanta quantia; ou *vice-versa* que será obrigado a menos que o preço<sup>6</sup>.

868. Ainda que o vendedor no acto da venda diga, que se não responsabilisa á evicção, sempre fica obrigado a repôr o preço, se a coisa fôr vencida ao comprador<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> L. 45 § 1 ff. *de Act. empt.*, Dig. Port. loc. cit. art. 295.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 296.

<sup>3</sup> L. 45, L. 47 ff. *de Evict.*, Dig. Port. loc. cit. art. 297.

<sup>4</sup> L. 46 princ e § 1º ff. *eod.*, Dig. Port. Tom. 3º art. 298.

<sup>5</sup> Silva á Ord. Liv. 3º Tit. 45 § 2º n. 3. Cod. Civ. Franc art. 1638 e 1638, Dig. Port. loc. cit. art. 299.

<sup>6</sup> L. 60, L. 74 ff. *de Evict.*, Ord. do Liv. 3º Tit. 45 § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 300, Consolid. das Leis Civ. art. 555.

869. Tambem se póde dar fiança á evicção, se as partes nisso convierem<sup>2</sup>.

870. No mesmo juizo em que o comprador fôr condemnado a restituir a coisa, póde demandar a sua indemnisação<sup>3</sup>.

871. O tutor, curador, ou procurador que vendeu os bens alheios, não é obrigado á evicção, salvo se pessoalmente se obrigou a responder por ella<sup>4</sup>.

872. Se a coisa comprada não chegou a ser vencida, porque pereceu antes de vencida a causa, não póde o comprador intentar acção de evicção contra o vendedor<sup>5</sup>.

873. A acção de evicção deve ser intentada pelo comprador contra o immediato vendedor, e não contra terceiro, que tenha vendido áquelle; salvo se o immediato vendedor tiver fallido, ou estiver ausente do Imperio<sup>6</sup>.

874. A acção de evicção póde ser intentada dentro de trinta annos, começados a contar desde que a coisa foi vencida ao comprador; porque até esse tempo a sua acção não era nascida<sup>7</sup>.

875. No caso de venda de immovel pelo homem casado sem expresso consentimento de sua mulher, o comprador póde reclamar o preço da venda se provar que foi convertido em proveito della ou do casal<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> L. 11 § 18 ff. *de Evict.*, Dig. Port. loc. cit. art. 301.

<sup>2</sup> L. 4 princ. ff. *eod.*, Ord. do Liv. 4º Tit. 5 princ, Dig. Port. loc cit art. 302, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 811.

<sup>3</sup> L. 89 princ ff. *de Evict.*, Dig. Port. loc cit art. 312.

<sup>4</sup> L. 67 ff. *de Procurat.*, Dig. Port. Tom. 3º art. 317.

<sup>5</sup> L. 26 Cod. *de Evict.*, Dig. Port. loc. cit. art. 318.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 324.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 320.

<sup>8</sup> Ord do Liv. 4º Tit. 48 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 578.

876. Na falta dessa prova o immovel será entregue á mulher, sem que ella seja obrigada a restituir o preço; e o comprador terá só acção contra o marido vendedor, se não sabia que elle era casado<sup>1</sup>.

877. Se o comprador sabia, ou tinha razão de saber, que o vendedor era casado (sem prejuizo do que fica dito no n. 875) não poderá demandar o preço ao proprio marido, e restituirá a cousa com os rendimentos liquidados<sup>2</sup>.

878. Tendo o comprador feito bemfeitorias necessarias e uteis, e querendo havê-las, compensará os respectivos rendimentos<sup>3</sup>.

879. Não póde o comprador demandar pela evicção:

1.º Se fôr privado da cousa comprada, não pelos meios judiciaes, mas por caso fortuito, força, roubo, ou furto<sup>4</sup>.

2.º Se sabia que a cousa era alheia<sup>5</sup>. Confiscava-se neste caso o preço da venda para os captivos. Hoje só póde ter lugar o procedimento criminal do art. 264 § 1º do Cod. Pen. contra os que alheião bens dos outros como proprios<sup>6</sup>.

880. Tambem não tem lugar a prestação de evicção, se o comprador dolosamente não oppôz os meios de defesa, ou deixou ir a causa á revelia; se transigio, ou se comprometteu em arbitros para a decisão da causa; ou se a cousa foi evicta por causa posterior ao contracto<sup>7</sup>.

881. Ainda que o comprador, que não chamou à autoria o seu vendedor, perde o direito da evicção, póde contudo, com cedencia da

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 579.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 48 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 580.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 581.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 45 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 577 § 1º.

<sup>5</sup> Cit Ord. § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 577 § 2º.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 677.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 814.

acção do terceiro que o demandar, intentar esta mesma acção contra o vendedor, para d'elle haver o preço, se se mostrar que elle não podia vender a cousa<sup>1</sup>.

C. — *Da autoria.*

882. Para exercer o direito do n. 860 por causa da evicção, o comprador deve denunciar ao vendedor o litigio proposto no tempo e pela forma que deierminão as leis do processo<sup>2</sup>.

883. Esta materia de evicção quasi que só foi encarada pela nossa lei em relação ao processo da autoria. Chamando-se à autoria o executado, cujos bens forão arrematados, deve-se tambem citar o exequente. Tem elle interesse em que a cousa não seja evicta, para que não seja obrigado a restituir o preço da arrematação que recebeu<sup>3</sup>.

884. Assim pois, para que o comprador possa obrigar o vendedor pela *evicção*, é necessario tê-lo chamado á autoria, na acção em que a cousa lhe foi evicta; isto é, tê-lo feito citar antes da contrariedade, para a vir defender, porque póde ter meios de defesa particulares, e é elle o principalmente interessado; excepto se estiver fóra do Imperio<sup>4</sup>.

885. Se o chamado á autoria nomear outro de quem houve a cousa, deve-se-lhe conceder novo prazo para a citação, e assim por diante se fôrem muitos<sup>5</sup>.

886. Se o vendedor a quem a lide foi denunciada, não defende a causa, deve o comprador defendê-la como puder, e sem malicia: decahindo deve appellar, se o juiz fôr tal, de que se possa appellar<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port Tom. 3º art. 320.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 44, e Tit 45, Consolid. das Leis Civ. art. 576.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 576.

<sup>4</sup> Cit Ord. Tit. 45 princ, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 813.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 45 § 1º, e Tit. 44 § 1º, Coelh. da Roch. Dir, Civ. § 813.

<sup>6</sup> Cit. Ord. Tit. 45 § 3º, Dig. Port. Tom. 3º art. 304.

887. Se o vendedor estiver fóra do Imperio, não se concede tempo ao comprador para o citar pessoalmente, para que defenda a causa: deve defendê-la como puder salvo o direito do ausente contra a sentença<sup>1</sup>.

888. Se os vendedores são muitos, ou são muitos os herdeiros do vendedor, a todos deve ser denunciada a lide; aliás o comprador sómente terá acção contra aquelle que fez citar, pela sua parte respectiva<sup>2</sup>.

889. Se um dos chamados á autoria quer defender a causa, e os outros não querem, prevalece o voto do primeiro: este se vencer, póde haver dos companheiros as respectivas partes da despesa que fez com a causa commum<sup>3</sup>.

890. O vendedor chamado á autoria toma o lugar de assistente, ou de defensor do comprador e não póde fazer a causa sua contra a vontade do autor, ou do réo principal, nem póde declinar para o juizo do seu fôro<sup>4</sup>.

891. Se o autor e réo convem, que o vendedor faça a causa sua, o autor póde pedir-lhe caução á entrega da cousa demandada, no caso de elle a vencer<sup>5</sup>.

892. O comprador defendendo a causa póde allegar todas as excepções do vendedor, e *vice-versa* o vendedor as do comprador<sup>6</sup>.

#### D. — *Dos vicios redhibitorios.*

893. O vendedor é tambem, como já dissemos, responsavel pelos vicios, ou defeitos da cousa vendida, chamados *redhibitorios*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit Ord. princ, Dig. Port. loc cit art 305.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 307.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art. 308.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 11, Dig. Port. loc. cit. art. 309.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 45 § 11, Dig. Port. Tom. 3º, art. 310.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 311.



894. E pois é obrigado a tornar a receber a coisa vendida, e restituir o preço e despesas feitas pelo comprador, verificando-se causa justa de este a engeitar<sup>2</sup>.

895. Quem comprar escravo com tal doença que não possa servir, póde engeita-lo ao vendedor, provando que já tinha essa doença antes de comprado<sup>3</sup>.

896. Não póde, porém, o comprador engeita-los, nem exigir abatimento do preço: 1º, se a enfermidade fôr aparente; 2º, se a enfermidade fôr tão leve que não tolha a prestação de serviços<sup>4</sup>.

897. Tambem não póde engeita-los por vícios de animo, salvo se fôrem fugitivos, ou se o vendedor declarou ao tempo da venda que não tinham taes e taes vícios, entretanto que os tinham<sup>5</sup>.

898. Mas, posto que neste caso não possa engeita-los, poderá todavia pedir abatimento do preço<sup>6</sup>.

899. Ao contrario póde engeita-los: 1º, se ao tempo da venda o vendedor occultou que estavam incursos em delicto punivel com a pena de morte; 2º, se occultou que havião já tentado suicidar-se por aborrecimento da vida; 3º, se declarou falsamente que sabião alguma arte, ou tinham alguma habilidade especial, que influirão no preço da venda; não se exigindo neste ultimo caso que sejam consumados, e bastando que saibão medianamente a arte declarada, ou tenham a affirmada habilidade<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ., § 815.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 270.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 17 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 516.

<sup>4</sup> Cit Ord. § 1º, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 § 2º, Consolid das Leis Civ. art 556.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>7</sup> Cit. Ord. §§ 3º e 4º; Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 556.

900. O comprador de animaes póde engeita-los por manqueira ou doença que tenham, ou por vicio de animo<sup>1</sup>.

901. Bem assim, se o animal lem molestia occulta, ou se não tem, nem ainda em mediano gráo, as prendas que o vendedor affirmava que elle tinha<sup>2</sup>.

902. Ás cousas inanimadas podem lambem ser en-geitadas por vícios encobertos, v. g., se um livro fôr achado com falta de folhas; se a peça de panno foi achada inferior á amostra; se um predio tem servidão passiva muito onerosa<sup>3</sup>.

903. Tambem se póde engeitar uma cousa, se houve erro sobre a substancia della, ainda que o comprador e vendedor estivessem em boa fé, v. g., se alquime foi vendido em conta de ouro, ou estanho em conta de prata<sup>4</sup>.

904. Em regra, o vendedor não é obrigado a declarar os vicios e achaques da cousa, se são patentes, mas obra com dólo, se não manifesta os vicios occultos, sabendo-os<sup>5</sup>.

905. O comprador de uma parelha de bestas ou bois não póde engeitar um dos animaes, e ticar com outro, mas póde engeitar ambos por causa do vicio de um delles<sup>6</sup>.

906. Havendo dólo no vendedor, deve restituir o preço, perdas e interesses. Não o havendo, deve restituir o preço e as despesas que o comprador tiver feito com a cousa<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. § 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 556.

<sup>2</sup> Cit. Ord. §§ 1º, 2º e 4º; Dig. Port. Tom. 3º arts. 272 e 273.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 567.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 275.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 § 1º, Dig. Port. loc. cit. art. 276.

<sup>6</sup> Dig. Port loc cit art. 273.

<sup>7</sup> Dig. Port loc. cit. art. 277.

907. É concedido um mez para engeitar animaes por molestia corporal, contado desde o acto da entrega<sup>1</sup>. Para os engeitar por vicios de animo são concedidos seis mezes<sup>2</sup>.

908. Ainda que o animal que podia ser engeitado morra, bem póde o comprador intentar a redhibitoria, se morreu sem culpa delle<sup>3</sup>.

909. Em regra, o animal vendido como são, se morreu de molestia anterior à compra, deve o vendedor soffrer a perda<sup>4</sup>.

910. Presume-se que um animal morre de molestia anterior, morrendo dentro de tres dias depois do contracto<sup>5</sup>.

911. Em todos os casos em que o comprador póde engeitar a cousa, em lugar disso póde pedir rebate do preço, por causa do achaque ou defeito da cousa<sup>6</sup>.

912. Se o vendedor vender um campo a tanto por geira ou por braça, affirmando que tinha certo numero daquellas medidas, o comprador póde repetir o preço que deu de mais, se o campo tiver menos medidas<sup>7</sup>.

913. Mas, se o campo fôr vendido por determinado preço, a enunciativa de tantas geiras ou braças não dá direito ao comprador para pedir rebate, ainda que em verdade não tenha tantas braças<sup>8</sup>.

914. Esta acção de pedir rebate do preço por vicio da cousa deve ser intentada dentro de um anno depois da cousa entregue ao comprador<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 §§ 7º e 8º, Dig. Port. loc. cit. art. 279.

<sup>2</sup> Cit Ord. princ. e § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 280.

<sup>3</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 283.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 284.

<sup>5</sup> Silva á Ord. Liv. 4º Tit. 8º princ. n. 36, Dig. Port. loc. cit. art. 285.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 286.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 287.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 288.

915. Nem esta, nem a acção redhibitoria podem ser intentadas, quando o defeito da coisa era manifesto ao tempo do ajuste, ou quando o vendedor manifestou o vicio occulto, ou quando estipulou que não garantia os vicios da coisa<sup>2</sup>.

916. Engeitando-se a coisa comprada, provados os vicios ou defeitos, o vendedor é obrigado a restituir o preço ao comprador<sup>3</sup>.

917. Quanto aos escravos que o comprador póde engeitar, o vendedor tem obrigação de restituir o preço, ainda que elles falleçam em poder do comprador, se este provar que fallecêrão da enfermidade que já tinham em poder do vendedor<sup>4</sup>.

918. Se fôrem engeitados por fugitivos, o vendedor tambem tem obrigação de restituir o preço, posto que andem fugidos; comtanto que o comprador prove que em poder do vendedor já tinham o vicio de fugitivos. Em tal caso o comprador prestará fiança, obrigando-se a diligenciar a captura, e a entrega-los ao vendedor, se vierem ao seu poder<sup>5</sup>.

919. Além da restituição do preço, o vendedor indemnizará o comprador da siza que houver pago, corretagens do costume, e das despesas que houver feito com a cura do escravo engeitado por molestia<sup>6</sup>.

#### § 7.º — Obrigações do comprador.

920. A principal obrigação do comprador é pagar o preço ao tempo e lugar estipulado, ou no lugar da entrega da coisa, na falta de outra declaração<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 17 § 2º, Dig. Port loc. cit art. 289

<sup>2</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 290.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 § 7º, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 558.

<sup>4</sup> Ord. cit. § 5º, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 558.

<sup>5</sup> Ord. cit. Tit. 17 § 5º, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 558.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>7</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 5º § 1º, Dig. Port. Tom. 3º art. 325.

921. Deve pagar juros do preço, desde que tomou entrega da coisa, se esta produzir fructos ou rendimentos; ou os mesmos fructos e rendimentos que recebeu; ou poderá receber, qual o vendedor mais quizer<sup>1</sup>.

922. Tambem deve juros do preço, se assim convencionarão, ou depois de verificada mora no pagamento delle, entendendo-se moroso desde que foi citado para o pagar<sup>2</sup>.

923. Para o comprador pagar o preço ao vendedor é preciso que este primeiramente lhe entregue a coisa, como se disse no n. 846<sup>3</sup>.

924. Não será o comprador obrigado a pagar o preço, ou a acabar de paga-lo, se fôr informado de que a coisa não pertence ao vendedor, ainda mesmo que a tenha recebido<sup>4</sup>.

925. Em taes circumstancias, não possuindo o vendedor bens de raiz desembargados que assegurem a evicção, deve dar fiadores idoneos<sup>5</sup>. Eis todo o remedio da nossa lei para garantir os adquirentes das reivindicações e evicções futuras<sup>6</sup>.

926. Se o immovel comprado estiver hypothecado, e o comprador quizer evitar a excussão, deve tratar da remissão nos termos do Decreto n. 3453 de 26 de Abril de 1865.

927. O comprador é obrigado a pagar as despesas feitas pelo vendedor na guarda e conservação da coisa, depois do ajuste do contracto<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. Tit. 67 § 3º, Dig. Port. loc. cit. art. 326.

<sup>2</sup> L. 5 Cod. de Partis int. empt. et vend.; Cod. Civ. Franc art.. 1652, Dig. Port. loc. cit. art. 327.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º, Tit. 5º § 1º, Consolid. das Leis Civ. Art. 519.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 520.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 521.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 521.

<sup>7</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 338.

§ 8.º — *Do perigo ou commodo da coisa vendida.*

928. Tanto que a venda é perfeita, toda a perda que sobrevem à coisa vendida, ainda mesmo antes da entrega, é por conta do comprador<sup>1</sup>.

929. As questões sobre a perda da coisa vendida antes da entrega serão decididas pelas seguintes regras:

1.<sup>a</sup> Nas vendas condicionaes a perda total, pendendo a condição, será por conta do vendedor<sup>2</sup>. Trata-se da *condição suspensiva*. Sendo a condição resolutiva, a perda antes acontecida pertence ao comprador<sup>3</sup>.

2.<sup>a</sup> Mas a perda parcial ou deterioração, pendendo a condição, será por conta do comprador, salvo se da parte do vendedor houve mora na entrega<sup>4</sup>. Esta regra sobre a perda parcial ou deterioração da coisa vendida parece implicar contradicção com a regra anterior do caso da perda total; mas ella justifica-se pelo principio de que a condição cumprida tem effeito retroactivo ao dia em que o contracto foi feito, como se este tivesse sido puro e simples<sup>5</sup>.

3.<sup>a</sup> Tendo-se de fazer escriptura publica por accôrdo das partes, a perda da coisa vendida, antes de acabado o instrumento, pertence ao vendedor, e depois do instrumento pertence ao comprador, ainda que a coisa lhe não fosse entregue sem culpa do vendedor<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 8º princ, Consolid. das Leis Civ. art. 537.

<sup>2</sup> Ord. cit. § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 638 § 1º

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 538 § 1º.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 8º § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 2º.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 538.

<sup>6</sup> Ord. cit. § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 3º.

4.<sup>a</sup> Se antes da entrega da coisa ao comprador houver desapropriação, por necessidade, ou utilidade publica, recahem as consequencias sobre o vendedor<sup>1</sup>.

5.<sup>a</sup> Nas cousas que se vendem por peso ou medida, ou por prova, toda a perda antes de taes operações é por conta do vendedor, e depois dellas por conta do comprador<sup>2</sup>. A Ordenação aqui consolidada só contempla as cousas que devem ser pesadas, medidas ou provadas, porém estão no mesmo caso as cousas que devem ser contadas. Entende-se neste caso que a venda é condicional. Cessa essa regra, como tem prevenido o Cod. do Com. no art. 208, quando o comprador fôr culpado de não se terem feito as operações de que a venda dependia<sup>3</sup>.

6.<sup>a</sup> Nas que se não vendem por medida, mas por junto ou a esmo, a perda pertencerá desde logo ao comprador, não a tendo o vendedor tomado a si<sup>4</sup>.

7.<sup>a</sup> Pertencerá também a perda ao comprador, se não obstante a responsabilidade tomada pelo vendedor nas vendas feitas por junto tirar prova da quantidade vendida<sup>5</sup>.

8.<sup>a</sup> Pertencerá outrosim a perda ao comprador no caso do 5º membro do presente numero, desde o vencimento do prazo em que obrigou-se a receber a coisa, se deixar de recebê-la<sup>6</sup>.

930. O § 7º da Ord. do Liv. 4º Tit. 8º, consolidada no numero antecedente, falla em geral da estipulação do prazo entre o comprador e o vendedor, dizendo que o perigo é por conta do comprador; e desta generalidade poder-se-hia concluir que antes do vencimento do prazo o perigo é por conta do vendedor. Uma tal conclusão faria contradictoria a

---

<sup>1</sup> Ord. cit. § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 4º.

<sup>2</sup> Ord. cit. § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 6º.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao g 5º do art. 538.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 8º § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 6º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 7º.

<sup>6</sup> Cit. Ord. § 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 538 § 8º.

lei, porque a sua regra geral é que desde a perfeição do contracto o perigo é logo por conta do comprador, e o prazo não suspende a perfeição do contracto<sup>1</sup>.

931. Aplicar-se-hão estas regras quando as partes não tiverem convencionado de outro modo<sup>2</sup>.

932. Em todo o caso sempre que a perda da coisa vendida fôr por conta do vendedor, deve elle restituir o preço ao comprador se já o tiver recebido<sup>3</sup>.

933. Sempre que a perda fôr por conta do comprador, fica elle obrigado a pagar o preço ao vendedor, se já não o tiver pago<sup>4</sup>.

*§ 9.º — Condições mais usuaes da compra e venda.*

934. O comprador e vendedor podem entre si ajustar qualquer pacto, clausula, e condição, uma vez que seja honesta e conforme o direito<sup>5</sup>.

935. Nas vendas de escravos são licitas as seguintes clausulas: — de serem libertados<sup>6</sup>; de não serem libertados<sup>7</sup>; de serem vendidos para fóra de um lugar. Nos dous primeiros casos acima é inutil a estipulação de clausulas penaes<sup>8</sup>.

936. É licito o pacto de poder o vendedor remir em certo prazo a coisa vendida, ou quando lhe aprouver, restituindo ao comprador o preço, e ficando resolvida a venda<sup>9</sup>. É o pacto *redimendi-retrovendendi*

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 8º do art. 538.

<sup>2</sup> do Ord. Liv. 4º Tit 8.º § 8, Consolid. das Leis Civ. art. 539.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 8º .§ 4º, Consolid. das Leis Civ. Art. 540.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 541.

<sup>5</sup> Cit. Ord Tit. 4º princ., Consolid. das Leis Civ. art. 550.

<sup>6</sup> L. 10 pr. e L. 30 pr. Dig. *qui et aquib. manumis.*, L. 20 Dig. *de manumis.*, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 550.

<sup>7</sup> L. 9 § 2º Dig. *qui et quib, manumis.*, Consolid. *ibidem*.

<sup>8</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>9</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 4º § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 551, Dig. Port. Tom. 3º art. 364, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 822.



—, ou venda a retro como vulgarmente se diz. Antigamente se lhe dava o nome de venda *fiduciaria* ou *retrato convencional*, que se distinguia de outras espécies<sup>1</sup>.

937. O comprador em tal caso fará seus todos os fructos e rendimentos da coisa comprada, até que a remissão se verifique, e o preço lhe seja restituído<sup>2</sup>.

938. É lícito o pacto de não poder o comprador vender ou alienar a coisa, senão a certa e determinada pessoa<sup>3</sup>. É o pacto de *non alienando*<sup>4</sup>.

939. É lícito o pacto de que no caso de evicção o vendedor pagará o duplo do preço<sup>5</sup>.

940. Costuma-se às vezes ajustar, que o vendedor poderá desfazer a venda, se dentro de tempo certo outro comprador lhe oferecer maior preço<sup>6</sup>. Este pacto póde ajustar-se em fórmula de condição resolutiva, ou de condição suspensiva, segundo as circunstâncias<sup>7</sup>.

941. O vendedor bem póde desprezar o melhor partido que outrem lhe oferecer, ainda que o comprador não esteja contente com o ajuste feito<sup>8</sup>.

942. O melhor partido que oferecerem ao vendedor deve ser denunciado ao comprador, para este se deliberar, se aceita o mesmo partido, pois deve ser preferido tanto por tanto<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 551.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 4º princ. e Tit. 67 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 552.

<sup>3</sup> Cit. Ord. Tit. 14 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 553.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 553.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 45 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 554.

<sup>6</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 357, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 820;

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 358, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>8</sup> Dig. Port. Loc. cit. art. 359, Coelh. da Roch. loc. cit. § 820.

<sup>9</sup> Dig. Port. Tom. 3.º art. 360, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 820.

943. Costuma ajustar-se, que se o comprador não pagar até certo dia o preço da cousa, esta se haja por não vendida<sup>1</sup>.

944. Se não obstante isso o comprador provar causa justa de não entregar o preço naquelle tempo; como se procurou o vendedor, e este se tinha ausentado da terra, neste caso não se desfaz o contracto<sup>2</sup>.

945. Ainda que haja aquelle pacto, o vendedor póde demandar o preço, e não querer o contracto desfeito: e demandando-o, já não pode haver por desfeita a venda<sup>3</sup>.

946. O direito de remir bem póde ser vendido, dado, ou legado pelo vendedor<sup>4</sup>.

947. Effectuada a remissão dissolvem-se as hypothecas e encargos, a que o comprador tenha sujeitado o predio comprado com aquelle pacto<sup>5</sup>.

948. O comprador com o pacto de aceitar a remissão é equiparado a um usufructuario, para dever pagar os fóros e encargos reaes; para dever fazer as reparações necessarias; e para se abster de cortar arvores, e fazer outras algumas deteriorações<sup>6</sup>.

949. São illicitos os pactos: 1º, que o vendedor não poderá remir, senão depois de passados certos annos; 2º, que o vendedor não poderá remir senão com dinheiro seu<sup>7</sup>.

950. A clausula de poder remir em todo e qualquer tempo, entende-se, que o poderá fazer até trinta annos depois do contracto<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art 361, Coelh. da Roch. loc. cit. § 821.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 362, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc cit. art. 363.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit art. 364.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 366.

<sup>6</sup> Dig. Por. loc. cit. art. 367.

<sup>7</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 368.

<sup>8</sup> Dig. Fort. loc. cit art. 369.

951. Se fór marcado tempo certo, passado elle não póde o vendedor mais remir<sup>1</sup>.

952. O vendedor que quer remir deve depositar o preço, laudemio e siza, que o comprador tiver pago por conta do vendedor<sup>2</sup>. Desde o acto do deposito os fructos que o predio produzir, pertencem ao vendedor<sup>3</sup>.

953. O vendedor deverá pagar as bemfeitorias que o comprador tiver feito, necessarias ou uteis, a não haver pacto que o comprador as não poderá fazer<sup>4</sup>.

954. Se fôrão muitas as cousas vendidas por um só preço, não póde o vendedor remir umas, e deixar outras<sup>5</sup>.

955. Se os herdeiros do vendedor fôrem muitos, um delles não póde remir separadamente a sua quota parte; mas póde remir toda a cousa, obrigando-se a entregar a seus co-herdeiros as suas respectivas partes<sup>6</sup>.

956. Se no acto da remissão o predio tem mais cultura feita, do que quando o comprador entrou a posse, este deverá ser indemnizado<sup>7</sup>.

957. Se não consta a cultura que estava feita quando o comprador entrou oa posse, pelos fructos pendentes será o possuidor indemnizado da cultura delles, e os restantes serão rateados entre o vendedor e comprador à proporção dos mezes do ultimo anno<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 370.

<sup>2</sup> Dig. Port. loc cit. art. 371, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 823.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 272.

<sup>4</sup> Lobão Fase. Tom. 1º Diss. 5º § 93, Dig. Port. loc. cit. art. 374.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 375.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 372 Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 823.

<sup>7</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 377.

<sup>8</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 378.

958. Um terceiro possuidor, que houve o predio da mão do comprador é obrigado a aceitar a remissão do mesmo modo que o seria o comprador<sup>1</sup>.

959. A clausula *a contento* (*pacto displicentiae*), estipulada pelo comprador, isto é, de se servir por algum tempo da coisa comprada para a experimentar, importa uma especie de condição<sup>2</sup>.

960. Se o comprador não entregou logo o preço, esta condição reputa-se *suspensiva*, até findar o prazo convencionado; o comprador neste intervallo é equiparado a um commodatario: mas findo o prazo, se não restituiu a coisa, ou não fez declaração, fica a venda perfeita, e para elle passa a propriedade com todos os seus effeitos<sup>3</sup>.

961. Se pagar o preço, então importa condição *resolutiva*, adquire logo a propriedade resolúvel; se depois declarou que a coisa lhe não serve, desfaz-se o contracto<sup>4</sup>.

962. Na falta de declaração do espaço, ou de costume entende-se sessenta dias<sup>5</sup>.

963. Quando uma pessoa entrega uma coisa movei a outra para a vender com a condição de que a certo tempo lhe dará o preço em que se ajustarão, ou lhe tornará a coisa, dá-se o contracto a que em direito romano chamão *contractus aestimatorius*. Esta clausula importa uma especie de comissão, Em quanto não findou o prazo, a propriedade, e portanto o risco, é por conta do vendedor, ou committente, o qual a não póde repelir; e o comprador só é responsavel

---

<sup>1</sup> Lobão Fase Tom 1º Diss. 5º § 118. Dig. Port. loc cit. art. 379.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 824.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 824.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

no caso de culpa; mas depois de findado o termo, se a não entrega, fica devedor do preço<sup>1</sup>.

*§10.º — Efeitos da compra e venda.*

964. A compra e venda, como os outros contractos, póde ser pura, ou debaixo de qualquer condição suspensiva, ou resolutiva, como dissemos no paragrapho antecedente<sup>2</sup>.

965. Na venda pura, a propriedade da coisa vendida sómente passa para o comprador pela entrega<sup>3</sup>.

966. Sem a tradição reciproca, ou mediante deposito da coisa vendida e de seu preço, não é o comprador della feito senhor, nem o vendedor póde cobrar o preço como seu; o comprador não póde ter adquirido o; lucros e rendimentos da coisa comprada, nem o vendedor fazer seus os interesses ou juros do preço compensativos dos lucros e rendimentos da coisa vendida<sup>4</sup>.

967. Se o preço não for pago, o dominio não se transfere para o comprador, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue: o vendedor póde reivindicá-la como sua propriedade, ou demandar o preço com os juros respectivos<sup>5</sup>.

968. Transfere-se porém o dominio para o comprador sem dependencia do pagamento do preço, se no tempo do contracto, ou ao tempo da entrega da coisa vendida, o vendedor se houve por pago<sup>6</sup>.

969. Igualmente transfere-se o dominio para o comprador se a venda foi feita a credito, seja ou não seja com prazo certo de pagamento<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. da Austr. art. 1086, Coelh. da Roch. loc. cit. § 825.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 818.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 7 princ., Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Rebouças. Observ. á Consolid. das Leis Civ. pag. 13.

<sup>5</sup> O.d. da Liv. 4º Tit. 5º § 1º, e Tit. 67 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 528.

<sup>6</sup> Cit. Ord. do Tit. 5º § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 529.

970. Na venda feita a credito o vendedor tem *sómente acção pessoal* contra o comprador para pedir-lhe o preço, e não acção real para haver a coisa vendida<sup>2</sup>.

971. Está claro que esta disposição presuppõe a entrega da coisa ao comprador, visto que sem a tradição não ha transferencia de dominio<sup>3</sup>.

972. Toma-se posse das cousas móveis ou semoventes tomando entrega delias, ou encarregando a guarda dellas a outro<sup>4</sup>.

973. Basta que o comprador ponha a sua marca ou firma nos móveis comprados, a consentimento do vendedor, para se entender, que tomou posse e entrega delles<sup>5</sup>.

974. Se o vendedor de casas entregou as chaves, ou se deu os titulos, que tinha de sua propriedade, e a despejou, entende-se ter dado a posse<sup>6</sup>.

975. Pedras e outros materiaes pesados, basta que o vendedor os mostre ao comprador, para se entender que lhe deu posse<sup>7</sup>.

976. A entrada em um predio com animo de tomar posse, é bastante para tomar, sem necessidade de passar por todo elle<sup>8</sup>.

977. Se a coisa de novo adquirida estava já em poder do adquirente, v. g., por emprestimo, ou por arrendamento, é sufficiente que se verifique a compra ou outro justo titulo para se entender dada a posse<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Alv. de 40 de setembro de 1310, Consolid. das Lei. Civ. art., 530

<sup>2</sup> Cit. Alv. Consolid. das Leis Civ. art. 531.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 531.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 588.

<sup>5</sup> Dig. Port. loc cit. art. 589.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 592.

<sup>7</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 591.

<sup>8</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 593.

<sup>9</sup> Dig. Port. loc cit. art 594.

978. Se o vendedor toou de arrendamento a coisa vendida, ou se constitue como procurador, ou feitor acerca della; é desnecessaria outra posse ao comprador<sup>1</sup>. É o que se chama — *clausula constituti*.

979. Se a venda fôr de immoveis não opéra seus effeitos a respeito de terceiro, senão pela transcrição e desde a data della no Registro geral<sup>2</sup>. Até a transcrição é simples contracto que só obriga as partes contractantes<sup>3</sup>.

980. Terá lugar a acção resolutoria da venda, se houve condição de ficar a venda de nenhum effeito pela falta de pagamento do preço no prazo convencionado<sup>4</sup>.

981. Eis o pacto da *lei commissoria*, que o Alv. de 4 de Setembro de 1810 resalva quando diz: — *sem convenção alguma especial* —, e no fim — *sem outra convenção*<sup>5</sup>.

982. Mas se depois de vencido o prazo o vendedor exigir que o comprador lhe pague o preço, a acção resolutoria não é mais admissivel<sup>6</sup>.

983. Vendida a mesma coisa a duas differentes pessoas, prefere o comprador a quem primeiro se fez a entrega, se a esta accedeu o pagamento do preço, ou o vendedor se deu por pago<sup>7</sup>. É um corollario da idéa fundamental do nosso direito civil exarada no numero seguinte<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art 595.

<sup>2</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1804 art. 8º. Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 arts. 256, e 259 § 1º.

<sup>3</sup> Cit. Decr. art. 257.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 5º § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 532.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 532.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 633.

<sup>7</sup> Cit. Ord. § 7º princ., Consolid. das Leis Civ. art. 534.

<sup>8</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 534.

984. Para a aquisição do dominio não basta simplesmente o titulo, mas deve acceder a tradição, e sem esta só se tem direito a acções pessoas<sup>1</sup>.

985. Nos paizes ou de o registro dos titulos translativos da propriedade immovel é necessario, ou importando a prova official, ou sendo simplesmente um vehiculo de publicidade, prefere como legitimo adquirente aquelle, que tiver registrado seu titulo de aquisição, ou que tiver em seu favor a prioridade do registro. Em tal caso só depois da transcrição ou inscripção no registro é que o titulo opéra seus effeitos em relação a terceiros. Estamos hoje quanto á transmissão de immoveis por acto entre vivos no caso desses paizes onde o registro dos titulos translativos da propriedade immovel é a sua tradição<sup>2</sup>.

986. O primeiro comprador que chegou a pagar o preço ao vendedor, e que é preferido pelo segundo comprador a quem a coisa foi entregue, tem direito para demandar a restituição do preço pago, e seus juros, e para accusar o vendedor por estellionato<sup>3</sup>.

987. Pago o preço do immovel vendido que se devia ter logo entregue, compete igualmente ao comprador o direito de demandar ao vendedor por todos os fructos e rendas que elle percebeu, ou que deixou de perceber por sua culpa<sup>4</sup>.

988. A posse civil com os effeitos da corporal é transferida no comprador, quando o vendedor se constitue possuidor em nome d'elle; ou quando no mesmo acto da venda toma de renda da mão do comprador o mesmo predio vendido<sup>5</sup>. É, como já se disse era outro lugar, ao que se chama *clausula constituti*.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 5º § 1º. Consolid. das Leis Civ. art. 908.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 534.

<sup>3</sup> Ord cit. Tit 7º § 2º, Cod. Pen. art 264 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 535.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit. 67 § 3.º, Consolid. das Leis Civ. art. 536.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 383.



989. Se o vendedor não era senhor da coisa vendida, mas o comprador na boa fé lh'a comprou, além de fazer seus os fructos que ella produzir, tem justo titulo para a prescrever<sup>1</sup>.

990. O comprador da coisa alugada ou arrendada não é obrigado a respeitar a locação feita pelo vendedor, e póde despejar o locatario<sup>2</sup>. O contrario dispõe o Cod. Civ. Franc. art. 1743<sup>3</sup>.

991. Nega-se este direito ao comprador da coisa alugada ou arrendada:

1.º Se no contracto da compra e venda obrigou se a respeitar a locação<sup>4</sup>.

2.º Se depois do contracto consentio na conservação do locatario por qualquer modo<sup>5</sup>.

3.º Se a coisa arrendada foi especial mente hypothecada ao cumprimento da locação<sup>6</sup>. A respeito desta hypotheca deve-se cumprir o disposto no art. 4º da novissima lei hypothecaria. Para aproveitar portanto o disposto na Ordenação consolidada aqui. sobre a hypotheca do immovel arrendado ao cumprimento do contracto, cumpre declarar na escriptura a quantia pela qual fica hypothecado, quantia que representa o prejuizo do arrendatario no caso de não ser respeitado o arrendamento por motivo da venda do immovel<sup>7</sup>.

4.º Se o locatario se offerecer a pagar ao comprador as perdas e interesses que lhe possam resultar da subsistencia da locação<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 384.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 9 princ Consolid. das Leis Civ. art. 655.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit art. 385, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 655.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 656 § 1º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 656 §2º.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 656 § 3º.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 3º do art. 656.

<sup>8</sup> Ord do Liv. 4º Tit. 9 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 656 § 4º.

992. Ainda que o preço com que o comprador pagou a coisa comprada fosse alheio, não deixa por isso o comprador de a fazer sua, salvo a obrigação de restituir o preço a seu dono<sup>1</sup>.

### *SECÇÃO I.*

#### *DA COMPRA E VENDA MERCANTIL.*

##### *§ 1.º — Observações.*

993. É unicamente considerada mercantil a compra e venda de efeitos móveis ou semoventes, para os recender, por grosso ou retalho, na mesma especie ou manufacturados, ou para alugar o seu uso, compreendendo-se na classe dos primeiros a moeda metallica e o papel-moeda, títulos de fundos publicos, acções de companhias e papeis de credito commerciaes, comtanto que nas referidas transacções o comprador ou vendedor seja commerciante<sup>2</sup>.

994. A compra para alugar o uso da coisa comprada é mercantil, mas deve tambem o aluguel (locação) ser mercantil nos termos dos arts. 226 e seguintes do Codice do Commercio, não compreendendo portanto a de predios, que não é sujeita ao fôro commercial<sup>3</sup>.

995. A natureza mercantil da compra de efeitos de mercancia por um commerciante para surtir-se e negociar, não imprime o caracter commercial a todas as vendas que dos mesmos efeitos posteriormente faz se o fim dos compradores não fôr a revenda ou locação mercantil<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 390.

<sup>2</sup> Cod. Com, art. 191, 2ª parte.

<sup>3</sup> Ass. 16º do Trib. do Com. da Côrte, de 9 de Junho de 1857.

<sup>4</sup> Decisão de Aggravo proferida pelo Conselheiro Presidente do Tribunal do Commercio da Côrte, em 22 de Julho de 1857. Aggravante Francisco Antonio de Souza, e Aggravado Victor Antonio Teixeira. —Villa do Rio Bonito.

996. É perfeito e acabado o contracto de compra e venda mercantil logo que o comprador e o vendedor se accôrdão na coisa, no preço e nas condições; e desde esse momento nenhuma das partes pôde arrepender-se sem consentimento da outra, ainda que a coisa se não ache entregue nem o preço pago. Fica entendido que nas vendas condicionaes não se reputa o contracto perfeito senão depois de verificada a condição<sup>1</sup>.

997. Ainda que a compra e venda deva recahir sobre coisa certa e existente, é licito comprar coisa incerta, como por exemplo, lucros futuros<sup>2</sup>.

998. Quando se foz entrega da coisa vendida sem que pelo instrumento do contracto conste do preço, entendesse que as partes se sujeitarão ao que fosse corrente no dia e lugar da entrega: na falta de accôrdo, por ter havido diversidade de preço no mesmo dia e lugar, prevalecerá o termo médio<sup>3</sup>.

999. O preço da venda pôde ser incerto e deixado na estimação de terceiro: se este não puder ou não quizer fazer a estimação, será o preço determinado por arbitradores<sup>4</sup>.

1000. Não se tendo estipulado no contracto a qualidade da moeda em que deve fazer-se o pagamento, entende-se ser a corrente no lugar onde o mesmo pagamento ha de effectuar-se sem agio ou desconto<sup>5</sup>.

1001. Não havendo estipulação em contrario, as despesas do instrumento da venda e as que se fazem para se receber e transportar a coisa vendida são por conta do comprador<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com art. 191.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 192.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 193.

<sup>4</sup> Cod. cit. art. 194, Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 art. 189.

<sup>5</sup> Cit Cod. art 195.

<sup>6</sup> Cit. Cod art. 196.

1002. A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, deve fazer-se no lugar onde a mesma coisa se achava ao tempo da venda, e póde operar-se pelo facto da entrega real ou symbolica, ou pelo titulo, ou pelo modo que estiver em uso commercial no lugar onde deve verificar-se<sup>1</sup>.

1003. Reputa-se mercantilmente tradição symbolica, salva prova em contrario do caso de erro, fraude ou dolo:

1.º A entrega das chaves do armazem, loja ou casa em que se achar a mercadoria ou o objecto vendido.

2.º O facto de pôr o comprador a sua marca nas mercadorias compradas em presença do vendedor, ou com o seu consentimento.

3.º A remessa e aceitação da factura, sem opposição immediata do comprador.

4.º A clausula *por conta* no conhecimento ou cautela de remessa, não sendo reclamada pelo comprador dentro de tres dias uteis, achando-se o vendedor no lugar onde se receber a cautela ou conhecimento, ou pelo segundo correio ou navio que levar correspondencia para o lugar onde elle se achar

5.º A declaração ou averbação em livros ou despachos das estações publicas a favor do comprador, de accôrdo de ambas as partes<sup>2</sup>.

1004. Sendo a venda feita á vista de amostras, ou designando-se no contracto qualidade de mercadoria-conhecida nos usos do commercio, não é licito ao comprador recusar o recebimento dos generos, se estes correspondem perfeitamente ás amostras ou á qualidade designada: offerecendo-se duvida, será decidida por arbitradores<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art 199.

<sup>2</sup> Cod. Com. art 200

<sup>3</sup> Cit. Cod. art 201.

1005. Os vícios e diferença de qualidade das mercadorias vendidas serão determinadas por arbitradores<sup>1</sup>.

1006. O dinheiro adiantado antes da entrega da coisa vendida entende-se ter sido por conta do preço principal, e para firmeza da compra, e nunca como condição suspensiva da conclusão do contracto; sem que seja permitido o arrependimento, nem da parte do comprador, sujeitando-se a perder a quantia adiantada, nem da parte do vendedor, restituindo-a, ainda mesmo que o que se arrepender se offereça a pagar outro tanto do que houver pago ou recebido; salvo se assim fôr ajustado entre ambos, como pena convencional do que se arrepender<sup>2</sup>.

1007. A rescisão por lesão não tem lugar nas compras e vendas celebradas entre pessoas todas commerciantes; salvo provando-se erro, fraude, ou simulação<sup>3</sup>.

*§ 2.º — Direitos e obrigações do vendedor e comprador.*

1008. Logo que a venda é perfeita (n. 996), o vendedor fica obrigado a entregar ao comprador a coisa vendida no prazo e pelo modo estipulado no contracto; pena de responder pelas perdas e danos que da sua parte resultarem<sup>4</sup>.

1009. Não procede, porém, a obrigação da entrega da coisa vendida antes de effectuado o pagamento do preço, se entre o acto da venda e o da entrega o comprador mudar notoriamente de estado, e não prestar fiança idonea aos pagamentos nos prazos convencionados<sup>5</sup>.

1010. Quando o vendedor deixa de entregar a coisa vendida no tempo aprazado, o comprador tem opção, ou de rescindir o contracto,

---

<sup>1</sup> Cit Cod. art. 217.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 281.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 220.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 197.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 198.

ou de demandar o seu cumprimento com os danos da mora; salvos os casos fortuitos ou de força maior<sup>1</sup>.

1011.O comprador que tiver ajustado por junto uma partida de generos sem declaração de a receber por partes ou lotes, ou em épocas distintas, não é obrigado a receber parte com promessa de se lhe fazer posteriormente entrega do resto<sup>2</sup>.

1012. Se o comprador sem justa causa recusa receber a coisa vendida ou deixar de a receber no tempo ajustado, terá o vendedor acção para rescindir o contracto ou demandar o comprador pelo preço com os juros legaes da mora, devendo no segundo caso requerer deposito judicial dos objectos vendidos<sup>3</sup>.

1013. Para o vendedor ou comprador poder ser considerado em mora é necessario que preceda interpellação judicial da entrega da coisa vendida ou do pagamento do preço<sup>4</sup>.

1014. Logo que a venda é de todo perfeita e o vendedor põe a coisa vendida á disposição do comprador, são por conta deste todos os riscos dos efeitos vendidos e as despesas que se fizerem com a sua conservação, salvo se ocorrerem por fraude ou negligencia culpavel do vendedor ou por vicio intrinseco da coisa vendida; e tanto em um como era outro caso o vendedor responde ao comprador pela restituição do preço com os juros legaes e indemnisação dos danos<sup>5</sup>.

1015. Correm, porém, a cargo do vendedor os danos que a coisa vendida soffrer antes da sua entrega:

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 202.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 203.

<sup>3</sup> Cit Cod. Art. 204.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 205. A. J

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 206.

1.º Quando não é objecto determinado por marcas ou signaes distinctivos que a differencie entre outras da mesma natureza e especie, com as quaes possa achar-se confundida.

2.º Quando, por condição expressa no contracto, ou por uso praticado era commercio, o comprador tem direito de examinar e declarar se se contenta com ella antes que a venda seja tida por perfeita e irrevogavel.

3.º Sendo os effeitos da natureza daqueles que se devem contar, pesar, medir ou gostar em quanto não fôrem contados, pesados, medidos ou provados: em taes compras a tradição real suppre a falta de contagem, peso, medida ou sabôr.

4.º Se o vendedor deixar de entregar ao comprador a coisa vendida, estando este prompto para a receber<sup>1</sup>.

1016. O vendedor que depois da venda perfeita, alienar, consumir ou deteriorar a coisa vendida, será obrigado a dar ao comprador outra igual em especie, qualidade e quantidade, ou a pagar-lhe, na falta desta, o valor em que por arbitradores fôr estimada, com relação ao uso que o comprador delia pretendia fazer ou ao lucero que podia provir-lhe, abatendo-se o preço se o comprador o não tiver ainda pago<sup>2</sup>.

1017. O vendedor, ainda depois da entrega, fica responsavel pelos vicios e defeitos occultos da coisa vendida que o comprador não podia descobrir antes de a receber, sendo taes que a tornem impropria do uso a que era destinada ou que de tal sorte diminuição o seu valor, que o comprador, se os conhecera, ou a não comprára ou teria dado por ella muito menor preço<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 207.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 209.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 210.

1018. Quando os generos são vendidos a esmo ou por partida inteira, o risco corre por conta do comprador, ainda que não tenham sido contados, pesados ou medidos, e bem assim nos casos do membro 3º do n. 1015, quando a contagem, peso ou medida deixa de fazer-se por culpa sua<sup>1</sup>.

1019. Tem principalmente applicação a disposição consolidada no n. 1017 quando os generos se entregão em fardos ou debaixo de coberta que impeção o seu exame e conhecimento, se o comprador, dentro de dez dias immediatamente seguintes ao recebimento, reclamar do vendedor falta na quantidade dou deleito na qualidade; devendo provar-se no primeiro caso que as extremidades das peças estavam intactas; e no segundo que os vicios ou defeitos não podião acontecer, por caso fortuito, em seu poder<sup>2</sup>. Esta reclamação não tem lugar quando o vendedor exige do comprador que examine os generos antes de os receber, nem de pago o preço<sup>3</sup>.

1020. Se o comprador reenvia a cousa comprada ao vendedor, e este a aceita, ou sendo-lhe entregue contra sua vontade, a não faz depositar judicialmente por conta de quem pertencer, com intimação do deposito ao comprador, presume-se que consentio na rescisão da venda<sup>4</sup>.

1021. Em todos os casos em que o comprador tem direito de resitir do contracto, o vendedor é obrigado não só a restituir o preço, mas tambem a pagar as despesas que tiver occasionado, com os juros da lei<sup>5</sup>.

1022. O vendedor é obrigado a fazer boa ao comprador a cousa vendida, ainda que no contracto se estipule que não fica sujeito à responsabilidade alguma; salvo se o comprador, conhecendo o perigo ao tempo da compra, declarar expressamente no instrumento do contracto,

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 208.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 211.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 211, 2º parte

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 212.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 213.



que toma sobre si o risco, devendo entender-se que esta clausula não com prebende o risco da coisa vendida que por algum titulo possa pertencer a terceiro<sup>1</sup>.

1023. Se o comprador fôr inquietado sobre a posse ou domínio da coisa comprada, o vendedor é obrigado á evicção em juizo, defendendo á sua custa a validade da venda; e se fôr vencido, não só restituirá o preço com os juros e custas do processo, mas poderá ser condemnado a composição das penas e danos consequentes, e até ás penas criminaes, quaes no caso couberem<sup>2</sup>.

1024. A restituição do preço tem lugar, posto que a coisa vendida se ache depreciada na quantidade ou na qualidade ao tempo da evicção por culpa do comprador ou força maior. Se, porém, o comprador auferir proveito da depreciação por elle causada, o vendedor tem direito para reter a parte do preço que fôr estimada por arbitradores<sup>3</sup>.

1025. O comprador que tiver feito bemfeitorias na coisa vendida que augmentem o seu valor ao tempo da evicção, se esta se vencer, tem direito a reter a posse da mesma coisa até ser pago do valor das bemfeitorias, por quem pertencer<sup>4</sup>.

1026. Nas vendas em grosso ou por atacado, entre commerciantes, o vendedor é obrigado a apresentar ao comprador por duplicata, no acto da entrega das mercadorias, a factura ou conta dos generos vendidos, as quaes serão por ambos assignadas, uma para ficar na mão do devedor e outra na do comprador. Não se declarando na factura o prazo do pagamento, presume-se que a compra foi á vista<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 214.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 215.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 215, 2ª parte.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 216.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 219.

1027. As facturas sobreditas, não sendo reclamadas pelo vendedor ou comprador dentro de dez dias subsequentes á entrega e recebimento, presumem-se contas liquidas<sup>1</sup>.

## SECÇÃO II.

### VENDAS DIVERSAS

#### § 1.º — Da venda da herança.

1028. Em outro lugar dissemos, que a herança de pessoa viva não póde ser vendida sem consentimento desta pessoa<sup>2</sup>; mas póde vender-se o direito da successão, depois da morte da pessoa a quem ella pertenceu, ou o vendedor tenha já tomado entrega della, ou não<sup>3</sup>.

1029. Neste contracto, na falta de declaração, o vendedor: — 1º, deve entregar todos os bens, dividas activas, e fructos que tenha recebido, e o preço dos objectos que tenha vendido<sup>4</sup>; 2º, bem como aquelles, que deixou perder por dólo e culpa lata<sup>5</sup>.

1030. O vendedor sómente deve garantir a sua qualidade de herdeiro; e portanto só é responsavel pela evicção, se a herança por este fundamento lhe fôr tirada; mas não pela evicção das cousas singulares, se não ajustarem outra coisa<sup>6</sup>.

1031. O comprador deve indemnisar o vendedor de todos os prejuizos e despesas que tiver feito com a herança, como duvidas ou legados que tenha pago<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 219, 2ª parte

<sup>2</sup> Veja-se o n. 823.

<sup>3</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 392. Coelh. da Roch., Dir. Civ. § 826.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> L. 1 Cod. de evict., Coelh. da Roch. *ibidem*. Dig. Port. loc. cit. art. 399.

<sup>7</sup> L. 2 §§ 9, 11, 16 e 18. *D. de haered. vel act. vend.*, Coelh. da Roch. *ibidem*.

1032. Deve o comprador satisfazer ao vendedor todos os direitos reaes, ou pessoas, que lhe competissem sobre a herança por outro titulo, que não seja o de herdeiro, ainda que pareção confundidos<sup>1</sup>.

1033. Se os credores e legatarios demandarem o vendedor, deve o comprador indemnisa-lo<sup>2</sup>.

1034. O comprador da herança fica subrogado nos direitos e obrigações do vendedor; e este subsidiariamente obrigado aos credores e legatarios da herança, se estes não puderem haver do comprador o que lhes é devido<sup>3</sup>.

*§ 2º — Da venda coacta.*

1035. Ninguém pode ser constrangido a comprar contra a sua vontade; nem ainda quando se penhorarão bens para pagamento do que é devido á Fazenda Nacional<sup>4</sup>.

1036. Ninguém é tambem obrigado a vender os seus bens, salvo se o bem publico o exige, ou quando por autoridade judicial são mandados vender para pagamento das obrigações do dono<sup>5</sup>; porquanto os bens de cada um são os garantes das suas obrigações pessoas<sup>6</sup>.

1037. A unica excepção á plenitude do direito de propriedade, conforme o art. 179 § 22 da Constituição do Imperio, terá lugar quando o bem publico exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão por necessidade ou utilidade<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> L. 2 §§ 18 e 19. *D. de haered. vel act. vend.*, Dig. Port loc. cit. art. 397, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> L. 2 Cod. de cod., Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 399.

<sup>3</sup> L. 2 Cod. de haered. vend., Dig. Port. Tom. 3º art. 393.

<sup>4</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 401, Per. e Souz. Linh. Civ. not. 856.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 11, Dig. Port. loc. cit. art. 402.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 403.

<sup>7</sup> Leis de 9 de Setembro de 1826, e n. 358 de 12 de Julho de 1845, Consolid. das Leis Civ. art. 63.

1038.A desapropriação por necessidade publica tem lugar nos casos seguintes:

1.º Defesa do Estado.

2.º Segurança publica.

3.º Soccorro publico em tempo de fome, ou outra extraordinaria calamidade.

4.º Salubridade publica<sup>1</sup>.

1039. A desapropriação por defesa do Estado comprehende a dos terrenos e edifícios para fortificações, dentro das linhas destas<sup>2</sup>.

1040. A desapropriação por utilidade publica provincial e municipal, é da competencia das assembléas legislativas de cada uma das provincias<sup>3</sup>.

1041. A que se fizer por utilidade publica geral ou municipal da côrte, terá lugar nos casos que se seguem:

1.º Construcção de edificios e estabelecimentos publicos de qualquer natureza que sejam.

2.º Fundação de povoação, hospitaes, e casas de caridade ou de instrucção,

3.º Aberturas, alargamentos, ou prolongamentos de estradas, ruas, praças e canaes.

4.º Construcção de pontes, fontes, aqueductos, portos, diques, cáes, pastagens, e de quaesquer estabelecimentos destinados á commodidade ou servidão publica.

---

<sup>1</sup> Lei de 9 de Setembro de 1826 art. 1º, e n. 353 de 12 de Julho de 1845 art. 35, Consolid. das Leis Civ. art. 64.

<sup>2</sup> Avis. n. 244 de 12 de Julho de 1856, Consolid. das Leis Civ. art. 64.

<sup>3</sup> Acto Adicional art. 10 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 65.

5.º Construcções ou obras destinadas à decoração, ou salubridade publica<sup>1</sup>.

1042. Antes do proprietario ser privado de sua propriedade será indemnizado do valor della. Se recusar recebê-lo, será o valor da propriedade consignado no deposito publico; ficando livre a interposição dos recursos legaes<sup>2</sup>.

1043. No caso de perigo imminente, como de guerra ou commoção cessarão todas as formalidades, e poder-se-ha tomar posse do uso, quando baste, ou mesmo do dominio da propriedade, quando seja necessario para o emprego do bem publico, logo que seja liquidado seu valor, e previamente entregue ao proprietario ou depositado; reservando-se os direitos para se deduzirem em tempo opportuno<sup>3</sup>.

1044. Aquelle que tem arvores no predio alheio é obrigado a vendê-las ao dono do predio pelo justo valor, logo que este o requerer<sup>4</sup>.

1045. Aquelle que tem agua com que possa regar seus predios, ou fazer laborar machinas, e não tem aqueducto para a conduzir, póde constranger os donos dos predios circumvizinhos a vender-lh'ó pelo justo preço tanto o local do aqueducto, como o justo preço é determinado pelo juiz e louvados em acto de vestoria, e processo summarissimo<sup>5</sup>.

1046. Se um predio pantanoso póde ser esgotado para fructificar, os donos dos predios contíguos podem ser obrigados a vender o terreno preciso para abrir a valla, pela mesma fórma de processo<sup>6</sup>.

1047. Aquelle que tem agua superabundante, e assude e levada que a forneça do rio, póde ser estrangido a vender o uso da

---

<sup>1</sup> Lei de 12 de Julho de 1845 art. 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 66.

<sup>2</sup> Lei de 9 de Setembro de 1826 arts. 5º, 6º e 7º. cit. Lei de 12 de Julho de 1845 arts. 29 e 30, Consolid. das Leis Civ. art. 67.

<sup>3</sup> Lei cit de 9 de Setembro de 1826 art. 8º, Consolid. das Leis Civ. art 68.

<sup>4</sup> Lei de 9 de Julho de 1773 § 11, Dig. Port. Tom. 3º art. 404.

<sup>5</sup> Alv. de 27 de Novembro de 1804 § 11, Dig. Port. Tom. 3º arts. 405 e 406.

<sup>6</sup> Cit. Alv. *ibidem*, Dig. Port. loc. cit. art. 408.

agua superflua aos vizinhos que carecem della para regar seus campos, pagando-lhe a respectiva parte do custo da levada e assude, e o mais damno, que lhe causar. A fórma do processo é a mesma<sup>1</sup>.

1048. O possuidor de um predio, que não tenha servidão para o ir agricultural e desfructar, póde constranger os vizinhos a vender-lhe a servidão necessaria, por onde menos perda faça, o que tambem se deve decidir summariamente em vestoria<sup>2</sup>.

1049. Se aquelle que intenta fazer um edificio grande, ou propriedade murada de grande valor, precisa incluir um pequeno predio contiguo, para evitar grande deformidade no edificio ou quinta, póde obrigar o dono do predio pequeno a vender-lh'ó pelo justo preço, e pela terça parte mais<sup>3</sup>. Neste negocio se procede summariamente pelo juiz em vestoria com louvados<sup>4</sup>.

### *§ 3.º — Da venda judicial.*

1050. As arrematações e adjudicações jndiciaes, ou sejam em execução de sentença, ou ordenadas pelo juiz a requerimento de partes, equivalem à venda, e regulão-se pelos mesmos principios<sup>5</sup>.

1051. Desde que o arrematante assigna o auto de arrematação, ou desde que passou em julgado a sentença de adjudicação, o perigo ou commodo dos bens arrematados corre por conta

---

<sup>1</sup> Cit. Alv. de 27 de Novembro de 1804 § 12, Dig. Port. loc cit. art. 408.

<sup>2</sup> Silva á Ord. L. 4º Tit 1º *ad Rubr.* art. 6 ns. 18 e 20, Dig. port. loc cit. art. 409.

<sup>3</sup> Decr. de 17 de Julho de 1778. Dig. Port. Tom. 3º art. 412.

<sup>4</sup> Alv. de 14 de Outubro de 1773 § 2º, Dig. Port loc. cit. art. 413.—O Sr. Dr. Teixeira de Freitas, na Consolidação das Leis Civis, not. 2 ao § 5º do art. 66, disse que considerava abrogadas as disposições das Leis de 9 de Julho, e 14 de Outubro de 1773, e do Decr. de 17 de Julho de 1778, sobre adjudicação de predios encravados, e contiguos; e bem assim as do Alv. de 27 de Novembro de 1804, §§ 11, 12 e 13, applicadas ao Brasil pelo de 4 de Março de 1819, sobre construcções de canaes, levadas e aqueductos. Mas na segunda edição dessa mesma obra, elle declara que é hoje diverso o seu modo de pensar sobre a abrogação daquellas leis.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 827.

do arrematante<sup>1</sup>; muito embora elle não adquira o dominio senão em virtude da posse<sup>2</sup>.

1032. Comtudo ao executado permite-se por equidade remir os bens até á posse do arrematante<sup>3</sup>.

1053. A acção de lesão não é admissivel na compra e venda que se fizer em hasta publica com as solemnidades legais<sup>4</sup>.

1054. Resolve-se porém a compra e venda feita em hasta publica, quando a sentença, cuja execução a motivára, se revogar no todo ou em parte pelo provimento dos recursos que pendão<sup>5</sup>.

1055. Os bens vendidos em tal caso serão restituídos ao executado, e o comprador será embolsado do preço da arrematação e despesas desta à custa do exequente, ou de seu fiador<sup>6</sup>.

1056. Dão-se os mesmos effeitos, quando a arrematação fôr annullada por acção ordinaria, menos quanto ao fiador do exequente. Esta fiança fica extincta desde que passa em julgado a sentença que não dá provimento aos embargos ou appellação do executado<sup>7</sup>.

1057. Se a sentença fôr sómente revogada em parte, o exequente e o executado contribuirão proporcionalmente para o embolso das despesas da arrematação<sup>8</sup>.

1058. O arrematante que restituir os bens comprados não tem obrigação de restituir os fructos ou rendimentos percebidos; e fica direito salvo ao executado para indemnizar-se pelos bens do exequente<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Boch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Lobão. Exec § 46 e seg. Coelh. da Roch *ibidem*.

<sup>3</sup> Cit. Lobão § 440, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 13 § 7º. combinada com a do Liv. 2º Tit. 53 § 7º, e com o § 18 da Lei de 20 de Junho de 1774, Consolid. das Leis Civ. art. 569.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 86 § 4º, e Tit. 84 § 14 *in fine*, Consolid. das Leis Civ. art. 570.

<sup>6</sup> Cit Ord. Tit. 86 § 4º Consolid. das Leis Civ. art. 571.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 571.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 86 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 572.

1059. Se o arrematante tiver feito bemfeitorias na coisa arrematada, ser-lhe-hão pagas pelo executado, e serão compensadas com os ditos rendimentos<sup>2</sup>.

1060. Se a coisa arrematada fôr evicta por terceiro, o arrematante tem acção de indemnisação contra o executado, e só no caso de elle não ter bens, a tem contra o credor que levantou o preço da arrematação, tendo-os chamado á autoria<sup>3</sup>.

1061. Nas arrematações não se comprehendem os fructos, se não forão declarados<sup>4</sup>.

1062. Nas vendas judiciaes a coisa arrematada fica salva ao comprador, e todas as reclamações de credores, que concorrem antes ou depois da arrematação, só podem recahir sobre o preço<sup>5</sup>.

### *SECÇÃO III.*

#### *DA SIZA.*

##### *§ 1.º — Dos objectos sujeitos á siza.*

1063. Na compra e venda de bens de raiz o pagamento da siza é essencial para sua validade<sup>6</sup>.

1064. Assim todas as compras e vendas de bens de raiz, allodiaes ou foreiros, de que se não houver pago a respectiva siza, serão nullas, ou se fação por escriptura publica, ou por escripto particular<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. Liv. 3º Tit. 86 § 4, Consolid das Leis Civ. art. 573.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 574.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir, Civ. § 827, Lobão Exec. § 472.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*, Lobão Acq. Summ. Suppl. Diss. 10 § 16.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 6 §§ 2º e 3º, Consolid. das Leis Civ. art 527.

<sup>6</sup> Dig. Port tom. 3º art. 424.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 590, e legislação ahi citada.



1065. As proprias parles contractantes, ou seus herdeiros, as podem annullar em qualquer tempo, e haver os rendimentos dos bens desde a época dos contractos<sup>1</sup>.

1066. Além da nullidade das escripturas, serão responsaveis e punidos os tabelliães e escrivães que as fizerem, sem nellas incorporarem de *verbum ad verbum* os competentes conhecimentos da siza<sup>2</sup>.

1067. A siza da venda de bens de raiz é hoje de 6% pagos á vista, embora o contracto se effectue á prazos<sup>3</sup>.

1068. Tambem se paga siza da compra e venda de escravos ladinos, na razão de quarenta mil réis por cada escravo, por qualquer modo que seja vendido, permutado, adjudicado, arrematado, dado ou cedido em solução de divida, ou alienado em virtude de renuncia, e qualquer outra transacção equivalente á compra e venda ou troca<sup>4</sup>. É porém dispensada a transcripção por extenso dos conhecimentos da meia siza, bastando somente declarar seu numero, data, quantia, e estação arrecadadora<sup>5</sup>.

1069. Ainda que a venda tenha sido feita por escripto particular, deve-se cobrar siza, por não competir aos empregados fiscaes discutir a validade do titulo de transferencia da propriedade, quando as partes a elles se dirigem para o pagamento da siza<sup>6</sup>.

1070. No caso de omissão do pagamento do imposto ou do pagamento com simulação e diminuição do verdadeiro preço, soffrem o comprador e vendedor, repartidamente entre ambos, a multa de 10 a

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78 § 14, Alv. de 3 de Junho de 1809 § 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 591.

<sup>2</sup> Cit. Ord. *ibidem*, cit. Alv. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 593.

<sup>3</sup> Lei n. 514 de 28 de Outubro de 1848 art. 9 § 22, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 590.

<sup>4</sup> Decr. n. 2699 de 28 de Novembro de 1860 art. 1º.

<sup>5</sup> Lei n. 1149 de 21 de Setembro de 1861 art. 1º § 2º n 3, e Decr. n. 2833 de 12 de Outubro do mesmo anno art. 2º.

<sup>6</sup> Ord. n. 138 do 1º de Outubro de 1847, e n. 235 de 30 de Julho de 1859.

30% do valor da coisa vendida, imposta pelos chefes das estações de arrecadação<sup>1</sup>. O mesmo é a respeito da meia siza da venda de escravos<sup>2</sup>.

1071. Os tabelliães que têm de passar as escripturas dão bilhetes ou guias, e esses bilhetes apresentam-se na estação competente para o pagamento da siza<sup>3</sup>.

1072. O escripto particular translativo de immoveis não póde ser transcripto no Registro Geral, se não constar o conhecimento da siza<sup>4</sup>.

1073. Os bens de cujas vendas se deve pagar siza são:

1.º Todos os immoveis designados nos ns. 1074 e seguintes, uma vez que sejam situados no Brasil<sup>5</sup>. Não são excluidas as compras de heranças feitas em paiz estrangeiro, e paga-se a siza quando se apresentam as escripturas para se poder haver os bens comprados. Tendo sido as heranças arrecadadas e arrematadas, os compradores competentemente habilitados pagão siza correspondente aos valores dos bens pelas avaliações dos inventarios; salvo o caso de se acharem especificadamente designados os preços dos bens nas escripturas de compra, porque em tal caso a siza será cobrada na proporção desses preços<sup>6</sup>.

2.º Os navios, e embarcações de qualquer lote, com reserva unicamente das jangadas e barcos da pescaria<sup>7</sup>. Esta siza é de 5% mas quando as embarcações são estrangeiras, e passam a ser nacionaes, paga-se 45% do seu valor<sup>8</sup>. É applicavel á siza das compras e vendas das embarcações o que já se disse sobre a nullidade dos contractos, e

---

<sup>1</sup> Lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857 art. 12.

<sup>2</sup> Decr. n. 2699 de 28 de Novembro de 1860 art. 8º.

<sup>3</sup> Regul. de 26 de Março de 1833 art. 42 § 1º.

<sup>4</sup> Lei n. 1327 de 24 de Setembro de 1864 art. 8º § 2º.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ, art. 593 § 1º.

<sup>6</sup> Decr. n. 259 de 29 de Outubro de 1851.

<sup>7</sup> Alv. de 30 de Outubro de 1812 § 4º Regul. de 30 de Maio de 1836 art. 84, Avis. n. 173 de 30 de Julho de 1853.

<sup>8</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 593, e legislação ahi citada.

responsabilidade dos tabelliães que lançarem as escripturas<sup>1</sup>. Quanto às vendas de embarcações estrangeiras, os tabelliães têm mais a obrigação e responsabilidade do art. 6º do Decr. n. 481 de 24 de Outubro de 1846; isto é, não devem passar as escripturas, sem que se lhes apresente autorização do agente consular respectivo, ou despacho da autoridade civil, com a competente verba do pagamento do imposto<sup>2</sup>.

1074. — São immoveis por soa natureza: os predios urbanos e rusticos; todas as arvores, e fructos, em quanto estão adherentes ao solo<sup>3</sup>. Por consequencia ao pagamento da siza são sujeitas todas as casas de qualquer qualidade, tamanho, fórma, e maleriaes, uma vez que sejam adherentes e pregadas ao solo<sup>4</sup>, mas não assim: 1º. os escravos que serão separados do valor dos engenhos; e 2º. o gado e bens móveis, e semoventes, não estando reunidos aos bens de raiz no acto da venda, ou arrematação<sup>5</sup>.

1075. São immoveis por destino todos os instrumentos de agricultura, utensilios das fabricas, alambiques, gados dos engenhos, e outros estabelecimentos, emquanto se achão a elles unidos, e não podem ser separados sem interrupção dos respectivos trabalhos<sup>6</sup>. Não assim o gado e bens moveis não reunidos aos immoveis, por não serem do serviço, e parte integrante dos estabelecimentos<sup>7</sup>; nem os objectos que possam ser tirados sem ruina ou deterioração dos immoveis ou dos estabelecimentos<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 78 §14 *in fine*, Alv. de 20 de Outubro de 1812 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 594.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 594.

<sup>3</sup> Resol. de 16 de Fevereiro, e de 16 de Setembro de 1818, Prov. de 8 de Janeiro de 1819, Instrucç. do 1º de Setembro de 1836, art. 5º, Consolid. das Leis Civ, art 45

<sup>4</sup> Roteiro dos Collectores, 2ª edição, pag. 220.

<sup>5</sup> Roteiro dos Collectores *ibidem*.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. art 4, e leis ahi citadas.

<sup>7</sup> Decis. n. 143 de 4 de Outubro de 1847, Consolid. das Leis civ. art. 46.

<sup>8</sup> Avis. n, 367 de 6 de Novembro de 1856, Consolid. das Leis civ. *ibidem*.

1076. São immoveis pelo objecto a que se applicão: o *usufructo das cousas immoveis; as servidões; as acções que tendem a reivindicar algum imovel*<sup>1</sup>.

1077. O *usufructo das cousas immoveis*, quer dizer, o *direito real de usufructo sobre immoveis*, e não todo o direito de gôzo relativo a immoveis. Este direito de gôzo póde ser um *direito pessoal*, como é o do locatario, e do commodatario com faculdade de gozar; e não se paga siza nem pelo contracto de locação, nem por emprestimo ou concessão gratuita do gôzo desses bens, nem pela soblocação delles, nem pelas cessões de arrendamentos. Paga-se, porém, pela restituição do *usufructo* em immoveis por titulo oneroso, e pela cessão do usufructo em immoveis de outrem tambem por titulo oneroso, porquanto estes contractos equiparão-se á compra e venda<sup>2</sup>.

1078. As *servidões* (que recahem sempre sobre immoveis), quer dizer, constituição de servidões tambem por titulo oneroso, que é só a que paga siza, pelo mesmo motivo de equiparar-se á compra e venda. Não a cessão deste direito real, porque elle é intransmissivel separadamente dos immoveis<sup>3</sup>.

1079. As *acções que tendem a reivindicar algum imovel*, quer dizer, cessão de acções de reivindicação de immoveis por titulo igualmente oneroso, sem o que não se equipara á compra e venda, e portanto não se paga siza<sup>4</sup>.

1080. Equiparão-se ás compras e vendas para o pagamento da siza:

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis civ. not. ao art. 47.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 47.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

1.º As arrematações, e adjudicações<sup>1</sup>, sem exceptuar as vendas de embarcações condemnadas por innavegaveis<sup>2</sup>; as vendas de embarcações para serem desmanchadas<sup>3</sup>; ou por apprehendidas como empregadas no trafico de Africanos<sup>4</sup>; ou por apprehendidas em contrabando, ou por incorrerem em penas<sup>5</sup>. A siza deve ser paga com relação ao preço da adjudicação, e não da avaliação<sup>6</sup>.

2.º As trocas de bens de raiz por outros bens de raiz, de que se paga siza da differença dos valores permutados<sup>7</sup>; ainda quando a troca seja de bens situados no Imperio por outros situados em paizes estrangeiros<sup>8</sup>.

3.º As trocas de embarcações, de que se paga siza do valor de cada uma dellas, como se fossem vendidas<sup>9</sup>.

4.º As dações em pagamento, ou quando os devedores em consequencia de contractos de compra e venda ou troca de bens de raiz, págão com géneros ou cousas que representem moeda, ou quando págão com bens de raiz o que devião pagar em dinheiro<sup>10</sup>.

5.º As adjudicações de bens de raiz á testamenteiros e inventariantes para indemnisação de despesas feitas com legados e dividas passivas<sup>11</sup>.

---

1 Alv. de 3 de Junho de 1809 § 9, Instrucç. do 1º de Setembro de 1836 arts. 1º e 3º, Ord. n. 47 de 21 de Março de 1848. Avis. n. 135 de 12 de Abril de 1861, Consolid. das Leis Civ. art. 595 § 1º.

2 Ord. n. 98 de 30 de Novembro de 1843, e de 23 de Janeiro de 1855.

3 Avis. de 17 de Novembro de 1856, Consolid. das Leis Civ. nota ao § 1º do art. 595.

4 Avis. N. 374 de 12 de novembro de 1856, Consolid. das Leis Civ. Ibidem.

5 Man. do Proc. dos Feitos § 553 n. 3º.

6 Avis. n. 235 de 26 de Abril de 1861, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 595.

7 Lei de 31 de Outubro de 1835 art. 9 § 9, Instrucç. do 1º de Setembro de 1886 art. 20, Ord. n. 142 de 4 de Outubro de 1847, Avis. n. 168 de 28 de Maio de 1851, Consolid. das Leis Civ. art. 595 § 2º.

8 Consolid. das Leis Civ. ibidem.

9 Consolid. das Leis Civ. art. 595 § 4º. e legislação ahi citada.

10 Consolid. das Leis Civ. art. 595 § 4º. e legislação ahi citada.

11 Ord. n. 104 do 1º de Outubro de 1846, Consolid. da Leis Civ. art. 595 § 5º.

6.º As adjudicações de bens de raiz lançadas em partilha á fazenda provincial para pagamento da taxa de heranças e legados<sup>1</sup>.

1081. Os conhecimentos da siza também devem ser insertos *de verbo ad verbum* nas cartas de arrematação e adjudicação<sup>2</sup>.

1082. Nas trocas de bens de raiz por bens moveis ou semoventes (on de escravos por outros escravos) paga-se siza de cada um dos objectos trocados<sup>3</sup>.

1083. Deve haver avaliação judicial antes da escriptura, quando os contrahentes não derem valor ás propriedades permutadas<sup>4</sup>.

1084. A primeira das hypotheses do membro 4º do n. 1080, é propriamente de compra e venda, ou de troca; mas não de — *datio in solutum* —, sujeita á siza. As vendas *a retro* da Ord. do Liv. 4º Tit. 4º tambem págão siza pelo Cap. 40 dos Artigos das Sizas de 27 de Setembro de 1476.

E quando ellas se rescindem por virtude deste pacto transmittindo-se os bens novamente para o vendedor?

Deve-se, porém, pagar nova siza, se o vendedor *a retro* remir no tempo convencionado, e foliarem os bens vendidos para seu dominio? Diz o *Manual do Procurador dos Feitos*, § 525 n. 6, que se deve siza da *remissão*, passado o tempo de remir, feto se deve entender quando effectivamente tiver havido remissão.

Se passado o tempo de remir, o vendedor *a retro* não faz a remissão, a venda fica irrevogavel. Deve-se pagar siza de transacções ou amigaveis composições sobre bens de raiz, ficando uma das partes com o

---

<sup>1</sup> Avis. n. 233 de 26 de Outubro de 1853, Consolid. das Leis Civ. art. 595 § 6º.

<sup>2</sup> Decr. n. 1569 de 3 de Março de 1855, art. 124 § 7º, e art. 125, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 592.

<sup>3</sup> Decis. de 16 de Janeiro de 1856, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 595.

<sup>4</sup> Ord. n. 142 de 4 de Novembro de 1847, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

imovel sobre que questionavão? Entendo que sim, se o imovel estava na posse da outra parte<sup>1</sup>.

*§ 2.º — Da isenção da siza.*

1085. São isentas da siza:

1.º As compras que fizerem as provincias, camaras municipaes, ou quaesquer autoridades, de terrenos ou predios, para obras, e estabelecimentos destinados á commodidade, decoração, e salubridade publica<sup>2</sup>.

2.º As compras de embarcações para serviço do Estado<sup>3</sup>.

3.º As de barcos de vapor destinados para serviço das companhias de navegação existentes no Imperio, e autorizadas por lei, ainda que taes barcos sejam construidos em paiz estrangeiro<sup>4</sup>.

4.º As embarcações sahidas dos estaleiros, que ainda não tiverem feito viagem <sup>5</sup>. É applicavel esta disposição a todas as embarcações sabidas dos estaleiros nacionaes, que ainda não tiverem feilo viagem, quer sejam construidas por conta de subditos do Imperio, quer de estrangeiros<sup>6</sup>.

5.º As adjudicações de bens em partilha a herdeiros que pagarão as dividas da herança<sup>7</sup>, ou aos viuvos cabeças de casal, pelo mesmo motivo<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 4º do art 595.

<sup>2</sup> Lei n. 719 de 28 de Outubro de 1853 art. 21, Consolid. das Leis Civ. art. 596 § 1º.

<sup>3</sup> Ord. n. 18 de 24 de Fevereiro de 1846, Consolid. das Leis Civ. art. 596 § 2º.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 596 § 3º.

<sup>5</sup> Lei n. 586 de 6 de Setembro de 1850 art. 9, Consolid. das Leis Civ. art. 596 § 4º.

<sup>6</sup> Avis. n. 339 de 17 de Outubro de 1856, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 4º do art. 596.

<sup>7</sup> Ord. n. 102 de 23 de Agosto de 1850, e 228 de 18 de Setembro de 1851, Avis. n. 19 de 25 de Janeiro de 1854, Consolid. das Leis Civ. art. 596 § 5º.

<sup>8</sup> Citt. Ordd., e Avis. n. 389 de 6 de Setembro de 1865.

6.º As tornas e reposições entre herdeiros<sup>1</sup>. Os Artigos das Sizas previnem neste assumpto varias hypotheses em que se deve pagar siza: 1.º Se depois de feita a partilha, sem haverem tornas, concordar algum dos herdeiros em ceder a outro certos bens; 2.º Se os herdeiros trocarem os bens partilhados por outros que possuão; 3.º Se antes de feita a partilha concordarem era não fazê-la, recebendo alguns delles pelo seu quinhão bens diversos, ou uma quantia em dinheiro<sup>2</sup>.

7.º As permutações com licença do governo dos bens de raiz das corporações de mão-morta por apolices da divida publica: mas sómente da metade da siza<sup>3</sup>.

1086. Tambem são isentas da siza:

1 .º As desappropriações de bens de raiz, para incorporação aos proprios nacionaes<sup>4</sup>.

2.º As escripturas de venda celebradas, de bens situados em paizes estrangeiros<sup>5</sup>.

3.º A divisão que por seus socios faz uma sociedade dissolvida, dos bens de raiz que lhes pertencia em commum<sup>6</sup>.

4.º A joia, dada como luvas, para obter por aforamento terrenos ou chãos allodiaes<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Arts. das Sizas Cap. 6º § 3º, e Alv. de 14 de Dezembro da 1775 § 9, Consolid das Leis Civ. art. 596 § 6º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 6º do art. 596.

<sup>3</sup> Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845 art. 44, Decr. n. 655 de 28 de Novembro de 1849 art. 1º, Consolid. das Leis Civ art. 596 § 7º.

<sup>4</sup> Arts. das Sizas Cap. 11 § 3º, Ord. n. 28 de 29 de Março de 1842, Roteiro dos Collectores, 2º edição, pag. 222.

<sup>5</sup> Ord. n. 61 de 26 de Junho, e M. S. de 21 de Dezembro de 1842, Roteiro dos Collectores *ibidem*.

<sup>6</sup> Ord. n. 34 de 23 de Janeiro de 1857, Roteiro dos Collectores *ibidem*.

<sup>7</sup> Ord. n. 185 de 25 de Abril de 1860, Roteiro dos Collectores *ibidem*.



1087. Tambem é isenta da siza a adjudicação feita em inventario á herdeiro que pague no prazo legal a importancia do quinhão lançado á fazenda nacional por taxa de herança<sup>1</sup>.

1088. As rifas não autorizadas por lei não estão sujeitas á siza; mas passando-se escriptura de venda do predio rifado que tenha sabido em premio, a siza deve ser paga, por não compelir às autoridades fiscaes conhecer da nullidade dellas<sup>2</sup>.

1089. As compras de heranças, consistentes era bens de raiz, págão siza<sup>3</sup>. Quando o valor da herança não é conhecido ao tempo dos contractos, a summa destes averba-se nas estações fiscaes. cobrando-se depois o imposto quando se verificara entrega dos bens<sup>4</sup>.

1090. Não págão meia siza: 1º, as alforrias de qualquer escravo, onerosa ou gratuita, qualquer que seja a fórmula do acto porque ella se effectue; 2º, as compras de escravos feitas pela fazenda nacional.

E comprehendem-se nesta isenção as compras, arrematações e adjudicações ou outros actos que se realizarem com a clausula de ficarem libertos os escravos desde logo<sup>5</sup>.

*§ 3.º — Onde deve ser paga a siza.*

1091. A siza deve ser paga no lugar da situação dos bens, ou no da celebração do contracto se nenhum dos contrahentes residia no da situação dos bens<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Regul. n. 156 de 28 de Abril de 1842 art. 5º, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 5º do art. 596.

<sup>2</sup> Avis. n. 143 de 14 de Abril de 1856, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 596.

<sup>3</sup> Port. de 6 de Julho de 1836, Ord, n. 266 de 10 de Novembro de 1851, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 593.

<sup>4</sup> Decis. n. 148 de 5 de Maio de 1851 , Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 593.

<sup>5</sup> Decr. n. 2699 de 28 de Novembro de 1860 art. 1º §§ 1º e 2º, Ord. de 13 de Novembro de 1833 , Regul. n. 15 de 11 de Abril de 1842 art. 16 § unic, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 596.

<sup>6</sup> Ord. n. 219 de 26 de Agosto de 1851 , n. 241 de 6 de Outubro do mesmo anno, n. 261 de 2 de Novembro de 1852, Consolid. das leis civ. art. 597.

1092. Esta disposição não obsta que se lavre a escriptura de compra e venda em outro lugar, comtanto que para esse fim se apresente o conhecimento da siza paga no lugar da situação dos bens<sup>1</sup>; menos nas arrematações e outros actos judiciaes, e mesmo na compra de direito e acção sobre herança, pois nestes casos se deve realizar o pagamento da siza no districto em que tiverem lugar as arrematações, adjudicações e inventarios, ou naquelles em que existirem os immoveis, como convier aos interessados<sup>2</sup>, e quando o pagamento da siza se effectuar em lugar indevido, deve o collector e escrivão desse lugar perder a porcentagem, que no fim do quartel será abonada aquelles do lugar em que devia ser paga<sup>3</sup>.

1093. O collector deve exigir a siza das compras, vendas e trocas de bens de raiz, efectuadas em seu districto, e de que tenha conhecimento; embora essas transacções se fizessem por escriptos particulares: sendo este um caso de denuncia<sup>4</sup>.

1094. Para facilidade da cobrança da siza devemos collectores exigir a exhibição dos titulos de propriedade a todos os que se apresentarem novos possuidores de bens de raiz, em seus districtos<sup>5</sup>.

1095. Das vendas particulares, sem o pagamento da siza, e das que se fizerem por escriptura publica, mas com preço simulado, tem lugar a denuncia do § 9 do Alv. de 3 de Junho de 1809<sup>6</sup>.

1096. Ainda que appareçam documentos que pareçam nullos ou viciados, não compete ao collector discutir sua validade, mas deve cobrar o imposto, ficando ás partes usar de seu direito pelos meios competentes<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Dispos., do Thes. de 27 de Setembro de 1858, Ord. n. 97 de 21 de Fevereiro de 1861, Roteiro dos Collectores, 2º edição, pag. 224.

<sup>2</sup> Circ. n. 13 de 25 de Fevereiro de 1862, Roteiro dos Collectores, 2º edição, pag. 224.

<sup>3</sup> Ord. n. 241 de 6 de Outubro de 1851, Roteiro dos Collectores, *ibidem*.

<sup>4</sup> Roteiro dos Collectores, *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. de 30 de Maio de 1835, e de 10 de Outubro do mesmo anno.

<sup>6</sup> Ord. n. 106 de 30 de Outubro de 1844, n. 58 de 7 de Março de 1864, e Avis. n. 115 de 6 de Maio do mesmo anno.

<sup>7</sup> Ord. n. 138 de 1 de Outubro de 1847.

§ 4.º — *Por quem é paga a siza.*

1097. O comprador, não havendo estipulação em contrario, paga metade da siza, ficando a outra metade a cargo do vendedor<sup>1</sup>.

1098. Por compra de bens nacionaes, não havendo tambem estipulação em contrario, o comprador paga do mesmo modo metade da siza<sup>2</sup>. Dá-se o mesmo na compra de terras devolutas<sup>3</sup>, e na compra de escravos pertencentes á Fazenda Nacional<sup>4</sup>.

1099. Tanto nas execuções particulares, como nas promovidas por parte da Fazenda Nacional, os arrematantes são sujeitos ao pagamento da metade da siza<sup>5</sup>. Os arrematantes pagão toda a siza por si e pelos executados, descontando-se depois a metade deste na conta dos autos<sup>6</sup>.

1100. Quando os bens são adjudicados á Fazenda Nacional, recahe sómente nos executados metade da siza, sendo a outra metade por conta da mesma Fazenda<sup>7</sup>. O mesmo é quanto ás adjudicações de escravos á Fazenda Nacional nas execuções fiscaes<sup>8</sup>.

1101. Tambem pagão sómente metade da siza as permutas dos bens de raiz por apolices da divida publica fundada, effectuadas pelas corporações de mão-morta<sup>9</sup>.

§ 5.º — *Da restituição da siza.*

1102. A siza uma vez paga, reputa-se definitivamente feita a transacção; e por isso só póde ser restituída:

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 592, e legislação ahi citada.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 599, e legislação ahi citada.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 599.

<sup>4</sup> Decr. de 28 de Novembro de 1860 art. 2º, Consolid. das Leis Civ. not. ao art 599.

<sup>5</sup> Ord. n. 137 de 16 de Novembro de 1846, Consolid. das Leis Civ. art. 600.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 600.

<sup>7</sup> Decr n. 663 de 24 de Dezembro de 1849, Consolid. das leis Civ. art. 601.

<sup>8</sup> Decr. de 28 de Novembro de 1860 art. 2º, Consol. das Leis Civ. not. ao art. 601.

<sup>9</sup> Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845 art. 44, Roteiro dos Collectores, 2º edição. pag. 221.

1.º Quando se mostrar com toda a evidencia, que o contracto de compra e venda, ou arrematação de que se pagará a siza não chegou a effectuar se, não tendo entrado o comprador de modo algum na posse da coisa comprada<sup>1</sup>. Neste caso o thesouro tem admittido como prova a certidão negativa dos tabelliães da côrte, isto é, declaração de que não passárão a escriptura<sup>2</sup>.

2.º Quando do mesmo modo se mostrar que a compra e venda ou arrematação se annullára, ou se desfizera por sentença legitimamente passada em julgado, comtanto que não seja a aprazimento das partes<sup>3</sup>. Quando porém, o contracto de compra e venda se desfizer a aprazimento das partes, não se restitue a importancia da siza paga<sup>4</sup>.

1103. A decisão, ou julgado que despreza embargos de terceiro, fundados no direito de propriedade, e posse batida em virtude de contracto de compra e venda não é sufficiente para a restituição da siza<sup>5</sup>.

1104. A reclamação em que se pedir a restituição de siza deve ser intentada dentro de cinco annos, sob pena de prescrição<sup>6</sup>. Quando depender de decisão da competencia do poder judiciario, o pleito judicial interrompe a prescrição<sup>7</sup>, e começa a correr da data da decisão judiciaria, por isso que só contra quem está no livre e perfeito gozo do seu direito é que corre a prescrição<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 602 § 1º, e legislação ahi citada.

<sup>2</sup> Roteiro dos Collectores, pag. 222.

<sup>3</sup> Ord. n. 118 de 8 de Novembro de 1838. n. 111 de 27 de Abril de 1853 e n. 200 de 29 de Agosto do mesmo anno. Consolid. das Leis Civ. art. 602 § 2º, Roteiro dos Collectores, 2ª edição, pag. 223.

<sup>4</sup> Arts. das Siz. Cap 6, Resol. de 12 de Dezembro de 1827, Ord. de 5 de Setembro de 1857, Roteiro dos Coliectores *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. n. 143 de 29 de Dezembro de 1845, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art 602, Roteiro dos Collectores *ibidem*.

<sup>6</sup> Decr. n. 857 de 12 de Novembro de 1851 art. 3º, Roteiro dos Collectores *ibidem*.

<sup>7</sup> Res. de Cons. da Secç. de Faz. do Conselh. de Estado de 28 de Maio de 1856, Roteiro dos Collectores *ibidem*.

<sup>8</sup> Disp. do Thes. de 18 de Outubro de 1858, Roteiro do Collectores *ibidem*.

1405. São da exclusiva competencia da autoridade administrativa todos os casos em que a siza deve ser restituída<sup>1</sup>.

1106. Além de restituir o preço ao comprador, quando este engeitar a coisa immovel comprada, o vendedor tambem restituirá a siza que o comprador tiver pago<sup>2</sup>. A Ordenação aqui consolidada trata da acção redhibitoria por compra de escravos ladinos, porém a razão é a mesma nos casos de acção redhibitoria por compra de bens de raiz<sup>3</sup>.

## **CAPITULO VIII.**

### **Da troca, ou escambo.**

#### *§ 1.º — O que seja.*

1107. *Permutação, troca ou escambo* é o contracto pelo qual duas pessoas se obrigão a dar reciprocamente uma coisa por outra. É necessario que se não dê dinheiro, aliás confunde-se com a compra e venda<sup>4</sup>.

1108. O contracto de troca é consensual, como a compra e venda. Depois de ajustada por consentimento reciproco dos permutantes, não lhes é licito arrependerem-se, ainda que as cousas permutadas não tenham sido entregues<sup>5</sup>.

1109. Cada um dos permutantes é considerado como vendedor da coisa que dá, e como comprador da coisa que recebe em troca: por isso são applicaveis as leis da compra e venda para regular os respectivos direitos e obrigações<sup>6</sup>; excepto no que diz respeito ao preço<sup>7</sup>.

1110. A respeito do imposto da siza neste contracto, vejão-se os ns. 1080, e 1082 desta obra.

---

<sup>1</sup> Avis. n. 63 de 11 de Março de 1864, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 603.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 17 § 6º, Consolid. das Leis Civ. art 604.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 604.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 828.

<sup>5</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 176.

<sup>6</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 177, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

§ 2.º — *Direitos e obrigações dos permutantes.*

1111. Os mesmos direitos e obrigações, que competem ao comprador e vendedor, comptem aos permutantes<sup>1</sup>.

1112. Se a um dos permutantes foi vendida por terreiro a coisa recebida em troca, por falta de direito daquelle que lh'a escambou: se este chamando á autoria a não defendeu, deve restituir a que recebeu, e pagar ao vencido perdas e interesses<sup>2</sup>.

1113. Se a coisa que deu em troca já estiver em terceiro possuidor, que a houve por titulo oneroso, não póde ser reivindicada; salvo se aquelle que a recebeu por troca obrigou a coisa mesmo ao evento da evicção<sup>3</sup>.

§ 3.º — *Do escambo ou troca mercantil*

1114. O contracto do troca ou escambo mercantil opéra ao mesmo tempo duas verdadeiras vendas, servindo as cousas trocadas de preço e compensação reciproca. Tudo o que póde ser vendido pode ser trocado<sup>4</sup>.

1118. Se um dos permutantes depois de entregue da coisa trocada, provar que o outro não é dono della, não será obrigado a entregar a que promettêra, mas sómente a devolver a que recebeu<sup>5</sup>.

1116. O permutante que fôr vencido na evicção da coisa recebida em troca terá a opção, ou de pedir o seu valor com os danos, ou de repetir a coisa por elle dada; mas se a esse tempo tiver sido alienada, só terá lugar o primeiro arbitrio<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 828.

<sup>2</sup> Dig. Port. Tom. 3º art. 178.

<sup>3</sup> Dig. Port. loc. cit. art. 179.

<sup>4</sup> Cod. Com. art 222, Cod. Com. Port. art. 507, Cod. Civ. Franc, art. 1704.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 223, Cod. Com. Port. art. 508.

<sup>6</sup> Cod. Com. art. 224, Cod. Com. Port. art. 609, e Cod. Com. Belg. L. 2º Tit. 6 art. 5.

1117. Se uma cousa certa e determinada, promettida em trocar, perecer sem culpa do que a devia dar, deixa de existir o contracto; e a cousa que já tiver sido entregue será devolvida áquelle que a houver dado<sup>1</sup>.

1118. Em tudo o mais as trocas mercantis regulão-se pelo que fica dito no presente Titulo, Cap. VII, Sec. I — *Da compra e venda mercantil*<sup>2</sup>.

## **CAPITULO IX.**

### **Da emphyteuse.**

#### **§ 1 .º — Noção de emphyteuse.**

1119. Emphyteuse (*aforamento, emprazamento, prazo, fôro*) é o contracto pelo qual o senhor de um predio concede a outro o domínio util delle com reserva do dominio directo<sup>3</sup>.

1120. Neste contracto a propriedade plena, ou o complexo dos differentes direitos, que a constituem, decompõe-se, para assim dizer, ficando uma parte no antigo senhor, como o direito de pedir o canon, do laudemio, da consolidação, e outros, ao que chamamos *dominio directo*, ou *direitos dominicaes*: a outra parte passa para o emphyteuta; a qual consiste principalmente na faculdade de cultivar, e tirar toda a utilidade, a que chamamos dominio util. O primeiro chama-se senhor directo, ou simplesmente senhorio; o secundo, *senhor util, emphyteuta, foreiro, caseiro*<sup>4</sup>.

1121. Este contracto differe da locação em que nesta não passa ao colono parte a ma da propriedade, mas apenas o uso<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 225, Cod. Com. Port. art, 511, e Cod. Civ. Franc. art. 1707.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 532.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 532.

<sup>4</sup> Lobão, Dir. Emph. § 74, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Lei de 4 do Julho de 1776, Consolid. das Leis Civ. art. 606.

§ 2.º — *Natureza deste contracto.*

1122. Os verdadeiros contractos emphyteuticos são aquelles em que se empração terrenos para edificação de casas, ou terras incultas para trabalhar de lavoura e plantações<sup>1</sup>.

1123. Todos os outros contractos em que se afórão casas já feitas, quintas habitaveis, e terras já cultivadas, contém por sua natureza locação de longo tempo, ou colonias perpetuas<sup>2</sup>.

1124. Os contractos do numero antecedente são julgados pelas regras da locação, sem outra differença que a serem obrigados os colonos desta especie aos direitos dominicaes que se estipularem<sup>3</sup>.

1125. O contracto de aforamento ou emphyteutico é *bilateral perfeito*, sempre *oneroso*, e *consensual*. É um contracto puramente *civil*. Nunca é *commercial*, porque sempre recahe sobre immoveis; entretanto que só as cousas moveis são objecto do commercio<sup>4</sup>.

1126. O aforamento póde ser perpetuo (1351), ao qual tambem se chama *fateosim*<sup>5</sup>, ou em fateota<sup>6</sup>; e só os desta especie são usados entre nós<sup>7</sup>.

1127. Póde ser tambem vitalicio<sup>8</sup>; mas não existem entre nós os desta especie<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei de 4 de Julho de 1776, e Consolid. das Leis Civ. art. 607.

<sup>2</sup> Cit. Lei, e Consolid. das Leis Civ. art. 608.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 605, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Li. 1º Tit. 62 § 46, Liv. 4º Tit 38 princ., 39 princ, Tit. 40, Tit. 41, Tit. 96 §§ 23 e 24, Consolid. das Leis Civ. art. 609.

<sup>5</sup> Alv. de 10 de Abril de 1821, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 609.

<sup>6</sup> Regim. de 3 de Setembro de 1627 Cap. 76, Alv. de 3 de Novembro de 1757, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 1º Tit 62 § 46, Liv. 4º Tit. 41, Tit. 36 e Tit. 37, Tit 97 §§ 22 a 25, Alv. de 3 de Novembro de 1757, Consolid. das Leis Civ. art. 609.

<sup>9</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 609.



§ 3.º — *Bens que não podem ser aforados.*

1128. Não podem ser aforados:

1.º Os proprios nacionaes sem autorisação da assembléa geral<sup>1</sup>. Aforão-se unicamente os terrenos de marinha pela autorisação da Lei de 15 de Novembro de 1831 art. 51 § 14, e chãos encravados ou adjacentes às povoações que sirvão para edificação<sup>2</sup>. Esses aforamentos são perpetuos<sup>3</sup>.

2.º Os bens municipaes sem autorisação das respectivas assembléas das provincias<sup>4</sup>; e na côrte sem autorisação do governo<sup>5</sup>.

1129. Os bens das capellas, hospitaes, confrarias, e irmandades, só podem ser aforados em hasta publica a quem mais dér, precedendo editaes e pregões por vinte dias; e serão nullos os aforamentos feitos por outro modo<sup>6</sup>.

1130. As distracções do § 46 da Ord. do Liv, 1º Tit. 62 não são applicaveis ao Brasil. Tambem não nos é applicavel a Ord. do Liv. 4º Tit. 41 sobre a nullidade dos aforamentos de bens vinculados ou da corôa, quando o administrador recebia dinheiro por entrada (luvas), isto é, qualquer quantia para as commissões<sup>7</sup>.

§ 4.º — *Quem não póde tomar de aforamento.*

1131. Não podem tomar de aforamento:

---

<sup>1</sup> Alv. de 23 de Maio de 1775 § 19, combinado com o art. 15 § 15 da Const. do Imp., Off. de 15 de Novembro de 1832, Consolid. das Leis Civ. Art. 610 § 1º.

<sup>2</sup> Lei de 12 de Outubro de 1833 art. 3º, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 610.

<sup>3</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Lei de 22 de Setembro de 1828 art. 2º § 10, e do 1º de Outubro do mesmo anno art. 42; Consolid. das Leis Civ., art. 610 § 2º.

<sup>5</sup> Lei de 26 de Maio de 1840, arts. 23 e 24, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 45, Consolid. das Leis Civ. art. 611.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 611.

1.º As corporações de mão-morta<sup>1</sup>.

2.º Os vereadores e officiaes das camaras municipaes, por si ou interpostas pessoas, bens das camaras em que servirem<sup>2</sup>.

3.º Os administradores, mesarios, procuradores, e mais empregados das igrejas, misericordias, e corporações de igual genero, bens desses estabelecimentos<sup>3</sup>.

4.º Os procuradores fiscaes das thesourarias, terrenos de marinha na mesma provincia em que servirem, e era geral os empregados publicos, que em razão de seus officios tenham de intervir directamente para a concessão dos ditos terrenos<sup>4</sup>.

§ 5.º — *Preferencia nos aforamentos de terrenos de marinha*

112. Devem ser preferidos nos aforamentos de terrenos de marinha:

1º Em suas respectivas testadas e frentes os que ahi tiverem estabelecimentos de trapiches, armazes, e outros semelhantes, dependentes de franco embarque e desembarque<sup>5</sup>. Procede esta preferencia a respeito de todos os proprietarios quanto aos terrenos de marinha em frente de seus predios<sup>6</sup>.

2.º Os possuidores delles na supposição de lhes pertencerem, e fazerem parte de suas propriedades, uma vez que se sujeitem, como os

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 612 § 1º.

<sup>2</sup> Lei do 1º de Outubro de 1825 arts. 43 e 44. e anteriormente o Alv. de 23 de Julho de 1776 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 612 § 2º.

<sup>3</sup> Alv. de 6 de Dezembro de 1603, Consolid. das Leis Civ. art. 612 § 3º.

<sup>4</sup> Ord. n. 82 de 22 de Junho de 1842, e n. 156 de 4 de Dezembro de 1848, Consolid. das Leis Civ. art. 612 § 4º.

<sup>5</sup> Ord. de 20 de Março, e Circul. de 20 de Agosto de 1835, Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 1.

<sup>6</sup> Aviso de 20 de Julho de 1839, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 1º do art. 613.

anteriores, ao pagamento do respectivo fôr, e requerirão titulos de aforamento no prazo que lhes fôr assignado por editaes<sup>1</sup>.

3.º Os proprietarios de fazendas, quanto aos respectivos terrenos de marinha que lhes ficão em frente<sup>2</sup>.

4.º Os que tiverem dado de arrendamento no todo, ou em parte terrenos de marinha que possuiã na supposição de fazerem parte de suas propriedades, em concorrência com os arrendatarios desses terrenos; ainda que estes já tenham edificado ou aproveitado de qualquer maneira os terrenos arrendados<sup>3</sup>.

5.º Os que tiverem dado de aforamento os mesmos terrenos por se julgarem delles senhores directos, em concorrência com os foreiros, ainda que estes tenham bemfeitorias valiosas<sup>4</sup>.

6.º Quanto a terrenos de marinha não occupados, aquelle que primeiro os tiver requerido, caso tenha probabilidade de aproveitá-los<sup>5</sup>.

7.º Na falta de precedência de requerimento, o que melhor, e em menor espaço puder, e se obrigar a aproveitá-los em utilidade publica e da Fazenda Nacional<sup>6</sup>.

8.º Sendo possível divisão commodata, os pretendentes uns aos outros conforme a regra estabelecida<sup>7</sup>.

1133. As irmandades, confrarias, ordens religiosas, e mais corporações de mão-morta que possuírem terrenos de marinha com titulo

---

<sup>1</sup> Ord. de 7 de Fevereiro de 1833, de 12 de Julho do mesmo anno, Circ. de 20 de Agosto de 1835, Off. de 24 de Setembro do mesmo anno, Ord. de 14 de Janeiro de 1836, Consolid. das Leis Civ. art. 603 § 2º.

<sup>2</sup> Ord. de 20 de Fevereiro de 1840, Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 3º.

<sup>3</sup> Circul. de 30 de Janeiro de 1836, Ord. n. 173 de 31 de Maio de 1851, n. 256 de 15 de Novembro de 1852, e n. 224 de 19 de Outubro de 1853, Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 4º.

<sup>4</sup> Port. de 17 de Maio de 1836, Ord. n. 17 de 31 de Maio de 1831, Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 5º.

<sup>5</sup> Circul. de 20 de Agosto de 1835, Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 6º.

<sup>6</sup> Circul. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 7º.

<sup>7</sup> Circul. cit., Consolid. das Leis Civ. art. 613 § 8º.

de aforamento, deverão ser conservadas nessa posse, se por acto legislativo estiverem autorizadas para terem bens de raiz, ou até que de tal posse sejam lançadas pelos meios competentes; e no caso de estarem indevidamente na posse sem titulo, dever-se-ha dispôr dos terrenos na fôrma das leis, dando-os por aforamento a quem pretender aproveita-los<sup>1</sup>.

§ 6.º — *Solemnidades, e prova deste contracto.*

1134. Como a concessão dos prazos contém alienação de bens de raiz, exige-se o consentimento da mulher, se o senhorio é casado<sup>2</sup>.

1135. A escriptura publica é essencial nos contractos de aforamento de bens ecclesiasticos<sup>3</sup>; mas na pratica a escriptura publica reputa-se essencial de todos os contractos de aforamento<sup>4</sup>, e deverá sê-lo, por igualdade de razão<sup>5</sup>.

1136. Tambem se póde fazer aforamento por testamento, do que dá idéa o § 8 da Ord. do Liv. 4º Tit. 37<sup>6</sup>.

1137. O fôro é considerado *onus real*<sup>7</sup>; passa com o immovel para o dominio do comprador<sup>8</sup>; e sendo instituido por acto entre vivos, para que possa valer contra os terceiros carece de transcripção, e só começa a valer desde a data della<sup>9</sup>.

§ 7.º — *Extincção da emphyteuse.*

1138. A emphyteuse, isto é, os direitos e obrigações entre o senhorio e o foreiro, extinguem-se por todos os meios, por que se

---

<sup>1</sup> Fort. n. 149 de 7 de Outubro de 1847, Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 613.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 48 pr., Coelh da Roch. Dir. Civ. § 539.

<sup>3</sup> Cit. Ord. Tit. 19 princ. Consolid. das Leis Civ. art. 605.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 605.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Tit. 19 princ, Dig. Port. Tom. 3º art. 896.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 605.

<sup>7</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. § 6º e Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 art. 261.

<sup>8</sup> Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 art. 262.

<sup>9</sup> Cit. Decr. art 264.

extinguem as obrigações; e além disso pela extinção e inutilização do predio, ou coisa aforada<sup>1</sup>.

1139. No caso de destruição fortuita das obras e melhorias, v. g., de umas casas, pôde o foreiro ou resilir e abandonar o contracto, ou reforma-las, continuando o fôro<sup>2</sup>.

1140. Se o fôro nenhum lucro dá ao emphyteuta, pôde a todo o tempo abandona-lo; mas se dolosamente o damnificou, deve indemnisa-lo<sup>3</sup>.

1141. Extingue-se também usando o senhorio do direito de opção, ou do de consolidação; bem como pela prescrição extinctiva de trinta annos<sup>4</sup>.

## SECÇÃO I.

### DOS DIREITOS DOS SENHORIOS.

#### § 1.º — *Canon, ou fôro.*

1142. Entre os direitos constitutivos do dominio directo, que competem ao senhorio, o primeiro é o de receber o canon. *Canon, fôro, pensão, renda*, e sendo quota indeterminada, *ração*, é a prestação que o emphyteuta deve satisfazer annualmente ao senhorio em reconhecimento do dominio directo. Qualquer convenção a este respeito é valida, uma vez que não intervenha lesão<sup>5</sup>.

1443. É livre às partes convencionar a qualidade do fôro; porém casas, ou chãos para edificar, sómente podem ser aforados a dinheiro, ou aves<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Alv. de 21 de Janeiro de 1766, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 540.

<sup>2</sup> Cod. da Prussia P. 1 Tít. 18 arte. 765 e 766, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Lobão, Dir. Emph. § 737, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem* § 540.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Til. 43 § 6º, Coelh. da Roch. Dir. Civ § 541, Dig. Port. Tom. 3º art. 928.

<sup>6</sup> Cit. Ord. Tit. 40, Coelh. da Roch. loc. cit. § 542.

1144. Se o fôro consiste em fructos do mesmo predio, o foreiro satisfaz, dando os medíocres, uma vez que o faça sem dolo<sup>1</sup>.

1145. Se a cultura do predio tem variado, o fôro dos antigos fructos póde ser subrogado pelo dos actuaes, por arbitrio de louvados com audiencia do senhorio<sup>2</sup>.

1146. Se a qualidade do fôro é expressada alternativamente sem mais declaração, v. g., uma gallinha, ou tanto por ella; compete a escolha ao senhorio, o qual ordinariamente dicta as clausulas deste contracto<sup>3</sup>.

1147. Como o fôro se paga em reconhecimento do dominio directo, e se presume imposto no estado do predio inculto; por pequeno que seja, não póde pelo senhorio ser arguido de lesivo<sup>4</sup>.

1148. Se porém o aforamento fôr de predios já cultivados, deve a quantidade regular-se pelas leis da locação<sup>5</sup>.

1149. Se consiste em rações incertas, v. g., sextos ou oitavos dos fructos, o foreiro que dolosamente deixou de cultivar, deve indemnisar o senhorio<sup>6</sup>.

1150. Quando o fôro consiste em uma quota parte de certa especie de fructos, e o foreiro em vez de semear estes semeia diversa especie, deve pagar o interesse ao senhorio fraudado<sup>7</sup>.

1151. Na falta de declaração, deve-se a pensão ao tempo da colheita, mesmo quando não seja annual, se consiste em fructos; ou no fim do anno do contracto, se consiste em dinheiro ou generos differentes

---

<sup>1</sup> Lobão, Dir. Emph. § 679, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Coelh. da Roeh. *ibidem*.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch., loc. cit. § 542.

<sup>4</sup> Mell. L. 3º Tit. 11 § 13, Coelh. da Roch. Dir. Civ. §542, Dig. Port. Tom. 3º § 933.

<sup>5</sup> Alv. de 4 de Julho de 1776, Coelh. da Roch. loc. cit. § 543.

<sup>6</sup> Lobão, Dir. Emph. § 662, Coelh. da Roch., *ibidem*.

<sup>7</sup> Reg. de 20 de Abril de 1775 § 64, Dig. Port. loc. cil. § 941.

dos fructos; no lugar, onde são sitos os bens, e pela medida do lugar do pagamento, e do tempo do contracto<sup>1</sup>.

1152. Se, apesar da regra geral da indivisibilidade por glebas, o prazo fôr dividido em mais consortes por consentimento do senhorio, expresso, ou presumido, v. g., por aceitar as partes do fôro separadas; nenhum delles fica responsavel por todo o fôro e o senhorio tem de receber as quotas de cada um<sup>2</sup>.

1153. Se porém o senhorio não deu consentimento, ou só o deu com protesto de não divisão do fôro, póde obrigar os consortes para que elejão d'entre si um *cabecel*, ou *cabeça*, o qual fique obrigado a satisfazê-lo por inteiro, cobrando dos outros as suas partes<sup>3</sup>.

1154. Este *cabecel* em compensação tem o direito de opção, se o senhorio o não quizer usar<sup>4</sup>. Neste caso o fôro deve ser rateado por louvados judicialmente em proporção dos predios, que cada um possui; e em attenção ao estado destes ao tempo do aforamento, não se levando em conta as bemfeitorias posteriores<sup>5</sup>.

1155. Pelo sobredito motivo de ser o fôro pago em reconhecimento do dominio directo, o foreiro não póde escusar-se do pagamento, excepto: 1º, por equidade, se por caso fortuito ou força maior não foi possível absolutamente cultivar o predio, ou se lhe perdêrão inteiramente os fructos<sup>6</sup>; 2º, se o fôro é pequeno, e com indícios de ser lançado antes da cultura, ou bem-feitoria do predio, no caso de destruição das obras o fôro continua por inteiro, se o foreiro não prefere resilir<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Lobão, cit. §§ 714, 715, 722, 723 e 725; Coelh. da Roch. loc. cit § 544.

<sup>2</sup> Lobão, Fase. Tom. 3º Diss. 4º § 22 not., Dir. Emph. § 727; Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 545.

<sup>3</sup> Lobão cit. Diss. § 212 e seguintes, Coelh. da Roch. *ibidem*, Dig. Port. Tom. 3º art. 947.

<sup>4</sup> Lobão Suppl. ao Dir. Emph. § 197, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Lobão Dir. Emph. § 733. Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Lobão cit § 761, Coelh. da Roch. § 546.

<sup>7</sup> Cod. da Pr. P. 1º Tit. 18 arts. 765 e 766, Coelh. da Roch. Dir. Civ.

1156. Se porém o fôro indica ter sido lançado ao predio já no estado de cultura, ou edificio feito, como tal contracto se equipára á locação, póde pedir o foreiro uma reduccão no fôro, proporcionada á ruina, ou prejuizo que o predio tiver soffrido; bem como, no caso de esterilidade, póde usar do beneficio da Ord. L. 4º Tit. 27<sup>1</sup>.

1157. Ao senhorio, pela divida dos fôros, compete privilegio sobre os fructos do prazo<sup>2</sup>.

1158. O fôro é, como já dissemos, considerado um *onus real*; mas não póde ser opposto aos credores hypothecarios, se os titulos não tiverem sido transcriptos no Registro Geral antes das hypothecas<sup>3</sup>. Este onus passa com o immovel para o dominio do comprador ou successor<sup>4</sup>.

#### § 2.º — *Direito de opção.*

1159. O segundo direito que compete ao senhorio, é o de *opção*, ou *prelação*, em virtude do qual, no caso de venda, ou alienação do dominio util, pode preferir tanto por tanto a outro qualquer, que o pretenda<sup>5</sup>.

1160. O senhorio não só tem o direito de preferir a outro qualquer comprador, quando o emphyteuta voluntariamente quer vender o dominio util; mas tambem quando o prazo é penhorado, deve-lhe ser noticiado o maior lanço da praça, para preferir a qualquer arrematante<sup>6</sup>.

1161. Com effeito é de equidade, que o senhorio torne a reunir o dominio util, que havia demittido, quando o foreiro o queira alienar, uma vez que este não seja prejudicado; e a ordem publica

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 546.

<sup>2</sup> Lei de 20 de Junho de 1774 § 38. Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 6º § 2º.

<sup>4</sup> Cit. Lei *ibidem*.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 38 princ, Coelh. da Roch. loc. cit § 549.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 3º. Liv, 3º Tit. 93 § 3º; Dig. Port. Tom. 3º art. 957, Consolid. das Leis Civ. art. 614 § 1º.



interessa, para evitar litigios e desavenças, em que as cousas communs se reunão em um só<sup>1</sup>.

1162. Porque o foreiro não deve ser prejudicado, este direito só tem lugar nas vendas, e dações em pagamento, ou sejam voluntarias, ou necessarias era virtude de execução; bem como nas permutações, ou escambos, unicamente quando são feitos por objectos fungiveis<sup>2</sup>.

1163. Não tem lugar nas alienações por titulo gratuito, como doação, ou dote, excepto se esta fôr simulada<sup>3</sup>.

1164. Tambem não tem lugar na divisão entre os co-herdeiros, quer esta se faça por glebas, nos casos em que o possa ser, quer por estimação<sup>4</sup>; nem nas expropriações para as obras publicas<sup>5</sup>.

1165. Os prazos foreiros a corpos de mão-morta não podem ser optados por estes, por lhes obstar as leis da amortização; mas bem o podem ser pelos individuos que compõe esses corpos<sup>6</sup>.

1166. Sendo muitos os predios, o senhorio não póde optar uns e regeitar outros<sup>7</sup>.

1167. O foreiro deve participar ao senhorio a venda, declarando o preço, que lhe dão, e requerendo-o, se quer usar do direito de prelação. O senhorio tem trinta dias para deliberar, e pagar o preço; e se neste prazo não satisfaz, o foreiro fica livre para vender a quem quizer<sup>8</sup>.

1168. A notificação judicial sò é precisa, se o senhorio extrajudicialmente avisado se portar com inacção, e não quer optar nem

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 549.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4.º Tit. 38 princ, Coelh. da Roch. loc. cit. § 550.

<sup>3</sup> Lobão Dir. Emph. § 907, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cit. Ord. Tit. 36 § 1º, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Decr. de 13 de Dezembro de 1788 § 11, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 850.

<sup>7</sup> Lobão Dir. Emph. § 920, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 11 § 3º, e Tit. 38 princ, Coelh. da Roch. loc. cit. § 551, Consolid. das Leis Civ. arts. 614 e 1617.

prestar seu consentimento. A marcha pratica a seguir em taes casos, vê-se em Lobão, Dir. Emph. § 929 e seguintes<sup>1</sup>.

1169. Só tem lugar a venda do immovel aforado na sua integridade, não sendo licito dividir o prazo<sup>2</sup>. Quanto aos terrenos de marinha, o Av. n. 19 de 11 de Janeiro de 1856 declara, que podem ser alienados em parte, uma vez que os foreiros paguem um fôro proporcional à parte com que ficarem, visto que o direito dos senhorios directos é renunciavel<sup>3</sup>.

1170. Declarado o preço ao senhorio, e querendo este exercer seu direito de opção por esse preço declarado, podem os contrahentes arrepender-se da compra e venda? Resolve-se negativamente no Repert. das Ordd. Tom. 1º pag. 228, e Tom. 2º pag. 550. Não se póde, porém, conciliar esta solução com a faculdade do arrependimento que sempre tem as partes antes da assignatura da escriptura de venda. Não havendo venda, não sei em que se offende o direito do senhorio directo<sup>4</sup>.

1171. Deliberando o senhorio directo pela alienação do prazo, e dando a licença, póde ser realizada a alienação antes ainda de terminar-se o prazo de trinta dias. Poderá porém o senhorio dentro deste prazo variar de vontade? Creio que não<sup>5</sup>.

1172. Está em uso incorporar-se nas escripturas as licenças dos senhorios, e recibos dos laudemios, *ad instar* do que se pratica com as sizas. Generalisou-se o que antigamente era especial privilegio de algumas corporações, como se póde vêr na Lei de 22 de Dezembro de 1747, e outras citadas por Lobão no § 859 do seu Dir. Emph.<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid.das Leis Civ. not. ao art. 616.

<sup>2</sup> Cit. Ord. Tit 36 § 7, Tit. 36 § 23, Alv. de 6 de Março de 1669, Consolid. das Leis Civ. not ao art. 617.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 617.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 616.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 617.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao .§ 2º do art. 614.

1173. Quanto aos bens foreiros á Camara Municipal da Côrte, nenhum tabellião lavra as escripturas sem fazer menção dos respectivos Alvarás de licença, que lanção em seus livros de registros, portando por fé terem sido pagos os fôros e laudemios, como dos mesmos Alvarás consta. Estes Alvarás são archivados nos cartorios, ficando as partes com o conhecimento do pagamento dos laudemios, e com o outro do que pagarão pela expedição da licença e sellos<sup>1</sup>.

§ 3.º — *Laudemio*.

1174. Não optando o senhorio, compete-lhe mais o direito de receber o *laudemio* de dous e meio por cento do valor da venda ou alienação, se no contracto de aforamento não se tiver estipulado outro laudemio<sup>2</sup>.

1175. O laudemio é pago nos casos de venda, ou troca, tanto do valor do terreno aforado, como do valor das bemfeitorias que nelle houverem<sup>3</sup>.

1176. Deve-se laudemio, ainda que a venda seja feita *á retro*. Dever-se-ha, porém, se o vendedor remir<sup>4</sup>.

1177. Na troca de uma propriedade foreira por outra da mesma natureza deve-se pagar laudemio de ambas, quer ellas tenham igual valor, quer uma valha mais do que a outra<sup>5</sup>. Assim se entende a Ord. do Liv. 4º Tit. 38, não tendo lugar o argumento da siza para o laudemio<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 614.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 48, Liv. 4º Tit. 38 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 618, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 552.

<sup>3</sup> Ord. de 28 de Março de 1840, Decr. n. 467 de 23 de Agosto de 1846, Consolid. das Leis Civ. art. 619.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 618.

<sup>5</sup> Avis. n. 60 de 25 de Junho de 1850, Consolid. das Leis Civ. art. 620.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art 620.

1178. A obrigação de pagar laudemio pertence ao vendedor da propriedade foreira, e não ao comprador; e na falta do pagamento, só o vendedor omisso pôde ser demandado<sup>1</sup>.

1179. Pela alienação do immovel aforado por titulo de doação, ou dote, não se deve laudemio ao senhorio<sup>2</sup>; e do mesmo modo no caso de reposições ou tornas nas partilhas<sup>3</sup>. A Ordem de 28 de Março de 1840, quanto às doações de terrenos de marinha, estabelece a mesma cousa<sup>4</sup>.

1180. Tem-se limitado a disposição consolidada no numero antecedente ao caso em que o dote fôr estimado, caso em que se suppõe uma venda feita ao marido. Ora, no dote não estimado, se não ha venda feita ao marido, dá-se alienação de bens que o dotador faz á mulher dotada<sup>5</sup>.

1181. As corporações de mão-morta têm direito aos laudemios como os outros senhorios, mas não podem exercer, como já dissemos, o direito de optar<sup>6</sup>.

1182. Cessa o laudemio quando o senhorio usa do direito de opção<sup>7</sup>; ou não quiz aceitar o novo comprador, e foi necessario supprir judicialmente o consentimento<sup>8</sup>.

1183. A acção do senhorio para pedir o laudemio dá-se cootra o vendedor, ao qual a Ordenação em todos os lugares, em que falla de laudemio, impõe a obrigação de o pagar<sup>9</sup>; e só terá lugar contra o

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 48, Liv. 4º Tit. 38 princ, Decr. n. 656 de 5 de Dezembro de 1849, Consolid. das Leis Civ. art 621.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 38 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 622.

<sup>3</sup> Alv. de 14 de Dezembro de 1775 § 9º, Consolid. das Leis Civ. art. 622.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 622.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Lei de 4 de Julho de 1768 *in fine*, Consol. das Leis Civ. art. 623.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 553.

<sup>8</sup> Lobão Append. ao Dir. Emph. §103, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>9</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

comprador, se este directa, ou indirectamente se obrigou a satisfazê-lo, v. g., obrigando-se a dar tanto livre para o vendedor<sup>1</sup>.

§ 4.º — *Direito de consolidação.*

1184. O quarto direito do senhorio é o de *consolidação*, isto é, o de recuperar o domínio útil, ficando assim extinta a emphyteuse. Compete a todos os senhorios, até mesmo aos corpos de mão-morta; porém estes são obrigados a aforar de novo dentro em anno e dia os bens consolidados<sup>2</sup>.

1185. Os senhorios podem usar deste direito em dous casos: ou na falta de successor do emphyteuta (*por caducidade*) , ou por culpa do foreiro, que não cumprio as clausulas do contracto, a que se chama *pena de commisso*<sup>3</sup>.

1186. A devolução do prazo ao senhorio por falta de successor do foreiro: 1º, só póde ter lugar nos prazos de livre nomeação; porque só destes trata a Ord. do Liv. 4º Til. 36 § 2º, como indica o § inicial<sup>4</sup>.

1187. O direito de consolidar por falta de successão tornou-se quasi impraticavel: 1º, porque a Ordenação citada no numero antecedente só trata dos prazos do livre nomeação; 2º, porque a mesma Ordenação foi por tal modo ampliada pela Lei de 9 de Setembro de 1769, que raramente deixaria de haver successor<sup>5</sup>.

1188. Tem lugar a consolidação por culpa do foreiro, ou *por commisso*:

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Alv. De 12 de Maio de 1769 *art. fin.*, Coelh. Da Roch. Loc cit. § 554, Consolid. Das Leis Civ. Art. 631.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 38 § 1º, e Tit. 39 ; Coelh. da Roch. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 625.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 555.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 631.

1.º Se deixou de pagar o fôro tres annos consecutivos, sendo secular o prazo<sup>1</sup>; e dous annos, sendo ecclesiastico<sup>2</sup>. Não evita o foreiro a pena de commisso, ainda que se offereça a pagar os fóros atrasados, e ainda que o senhorio lh'os receba; salvo se a este aprover desistir expressamente de seu direito<sup>3</sup>. Entretanto a Relação do Rio de Janeiro decidiu que — *o não pagamento da pensão, findo o triennio da lei, não é sufficiente motivo para que o foreiro incorra em commisso; salvo se de sua parte houve dolo, ou proposito fraudulento em não pagar, ou elle contestou o direito do senhorio*<sup>4</sup>. Quando o prazo fôr ecclesiastico, será o foreiro relevado da pena, uma vez que pague antes da citação judicial; ou mesmo depois, se a lide não estiver contestada<sup>5</sup>. A molestia é impedimento justo que releva do commisso o foreiro que por esse motivo não foi pontual no pagamento<sup>6</sup>.

2.º Se vender ou alienar o prazo sem consentimento do senhorio<sup>7</sup>. A venda que o foreiro fizer sem consentimento do senhorio será nulla<sup>8</sup>. Fica, porém, a arbítrio do senhorio demandar a devolução dos bens por este motivo, ou a compettir o foreiro a que os recupere, e continue no contracto<sup>9</sup>.

1189. Tambem tem lugar a consolidação por commisso, se por dolo, ou culpa lata o foreiro destróe o predio aforado<sup>10</sup>; e por outras transgressões, em que esta pena esteja comminada na investidura, e aceita pelo foreiro<sup>11</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Til. 39, Consolid. das Leis Civ. art 626 § 1º.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 2º, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>3</sup> Cit Ord. § 1º Consolid. das Leis Civ. art. 629.

<sup>4</sup> Revista Juridica n. 2 de 1865, pag. 227.

<sup>5</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 39 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 630.

<sup>6</sup> Revista Juridica n. 2 de 1865, pag. 227.

<sup>7</sup> Cit. Ord. Tit. 38 § 1º, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 556, Consolid. das Leis Civ. art. 626 § 2º.

<sup>8</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 627.

<sup>9</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art 628.

<sup>10</sup> Lobão, Dir. Emph. §§ 615 e 616.

<sup>11</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 556.

1190. Verificando-se a consolidação por commissio ou por falta de successão nos aforamentos vitalícios (vejão-se os nºs 1127 e 1187), ou na hypothese do n.º 1209, as corporações de mão-morta só pódem consolidar, como já se disse, para o effeito de tornarem a forar dentro de anno e dia<sup>1</sup>. Hoje é a unica hypothese em que os corpos de mão-morta pódem reter os bens por anno e dia<sup>2</sup>.

1191. Os bens assim consolidados devem continuar a ser aforados pelos mesmos fóros e laudemios declarados nos anteriores titulos, e sem obrigação de fazer-se os aforamentos aos parentes dos nltimos possuidores ao tempo da consolidação<sup>3</sup>.

1192. Esses aforamentos serão perpetuos, e como taes sempre reputados, sendo nullas as escripturas que de outro modo se celebrarem, e onde houver excesso nos fóros e laudemios precedentemente estipulados<sup>4</sup>.

1193. Para o pagamento dos fóros e laudemios pódem essas corporações fazer penhora nos rendimentos dos bens aforados, e nos proprios bens se os rendimentos não bastarem<sup>5</sup>.

1194. Em falta de lançadores, porém, a adjudicação é prohibida e as propriedades serão arrendadas pelo juizo da execução<sup>6</sup>. As corporações em tal caso farão annual cobrança dos rendimentos até inteira satisfação dos fóros e laudemios devidos, em quanto não houverem compradores<sup>7</sup>.

---

1 Alv. de 12 de Maio de 1769, declaratorio da Lei de 4 de Julho de 1768, Consolid. das Leis Civ. art. 631.

2 Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 631.

<sup>3</sup> Lei de 4 de Julho de 1768, e Alv. de 12 de Maio de 1769, Consolid. das Leis Civ. art. 632.

<sup>4</sup> Lei e Alv. citt., Consolid. das Leis Civ. art 633.

<sup>5</sup> Lei de 4 de Julho de 1768, Consolid. das Leis Civ. art. 634.

<sup>6</sup> Cit. Lei, Consolid. das Leis Civ. art 635.

<sup>7</sup> Cit. Lei, Consolidação das Leis Civ. art. 636.

1195.O senhorio usando do direito de consolidação deve repôr ao foreiro, ou seus herdeiros, o vaíor das bemfeitorias; excepto das modicas, indispensaveis para a cultura, ou se, ainda avultadas, e de grande utilidade, fôrão especifica e expressamente convencionados na emphyteuse; e tendo-se a sua importancia levado era conta no canon, para não haver lesão<sup>1</sup>.

1196. A respeito das acções que competem ao senhorio contra o foreiro, consulte-se a Doutr. das Acç. de Corr. Tell. §§ 391 e seguintes.

## *SECÇÃO II.*

### *DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS FOREIROS.*

#### *§ 1.º — Dos direitos.*

1197.O principal direito do foreiro é o de tirar dos bens aforados todos os fructos e vantagens, assim ordinarios, como extraordinarios; e nisto principalmente consiste o *dominio util*<sup>2</sup>.

1198. Portanto, póde fazer nelles quaesquer alterações, ou mudanças que lhe pareção proprias a melhorar os mesmos bens<sup>3</sup>.

1199. Póde para reivindicar, ou defender o dominio util, usar de quaesquer acções reaes ou possessorias<sup>4</sup>.

1200. Póde dispôr do prazo, e aliena-lo por qualquer titulo oneroso, ou gratuito, salvo o direito de opção do senhorio<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Lobão Dir. Emph. §§ 610 á 613, Consolid. das Leis Civ. ao art. 625.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 559.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. ibidem.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. ibidem.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4.º Tit. 38, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 560.



1201. Em virtude deste direito póde o foreiro hypothecar o domínio util, independente de licença do senhorio, o qual não perde, no caso de alienação, o direito de opção<sup>1</sup>.

1202. Não póde, porém, dividir o prazo, excepto havendo consentimento do senhorio, expresso, ou presumido, v. g., por ser costume, ter recebido o fôro por partes, receber o laudemio da parte alienada<sup>2</sup>.

1203. O emphyteuta tem o direito de subemphyteuticar, isto é, alienar para um terceiro o seu domínio util, reservando uma parte, com as clausulas que lhe parecer<sup>3</sup>.

1204. Póde portanto, convencionar um maior fôro, e um laudemio mais forte, dos quaes lhe fique lucro depois de satisfeitos os encargos devidos ao senhorio, que em todo o caso ficão salvos<sup>4</sup>.

1205. É necessario consentimento do senhorio directo para que o emphyteuta possa subemphyteuticar<sup>5</sup>; e se o subemphyteuta quizer alienar o domínio util, deve pedir licença ao senhorio directo e pagar laudemio, e não ao emphyteuta<sup>6</sup>.

### § 2.º — Das obrigações.

1206. As obrigações do foreiro, consistem , como já se disse:

1.º No pagamento do fôro no tempo devido, segundo os termos do contracto<sup>7</sup>. Cessa a obrigação de pagar o fôro, se o immovel aforado se extinguir ou inutilisar<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei n. 1237 de 34 de Setembro de 1864 art. 1º § 1º, Decr. n. 3452 de 26 de Abril de 1865, art. 138 § 3º.

<sup>2</sup> Lobão, Dir. Emph. §§ 728 e seguintes.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ § 561.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 614.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 614.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 47, Liv. 4º Tit. 36 § 5, e Tit 39, Consolid. das Leis Civ. art 614 § 1º.

<sup>8</sup> Alv. de 28 de Julho de 1766, Consolid. das Leis Civ. art. 615.

2.º Em não alienar o domínio útil da coisa aforada sem consentimento do senhorio, ou a alienação se faça por título oneroso ou gratuito, ou se trate de venda voluntaria, ou necessaria em execução de sentença<sup>1</sup>.

### *SECÇÃO III.*

#### *DA SUCCESSÃO NOS BENS DE PRAZO.*

##### *§ 1.º — Nos prazos vitalícios.*

1207. Nos aforamentos vitalícios, em falta de nomeado, a successão defere-se na ordem seguinte<sup>2</sup>:

1.º Aos descendentes legítimos, excluindo sempre o mais proximo ao mais remoto, o mais velho ao mais novo, e o do sexo masculino ao do feminino<sup>3</sup>.

2.º Na falta de descendentes legítimos, aos filhos naturaes, se os houver<sup>4</sup>.

3.º Na falta de descendentes legítimos, e filho natural, aos ascendentes, debaixo da mesma regra de proximidade, de gráo, sexo, e idade<sup>5</sup>.

4.º Na falta dos herdeiros precedentes, aos collateraes até o quarto gráo por direito canonico<sup>6</sup>.

1208. Quando os bens aforados, por pertencerem a corporações de mão-morta, não fôrem aptos para a devolução e

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 48, Liv. 3º Tit 93 § 3, Liv 4.º Tit. 11 § 3º, Tit. 38 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 614 § 2º.

<sup>2</sup> Em outro lugar se disse, que os aforamentos vitalícios não existem entre nós.

<sup>3</sup> Ord. do liv. 4º Tit 36 § 2º, Ass. de 16 de Fevereiro de 1786, sobre o 3º quesito, Consolid. das Leis Civ. art. 976 § 1º.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 4º, cit. Ass., Consolid. das Leis Civ. art. 976 § 2º.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*, cit. Ass., Consolid. das Leis Civ. art. 976 § 3º.

<sup>6</sup> Lei de 9 de Setembro de 1769 § 26, Consolid. das Leis Civ. art. 976 § 4º.

consolidação dos dons domínios, os herdeiros collateraes são admittidos á successão em quanto os houver<sup>1</sup>.

*§ 2.º — Nos prazos fateusins.*

1209. Os bens perpetuamente aforados equipáram-se aos bens allodiaes para os effeitos da successão que seguira a mesma ordem<sup>2</sup>. O Estado é excluído da successão dos bens foreiros, cujo dominio directo deve sempre ficar salvo; porém não existe lei expressa, costumando os Praxistas argumentar com um ou outro texto, que nada provão<sup>3</sup>.

1210. Mas como qualquer prazo não deve ser dividido em glebas quando o senhorio não consente, deverá proceder-se da maneira seguinte<sup>4</sup>:

1211. Os bens emphyteuticos de aforamento perpetuo, adquiridos na constancia do matrimonio, devem ser partidos por estimação, encabeçando-se dentro de seis mezes depois do fallecimento do foreiro no herdeiro em que a maioria dos outros concordar<sup>5</sup>.

1212. O herdeiro encabeçado pagará a cada um dos outros sua respectiva quota, e o fôro ao senhorio segundo as condições do contracto de aforamento<sup>6</sup>.

1213. Se os herdeiros não concordarem sobre o encabeçamento, são obrigados a vender os bens aforados dentro de seis mezes para partirem

---

<sup>1</sup> Lei de 9 de Setembro de 1769 § 26, Ass. de 16 de Fevereiro de 1786, Consolid. das Leis Civ. art 977.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 36 § 7, Tit 96 §§ 23 e 24, Consolid. das Leis Civ. art. 795, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 574.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 975.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 1º art. 891.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 36 § 7, Tit. 96 §§ 23 e 24 *in princ.*, Alv. de 6 de Março de 1669, Consolid. das Leis Civ. art. 1186, Dig. Port, loc. cit. art. 891, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 574.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 96 § 23, Consolid. das Leis Civ. art. 1187.

entre si o preço, scientificando primeiro ao senhorio, a quem compete o direito de preferir tanto por tanto a qualquer outro adquirente<sup>1</sup>.

1214. Passados os seis mezes marcados para o encabeçamento ou venda, os bens ficarás devolutos ao senhorio, se elle os quizer<sup>2</sup>.

1213. Quando os bens não forão adquiridos na constancia do matrimonio, e já erão possuídos por um dos conjuges antes do casamento, o aforamento será encabeçado nesse conjuge que os possuía, ou em cada um de seus herdeiros<sup>3</sup>.

1216. Se o aforamento perpetuo tomado antes do casamento tiver sido concedido a um dos conjuges, ou a algum de seus antepassados, e para elle e para seus filhos e descendentes, sem no respectivo contracto se fazer menção de herdeiros ou successores, não terá lugar a partilha, nem mesmo por estimação; e taes bens pertencerás precipuamente ao conjuge que antes os tinha, ou á seus herdeiros<sup>4</sup>.

1217. As disposições antecedentes entendem-se a respeito dos conjuges casados pelo regimen da communhão; e quanto aos casados por contracto dotal guardar-se-ha o estipulado entre elles<sup>5</sup>.

## **CAPITULO X.**

### **Da locação.**

#### **§ 1.º — O que é locação.**

1218. *Locação* é o contracto, pelo qual uma pessoa concede a outra o uso de uma coisa *não fungivel*, ou se obriga a fazer algumas

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 1188.

<sup>2</sup> Ord. Liv. 4, Tit. 96 § 23, Consolid. das Leis Civ. art. 1189.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 24, Consolid. das Leis Civ. art. 1190.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 1191.

<sup>5</sup> Cit. Ord. do Liv. 4º Tit. 96 § 24, Consolid. das Leis Civ. art. 1192.

obras por certo preço, renda, ou aluguel<sup>1</sup>. Diz-se coisa *não fungivel*, porque se a coisa, cujo uso se concede é *fungivel*, o contracto degenera em *mutuo*<sup>2</sup>.

1219. A locação é um contracto *bilateral perfeito*, sempre *oneroso e consensual*. Póde ser *civil* ou *commercial*<sup>3</sup>.

1220. São prohibidas e nullas as locações de gados e animaes por determinado numero de annos, e por certa pensão annual, ainda que elles pereção; sejam quaes fôrem as condições de taes contractos<sup>4</sup>. Não se usa no Brasil, onde esses contractos são rarissimos<sup>5</sup>.

#### § 2.º — *Do arrendamento, e aluguel.*

1221. Chama-se *arrendamento* a locação, quando se concede o uso de bens immoveis, ou sejam rusticos, ou urbanos. Chama-se propriamente *aluguel* a locação de móveis e semoventes; ainda que algumas vezes se dá tambem este nome a locação de casas; e outra se toma restrictamente pelo preço, ou paga do arrendamento. A pessoa que concede o uso chama-se *locador*, vulgarmente *senhor*, ou *senhorio*; o que aceita, chama-se em geral *conductor*; o de predios frugiferos, propriamente *colono*, ou *caseiro* ou *seareiro*; o de casas inquilino<sup>6</sup>.

1222. A palavra *arrendar* é equivocada, porque tanto se applica ao locador, como ao conductor<sup>7</sup>.

1223. Pelo arrendamento, posto que seja de dez ou mais annos, não se transfere dominio algum para os arrendatarios<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 830.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 477.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 69, Consolid. das Leis Civ. art. 650.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 831.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 831.

<sup>8</sup> Alv. de 3 de Novembro de 1754, Lei de 4 de Julho de 1776, Consolid. das Leis Civ. art. 651.

1224. O arrendamento não se resolve pela morte de qualquer das partes contractantes, mas passa a seus herdeiros<sup>1</sup>. Nada portanto mais falso, do que o proverbio — *morte e casamento desfaz arrendamento* —, *mort et mariage rompent tout louage*<sup>2</sup>. Os herdeiros tem sempre obrigação de cumprir os contractos daquelles a quem succedem<sup>3</sup>.

1225. Não procede quanto ao locador, quando vitalicio o direito que elle tinha sobre a cousa arrendada, por exemplo, se era usufructuario della. Não procede quanto ao locatario, se o seu fallecimento tomou impossivel o destino especial para o qual a cousa foi arrendada, se tal destino foi declarado no contracto como clausula expressa ou virtual delle<sup>4</sup>.

1226. Não procede, porém, a regra geral do n. 1224 quanto ao locador e locatario, quando tiverem estipulado que o arrendamento se resolva pela morte de qualquer delles<sup>5</sup>.

1227. Por identidade de razão tambem não se resolve o arrendamento:

1 .º Pela fallencia do locador.

2º Pela fallenica do locatario, salvo se a locação foi feita com prohibição de ceder ou sublocar.

3.º Por incapacidade que sobrevenha ao locador, por exemplo, se ficar demente, se fôr julgado prodigo, se fôr mulher e tomar o estado conjugal.

4.º Por incapacidade que sobrevenha ao locatario, salvo tambem se a locação foi feita com prohibição de ceder ou sublocar.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 45 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 652.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 652.

<sup>3</sup> Ord do Liv. 4º Tit. 42 *in fine*, Consolid das Leis Civ., *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 652.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 652.

5.º Pela cessação da incapacidade do locador, ou do locatário, por exemplo, se fôr menor, e ficar maior ou emancipar-se; se fôr prodigo ou demente, e cessar o interdicto<sup>1</sup>.

1228. Não passa o arrendamento aos herdeiros, quando fôr de parceria, isto é, quando o arrendatário obrigou-se a cultivar o predio para partilhar os fructos delle<sup>2</sup>. O arrendatário em tal caso denomina-se colono parciário<sup>3</sup>.

1229. Exceptuasse o caso de ao tempo da morte de qualquer das partes estarem os trabalhos da cultura do predio tão adiantados que se deva esperar pela colheita<sup>4</sup>.

1230. O comprador da coisa alugada ou arrendada não é obrigado a respeitar a locação feita pelo vendedor, e póde despejar o locatário<sup>5</sup>.

1231. Nega-se este direito ao comprador da coisa alugada ou arrendada:

1.º Se no contracto de compra e venda obrigou-se a respeitar a locação<sup>6</sup>.

2.º Se depois do contracto consentio na conservação do locatário por qualquer modo<sup>7</sup>.

3.º Se a coisa arrendada foi geral ou especialmente hypothecada ao cumprimento da locação<sup>8</sup>. A respeito desta hypotheca veja-se o que dissemos no 3º membro do n. 991.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Ord. do Liv 4º Tit. 45 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 658.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 653.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 47 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 654.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Tit. 9 *in fine*, Consolid. das Leis Civ. art. 655.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 656 § 1º.

<sup>7</sup> Cit Ord. princ, Consolid. das Leis Civ. art. 656 § 2º.

<sup>8</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 655 § 3º.

4.º Se o locatario se offerecer a pagar ao comprador as perdas e interesses que lhes possam resultar da subsistência da locação<sup>1</sup>.

1232. O arrendatario de predios frugiferos fica desobrigado de pagar a renda annual, se os fructos se perderão completamente por caso insolito, como o de inundaçāo, incendio, sêcca, invasāo de inimigos, e outros semelhantes<sup>2</sup>. É o que se chama *encampaçāo*<sup>3</sup>.

1233. Se a perda dos fructos fôr parcial, o arrendatario ficará desobrigado de pagar a renda, se entregar ao locador a colheita salva, reservando para si a semente<sup>4</sup>.

1234. Mas se nos outros annos do arrendamento, antes ou depois do anno esteril, a producçāo foi extraordinariamente abundante, guardar-se-ha a disposiçāo do direito commum<sup>5</sup>; isto  , com os interesses do anno abundante se deve satisfazer a falta do anno esteril<sup>6</sup>.

1235. A perda dos fructos occasionada por acontecimentos ordinarios, ou por culpa, impericia ou negligencia do arrendatario, não o livra de pagar a renda estipulada<sup>7</sup>.

1236. Em quanto durar o tempo da locação, o locatario p de reter a coisa alugada ou arrendada, pagando o aluguel ou renda nos prazos convencionados<sup>8</sup>.

1237. Findo o tempo da locação, se o locatario não restituir a coisa alugada ou arrendada, será condemnado a restitui-la, e a pagar outro tanto do valor della<sup>9</sup>. Esta pena não está em uso entre nós. Pratica-

---

<sup>1</sup> Cit. Ord.   1 , Consolid. das Leis Civ. art 656   4 .

<sup>2</sup> Ord. Liv. 4  Tit 27 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 657.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art 657.

<sup>4</sup> Ord. cit   1 , Consolid. das Leis Civ. art. 658.

<sup>5</sup> cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art 659.

<sup>6</sup> L. 15   4 Dig. *loc. cond.*, L. 8 Cod. de tocat., Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 659.

<sup>7</sup> Cit. Ord.   2 , Consolid. das Leis Civ. art. 660.

<sup>8</sup> Cit. Ord. Tit. 54   2 , Consolid. das Leis Civ. art. 661.

<sup>9</sup> Ord. Liv. 4  Tit. 54 princ., Consolid. das Leis Civ. art 662.



se o disposto no art. 230 do Cod. Com., comminando o locador a renda que se lhe deve pagar por toda a demora<sup>1</sup>.

1238. Não é lícito ao locatário reter a coisa com o pretexto de domínio, e só pôde retê-la por despesas ou bemfeitorias necessárias ou uteis que tenha feito até que seja pago do valor dellas<sup>2</sup>.

1239. *Bemfeitorias necessárias* são aquellas sem as quaes a coisa não poderia ser conservada. *Bemfeitorias uteis* são as que, não sendo indispensaveis para conservação da coisa, são todavia de manifesto proveito para qualquer possuidor della<sup>3</sup>.

1240. O locatário não pôde reter a coisa alugada ou arrendada por *bemfeitorias voluptuarias*, que são as de mero luxo ou recreio, ou de exclusiva utilidade para quem as fez<sup>4</sup>.

1241. Ninguém pôde reter a casa alheia, ou nella habita, sem consentimento do proprietário, ainda qui se offereça a pagar aluguel<sup>5</sup>.

1242. Findo o tempo do contracto, o inquilino não pôde embaraçar o despejo com opposição suspensiva, salvo mostrando que fez bemfeitorias com expresso consentimento do senhorio, e provando-a incontinente<sup>6</sup>. Qual o meio de provar o expresso consentimento do locador para o inquilino fazer bemfeitorias? Domina a regra geral do Alv. de 30 de Outubro de 1793 consolidada no n. 146<sup>7</sup>.

1243. Provado esse consentimento o inquilino pôde reter a casa arrendada, mas não se segue que o senhorio tem obrigação de lhe

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 662.

<sup>2</sup> Ord. cit. §§ 1º e 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 663.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 663.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis *ibidem*.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Tit. 23 princ. Ass. 1º de 23 de Julho de 1811, e Consolid. das Leis Civ. art. 664.

<sup>6</sup> Ass. 1º de 23 de Julho de 1811, Consolid. das Leis Civ. art. 665.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 665.

pagar as bemfeitorias. Incumbe ao inquilino provar que o senhorio obrigou-se a paga-las<sup>1</sup>.

1244. Trinta dias antes de findar o contracto o locador deve intimar o inquilino para que despeje a casa, ou continue na locação, se lhe parecer<sup>2</sup>.

1245. Intimado o inquilino para continuar na locação se nada responder em tres dias, fica obrigado ao aluguel do anno seguinte<sup>3</sup>.

1246. Não tendo havido prévia intimação, está no arbitrio do inquilino deixar a casa, ou nella continuar, pagando o aluguel<sup>4</sup>.

1247. Essas intimações não se usão entre nós, e as casas são alugadas quasi sempre sem contracto escripto, e *ad libitum* dos inquilinos, exceptuados os arrendamentos das grandes propriedades<sup>5</sup>.

1248. Ainda antes de findar o tempo do contracto o inquilino póde ser despejado pelo locador nos casos seguintes:

1.º Se não pagar o aluguel nos prazos convencionados, ou do costume do lugar<sup>6</sup>.

2.º Se damnificar a casa, ou della usar para fins illicitos e deshonestos<sup>7</sup>. Se *damnificar a casa*: por exemplo, se por si ou por outrem nella estabelecer alguma officina insalubre, ou nella tiver animaes immundos ou damninhos. *Para fins illicitos e deshonestos*: — por exemplo, se por si ou por outrem usa della para casa de jogo ou de prostituição, ou para reuniões tumultuosas<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid, das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 23 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 666.

<sup>3</sup> Cit Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 667.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 2º, Consolid. das Leis Civ. art 668.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 668.

<sup>6</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 24 princ., Consolid. das Leis Civ. art. 669 § 1º.

<sup>7</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 669 § 2º.

<sup>8</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 2º do art. 669.

3.º Se a casa carece de obras e reparos incompatíveis com a conservação do inquilino, com tanto que acabados os reparos, o tempo do contracto seja preenchido<sup>1</sup>. Está claro que não correm os alugueis durante a interrupção<sup>2</sup>.

4.º Se por caso novo e imprevisto o proprietario precisar do predio para sua habitação, ou do seus filhos e irmãos<sup>3</sup>.

1249. Nestes casos de despejo não se admite opposição suspensiva do inquilino, ainda mesmo tendo feito bemfeitorias autorizadas pelo senhorio<sup>4</sup>.

1250. A acção de despejo de casas é summaria<sup>5</sup>; e pelo competente official de justiça será requerido o inquilino com declaração do motivo do despejo, e ulteriormente despejado se o não fizer voluntariamente<sup>6</sup>.

Ha muito tempo que esta disposição não se observa, e os Praxistas a entendem nos devidos termos. Entre nós a acção de despejo de casas é precedida de conciliação no juizo de paz, e depois, se a intenta no juizo contencioso, citando-se o inquilino para despejar em vinte e quatro horas, ou em outro termo. Deve-se logo exigir no começo da acção o conhecimento da respectiva decima urbana. Não se admite (praxe da Côrte) que o sublocador a proponha sem procuração do proprietario do predio<sup>7</sup>.

1251. Verificando-se depois que o despejo foi feito maliciosamente requerido, o inquilino tem direito de habitar na casa pelo

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. *ibidem*., Consolid. das Leis Civ. art. 669. § 3º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 3º do art. 669.

<sup>3</sup> cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 669. § 4º.

<sup>4</sup> Ass. 1º de 23 de Julho de 1811, Consolld. das Leis Civ. art, 670.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 30 § 3º *in fine*, Consolid. das Leis Civ. art. 671.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 24 § 1º, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 671.

tresdobro do tempo que lhe faltava para preencher o contracto, sem pagar aluguel<sup>1</sup>.

Desta disposição resulta que a simples allegação de algum dos quatro casos do n. 1248 basta para que o despejo seja deferido sem necessidade de prova antecipada. Se assim não fôra, a lei não imporia pena ao senhorio que obtem o despejo por falso pretexto. Na praxe actual é sempre difficil conseguir o despejo desde logo, quando o inquilino apresenta seu contracto de arrendamento<sup>2</sup>.

1252. A acção para a cobrança de alugueis é executiva<sup>3</sup>. Requer-se ao juiz mandado de penhora executiva, e a conciliação se faz posteriormente à diligencia; reputando-se este caso comprehendido no art. 5º da Disp. Prov. — o conhecimento da decima tambem é necessario juntar-se- nos termos do art. 14 do Decr. de 16 de Abril de 1842<sup>4</sup>.

1253. Estão sujeitos a essa penhora os móveis que na casa existirem, ainda que não sejam do inquilino<sup>5</sup>.

1254. Tendo sido a penhora injustamente feita, por estar o proprietario pago do aluguel ou de parte delle, incorrerá na pena de satisfazer ao inquilino em tresdobro o que lhe pediu de mais, continuando este a morar na casa o tempo necessario para tal satisfação<sup>6</sup>. Na nota 3 ao art. 675 da Consolid. das Leis Civ. o Sr. Dr. Teixeira de Freitas disse: "Nunca vi executar semelhante pena, que é desconhecida em nosso fôro." — e o Sr. Conselheiro Rebouças, na observação ao referido art. disse: "Dado e provado o caso da lei, guardadas as fórmulas estabelecidas, não é crível que juiz algum deixasse de julgar em sua conformidade." Respondendo a essa observação, o Sr. Dr Teixeira de Freitas na 2ª edição da mesma obra , disse: "Não digo o contrario; digo apenas que tal

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 24 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 672.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not ao art. 672.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 23 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 673.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 673.

<sup>5</sup> Ord. cit. *ibidem*, Alv. de 24 de Julho de 1793, Consolid. dos Leis Civ. art. 674.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 675.

sancção não é usada em nosso fôro, posto que a Ord. Liv. 4º Tit. 23 § 3º, seja frequentemente citada.”

1255. Os inquilinos podem conservar-se nos predios, por tanto tempo quanto baste para reembolso das decimas que pagarem e que pelos proprietarios não fôrão pagas nos prazos da lei<sup>1</sup>.

1256. Os Vereadores e Officiaes das Camaras Municipaes, os Administradores das Confrarias, Misericordias, Hospitaes, e outros Estabelecimentos da mesma natureza, não podem arrendar bens das Corporações em que servirem<sup>2</sup>.

1257. O arrendamento de bens adjudicados, e incorporados nos proprios da Fazenda não póde ser feito aos devedores de quem provierão, nem a seus parentes<sup>3</sup>.

1258. Os terrenos dos *proprios* dão-se de arrendamento, assim como os predios e edificios<sup>4</sup>; e por tempo não excedente de nove annos<sup>5</sup>; mas as terras devolutas não se dão de arrendamento por não serem comprehendidas nos proprios, embora sejam nacionaes<sup>6</sup>.

### § 3.º — *Da empreitada.*

1259. A empreitada ou encommenda de obras, pertence á *locação*, quando o dono dá os materiaes, e o empreiteiro unicamente a mão de obra; porquanto se o empreiteiro dá uma e outra cousa, o contracto é uma verdadeira venda<sup>7</sup>. No ultimo caso o risco da

---

<sup>1</sup> Regul. n. 152 de 16 de Abril de 1842, art. 12 § 14, Consolid. das Leis Civ. art. 676.

<sup>2</sup> Alv. de 6 de Dezembro de 1603, de 23 de Julho de 1766, Lei do 1º de Outubro de 1828 arts. 43 e 44, Consolid. das Leis Civ. art. 677.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 2º Tit. 53 § 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 678.

<sup>4</sup> Lei de 24 de Agosto de 1832 § 21, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 678.

<sup>5</sup> Decr. de 12 de Outubro de 1833 art. 3º, Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>6</sup> Avis. n. 43 de 16 de Março de 1847, Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850 art. 1º, Lei n. 628 de 17 de Setembro de 1851 art. 11 § 5º.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 853.

encommenda, ou empreitada, é por conta do mestre, ou empreiteiro até o acto da entrega, excepto havendo mora na parte do dono em aceita-la<sup>1</sup>.

1260. Quando o dono dá os materiaes, o risco destes é por sua conta, ou estejam já em obra, ou não; excepto se houve culpa ou mora da parte do empreiteiro, ou dos seus officiaes<sup>2</sup>.

1261. Neste caso, se a cousa pereceu, ainda que estivesse já em obra, o empreiteiro não tem o direito a pedir o seu trabalho, excepto, se já estava entregue, verificada por exame, medida ou outro modo por que se costuma verificar; se o dono estava era mora do a aceitar, se pereceu por vicio da materia<sup>3</sup>.

1262. O empreiteiro deve fazer a obra conforme o ajuste e apontamentos, ou planta, e em falta destes conforme as regras da sua arte<sup>4</sup>.

1263. É o empreiteiro responsavel pelos defeitos procedidos de ignorancia, ou culpa, ou seja propria, ou de seus officiaes, assim como pela mora<sup>5</sup>.

1264. Se para a obra se attendeu á aptidão especial do mestre, não póde este encarrega-la a outro; o que não estorva porém empregar officiaes, que trabalhem debaixo de sua direcção<sup>6</sup>.

1265. O empreiteiro de edificios é responsavel pelas deteriorações provenientes de defeito de construcção até dez annos depois da entrega<sup>7</sup>.

1266. O dono da encommenda ou obra, é obrigado a pagar o preço nos prazos ajustados, ou de costume, aliás no acto da aceitação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Coelh. da Roch, *ibidem*.

<sup>2</sup>Coelh. da Roch, *ibidem*.

<sup>3</sup>Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 852.

<sup>4</sup>Coelh. da roch. *ibidem*.

<sup>5</sup>Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup>Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup>Cod. Civ. Franc art. 1792, Lobão Acç. Summ. § 417. Coelh. da Roch. *ibidem*.



1267. Antes da aceitação póde o dono da encomenda fazer verificar por peritos, se ella está conforme ao ajuste<sup>2</sup>. Ainda antes de concluida, se tiver receios de defeito, póde requerer exame, e fazê-lo emendar por sentença<sup>3</sup>.

1268. Em regra o dono da obra póde a todo o tempo resilir do contracto indemnizando o empreiteiro do seu trabalho, perdas e interesses<sup>4</sup>.

1269. Quando a obra, ainda ajustada com um mestre, se paga a jornal, ou por braça, ou por medida sem tempo certo, tanto um como outro podem resilir o contracto, quando quizerem<sup>5</sup>.

1270. Este contracto acaba pela morte do empreiteiro; entretanto o dono, além da indemnisação da obra feita, deve tomar, e pagar aos herdeiros os materiaes já preparados, de que se possa aproveitar. Não acaba pela morte do dono da obra<sup>6</sup>.

1271. Os mestres, empreiteiros de obras, não tem direito de rescindir do contracto por lesão<sup>7</sup>.

1272. O Sr. Dr. Teixeira de Freitas na 1ª edição da Consolidação das Leis Civ., not. ao art. 696 tinha dito, que a Lei de 13 de Setembro de 1830 estava de nenhum vigor, depois da de 11 de Outubro de 1837; mas tendo o Sr. Conselheiro Rebouças nas suas Observações manifestado opinião contraria; o mesmo Sr. Dr. Teixeira de Freitas, na 2ª edição da dita obra, aceitou a opinião do Sr. Conselheiro Rebouças. E pois transcreverei aqui as disposições da dita lei.

---

<sup>1</sup> Cod. da Pruss. art. 932, Coelh. da Roch. loc cit. art. 853.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 853.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 13 § 8º, Coelh. da Roch. *ibidem*.

1273.O contracto por escripto, pelo qual um Brasileiro ou estrangeiro, dentro ou fóra do Imperio, se obriga a prestar serviços por tempo determinado nu por empreitada , havendo adiantamento em todo ou em parte da quantia contractada, será mantido pela fórmula seguinte<sup>1</sup>.

1274. O que estipulou para si os serviços: 1º, poderá transferir a outro este contracto, comtanto que não peore a condição do que se obrigou a presta-los, nem lhe seja negada essa transferencia no mesmo contracto; 2º, não poderá apartar-se do contracto enquanto a outra parte, obrigada aos serviços, compre a sua obrigação, sem que lhe pague os serviços prestados e mais a metade do preço contractado; 3º, será compellido pelo juiz de paz, depois de ouvido verbalmente, à satisfação dos jornaes, soldada ou preço, e a todas as outras condições do contracto, sendo preso, se em dous dias depois da condenação não fizer effectivamente o pagamento ou não prestar caução sufficiente<sup>2</sup>.

1275. O que se obrigou a prestar serviços só poderá negar-se à prestação delles em quanto a outra parte cumprir a sua obrigação, restituindo os recebimentos adiantados, descontado os serviços prestados, e pagando metade do que mais ganharia se cumprisse o contracto por inteiro<sup>3</sup>.

1276. Fóra deste caso, o juiz de paz constrangerá ao prestador dos serviços o cumprir o seu dever, castigando-o correccionalmente com prisão, e depois de tres correcções ineficazes, o condenará a trabalhar em prisão até indemnizar a outra parte<sup>4</sup>.

1277. O prestador de serviços que, evadindo-se ao cumprimento do contracto, se ausentar do lugar, será a elle reconduzido

---

<sup>1</sup> Lei de 13 de Setembro de 1830 art. 1º.

<sup>2</sup> Cit. Lei art. 2º.

<sup>3</sup> Cit. Lei art 3º.

<sup>4</sup> Lei de 13 de Setembro de 1837 art. 4º.



preso por deprecada do juiz de paz, provando-se na presença deste o contracto, e a infracção<sup>1</sup>.

1278. As deprecadas do juiz de paz, tanto neste caso como em qualquer outro, serão simples cartas que contenhão a rogativa e os motivos da prisão , sem outra formalidade mais do que a assignatura do juiz de paz e seu escrivão<sup>2</sup>.

1279. O contracto assim mantido não poderá celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com Africanos barbaros, á excepção daquelles que actualmente existem no Brasil<sup>3</sup>.

1280. Cumpre notar que, como disse o Sr. Dr. Teixeira de Freitas, na not. ao art. 696 da 1ª edição da Consolid. das Leis Civ. , o Regul. de 15 de Março de 1842 art. 1º descrevendo os casos de jurisdição civil dos juizes de paz, só menciona no § 4º a Lei de 1837.

#### § 4.º — *Dos officiaes e jornaleiros.*

1281. Os officiaes, trabalhadores e jornaleiros são obrigados a conformar-se no seu trabalho com as ordens, ou direcção que lhes dão; e por isso qualquer que seja o resultado da empresa, elles só são responsaveis pelo prejuizo resultando de não terem cumprido o que lhes foi mandado<sup>4</sup>.

1282. Ordinariamente no fim de cada dia acaba o seu contracto<sup>5</sup>; mas se o official, não obstante ganhar a jornal, fôr ajustado com declaração expressa de certo tempo, ou até a conclusão da obra, não póde ser despedido antes, excepto por incapacidade, ou falta de cumprimento de sua obrigação<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Lei art. 5º.

<sup>2</sup> Cit. Lei art. 6º.

<sup>3</sup> Cit. Lei art. 7º.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 854.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*

1283. Se a obra não continúa por accidente eventual, pódem as partes resilir, como nas empreitadas, recebendo o official a estimação do trabalho feito<sup>1</sup>.

1284. Se o dono da obra quer que o official volte, findo o impedimento, este é obrigado a isso; porém tem direito a pedir os seus jornaes do tempo entremedio abonando aquillo que ganhar, ou tinha occasião de ganhar nesse tempo<sup>2</sup>.

1285. Se a obra antes de concluida perece por acaso, o official tem direito a pedir a indemnisação proporcionada ao seu trabalho<sup>3</sup>; porém se a obra perece por culpa, ou vontade do dono, além da compensação deve pagar ao official os seus jornaes, até que elle tenha occasião de achar obra<sup>4</sup>.

#### § 5.º — *Dos criados.*

1286. Pertencem tambem á *locação de obras* o contracto pelo qual os criados se obrigão a prestar por tempo certo os seus serviços<sup>5</sup>.

1287. Por ser contracto, não pódem os menores assoldadar-se sem autoridade de seus pais, ou tutores, se os tem, nem as mulheres casadas sem a de seus maridos<sup>6</sup>.

1288. Este contracto póde ser expresso, ou tacito, quando uma pessoa que necessita de criados ou os costuma ter, aceita de outra, os serviços que por elle costumão ser feitos<sup>7</sup>.

1289. Na falta de convenção, entende-se ajustados por um anno, excepto se fôr outro o costume<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 854.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. loc cit. § 855.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 88 § 18, Liv. 3 § 1 D. *de locat, exbib.*; Coelh. da Roch. *ibidem*

<sup>7</sup> Gam. Dec. 216, Coelh. da Roch. *ibidem*.

Ninguém póde, porém, assoldadar-se por toda a vida<sup>2</sup>.

1290. Havendo contracto expresso entre os amos, e criados, guardar-se-ha o que tiver sido convencionado<sup>3</sup>. Não o havendo a soldada será regulada segundo o costume do lugar, tempo do serviço, e qualidade delle e do criado<sup>4</sup>.

1291. O amo póde descontar na soldada o valor do damno que o criado lhe causar<sup>5</sup>. Para ter porém acção contra o criado deve protestar pela sua indemnisação no acto da despedida<sup>6</sup>.

1292. O amo póde despedir o criado antes de findo o tempo do contracto, mas deve pagar-lhe a soldada por inteiro<sup>7</sup>.

1293. O criado que sem justa causa deixar a companhia do amo antes do prazo convencionado, será judicialmente compellido a acabar o tempo do serviço<sup>8</sup>.

1294. Não tendo em tal caso recebido a soldada, o amo ficará desonerado de paga-la: e tendo-a recebido, deve restitui-la e servir sem vencimento todo o tempo que faltava<sup>9</sup>.

1295. Se o criado fôr menor, e fugir por culpa do amo era razão de o maltratar, não será obrigado a servir o tempo convencionado, e terá direito á soldada vencida<sup>10</sup>.

1296. Se fugir por sua propria culpa, será compellido a cumprir o contracto, e a servir mais outro tanto tempo quanto o que

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 30 e 31, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Cod. Civ. franc art. 1780. Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Ord. do Liv 4º Tit. 29 princ., Consolid. das Leis Civ. art 680.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 681.

<sup>5</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 35 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 682.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 683.

<sup>7</sup> Cit. Ord. Tit. 34, Consolid. das Leis Civ. art. 685.

<sup>8</sup> Cit. Ord., Consolid. das Leis Civ. art. 686.

<sup>9</sup> Cit. Ord., Consolid. das Leis Civ. art. 687.

<sup>10</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 88 § 17, Consolid. das Leis Civ. art. 688.

andou fugido; não excedendo de seis mezes esta pena<sup>1</sup>. Mas o amo não tem obrigação de aceita-lo um mez depois de fugido, e só pagar-lhe-ha o tempo de serviço<sup>2</sup>.

1297. A acção de soldadas é summaria, e sua prova depende de escriptura publica quando a quantia exceder da taxa da lei<sup>3</sup>.

1298. Não excedendo a trinta mil réis a soldada que se demandar, basta para absolvição do amo seu juramento a respeito da paga, uma vez que em substancia deponhão alguns dos outros familiares que a virão fazer<sup>4</sup>.

1299. Tratando-se de quantia maior, basta a quitação particular do criado, por elle feita e assignada; e não sabendo escrever, assignada por alguém a seu rogo, e mais outra testemunha<sup>5</sup>.

1300. Tambem é prova sufficiente do pagamento da soldada a declaração do amo em verba testamentaria, se elle fôr das pessoas qualificadas designadas no n. 147 membros 5º e 6º <sup>6</sup>.

1301. O legado deixado pelo amo ao criado presume-se destinado ao pagamento da soldada, sendo que o testador não se tenha enunciado diversamente<sup>7</sup>.

#### § 6.º — *Dos aprendizes.*

1302. O contracto para aprender algum officio é uma convenção que póde ser feita por pessoa de maior idade, ou emancipada, ou por individuo de menor idade com autoridade de seu pai ou tutor, com

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 689.

<sup>2</sup> Ord. cit. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 690.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 30 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 691.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 33 princ, Alv. de 16 de Setembro de 1814, Consolid. das Leis Civ. art. 692.

<sup>5</sup> Cit. Ord. § 1º, Consolid. das Leis Civ. art 693.

<sup>6</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 33 § 2º, Consolid. das Leis Civ. art. 694.

<sup>7</sup> Cit. Ord. Tit. 31 § 11, Consolid. das Leis Civ. art. 695.

o mestre cujo officio se pretende aprender, para este o ensinar sob as condições que se ajustarem<sup>1</sup>.

1303. A Ord. do Liv. 1º Tit. 88 § 16 faz menção deste contracto só relativamente aos orphãos menores, exigindo que seja feito por escriptura publica; mas nada obsta que seja celebrado por pessoas maiores, e que então se faça por escriptura particular<sup>2</sup>.

1304. Este contracto regularmente se celebra com a condição do mestre ensinar o officio dentro de certo tempo, prestando-lhe o aprendiz os seus serviços, obedecendo e respeitando este o mestre, que será obrigado a alimenta-lo, e pagando-lhe tambem pelo ensino a quantia que se convencionar<sup>3</sup>.

1305. Os aprendizes de officios mecanicos são como criados do mestre<sup>4</sup>. O contracto é uma locação reciproca: o aprendiz loca os seus serviços ao mestre, este o ensina do seu officio<sup>5</sup>.

1306. O mestre póde exigir fiador, a quem possa demandar pelas perdas e interesses, caso o aprendiz fuja; e será conveniente que se taxe logo o quanto lhe deverá ser dado pelas perdas e interesses, por cada dia dos que faltarem para preencher o tempo do contracto. É costume antigo os aprendizes servirem os mestres, e além disso darem-lhe um tanto pelo ensino<sup>6</sup>.

1307. O mestre póde castigar o aprendiz, mas com *moderação*<sup>7</sup>; ainda que o castigue com palmatoria, mas *moderadamente*, não póde fugir, nem dizer que o mestre o maltrata<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Conselheiro Fiel do Povo, pag. 125.

<sup>2</sup> Conselheiro Fiel do Povo, *ibidem*.

<sup>3</sup> Conselheiro Fiel do Povo, pag. 125.

<sup>4</sup> Dig. Port. Tom. 2º art. 1276.

<sup>5</sup> Corr. Tell. Man. do Tabell. §67.

<sup>6</sup> Corr. Tell.loc. cit. *ibidem*.

<sup>7</sup> Com Tell. *ibidem*.

<sup>8</sup> Corr. Tell. *ibidem*.

1308. Póde sim fugir-lhe, se lhe não dér o alimento necessario, ou castigar mais severamente do que é razão, ou se o occupar em outro serviço, que o que taes aprendizes costumão fazer; e ainda sobre isso o póde demandar para que lhe pague o serviço que lhe fez<sup>1</sup>.

1309. Se o aprendiz deixar o mestre por doença, ou impossibilidade de continuar a aprender o officio, extingue-se a obrigação, que se suppõe contrahida *rebus sie extantibus*<sup>2</sup>.

§ 7.º — *Da locação de serviços de estrangeiros.*

1310. O contracto de locação de serviços, celebrados no Imperio, ou fóra delle para se verificar dentro delle, pelo qual algum estrangeiro se obrigar como locador só poderá provar-se por escripto<sup>3</sup>.

1311. Se o ajuste fôr tratado com interferencia de alguma sociedade de colonisação, reconhecida pelo governo no municipio da côrte, e pelos presidentes nas provincias, os titulos por ellas passados, e as certidões extrahidas dos seus livros terão fé publica para prova do contracto<sup>4</sup>.

1312. Sendo os estrangeiros menores de vinte e um annos, e não estando presentes seus pais, tutores ou curadores, com os quaes possa validamente contractar-se, serão feitos os contractos com assistencia de um curador, sob pena de nullidade<sup>5</sup>.

1313. Esse curador será igualmente ouvido em todas as duvidas e acções que dos mesmos contractos se originarem, quando algum menor fôr parte, tambem sob pena de nullidade<sup>6</sup>.

1314. Para este fim, em todos os municipios onde houverem sociedades de colonisação existirá um curador geral dos colonos,

---

<sup>1</sup> Corr. Tell. loc cit. § 68.

<sup>2</sup> Corr. Tell. Man. do Tabell. § 67.

<sup>3</sup> Lei cit. *ibidem*. Consolid. das Leis Civ. art. 696.

<sup>4</sup> Lei cit. *ibidem*. Consolid. das Leis Civ. art. 697.

<sup>5</sup> Cit. Lei art. 2º. Consolid. das Leis Civ. art. 698.

<sup>6</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837 art. 2º, Consolid. dos Leis Civ. art. 609.

nomeado pelo governo na côrte, e pelos presidentes nas provincias, sobre proposta das mesas de direcção das mesmas sociedades<sup>1</sup>. Nos outros municipios servirão os curadores geraes dos orphãos<sup>2</sup>.

1315. Nas faltas ou impedimento de uns e outros nomearão as sobreditas mesas de direcção para celebração dos contractos, e os juizes respectivos para as acções que se moverem, pessoas idoneas que os substituão<sup>3</sup>.

1316. Não apresentando os menores documento legal de sua idade, attender-se-ha na occasião do contracto á que elles declararem e parecer que tenham<sup>4</sup>.

1317. O documento legal apresentado posteriormente não annullará contracto, mas prevalecerá a idade declarada e estimada para o effeito sómente da validade do contracto<sup>5</sup>.

1318. É livre aos estrangeiros de maior idade ajustarem seus serviços pelos annos que lhes parecer<sup>6</sup>; mas os menores não poderão contractar-se por tempo que exceda á sua maioridade, excepto se fôr necessario que se obriguem por maior prazo<sup>7</sup>.

1319. Tal necessidade pôde dar-se, ou para indemnisação de despesas com elles feitas, ou se fôrem condemnados a servir por mais tempo em pena de terem faltado as estipulações do contracto<sup>8</sup>.

1320. Em todos os contractos de locação de serviços que se celebrarem com os mesmos menores, designar-se-ha a parte da soldada que devão receber para suas despesas; e esta nunca excederá de metade<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cit. Lei art 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 700.

<sup>2</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 701.

<sup>3</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 702.

<sup>4</sup> Cit. Lei art 4º. Consolid. das Leis Civ. art. 703.

<sup>5</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. Art. 704.

<sup>6</sup> Cit. Lei art. 5º. Consolid. das Leis Civ. art. 705.

<sup>7</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837 art. 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 706.

<sup>8</sup> Cit Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 707.

1321. A outra parte da soldada, depois de satisfeitas quaesquer quantias adiantadas pelo locatario, ficará em deposito na mão deste, se fôr pessoa notoriamente abonada<sup>2</sup>.

1322. Não sendo o locatario pessoa abonada, prestará fiança idonea por onde se obrigue á entrega, logo que o menor acabar o tempo do contracto, e houver sahido da menoridade<sup>3</sup>.

1323. Fóra destes casos, a parte livre da soldada será recolhida ao cofre dos orphãos do municipio respectivo<sup>4</sup>.

1324. Nos municipios onde houverem sociedades de colonisação reconhecidas pelo governo serão taes dinheiros guardados nos cofres das mesmas sociedades<sup>5</sup>.

1325. Os locatarios de serviços que sem justa causa despedir o locador antes de findar o tempo por que o tomou, pagar-lhe-ha todas as soldadas que este devêra ganhar, se não fosse despedido<sup>6</sup>.

1326. Será justa causa para a despedida:

1.º Doença do locador que o impossibilite de continuar na prestação dos serviços.

2.º Condemnação do locador à pena de prisão, ou qualquer outra que o impeça de prestar serviços.

3.º Embriaguez habitual do locador.

4.º Injuria feita pelo locador á seguridade, honra, ou fazenda do locatario, sua mulher, filhos ou pessoa de sua familia.

---

<sup>1</sup> Cit. Lei art. 6.º, Consolid. das Leis Civ. art. 708.

<sup>2</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 709.

<sup>3</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 710.

<sup>4</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 711.

<sup>5</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837 art. 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 712.

<sup>6</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 713.



5.º Se o locador tendo-se ajustado para serviço determinado, mostra ser imperito no desempenho de tal serviço<sup>1</sup>.

1327. Nos casos dos membros 1º e 2º do numero antecedente o locador despedido, logo que cesse de prestar o serviço, será obrigado a indemnizar o locatario da quantia que lhe dever<sup>2</sup>.

1328. Nos outros casos pagar-lhe-ha tudo quanto dever, e se não pagar logo será immediatamente preso, e condemnado a trabalhar nas obras publicas por todo o tempo necessario para satisfação, tanto da divida, como das custas do processo; applicando-se a esse fim o producto liquido dos jornaes<sup>3</sup>.

1329. Não havendo obras publicas em que possa trabalhar por jornal, será condemnado á prisão com trabalho por todo o tempo que faltar para o complemento do contracto; não podendo todavia a condemnação exceder de dons annos<sup>4</sup>.

1330. O locador que sem justa causa se despedir, ou ausentar antes do tempo do contracto, será preso onde quer que fôr achado<sup>5</sup>.

1331. Não será solto o locador, em quanto não pagar em dobro tudo quanto dever ao locatario, em dobro, com abatimento das soldadas vencidas<sup>6</sup>. Se não tiver com que pagar, servirá ao locatario de graça todo o tempo que faltar para complemento do contracto<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Lei art. 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 714.

<sup>2</sup> Cit Lei art. 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 715.

<sup>3</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837. art. 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 716.

<sup>4</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 717.

<sup>5</sup> Cit. Lei art. 9º, Consolid. das Leis Civ. art. 718.

<sup>6</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 719.

<sup>7</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 720.

1332. Se tornar a ausentar-se, será preso e condemnado na conformidade dos numeros antecedentes<sup>1</sup>.

1333. Será justa causa para rescisão do contracto por parte do locador:

1.º Faltando o locatario ao cumprimento das condições estipuladas no contracto.

2.º Se o locatario fizer algum ferimento na pessoa do locador, ou injuria-lo na honra de soa mulher, filhos ou pessoas de sua familia.

3.º Exigindo o locatario do locador serviços não comprehendidos do contracto<sup>2</sup>.

1334. Rescindindo-se o contracto por alguma das sobreditas causas, o locador não será obrigado a pagar ao locatario qualquer quantia de que lhe seja devedor<sup>3</sup>.

1335. O locatario, findo o tempo do contracto, ou quando este se rescinda por justa causa, é obrigado a dar ao locador um attestado de que está quite do seu serviço<sup>4</sup>. Se o locatario recusar passar o attestado, será compellido a fazê-lo pelo juiz de paz do districto<sup>5</sup>.

1336. A falta deste titulo será razão sufficiente para presumir-se que o locador ausentou-se indevidamente<sup>6</sup>.

1337. Toda a pessoa que admittir, ou consentir em sua casa, fazendas ou estabelecimentos, algum estrangeiro obrigado a outrem por

---

<sup>1</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 721.

<sup>2</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837 art. 10, Consolid. das Leis Civ. art. 722.

<sup>3</sup> Cit. Lei art. 11, Consolid. das Leis Civ. art. 724.

<sup>4</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 726.

<sup>5</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 723.

<sup>6</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 726.

contracto de locação de serviços, pagará ao locatario o dobro do que o locador lhe dever<sup>1</sup>.

1338. Outrosim, não será admittido a allegar qualquer defesa em juizo, sem depositar a quantia a que fica obrigado, competindo-lhe o direito de havê-la do locador<sup>2</sup>.

1339. Se alguém alliciar para si, directamente ou por interposta pessoa, algum estrangeiro obrigado a outrem por contracto de locação de serviços, pagará ao locatario o dobro do que o locador lhe dever, com todas as despesas e custas a que tiver dado causa<sup>3</sup>.

1340. Do mesmo modo esse alliciador não será admittido em juizo a allegar soa defesa, sem que faça prévio deposito<sup>4</sup>.

1341. Se não depositar, e não tiver bens, será logo preso e condemnado á trabalhar nas obras publicas por todo o tempo necessario para satisfação do locatario<sup>5</sup>.

1342. Não havendo obras publicas em que possa ser empregado a jornal, será condemnado á prisão com trabalho por dous mezes á um anno<sup>6</sup>.

1343. Os que alliciarem para outrem, serão condemnados á prisão com trabalho por todo o tempo que faltar para cumprimento do contracto do alliciado, comtanto, porém, que a condenação nunca seja de menos de seis mezes, nem exceda de dous annos<sup>7</sup>.

1344. O conhecimento de todas as acções derivadas de contractos de locação de serviços celebrados na conformidade do

---

<sup>1</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837, art. 12, Consolid. das Leis Civ. art. 727.

<sup>2</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 728.

<sup>3</sup> Cit. Lei art. 13, Consolid. das Leis Civ. art. 729.

<sup>4</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 730.

<sup>5</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 731.

<sup>6</sup> Cit. Lei *ibidem*. Consolid. das Leis Civ. art. 732

<sup>7</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837 art. 13, Consolid. das Leis Civ. art. 733.

presente paragrapho, será da privativa competencia dos juizes do fôro do locatario<sup>1</sup>.

1345. Estas acções se decidirão summariamente em audiencia geral, ou particular para o caso; sem outra fórmula regular de processo, que não seja a indispensavelmente necessaria para as partes allegarem e provarem em termo breve o seu direito<sup>2</sup>.

1346. Os juizes de paz podem admittir a decisão por arbitros na sua presença, quando alguma das partes a requerer, ou elles a julgarem necessaria por não serem liquidas as provas<sup>3</sup>.

1347. Das sentenças dos juizes de paz haverá unicamente recurso de appellação para o respectivo juiz de direito<sup>4</sup>. A lei não declara o termo em que se póde appellar. A opinião mais seguida é que esse termo é de oito dias *ad instar* das appellações criminaes<sup>5</sup>.

1348. Onde houver mais de um juiz de direito o recurso será para o da primeira vara, e na falta deste para o da segunda, e successivamente para os que se seguirem<sup>6</sup>.

1349. O recurso de revista só terá lugar naquelles casos em que os réos fôrem condemnados a trabalhar nas obras publicas para indemnisação dos locatarios, ou á prisão com trabalho<sup>7</sup>.

1350. Nenhuma acção derivada de locação de serviços será admittida em juizo, se não fôr logo acompanhada do titulo do contracto<sup>8</sup>.

1351. Se fôr de petição de soldadas, o locatario não será ouvido sem que tenha depositado a quantia pedida; mas esta não será

---

<sup>1</sup> Cit. Lei art 14, Consolid. das Leis Civ. art. 734.

<sup>2</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 735.

<sup>3</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 736.

<sup>4</sup> Cit. Lei art. 15, Consolid. das Leis Civ. art. 737.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 737.

<sup>6</sup> Lei de 11 de Outubro de 1837 art 15, Consolid. das Leis Civ. art. 738.

<sup>7</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 739.

<sup>8</sup> Cit Lei art 16, Consolid. das Leis Civ. art. 740.

entregue ao locador, ainda mesmo que preste fiança, senão depois de sentença passada em julgado<sup>1</sup>.

§ 8.º — *Da locação mercantil.*

1352. A *locação mercantil* é o contracto pelo qual uma das partes se obriga a dar à outra, por determinado tempo e preço certo, ou uso de alguma cousa, ou do seu trabalho. O que dá a cousa ou presta serviço chama-se *locador*, e o que a toma ou aceita o serviço, *locatario*<sup>2</sup>.

1353. Para que a locação seja mercantil não é preciso que a obrigação derive do contracto com character mercantil, como em todos os contractos commerciaes em que essa condição é essencialmente exigida pelo Codigo. O art. 226 não requer: por elle, e pelo que dispõe o art. 49 § 3º do Tit. unico, só não são mercantis as locações de predios rusticos ou urbanos<sup>3</sup>.

1354. O locador é obrigado a entregar ao locatario a cousa alugada, no tempo e na fôrma do contracto; pena de responder pelos danos provenientes da não entrega. A presente disposição é applicavel ao empreiteiro que deixar de entregar a empreitada concluída no tempo e na fôrma ajustada<sup>4</sup>.

1355. Durante o tempo do contracto não é licito ao locador retirar a cousa alugada do poder do locatario, ainda que diga ser para seu uso; nem a este fazer entrega della ao locador, antes de findo o tempo convencionado; salvo pagando por inteiro o aluguel ajustado<sup>5</sup>.

1356. O locador não é obrigado a indemnisar o damno que a cousa alugada soffrer por caso fortuito; salvo se por alguma fôrma puder attribuir-se á culpa sua, como, por exemplo, se tiver empregado a cousa

---

<sup>1</sup> Cit. Lei *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art 741.

<sup>2</sup> Cod. Com. art 226.

<sup>3</sup> Decisão do Trib, do Com. da côrte, citada pelo Sr. Dr. Araujo Costa.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 227.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 228.

alugada em outro destino ou lugar que não seja o designado no contracto, ou por um modo mais violento e excessivo que o regularmente praticado<sup>1</sup>.

1357. O locatario é obrigado a entregar ao locador a coisa alugada, findo o tempo da locação: se recusar fazer a entrega, sendo requerido, pagará ao locador o aluguel que este arbitrar por toda a demora, e responderá por qualquer damnificação que a coisa alugada soffrer, ainda mesmo que proceda de força maior ou caso fortuito<sup>2</sup>.

1358. Nos ajustes de locação de serviços<sup>3</sup>, se o locador, official ou artifice, se encarregar de fornecer a materia e o trabalho, perecendo a obra antes da entrega, não terá direito a paga alguma; salvo se depois de prompta o locatario fôr negligente em a receber<sup>4</sup>.

1359. Se o empreiteiro contribuir só com o seu trabalho ou industria, perecendo os materiaes sem culpa sua, perecem por conta do dono, e o empreiteiro não tem direito a salario algum; salvo se, estando a obra concluída, o locatario fôr omisso em a receber, ou a coisa tiver perecido por vicio proprio de sua natureza<sup>5</sup>.

1360. Quando o empreiteiro se encarregar de uma obra por um plano designado no contracto, póde requerer novo ajuste, se o locatario alterar o plano antes ou depois da obra começada<sup>6</sup>.

1361. Concluida a obra na fórma do ajuste, ou, não o havendo, na fórma do costume geral, o que a encommendou é obrigado a recebê-la: se, porém, a obra não estiver na fórma do contracto, plano dado ou costume geral, poderá engeita-la, ou exigir que se faça abatimento no preço<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 229.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 230.

<sup>3</sup> A locação de serviços com estrangeiros é regulada pela Lei de 11 de Outubro de 1837.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 231.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 232.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 233.

<sup>7</sup> Cod. Com. art. 234.

1362.O operario que, por impericia ou erro do seu officio, inutilisa alguma obra para que tiver recebido os materiaes, é obrigado a pagar o valor destes, ficando com a obra inutilizada<sup>1</sup>.

1363. O que der a fabricar alguma obra de empreitada poderá a seu arbitrio resilir do contracto, posto que a obra esteja começada a executar, indemnizando o empreiteiro de todas as despesas e trabalhos, e de tudo o que poderia ganhar na mesma obra<sup>2</sup>.

1364. Se a obra encommendada tiver sido ajustada por medida ou numeros, sem se fixar a quantidade certa de medida ou numeros, tanto o que fez a encommenda como o empreiteiro podem dar por acabado o contracto quando lhes convier, pagando o locatario a obra feita<sup>3</sup>.

1365. O empreiteiro é responsavel pelos factos dos operarios que empregar, com acção regressiva contra os mesmos<sup>4</sup>.

1365. Os operarios, no caso de não serem pagos pelo empreiteiro, têm acção para embargar, na mão do dono da obra, se ainda não tiver pago, quantia que baste para pagamento dos jornaes devidos<sup>5</sup>.

1367. A morte do empreiteiro dissolve o contracto de locação de obra. O locatario, quando a materia tiver sido fornecida pelo empreiteiro, é obrigado a pagar a seus herdeiros ou successores, á proporção do preço estipulado na convenção, o valor da obra feita e dos materiaes aparelhados<sup>6</sup>.

1368. Os mestres e administradores, ou directores de fabricas ou qualquer outro estabelecimento mercantil, não podem despedir-se antes de findar o tempo do contracto, salvo nos casos previstos no art. 83 do Codigo Commercial; pena de responderem por damnos aos

---

<sup>1</sup> Cit Cod. art. 235.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 236.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 237.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 238.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 239.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 240.

preponentes; e estes, despedindo-os fóra dos casos especificados no art. 84 do mesmo Codigo, serão obrigados a pagar-lhes o salario ajustado por todo o tempo que faltar para a duração do contracto<sup>1</sup>.

1369. Os mesmos mestres, administradores ou directores, no caso de morte do preponente, são obrigados a continuar na sua gerencia pelo tempo do contracto, e, na falta deste, até que os herdeiros ou successores do fallecido possam opportunamente providenciar<sup>2</sup>.

1370. Todo o mestre, administrador ou director de qualquer estabelecimento mercantil é responsavel pelos damnos que occasionar ao proprietario por omissão culpavel, impericia ou malversação, e pelas faltas e omissões dos empregados que servirem debaixo das suas ordens, provando-se que foi omisso em os prevenir<sup>3</sup>.

1371. O commerciante empresario de fabrica, seus administradores, directores e mestres, que por si ou por interposta pessoa alliciarem empregados, artifices ou operarios de outras fabricas que se acharem contractados por escripto, será multado no valor do jornal dos alliciados, de tres mezes a um anno, a beneficio da outra fabrica<sup>4</sup>.

1372. Todas as questões que resultarem de contractos de locação mercantil serão decididas em juizo arbitral<sup>5</sup>.

1373. O que fica dito no Cap. VI Secç. I, tem lugar a respeito dos mestres, administradores ou directores de fabricas, na parte em que fôr applicavel<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 241.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 242.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 243.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 244.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 245. Foi revogado o juizo arbitral necessario pelo Decr. de 26 de Junho de 1867.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 246.



1374. As questões derivadas de locação compreendidas no presente paragrapho, são julgadas commercialmente, com excepção sómente das que fôrem relativas a locação de predios rusticos ou urbanos<sup>1</sup>.

## **CAPITULO XI.**

### **Das sociedades.**

#### *SECÇÃO PRELIMINAR.*

#### *OBSERVAÇÕES.*

##### *§ 1.º — Definições e essenciaes da sociedade.*

1375. A *sociedade* é o contracto, pelo qual duas ou mais pessoas se obrigão a pôr em commum seus bens, ou industria, em todo ou em parte, com o fim de um lucro honesto<sup>2</sup>.

1376. Para se dar sociedade, é necessario convenção expressa: na falta desta presume-se antes comunicação fortuita de propriedade<sup>3</sup>.

1377. Não se póde dar sociedade para fins, ou sobre cousas ilícitas e reprovadas<sup>4</sup>.

1378. É ilícita a sociedade que tem por fim monopolisar os generos de primeira necessidade, ou qualquer ramo de commercio<sup>5</sup>.

1379. As partes podem arbitrariamente convencionar as clausulas e termos deste contracto<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Tit. un. da Adm. da Just. art. 19 n. 3, e Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 20 § 3º.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44 princ , Cod. Civ. Franc art. 1832, Dig. Port. Tom. 3º art. 1053, Consolid. das Leis Civ. art. 742.

<sup>3</sup> L. 31, 32 e 33 D. pro socio, Cod. da Prus. Part. 1ª Tit. 17 art. 171, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 861.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 744.

<sup>5</sup> Decr. de 19 de Dezembro de 1860.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 861.

1380. O contracto de sociedade, qualquer que seja o seu fim, é um contracto *bilateral perfeito, oneroso e consensual*<sup>1</sup>.

1381. A sociedade póde ser contractada por *tempo determinado*, ou *indeterminado*<sup>2</sup>. É de *tempo determinado*, quando sua duração fôr subordinada ao vencimento de um prazo, ou ao cumprimento de uma condição, embora neste ultimo caso não se possa prevêr a época em que a condição se cumprirá<sup>3</sup>.

1382. Em todos os outros casos a sociedade é de *tempo indeterminado*, e por tal se reputa a *sociedade perpetua*, isto é, contractada para durar em quanto viverem os socios<sup>4</sup>.

### § 2.º — Sua classificação.

1383. Podem ser objecto de sociedade os bens, ou industria e trabalho dos associados, ou uma ou outra coisa juntamente; e todos ou em parte<sup>5</sup>.

1384. D'aqui nasce a divisão de sociedade em: 1º, *universal*, que é a de todos os bens presentes e futuros, e por conseguinte a dos adquiridos posteriormente ao contracto<sup>6</sup>; 2º, *universal de lucros*, na qual se comprehendem sómente os ganhos, que os socios adquirirem pela sua industria, assim como os rendimentos de seus bens anteriores, mesmo dos de raiz<sup>7</sup>; 3º, *particular*, aquella que tem por fim um objecto determinado, como o exercicio de qualquer profissão, uma negociação ou empresa<sup>8</sup>. As sociedades universaes são hoje raras<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 742.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 743.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 743.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch, Dir. Civ. § 862.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44 § 1º, Coelh. da Roch. Dir, Civ. § 862, Consolid. das Leis Civ. arts. 745 e 746.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 862.

<sup>8</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>9</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 746.

1385. Quando a sociedade não fôr de todos os bens, mas de parte delles, ou tiver por fim negocio determinado, sómente communica-se entre os socios o que cada um adquirir por seu trabalho ou industria na empresa social<sup>1</sup>.

1386. A sociedade universal é sempre *civil*, porque as sociedades commerciaes são sempre particulares, como resulta do Cod. Com. art. 302 n. 4 determinando que o contracto social designe a quota cora que cada um dos socios entra para o capital<sup>2</sup>.

1387. Em que casos as sociedades particulares se devem reputar *civis* ou *commercias*? Não se pense que as sociedades reguladas no Cod. do Com. são sempre *commercias*, porque tambem podem ser *civis*, como se deixa ver do Decr. n. 2711 de 19 de Dezembro de 1860, ao menos quanto às sociedades anonymas<sup>3</sup>.

1388. As especies de sociedade reguladas pelo Cod. do Com. são modalidades do contracto de sociedade, exprimem diversos modos de existencia das sociedades. O que distingue a sociedade civil da commercial é unicamente seu fim, definitivo<sup>4</sup>.

1389. As sociedades civís tambem podem ser em *nome colectivo*, em *commandita*, em *conta de participação*, de *capital e industria*. Por outro lado a sociedade commercial póde não ser de alguma dessas especies, posto que, não o sendo, seja necessariamente uma sociedade *collectiva*, e com responsabilidade solidaria de todos os socios para cora terceiros<sup>5</sup>.

1390. *Sociedade collectiva* quer dizer aquella em que compete a todos os socios, e por todos reputa-se exercido o poder de

---

<sup>1</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 44 § 2.º, Consolid. das Leis Civ. art. 747.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 746.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 745.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

administração, a não constar que para exercê-lo nomearão um ou mais mandatarios, socios ou não socios<sup>1</sup>.

### *SECÇÃO I.*

#### *DÁS SOCIEDADES CIVIS.*

##### *§ 1.º — Sua forma.*

1391. A nossa legislação civil é omissa sobre a forma e prova dos contractos de sociedades civis, exceptuadas as anonymas reguladas hoje pelo Decr. n. 2711 de 19 de Dezembro de 1860<sup>2</sup>.

1392. Será essencial a forma escripta, como exige o art. 300 do Cod. do Com. para as sociedades commerciaes, exceptuada a sociedade em conta de participação? Entendo que a forma escripta é essencial sempre que as sociedades civis fôrem das mesmas especies para as quaes o Cod. do Com. a exige; não assim quando não fôrem dessas especies, quando não tiverem firma social, casos em que domina a regra geral do Alv. de 30 de Outubro de 1793, consolidada no n. 146<sup>3</sup>.

1393. Deveráõ, porém, os contractos de sociedades civis ser registrados, quando ellas fôrem das especies que o Cod. do Com. manda registrar? A razão é a mesma, porém não é possível registrar nos Tribunaes do Commercio contractos de sociedades civis<sup>4</sup>.

##### *§ 2.º — Direitos e obrigações dos socios.*

1394. Os socios devem entrar para o fundo social, com as quotas e contingentes a que se obrigarem<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 747.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 747.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>5</sup> Decr. n. 2711 de 19 de Dezembro de 1860 art. 44.

1395. Porque os socios são devedores á sociedade do que promettêrão: 1º, se entrão com a propriedade de cousas não fungiveis, esta fica desde o tempo fixado pertencendo à sociedade, como capital commum, e por isso mesmo corre todo o risco por conta da mesma<sup>1</sup>; 2º, porém se entrarão sómente com o aso de uma cousa, a propriedade, e portanto o risco, fica sendo do socio: excepto se consta de dinheiro, ou cousas fungiveis, ou taes que se deterioreem, mesmo guardando-as; se ainda sendo não fungíveis, são destinadas na sociedade para serem vendidas, ou entrarem em estimação; porque em taes casos a sociedade póde dispôr dellas, tendo o socio direito unicamente a pedir a sua estimação na dissolução do contracto<sup>2</sup>.

1396. Quando a administração não foi determinada póde o socio servir-se dos bens da sociedade, cora tanto que os empregue no seu uso ordinario, não prejudique a sociedade, nem estorve o uso dos outros socios<sup>3</sup>. Mas não póde aliena-los, nem vendê-los, excepto sendo administrador, se elles são destinados para esse fim<sup>4</sup>.

1397. Não póde admittir socios por autoridade propria, ainda que possa dar a outrem quinhão em sua parte<sup>5</sup>.

1398. Tem obrigação de zelar com especial boa fé os interesses da sociedade, e a conservação dos fundos sociaes, e portanto se receber uma divida de um devedor, que o era da sociedade, e juntamente d'elle proprio, deve desconta-la em proporção em ambos os creditos, sem que lhe aproveite a declaração de ter recebido só á conta da sua: se declarou, que recebia tudo por conta da sociedade, nada póde abonar no credito proprio<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Civ. Franc. art. 1843, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 864.

<sup>2</sup> Cod. Civ. Franc art. 1851, Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 864.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 1859, Coelho da Roch. loc. cit. § 865.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 1860, Coelh. da Rocha *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> Cod. cit. art. 1848, Coelh. da Roch. *ibidem*.

1399. Lucros illicitos, adquiridos por um dos socios, não se communicão com os outros socios<sup>1</sup>. Se tendo havido communicão de lucros, cada um dos socios fica obrigado á restituir o que delles recebeu, se o socio delinquente fôr condemnado a restituir<sup>2</sup>.

1400. Os socios que receberem lucros illicitos, tendo sciencia do crime, serão considerados cúmplices e incorrerão nas penas da lei<sup>3</sup>. Em tal caso cada um dos socios fica solidariamente obrigado á satisfação do damno causado<sup>4</sup>.

1401. São por conta da sociedade todas as despesas que se fizerem em beneficio della<sup>5</sup>.

1402. As despesas particulares dos socios serão por conta daquelle que as fizer, ainda que occasionadas por algum acontecimento em serviço da sociedade<sup>6</sup>.

1403. Os socios têm direito á indemnisação das perdas e danos que soffrerem em seus bens por motivo dos negocios sociaes<sup>7</sup>.

1404. Ainda que a sociedade já esteja dissolvida não cessa sua responsabilidade para com terceiros pelas dividas contrahidas por ella<sup>8</sup>.

1405. As disposições do Cod. do Com. sobre credores da sociedade em concurso com os credores particulares de cada um dos socios, são inteiramente applicaveis ás sociedades civis. Ha, porém, esta differença, quando as sociedades civis não são em nome colectivo, ou os socios não estipularão responsabilidade solidaria para com terceiros. Cada um dos socios só fica obrigado por sua *parte civil*, e não pelo pagamento

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 748.

<sup>2</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 749.

<sup>3</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 750.

<sup>4</sup> Cod. Crim. art. 27, Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 750.

<sup>5</sup> Cit. Ord. § 11, Consolid. das Leis Civ. art. 751.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 752.

<sup>7</sup> Ord. cit. § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 753.

<sup>8</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44, § 10 Consolid. das Leis Civ. art. 754.

de toda a divida. Isto quer dizer que o pagamento de cada uma das dividas deve-se pelos socios em partes iguaes — *pro numero virorum*<sup>1</sup>.

1406. A partilha dos lucros e perdas será feita pelo modo estipulado no contracto<sup>2</sup>. Se não houve estipulação sobre o modo da partilha, entender-se-ha que todos os socios devem ter partes iguaes<sup>3</sup>.

1407. É illicito e reprovado o pacto de que todo o lucro pertencerá a um dos socios, sem participação de perda<sup>4</sup>.

### § 3.º — *Da dissolução.*

1408. A sociedade dissolve-se:

1.º Pela morte de qualquer dos socios<sup>5</sup>.

2.º Pela renuncia de um delles, quando a sociedade fôr de tempo indeterminado<sup>6</sup>.

1409. A sociedade não se dissolve pelo fallecimento da mulher de qualquer dos socios, ainda que os herdeiros sejam menores: continua com o viuvo, ficando reservado para sobrepartilha do casal o que vier a receber da partilha social em tempo proprio. A incapacidade civil que sobrevem a qualquer dos socios por alienação mental, e declaração judicial de fallencia, está no mesmo caso do fallecimento, e dissolve a sociedade. Não está, porém, no mesmo caso a incapacidade civil superveniente pelo facto do casamento da mulher socia, e esta passa a ser representada por seu marido<sup>7</sup>.

1410. Posto que a sociedade se dissolva pela morte de qualquer dos socios, são validos e obrigatorios para os herdeiros do socio fallecido, e

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 754.

<sup>2</sup> Cit Ord. § 9. Consolid. das Leis Civ. art. 755.

<sup>3</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 756.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 757.

<sup>5</sup> Ord. cit. pr. e § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 758 § 1º.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44 § 5º, Consolid. das Leis Civ. art. 758 § 2º.

<sup>7</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 758 § 1º.

para os outros, os actos e contractos sociaes que se tenham feito antes da noticia da morte, ainda que o resultado delles não seja vantajoso<sup>1</sup>.

1411. Não obstante a renuncia, o socio não ficará desobrigado, se a fez de má fé para aproveitar a época do lucro<sup>2</sup>.

1412. Tambem não é admissivel a renuncia, quando fôr intempestiva em prejuizo da sociedade<sup>3</sup>.

1413. Em qualquer destes casos de renuncia, o socio renunciante deve indemnizar os prejuizos a que der causa, e partilhará com os outros socios os lucros que tiver, ou a sociedade pudera ter, se elle não se despedisse<sup>4</sup>.

1414. A sociedade por tempo determinado não se póde renunciar, salvo se para isso houver justa causa<sup>5</sup>.

1415. São justas causas para a renuncia:

1.º A falta de cumprimento das estipulações sociaes<sup>6</sup>.

2.º A má índole ou condição desabrida de qualquer dos socios<sup>7</sup>.

3.º O arresto ou perda da cousa que era objecto da sociedade<sup>8</sup>.

4.º A ausencia por motivo de serviço publico<sup>9</sup>.

1416. Reputa-se não escripta a clausula de que a sociedade continuará com os herdeiros do socio fallecido<sup>10</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 759.

<sup>2</sup> Cit. Ord. § 6º, Consolid. das Leis Civ. art. 759.

<sup>3</sup> Cit. Ord. § 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 760.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4ª Tit. 44 §7º, Consolid. das Leis Civ. art. 761.

<sup>5</sup> Cit. Ord. § 8º, Consolid. das Leis Civ. art. 762.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 763 § 1º.

<sup>7</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 763 § 2º.

<sup>8</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 763 § 3º.

<sup>9</sup> Cit. Ord. princ, Consolid. das Leis Civ. art. 763 § 4º.

<sup>10</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 764.



1417. Esta clausula só é permitida, e terá effeito, quando a sociedade versar sobre arrematação de rendas publicas<sup>1</sup>.

1418. Póde-se, porém, convencionar, que no caso de morte de algum dos socios a sociedade continue entre os socios sobreviventes<sup>2</sup>.

## *SECÇÃO II.*

### *DAS COMPANHIAS E SOCIEDADES COMMERCIAES.*

#### *§ 1.º — Observações geraes.*

1419. É da essencia das companhias e sociedades commerciaes que o objecto e fim a que se propõe seja licito, e que cada um dos socios contribua para seu capital com alguma quota, ou esta consista em dinheiro ou em effeitos e qualquer sorte de bens, ou em trabalho e industria<sup>3</sup>.

1420. É nulla a sociedade ou companhia em que se estipular que a totalidade dos lucros pertença a um só dos associados, ou em que algum seja excluido, e a que desonerar de toda a contribuição nas perdas as sommas ou effeitos entrados por um ou mais socios para o fundo social<sup>4</sup>.

1421. Os socios devem entrar para o fundo social com as quotas e contingentes a que se obrigarem, nos prazos e pela fórmula que se estipular no contracto. O que deixar de o fazer, responderá à sociedade ou companhia pelo damno emergente da mora, se o contingente não consistir em dinheiro; consistindo em dinheiro, pagará por indemnisação o juro legal sómente. Em um e outro caso, porém, poderão os outros socios preferir a indemnisação pela móra á rescisão da sociedade a respeito do sócio remisso<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 765.

<sup>2</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 44 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 766.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 287.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 288.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 289.

1422. Em nenhuma associação mercantil se póde recusar aos socios o exame de todos os livros, documentos, escripturas e correspondencia, e do estado da caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer, salvo tendo-se estabelecido no contracto, ou outro qualquer titulo da instituição da companhia ou sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar<sup>1</sup>.

1423. As leis particulares do commercio, a convenção das partes sempre que lhe não fôr contraria, e os usos commerciaes regulão toda a sorte de associação mercantil; não podendo recorrer-se ao direito civil para a decisão de qualquer duvida que se offereça, senão em falta de lei ou uso commercial<sup>2</sup>.

1424. O credor particular de um socio só póde executar os bens liquidos que o devedor possuir na companhia ou sociedade, não tendo este outros bens desembargados, ou se, depois de executados, os que tiver não fôrem suficientes para o pagamento<sup>3</sup>.

1425. Quando uma mesma pessoa é membro de diversas companhias ou sociedades, com diversos socios, fallindo uma, os credores della só podem executar a quota liquida que o socio commum tiver nas companhias ou sociedades solventes, depois de pagos os credoras destas<sup>4</sup>. Esta disposição só tem lugar se as mesmas pessoas formarem diversas companhias ou sociedades: fallindo uma, os credores da massa fallida só têm direito sobre as massas solventes, depois de pagos os credores destas<sup>5</sup>.

1426. Os socios administradores ou gerentes são obrigados a dar contas justificadas da sua administração aos outros socios<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 290.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 291.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 292.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 292.

<sup>5</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 293.

1427. Todas as questões sociaes que suscitarem-se entre os socios durante a existencia da sociedade ou companhia, sua liquidação ou partilha, serão decididas em juizo arbitral<sup>1</sup>.

§ 2.º — *Sua instituição e prova.*

1428. A criação e organização dos bancos, companhias, sociedades anonymas e outras, estão regulados no Decr. n 2711 de 19 de Dezembro de 1860, na vasta comprehensão de todos os seus fins possiveis.

1429. O contracto de qualquer sociedade commercial só póde provar-se por escriptura publica ou particular, salvo nos casos dos ns. 1435 e 1468 infra<sup>2</sup>.

1430. O teor do contracto deve ser lançado no registro do commercio do tribunal do districto em que se houver de estabelecer a casa commercial da sociedade; e se esta tiver outras casas de commercio em diversos districtos, em todos elles terá lugar o registro<sup>3</sup>.

1431. As sociedades estipuladas em paizes estrangeiros com estabelecimento no Brasil são obrigadas a fazer igual registro no tribunal do commercio competente do Imperio, antes de começarem as suas operações<sup>4</sup>.

1432. Enquanto o instrumento do contracto não fôr registrado, não terá validade entre os socios nem contra terceiros, mas dará acção a estes contra todos os socios solidariamente<sup>5</sup>.

1433. A escriptura, ou seja publica ou particular, deve conter:

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 294. Está derogado o juizo arbitral necessario Decr. n. 3900 de 26 de Junho de 1867.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 300.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 301.

<sup>4</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 301.

1.º Os nomes, naturalidades e domicilios dos socios.

2.º Sendo sociedade com firma, a firma por que a sociedade ha de ser conhecida.

3.º Os nomes dos socios que podem usar da firma social ou gerir em nome da sociedade; na falta desta declaração entende-se que todos os socios podem usar da firma social e gerir em nome da sociedade.

4.º Designação especifica do objecto da sociedade, da quota com que cada um dos socios entra para o capital, e da parte que ha de ter nos lucros e nas perdas.

8.º A fórma da nomeação dos arbitros para juizes das duvidas sociaes.

6.º Não sendo a sociedade por tempo determinado, as épocas em que ha de começar e acabar, e a fórma da sua liquidação e partilha.

7.º Todas as mais clausulas e condições necessarias para se determinarem com precisão os direitos e obrigações dos socios entre si e para com terceiro. Toda a clausula ou condição occulta, contraria ás clausulas ou condições contidas no instrumento ostensivo do contracto, é nulla<sup>1</sup>.

1434. Nenhuma acção entre os socios ou destes contra terceiro, que fundar a sua intenção na existencia da sociedade, será admittido em juizo se não fôr logo acompanhada do instrumento probatorio da existencia da mesma sociedade<sup>2</sup>. Esta disposição entende-se somente com os casos em que a obrigação deriva de condições do contracto social, e não quando ella assenta em outro titulo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 302.

<sup>2</sup> Cod. cit. art. 303.

<sup>3</sup> Revista n. 6088 de 14 de Agosto de 1861; Dr. Araujo Costa not. ao art. 303 do Cod.; Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 747.

1435. São porém admissíveis, sem dependencia da apresentação do dito instrumento, as acções que terceiros possam intentar contra a sociedade em commum, ou contra qualquer dos socios em particular<sup>1</sup>.

1436. A existencia da sociedade, quando por parte dos socios se não apresenta instrumento, póde provar-se por todos os generos de prova admittidos em commercio, e até por presumpções fundadas em factos de que existe ou existio sociedade<sup>2</sup>.

1437. Presume-se que existe ou existio sociedade sempre que alguém exercita actos proprios de sociedade, e que regularmente se não costumão praticar sem a qualidade social<sup>3</sup>.

1438. Desta natureza são especialmente:

1.º Negociação promíscua e commum.

2.º Aquisição, alheação, permutação, ou pagamento commum.

3.º Se um dos associados se confessa socio, e os outros o não contradizem por uma fórmula publica.

4.º Se duas ou mais pessoas propõe um administrador ou gerente commum.

5.º A. dissolução da associação como sociedade.

6.º O emprego do pronome nós ou nosso nas cartas de correspondencia, livros, facturas, contas e mais papeis commerciaes.

7.º O facto de receber ou responder cartas endereçadas ao nome ou firma social.

8.º O uso de marca commum nas fazendas ou volumes.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 804.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 304.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 305.

9.º O uso de nome com a addição — e companhia —.

A responsabilidade dos socios occultos é pessoal e solidaria, como se fossem socios ostensivos<sup>1</sup>.

1439. A pessoa que emprestar o seu nome como socio, ainda que não tenha interesses nos lucros da sociedade, será responsavel por todas as obrigações da mesma sociedade, que fôrem contrahidas debaixo da firma social, com acção regressiva contra os socios, mas não responderá a estes por perdas e danos<sup>2</sup>.

1440. Se, expirado o prazo da sociedade celebrado por tempo determinado, esta tiver de continuar, a sua continuação só poderá provar-se por novo instrumento, passado e legalizado com as mesmas formalidades que o da sua instituição. O mesmo terá lugar quando se fizer alguma alteração no contracto primordial<sup>3</sup>.

1441. Quando a sociedade dissolvida por morte de um dos socios tiver de continuar com os herdeiros do fallecido, se entre os herdeiros algum ou alguns fôrem menores, estes não poderão ter parte nella, ainda que sejam autorizados judicialmente, salvo sendo legitimamente emancipados<sup>4</sup>.

1442. Fallecendo sem testamento algum socio que não tenha herdeiros presentes, quer a sociedade deva dissolver-se pela sua morte, quer haja de continuar, o juizo a que compelir a arrecadação da fazenda dos ausentes não poderá entrar na arrecadação dos bens da herança do fallecido que existirem na massa social, nem ingerir-se por fórmula alguma na administração, liquidação e partilha da sociedade; compelindo

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 305.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 306.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 307.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 308.

sómente ao dito juizo arrecadar a quota liquida que ficar pertencendo, á dita herança<sup>1</sup>.

1443. No caso do socio fallecido ter sido o caixa ou gerente da sociedade, ou, quando não fosse, sempre que não houver mais de um socio sobrevivente, e mesmo fóra dos dous referidos casos se o exigir um numero tal de credores que represente metade de todos os creditos, nomear-se-ha um novo caixa ou gerente para a ultimação das negociações pendentes : procedendo-se á liquidação e partilha pela fórmula indicada no § 8 desta secção; com a unica differença de que os credores lerão parte na nomeação da pessoa ou pessoas a quem deve encarregar-se a liquidação<sup>2</sup>.

1444. A nomeação do novo caixa ou gerente será feita pela maioria dos votos dos socios e dos credores reunidos em assembléa, presidida pelo respectivo juiz do commercio; e só poderá recahir sobre socio ou credor que seja commerciante<sup>3</sup>.

1445. As disposições precedentes tem igualmente lugar sempre que algum commerciante que não tenha socios, ou mesmo alguem, ainda que não seja commerciante, fallecer sem testamento nem herdeiros presentes, e tiver credores commerciantes; nomeando-se pela fórmula acima declarada, dous administradores e um fiscal para arrecadar, administrar e liquidar a herança e salisfazer todas as obrigações do fallecido<sup>4</sup>.

1446. Não existindo credores presentes, mas constando pelos livros do fallecido, ou por outros titulos authenticos, que os ha ausentes, serão os dous administradores e fiscal nomeados pelo respectivo juiz do commercio<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 309.

<sup>2</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>3</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 310.

<sup>5</sup> Cit. Cod. *ibidem*, Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 21 § 1º, e art. 23 § 2º ; Regul. n. 738 de 25 de Novembro de 1850, art. 18 § 4, Regul. n. 855 de 8 de Novembro de 1851, art. 9, e Regul. 2343 de 15 de Junho de 1859.

§ 3.º — *Dos sociedades em commandita.*

1447. Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma commerciante, se associão para fim commercial, obrigando-se uns como socios solidariamente responsaveis, e sendo outros simples prestadores de capitaes, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que fôrem declarados no contracto, esta associação tem a natureza de sociedade *em commandita*<sup>1</sup>.

1448. Se houver mais de um socio solidariamente responsavel, ou sejão muitos os encarregados da gerencia, ou um só, a sociedade será ao mesmo tempo em nome colectivo para estes, e *em commandita* para os socios prestadores de capitaes<sup>2</sup>.

1449. Estas sociedades não podem dividir seu capital em acções, e não são admittidos ao registro os instrumentos de contractos dellas contendo a referida condição<sup>3</sup>.

1450. Nas sociedades em commandita não é necessario que se inscreva no registro do commercio o nome do socio commanditario; mas requer-se essencialmente que se declare no mesmo registro a quantia certa do total dos fundos postos em commandita<sup>4</sup>.

1451. A sociedade em commandita é uma sociedade verdadeiramente commercial; está sujeita ás regras de que faz excepção o numero antecedente, que sómente se refere ao registro do teor do contracto, dispensando delle a inscripção do nome do socio commanditario em razão ou natureza especial desta sociedade, em que sómente são responsaveis os socios ostensivos<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 311.

<sup>2</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>3</sup> Decr. n. 1487 de 13 de Dezembro de 1854.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 312.

<sup>5</sup> Av. n. 31 de 16 de Janeiro de 1856.



1452. Na mesma sociedade os socios commanditarios não são obrigados, além dos fundos com que entrão ou se obrigão a entrar na sociedade, nem a repôr, salvo nos casos do art. 828 do Cod. do Com., os lucros que houverem recebido; mas os socios responsaveis respondem solidariamente pelas obrigações sociaes pela mesma fórmula que os socios das sociedades collectivas<sup>1</sup>.

1453. Os socios commanditarios não podem praticar acto algum de gestão, nem ser empregados nos negocios da sociedade, ainda mesmo que seja como procuradores, nem fazer parte da firma social: pena de ficarem solidariamente responsaveis como os outros socios: não se comprehende, porém, nesta prohibição a faculdade de tomar parte nas deliberações da sociedade, nem o direito de fiscalisar as suas operações e estado<sup>2</sup>.

§ 4.º — *Das sociedades em nome colectivo, ou com firma.*

1454. Existe sociedade em nome colectivo, ou com firma, quando duas ou mais pessoas, ainda que algumas não sejam commerciantes, se unem para commerciar em commum debaixo de uma firma social. Não podem fazer parte da firma social nomes de pessoas que não sejam socios commerciantes<sup>3</sup>.

1455. Nas sociedades em nome colectivo, a firma social, assignada por qualquer dos socios gerentes que no instrumento do contracto fôr autorizado para usar della, obriga a todos os socios solidariamente para com terceiros, e a estes para com a sociedade, ainda mesmo que seja em negocio particular seu ou de terceiro; com excepção sómente dos casos em que a firma social fôr empregada em transacções estranhas ao negocio designado no contracto<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 313.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 314.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art 315.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 316.

1456. Não havendo no contracto designação de socio ou socios que tenham faculdade de usar privativamente da firma social, nem algum excluido, presume-se que todos os socios têm direito igual de fazer uso della<sup>1</sup>.

1457. Contra o socio que abusar da firma social dá-se acção de perdas e danos, tanto da parte dos socios, como de terceiro; e, se com o abuso concorrer tambem fraude, ou dolo, este poderá intentar contra elle a acção criminal que no caso couber<sup>2</sup>.

1458. Quando uma firma social é matriculada, só a sociedade collectivamente, e não os socios delia individualmente, goza das prerogativas de negociantes matriculados; mas nas sociedades sendo a firma social composta de commerciantes matriculados, goza esta das mesmas prerogativas que as firmas sociaes matriculadas; porque uma firma assim composta é perfeitamente igual às que depois de formadas são especialmente matriculadas<sup>3</sup>.

§ 5.º — *Da sociedade de capital e industria.*

1459. Diz-se sociedade de capital e industria, aquella que se contrahe entre pessoas que entram por uma parte com fundos necessarios para uma negociação commercial em geral, ou para alguma operação mercantil em particular, e por outra parte com a sua industria sómente<sup>4</sup>.

1460. O socio de industria não póde, salva convenção em contrario, empregar-se em operação alguma commercial, estranha á sociedade: pena de ser privado dos lucros daquela e excluído desta<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 316.

<sup>2</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>3</sup> Av. de 1 de Agosto de 1854, Ass. de 1 de Junho de 1857.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 316.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 317.

1461. A sociedade de capital e industria póde formar-se debaixo de uma firma social, ou existir sem ella. No primeiro caso são-lhe applicaveis todas as disposições consolidadas no § 4º desta Secção<sup>1</sup>.

1462. O instrumento do contracto de sociedade de capital e industria, além das enunciações indicadas no n. 1343, deve especificar as obrigações do socio ou socios que entrarem na associação com a sua industria sómente, e a quota de lucros que deve caber-lhe em partilha. Na falta de declaração no contracto, o socio de industria tem direito a uma quota nos lucros igual á que fôr estipulada a favor do socio capitalista de menor entrada<sup>2</sup>.

1463. A obrigação dos socios capitalistas é solidaria e estende-se além do capital com que se obrigarem a entrar na sociedade<sup>3</sup>.

1464. O socio de industria não responsabilisa o seu patrimonio particular para com os credores da sociedade. Se, porém, além da industria, contribuir para o capital com alguma quota em dinheiro, bens ou effeitos, ou fôr gerente da firma social, ficará constituido socio solidario em toda a responsabilidade<sup>4</sup>.

1465. O socio de industria não é obrigado a repôr, por motivo de perdas supervenientes, o que tiver recebido de lucros sociaes nos dividendos, salvo provando-se dóló ou fraude da sua parte<sup>5</sup>.

1466. Os fundos sociaes em nenhum caso pódem responder nem ser executados por dividas ou obrigações particulares do socio de industria sem capital; mas poderá ser executada a parte dos lucros que lhe couber em partilha<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 318.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 319.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 320.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 321.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 322.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 323.

1467. Competem, tanto aos socios capitalistas, como aos credores sociaes, contra o sucio de industria, todas as acções que a lei faculta contra o gerente ou mandatario infiel ou negligente culpavel<sup>1</sup>.

§ 6.º — *Da sociedade em conta de participação.*

1468. Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma commerciante, se reúnem, sem firma social, para lucro commum, em uma ou mais operações de commercio determinadas, trabalhando um, alguns ou todos em seu nome individual para o fim social, a associação toma o nome de sociedade *em conta de participação*, accidental, momentânea ou anonyma: esta sociedade não está sujeita às formalidades prescriptas para a formação das outras sociedades, e póde provar-se por todo o genero de provas admittidas nos contractos commerciaes<sup>2</sup>.

1469. Na sociedade em conta de participação, o socio ostensivo é o unico que se obriga para com terceiro: os outros socios ficão unicamente obrigados para com o mesmo socio por todos os resultados das transacções e obrigações sociaes comprehendidas nos Termos precisos do contracto<sup>3</sup>.

1470. Na mesma sociedade o socio gerente responsabilisar todos os fundos sociaes, ainda mesmo que seja por obrigações pessoaes, se o terceiro cora quem tratou ignorava a existencia da sociedade; salvo o direito dos socios prejudicados contra o socio gerente<sup>4</sup>.

1471. No caso de quebrar ou fallir o socio gerente, é licito ao terceiro, com quem houver tratado, saldar todas as contas que com elle tiver, posto que abertas sejam debaixo de distinctas designações, com os fundos pertencentes a quaesquer das mesmas contas: ainda que os

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 324.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 325.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 326.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 327.

outros socios mostrem que esses fundos lhes pertencem, uma vez que não provem que o dito terceiro tinha conhecimento, antes da quebra, da existencia da sociedade em conta de participação<sup>1</sup>.

§ 7.º — *Dos direitos e obrigações dos socios.*

1472. As obrigações dos socios começam da data do contracto ou da época nelle designada, e acabão depois que, dissolvida a sociedade, se achão satisfeitas e extinctas todas as responsabilidades sociaes<sup>2</sup>.

1473. Os ganhos e perdas são communs a todos os socios, na razão proporcional dos seus respectivos quinhões no fundo social; salvo se outra cousa fôr expressamente estipulada no contracto<sup>3</sup>.

1474. A maioria dos socios não tem faculdade de entrar em operações diversas das convencionadas no contracto, sem consentimento unanime de todos os socios. Nos mais casos todos os negocios sociaes serão decididos pelo voto da maioria, computado pela fórmula prescripta no art. 486 do Cod. do Com.<sup>4</sup>.

1475. Se o contracto social fôr da natureza daquelles que só valem sendo feitos por escriptura publica, nenhum socio póde responsabilisar a firma social validamente sem autorização especial dos outros socios, outorgada expressamente por escriptura publica<sup>5</sup>.

1476. O socio que, sem consentimento por escripto dos outros socios, applicar os fundos ou effeitos da sociedade para negocio ou uso de conta propria ou de terceiro, será obrigado a entrar para a massa commum com todos os lucros resultantes: e se houve perdas e danos,

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 328.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 329.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 330.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 331.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 332.

serão estes por sua conta particular, além do procedimento criminal que possa ter lugar<sup>1</sup>.

1477. A nenhum dos socios é licito ceder a um terceiro, que não seja socio, a parte que tiver na sociedade, nem fazer-se substituir no exercicio das funcções que nella exercer, sem expresso consentimento de todos os outros socios; pena de nullidade do contracto; mas poderá associa-los á sua parte, sem que por este facto o associado fique considerado membro da sociedade<sup>2</sup>.

*§ 8.º — Da dissolução da sociedade.*

1478. As sociedades reputão-se dissolvidas:

1.º Expirando o prazo ajustado da sua duração.

2.º Por quebra da sociedade ou de qualquer dos socios.

3.º Por mútuo consenso de todos os socios.

4.º Pela morte de um dos socios, salva convenção em contrario a respeito dos que sobreviverem.

5.º Por vontade de um dos socios sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado.

Em todos os casos deve continuar a sociedade, sómente para se ultimarem as negociações pendentes, procedendo-se á liquidação das ultimas<sup>3</sup>.

1479. As mesmas sociedades podem ser dissolvidas judicialmente, antes do periodo marcado no contracto, a requerimento de qualquer dos socios:

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 333.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 334.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 335.

1.º Mostrando-se que é impossivel a continuação da sociedade por não poder preencher o intento e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser sufficiente.

2.º Por inhabilidade de alguns dos socios, ou incapacidade moral ou civil, julgada por sentença.

3.º Por abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociaes, ou fuga de algum dos socios<sup>1</sup>.

1480. A sociedade formada por escriptura publica ou particular deve ser dissolvida pela mesma fórmula de instrumento por que foi celebrada, sempre que o distrato tiver lugar amigavelmente<sup>2</sup>.

1481. O distrato da sociedade, ou seja voluntario ou judicial, deve ser inserto do registro do commercio e publicado nos periodicos do domicilio social, ou no mais proximo que houver, e na falta deste por annuncios affixados nos lugares publicos; pena de subsistir a responsabilidade de todos os socios a respeito de quaesquer obrigações que algum delles possa contrahir com terceiro em nome da sociedade<sup>3</sup>.

1482. O socio que se despedir antes de dissolvida a sociedade ficará responsavel pelas obrigações contrahidas, e perdas havidas até o momento da despedida. No caso de haver lucros a esse tempo existentes, a sociedade tem direito de reter os fundos e interesses do socio que se despedio, ou fôr despedido com causa justificada, até se liquidarem todas as negociações pendentes que houverem sido intentadas antes da despedida<sup>4</sup>.

1483. Depois da dissolução da sociedade, nenhum socio póde validamente pôr a firma social em obrigação alguma, posto que esta fosse

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 336.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 337.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art 338.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 339.

contrahida antes do periodo da dissolução, ou fosse applicada para pagamento de dividas sociaes<sup>1</sup>.

1484. Uma letra de cambio ou da terra, sacada ou aceita por um socio depois de devidamente publicada a dissolução da sociedade, não póde ser accionada contra os outros socios, ainda que o endossado possa provar que tomou a letra em boa fé por falta de noticia, nem ainda mesmo que prove que a letra foi applicada, pelo socio sacador ou aceitante, á liquidação de dividas sociaes, ou que adiantou o dinheiro para uso da firma durante a sociedade, salvos os direitos que ao socio sacador ou aceitante possam competir contra outros socios<sup>2</sup>.

1485. Fazendo-se participação aos devedores, depois de dissolvida a sociedade, de que um socio designado se acha encarregado de receber as dividas activas da mesma sociedade, o recibo passado posteriormente por um dos outros socios não desonera o devedor<sup>3</sup>.

1486. Se, ao tempo de dissolver-se a sociedade, um socio tomar sobre si receber os creditos e pagar as dividas passivas, dando aos outros socios resalva contra toda a responsabilidade futura, esta resalva não prejudica a terceiros, se estes nisso não convierem expressamente; salvo se fizerem com aquelle alguma novação de contracto<sup>4</sup>.

1487. Todavia, se o socio que passou a resalva continuar no gyro da negociação que fazia objecto da sociedade extincta, debaixo da mesma ou de nova firma, os socios que sahirem da sociedade ficarão desonerados inteiramente, se o credor celebrar com o socio que continua a negociar debaixo da mesma ou de nova firma, transacções subsequentes, indicativas de que confia no seu credito<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 340.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art 341.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art 342.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 343.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 343.



§ 9.º — *Da liquidação da sociedade.*

1488. Dissolvida uma sociedade mercantil, os socios autorisados para gerir durante a sua existencia devem operar a sua liquidação debaixo da mesma firma, additada com a clausula — *em liquidação* —; salvo havendo estipulação diversa no contracto, ou querendo os socios, a aprazimento commum ou por pluralidade de votos, em caso de discordia, encarregar a liquidação a algum dos outros socios não gerentes, ou a pessoa de fóra da sociedade<sup>1</sup>.

1489. Os liquidantes são obrigados:

1.º A formar inventario e balanço do capital social nos quinze dias immediatos á sua nomeação, pondo-o logo no conhecimento de todos os socios; pena de poder-se nomear em juizo uma administração liquidadora à custa dos liquidantes se fôrem socios; e não o sendo, não terão direito a retribuição alguma pelo trabalho que houverem feito.

2.º A communicar mensalmente a cada um socio o estado da liquidação, debaixo da mesma pena.

3º Ultimada a liquidação, a proceder immediatamente à divisão e partilha dos bens sociaes, se os socios não accordarem que os dividendos se fação na razão de tantos por cento, á proporção que os ditos bens se fôrem liquidando, depois de satisfeitas todas as obrigações da sociedade<sup>2</sup>.

1490. Não bastando o estado da caixa da sociedade para pagar as dividas exigiveis, é obrigação dos liquidantes pedir aos socios os fundos necessarios, nos casos em que estes fôrem obrigados a presta-los<sup>3</sup>.

1491. Os liquidantes são responsaveis aos socios pelo damno que à massa resultar da sua negligencia no desempenho de suas funcções, e por qualquer abuso dos effeitos da sociedade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit.Cod. art. 344.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 345.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 346.

1492. No caso de omissão ou negligencia culpavel, poderão ser destituídos pelo tribunal do commercio ou pelo respectivo juiz nos lugares fóra da residencia do mesmo tribunal, e não terão direito á paga alguma do seu trabalho: provando-se abuso ou fraude, haverá contra elles a acção criminal que competir<sup>2</sup>.

1493. Acabada a liquidação, e proposta a fórmula da divisão e partilha, e approvada uma e outra pelos socios liquidados, cessa toda e qualquer reclamação da parte destes, entre si reciprocamente e contra os liquidantes<sup>3</sup>.

1494. O socio que não approvar a liquidação ou a partilha é obrigado a reclamar dentro de dez dias depois desta lhe ser communicada; pena de não poder mais ser admittido a reclamar, e de julgar boa a mesma liquidação e partilha<sup>4</sup>.

1495. A reclamação que fôr apresentada em tempo, não se accordando sobre ella os interessados, será decidida por arbitros dentro de outros dez dias uteis, os, quaes o juiz do commercio poderá prorogar por mais dez dias improrogaveis<sup>5</sup>.

1496. Nenhum socio póde exigir que se lhe entregue o seu dividendo enquanto o passivo da sociedade não se achar todo pago ou se tiver depositado quantia sufficiente para o pagamento; mas poderá requerer o deposito das quantias que se fôrem apurando. Esta disposição não comprehende aquelles socios que tiverem feito emprestimos á sociedade, os quaes devem ser pagos das quantias mutuadas pela mesma fórmula que outros quaesquer credores<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 347.

<sup>2</sup> Cit. Cod. *ibidem*, Ass. de 6 de Julho de 1857.

<sup>3</sup> Cod. Com. art. 348.

<sup>4</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>5</sup> Cit. Cod. *ibidem*. Está derogado o juizo arbitral necessario. Decr. de 26 de Junho de 1867.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 349.

1497. Os bens particulares dos socios não podem ser executados por dividas da sociedade senão depois de executados todos os bens sociaes<sup>1</sup>.

1498. Os liquidantes não podem transigir nem assignar compromissos sobre os interesses sociaes sem autorização especial dos socios dada por escripto; pena de nullidade<sup>2</sup>.

1499. Depois da liquidação e partilha definitiva, os livros da escripturação e os respectivos documentos sociaes serão depositados em casa de um dos socios que à pluralidade de votos se escolher<sup>3</sup>.

1500. Nas liquidações de sociedades commerciaes em que houver menores interessados, procederá a liquidação e partilha com seus tutores e com um curador especial que para este fim lhe será nomeado pelo juiz de orphãos; e todos os actos que com os ditos tutores e curador se praticarem serão válidos e irrevogaveis, sem que contra elles em tempo algum se possa allegar beneficio de restituição, fixando unicamente direito salvo aos menores para haverem de seus tutores e curadores os damnos que de sua negligencia culpavel, dolo ou fraude lhes resultarem<sup>4</sup>.

1501. O juizo de orphãos é incompetente para ante elle se proceder à liquidação da sociedade commercial<sup>5</sup>.

## **CAPITULO XII.**

### **Do penhor.**

#### **§ 1.º — Sua noção e caracteres.**

1502. Penhor em geral, tomada esta palavra *subjectivamente* (*jus pignoris*), é o direito real, que ao credor compete sobre certa cousa

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 350.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 351.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 852.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 353.

<sup>5</sup> Revista de 7 de Junho de 1862, n. 6170.

alheia, para maior segurança da divida. Tomada *formalmente*, significa o contracto, pelo qual se constitue este direito (*empenhar*, ou *apenhar* na phrase da Ord.); e *objectivamente* toma-se esta palavra para significar a mesma coisa empenhada<sup>1</sup>.

1503. Penhor propriamente dito é o direito real, que o credor obtem sobre uma coisa movel, que lhe foi entregue para maior segurança da divida<sup>2</sup>.

1504. Para se dar este direito, é necessario conjunctamente a existencia da divida, e a entrega *real* ou *symbolica* da coisa empenhada; de maneira que enquanto se não fez a entrega, ou, se se fez, enquanto não existe a divida, não existe o direito do penhor<sup>3</sup>.

1505. A propriedade e posse civil fica sempre continuando no devedor: para o credor sómente passa a detenção ou posse natural, tanto quanto é necessario para garantia, e mais facil embolso da divida<sup>4</sup>.

1506. O contracto de penhor é *unitaral*, posto que depois de feito possa sobrevir alguma causa de obrigação para o credor pignoratício. É um contracto oneroso, ou antes, um contracto accessorio de contractos onerosos. É um contracto real, porque, como já se disse, não fica perfeito senão depois de ter o devedor entregado ao credor a coisa dada em penhor<sup>5</sup>.

1507. Tal é o motivo da disposição do art. 274 do Cod. do Com., que exige a tradição real ou symbolica do penhor, pelos mesmos modos que na tradição de coisa vendida<sup>6</sup>.

1508. O art. 6º § 6º da novissima lei hypothecaria até admite a tradição resultante da clausula *constituti*, dispondo: — O penhor de escravos

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir.Civ. § 625.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 626.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 626.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 767.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

*pertencentes ás propriedades* agricolas, celebrado com a clausula *constituti* tambem não poderá valer contra os credores hypothecarios, se o titulo respectivo não fôr transcripto antes da hypotheca<sup>1</sup>.

1509. Como o contracto de penhor é *unitaral*, pois que repousa na obrigação inicial em que fica o credor pignoratício de restituir a coisa recebida em penhor, paga a divida, segue-se que sua prova depende sómente do instrumento ou cautela escripta que o credor passa ao devedor para este exigir a restituição. Tal é o escripto assignado por quem recebe o penhor, de que fallão os arts. 271 e 272 do Cod. do Com.<sup>2</sup>

1510. De ser o contracto de penhor um contra o accessorio, que certamente não póde existir sem o contracto principal, não se segue, que o penhor não possa ser constituido antes da obrigação principal, nem que não possa ser constituido depois della. No primeiro caso, se a obrigação principal vem a existir, o penhor antecipadamente constituido aproveita ao credor e produz seus effeitos. No segundo caso, nada ha mais do que caucionar uma divida que primitivamente foi contrahida sem caução, ou que foi contratada sem caução sufficiente<sup>3</sup>.

### § 2.º — *Do penhor civil.*

1511. Podem ser dadas em penhor cousas móveis e immoveis<sup>4</sup>.

1512. A doutrina e a pratica restringem o *penhor propriamente dito* aos objectos móveis. Quando os bens são immoveis, toma o nome de *antichrese*, se o devedor cede o gozo delles para compensação dos juros do dinheiro emprestado. O penhor confere ao credor um *direito real*, do mesmo modo que a hypotheca<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ, *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ, *ibidem*.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 767.

<sup>4</sup> Ord. do Liv. 4º Tit 56, Consolid. das Leis Civ. art 767.

<sup>5</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 767.

1513. Sempre que o objecto fôr corporeo o penhor é possível ainda que seja uma coisa fungível mesmo uma quantia de dinheiro<sup>1</sup>.

1514. Todos os títulos de credito, isto é, os creditos de qualquer natureza corporeamente representados pelos instrumentos de onde constão, podem ser dados em penhor<sup>2</sup>.

1515. O penhor de bens immoveis póde ser feito com a clausula de receber o credor os rendimentos ou fructos, até que seja pago da divida<sup>3</sup>.

1516. Eis a *antichrese*, que a Ord. só permittia entre o foreiro e o senhorio, e que nos mais casos vedava como *contracto usurario*. Ora, não havendo hoje o vicio da usura, a disposição da Ord. generalisa-se<sup>4</sup>.

1517. A novissima lei hypothecaria contempla no art. 6º a *antichrese* como um dos *onus reaes*; mas não póde ser opposta aos credores hypothecarios se o titulo respectivo não tiver sido transcripto antes da hypotheca<sup>5</sup>.

1518. É nulla a alforria de escravos dados em penhor sem consentimento dos credores pignoratícios<sup>6</sup>.

1519. É nulla a clausula de ficar o credor com o penhor para pagamento da divida, sem avaliação alguma, ou sendo a avaliação pelo mesmo credor<sup>7</sup>.

1520. É porém licito ajustar que o credor possa vender o penhor, se a divida não lhe for paga no vencimento<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 767.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 67 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 768.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 768.

<sup>5</sup> Lei 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 6º § 2º.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 767.

<sup>7</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 56 pr. e § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 769.

<sup>8</sup> Ord. Liv. 3º Tit. 78 § 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 770.

1521. Do mesmo é lícito a cláusula de ficar o credor com o penhor pelo seu justo preço<sup>1</sup>.

1522. No caso do número antecedente, vencida a dívida, o penhor será avaliado por dois peritos, escolhidos por ambas as partes, e juramentados, applicando-se então ao pagamento pelo preço da avaliação<sup>2</sup>.

1523. Depois do vencimento da dívida, sendo o penhor de grande preço e a dívida pequena, ou não querendo o credor receber o pagamento, o devedor pôde impedir por intimação judicial a venda do penhor, offerecendo-se logo a pagar<sup>3</sup>.

1524. Se não obstante a intimação judicial o credor fizer vender o penhor, o juiz reduzirá as cousas á seu estado primitivo<sup>4</sup>.

1525. Se fôr nulla a obrigação principal a que o penhor serve de garantia, também será nullo este contracto accessorio<sup>5</sup>.

1526. Como o credor só detém o penhor em segurança da dívida, não pode aproveitar-se d'elle para seus usos, excepto se isso lhe foi expressamente concedido<sup>6</sup>.

1527. Tem o credor o direito a pedir as despesas necessarias e uteis, que fez com o penhor<sup>7</sup>.

1528. O credor é responsavel pela perda ou damno cansado por culpa lata e leve<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 56 pr., Consolid. das Leis Civ. art 771.

<sup>2</sup> Ord. L. 4º Tit. 56 pr., Consolid. das Leis Civ. art 773.

<sup>3</sup> Ord. L. 3º Tit. 78 § 7º, Consolid. das Leis Civ. art. 773.

<sup>4</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 774.

<sup>5</sup> Ord. L. 4º Tit. 48 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 775.

<sup>6</sup> Coelh. da Roc. Dir. Cit. § 628.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>8</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

1529. Se o penhor se perdeu, ou tem diminuido sem sua culpa, póde o credor exigir do devedor melhor penhor, ou o pagamento da divida, ainda que não tenha expirado o prazo<sup>1</sup>.

1530. Poderá o credor sub-empenhar a um terceiro o penhor, que tinha em seu poder? Se o devedor consente não pode haver duvida; mas então se pagar a divida sem dar parte ao segundo credor, a si deve imputar o risco de este o não entregar, enquanto não fôr embolsado<sup>2</sup>.

1531. O credor tem obrigação de restituir o penhor, logo no acto do pagamento, comtanto que seja paga toda a divida; isto é, o capital, juros e despesas da conservação<sup>3</sup>.

1532. Póde, porém, reter pela solução de outra divida do mesmo devedor, contrahida depois, mas exigivel antes do pagamento da primeira<sup>4</sup>.

1533. Sendo muitos os objectos empenhados, o credor não tem obrigação de aceitar o pagamento por partes, e ir restituindo os penhores em proporção, excepto se assim se ajustou<sup>5</sup>.

1534. Da mesma maneira não é obrigado a entregar parte a cada um dos herdeiros do devedor pela solução da respectiva quota da divida; ainda que deve entrega-los áquelle co-herdeiro, que a pagou toda, o qual fica *ipse jure* subrogado no direito do credor<sup>6</sup>.

1535. O credor não pode prescrever o penhor, ainda que o possua por mais de trinta annos, por ser mero detentor, e não ser o titulo suficiente para a transmissão do dominio<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>2</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. not.

<sup>3</sup> Coelh. da Roch. loc. cit. § 629.

<sup>4</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 629.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.



1536. Como ao dono do objecto empenhado fica pertencendo a propriedade e posse civil, pertencem-lhe tambem todos os fructos e rendimentos do penhor, dos quaes o credor lhe deve dar conta; excepto se se estipulou a *antichrese*<sup>1</sup>.

1537. Em favor do devedor continúa a prescripção contra terceiro<sup>2</sup>.

1538. Se o credor abusa do penhor, póde o devedor pedir-lhe caução, ou que seja depositado em poder de outrem<sup>3</sup>.

1539. O penhor acaba não só pela solução ou pagamento da divida, mas tambem: 1º, pela remissão expressa; 2º, pela entrega do penhor, ou quando o credor consentio na sua alienação sem ressalva do seu direito<sup>4</sup>; 3º, pela resolução da propriedade do empenhante, comtanto que o credor ao tempo do empenho fosse sabedor dessa circumstancia<sup>5</sup>; 4º, pelo lapso do tempo, ou existencia da condição determinada<sup>6</sup>; 5º, pela extracção do objecto empenhado, ou sua transformação tal, que mudasse de natureza<sup>7</sup>. Era todos os casos porém, fóra do pagamento, a divida continua<sup>8</sup>.

### § 3.º — Do penhor mercantil.

1540. O contracto de penhor, pelo qual o devedor ou um terceiro por elle, entrega ao credor uma coisa movel em segurança de obrigação commercial, só póde provar-se por escripto assignado por quem recebe o penhor<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Codig. Civ. Franc. art. 2031, Coelh. da Roch. loc. cit. § 630.

<sup>2</sup> L. 16 D. usurp. et usacap., Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Cod. Civ. Franc. art. 2082, Cod. da Pruss. P. 1º Tit. 20 art. 126, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>4</sup> L. 4 § 1, L. 7 § 3, L. 8 § 1 D. *quibus mod. pign.* Coelh. da Roch. loc. cit. § 632.

<sup>5</sup> L. 31 D. *pign. et hypoth.*, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>6</sup> L. 6. D. *quibus mod pign.*, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> L. 8 pr. eod. L. 18 § 3 D. de pign. act., Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>8</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>9</sup> Cod. Com. art. 271.

1541. O escripto deve enunciar com toda a clareza a quantia certa da divida, a causa de que procede, e o tempo do pagamento, a qualidade do penhor, e o seu valor real ou aquelle em que fôr estimado: não se declarando o valor, se estará, no caso do credor deixar de restituir ou de apresentar o penhor quando fôr requerido pela declaração jurada do devedor<sup>1</sup>.

1542. Podem dar-se em penhor bens móveis, mercadorias, e quaesquer outros effeitos, titulos da divida publica, acções de companhias ou empresas, e em geral quaesquer papeis de credito negociaveis em commercio<sup>2</sup>.

1543. O art. 273 do Cod. do Com., consolidado no numero antecedente, quando diz: — *titulas da divida publica, acções de companhias ou empresas, e em geral, quaesquer papeis de credito negociaveis em commercio* — deve ser entendido demonstrativa, e não taxativamente. Todos os titulos de credito, isto é, os creditos de qualquer natureza, corporeamente representados pelos instrumentos de onde constão, podem ser dados de penhor<sup>3</sup>.

1544. A entrega do penhor póde ser real ou symbolica e pelos mesmos modos por que póde fazer-se a tradição da coisa vendida<sup>4</sup>.

1545. Vencida a divida a que o penhor serve de garantia, e não a pagando o devedor, é licito ao credor pignoraticio requerer a venda judicial do mesmo penhor, se o devedor não convier em que se faça de *commum accôrdo*<sup>5</sup>.

1546. O credor que recebe do seu devedor alguma coisa em penhor ou garantia, fica por esse facto considerado verdadeiro depositario

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 272.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 273.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 767.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 274.

<sup>5</sup> Cit. Cod. art. 275.

da coisa recebida, sujeito a todas as obrigações e responsabilidades declaradas no Cap. III, Secç. II — *Do deposito mercantil* —<sup>1</sup>.

1547. Se a coisa empenhada consistir em titulos de credito, o credor que os tiver em penhor entende-se subrogado pelo devedor para praticar todos os actos que sejam necessarios para conservar a validade dos mesmos titulos e os direitos do devedor, ao qual ficará responsavel por qualquer omissão que possa ter nesta parte<sup>2</sup>.

1548. O credor pignoratício é igualmente competente para cobrar o principal e redditos do titulo ou papel de credito empenhado na sua mão, sem ser necessario que apresente poderes geraes ou especiaes do devedor<sup>3</sup>.

1549. Offerecendo-se o devedor a remir o penhor, pagando a divida, ou consignando o preço em juizo, o credor é obrigado à entrega immediata do mesmo penhor; pena de se proceder contra elle como depositario remisso<sup>4</sup>.

1550. O credor pignoratício, que por qualquer modo alhear ou negociar a coisa dada em penhor ou garantia, sem para isso ser autorizado por condição ou consentimento por escripto do devedor, incorrerá nas penas do crime de estellionato<sup>5</sup>.

1551. Sobre o processo para remissão e excussão do penhor, vejão-se os arts. 281 até 288 do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850; e a respeito dos estabelecimentos de emprestimos sobre penhores, consulte-se o Decr. n. 2692 de 14 de Novembro de 1860.

---

<sup>1</sup> Cod. Com. art. 276.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 377.

<sup>3</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>4</sup> Cit Cod. art. 278.

<sup>5</sup> Cod. Com. art. 279.

## CAPITULO XIII.

### Do jogo, apostas e loterias.

#### § 1.º — *O que seja.*

1552. O *jogo*, considerado como contracto, é aquelle em que duas ou mais pessoas promettem reciprocamente uma somma ao outro, a quem fôr favoravel certo azar, ou nelle entre a industria, ou não<sup>1</sup>.

1553. A *loteria* contém uma especie de *jogo*. A *aposta* é aquelle em que se faz igual promessa no caso de existir, ou se praticar certo facto ainda incerto<sup>2</sup>.

1554. Pertencem à classe dos *contractos aleatorios*<sup>3</sup>.

#### § 2.º — *Se delle resulta acção.*

1555. O jogo é apenas tolerado como divertimento; e por isso: 1º, ainda que seja licito, não resulta ao vencedor acção para pedir o que ganhou, e não recebeu no mesmo acto<sup>4</sup>; 2º, mas tambem, ainda que seja prohibido, não tem o que perdeu, acção para repetir a perda, que satisfez, excepto se houve dolo da parte de quem ganhou<sup>5</sup>. O mesmo é applicavel á aposta<sup>6</sup>.

#### § 3.º — *Disposições futuras sobre este contracto.*

1556. Prohibe-se demandar em juizo por dividas de jogo ou aposta, que não provenhão de exercicios de força ou destreza, armas, corridas, regatas, e outros jogos ou apostas semelhantes; comtanto que não tenha havido contravenção de alguma lei ou regulamento policial<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 874.

<sup>2</sup> Mell. Liv. 4º Tit. 3º §§ 24 e 25, Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>3</sup> Cod. da Austr. art. 1267, Coelh. da Roch. loc. cit. § 873.

<sup>4</sup> Lobão Not. a Mell. L. 1º Tit. 10 § 20 n. 4.

<sup>5</sup> Coelh. da Roch. Dir.; Civ. § 676.

<sup>6</sup> Coelh. da Roch. *ibidem*.

<sup>7</sup> Dr. Teixeira de Freitas, Cod. Civ. (Esboço) art. 2272.

1557. Esta proibição é extensiva a dividas de jogo ou apostas disfarçadas em emprestimo, ou em outro contracto, sem que se possa allegar que houve novação; salvo, porém, o prejuizo de terceiros, que em boa fé tenham adquirido os titulos creditorios<sup>1</sup>.

1558. Prohibe-se tambem repetir o que se tenha pago voluntariamente em virtude de dividas de jogo ou aposta, ainda mesmo que o jogo tenha sido da classe dos prohibidos, salvo nos seguintes casos:

1.º Quando houve dolo da parte de quem ganhou, se o jogo foi da classe dos exceptuados no n. 1558.

2.º Quando os representantes necessarios dos menores, ou de outros incapazes, reclamarem o que essas pessoas houverem perdido<sup>2</sup>.

1559. Haverá dolo no jogo ou aposta, quando quem ganha já tinha a certeza deste resultado, ou empregou algum artificio para consegui-lo. Se tiver havido dolo da parte de quem perdeu, nenhuma reclamação será attendida<sup>3</sup>.

1560. Pela reclamação a que tem direito os representantes necessarios de pessoas incapazes estão obrigados, não só os que ganharão, senão tambem aqueles em cujas casas o jogo teve lugar; sendo uns e outros considerados devedores solidarios<sup>4</sup>.

1561. No caso do n. 1560, membro 1º, terá direito quem houver perdido, não só para repetir o que voluntariamente pagou ou deu de signal, senão tambem para oppôr-se ao pagamento da perda<sup>5</sup>.

1562. Reputar-se-hão apostas, e serão julgadas pelas disposições antecedentes, as negociações de agiotagem prohibidas. Não

---

<sup>1</sup> Cit Dr. Teixeira de Freitas, loc. cit. art. 2273.

<sup>2</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 2274.

<sup>3</sup> Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 2275.

<sup>4</sup> Cit. Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 2276.

<sup>5</sup> Cit. Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 2277.

será attendida qualquer acção em juizo, nem haver a entrega dos titulos ficticiamente vendidos, nem para haver qualquer differença de preço ou indemnisação de prejuizo. Mas não será tambem attendida qualquer acção em juizo para o fim de repetir-se o que voluntariamente pagou-se por motivo de taes negociações<sup>1</sup>.

1563. A sorte julgar-se-ha tambem pelas disposições antecedentes, se a ella se recorrer por aposta, ou como jogo. Se, porém, teve por fim dividir cousas communs, ou terminar questões, produzirá no primeiro caso os effeitos de uma *partilha*, e no segundo caso os de uma *transacção*; comtanto que tenha precedido contracto em fórmula legal<sup>2</sup>.

1564. As loterias e rifas que não fôrem autorisadas por lei, ou pelo governo, ainda mesmo que corraõ annexas a loterias autorisadas, serão julgadas contractos nullos entre os empresarios dellas e os partidores dos bilhetes, e nenhuma acção darão em juizo<sup>3</sup>.

1565.No mesmo caso, embora não haja emissão de bilhetes, estão os contractos destinados a abrir concurso de compradores ou de adquirentes a qualquer titulo, entregando à sorte, ou fazendo depender da sorte, a indicação delles<sup>4</sup>.

1566. As loterias autorisadas serão julgadas, quanto aos direitos e obrigações entre os empresarios e os portadores de bilhetes, pelos planos das suas respectivas autorisações<sup>5</sup>.

1567.Os bilhetes dessas loterias provarão o contracto, e serão considerados títulos pagaveis ao portador<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ.(Esboço) arr. 2278.

<sup>2</sup> Cit. Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. loc. cit. art. 2279.

<sup>3</sup> Cit. Dr. Teix. de Freitas. loc. cit. art. 2280.

<sup>4</sup> Cit Dr. Teix. de Freitas. ibidem.

<sup>5</sup> Dr. Teix. de Freitas. Cod. Civ. (Esboço) art. 2281.

<sup>6</sup> Cit. Dr. Teix. de Freitas. ibidem.

## CAPITULO XIV.

### Da fiança.

#### § 1.º — *Noção e especies de fiança.*

1568. Fiança é a promessa que faz uma ou mais pessoas, de satisfazer a obrigação de um terceiro, para melhor segurança do credor<sup>1</sup>.

1569. A fiança é *legal, judicial, ou convencional*. Fiança *legal* é a que a lei determina antes de começar algum acto, ou antes de entrar na posse de alguma cousa, como no caso da entrega dos bens do ausente, e outros semelhantes. Fiança *judicial* é a que é ordenada pelo juiz, ou de seu officio, ou a requerimento de parte, como no caso da Ord. do Liv. 3º Tit. 31 § 4º, Tit. 5º princ. e varias outras. Fiança *convencional* é a dos contractos, de que trata a Ord. do Liv. 4º Tit. 59<sup>2</sup>.

1570. A fiança é um contracto accessorio, suppõe a existencia de uma divida ou obrigação<sup>3</sup>.

#### § 2.º — *Da fiança segundo o direito civil.*

1571. As questões derivadas de fianças convencionaes são da competencia do poder judicial; salvo se fôrem relativos a contractos celebrados com a administração da fazenda, que tenham por objecto quaesquer rendas, e obras ou serviços publicos a cargo da mesma administração<sup>4</sup>.

---

1 Coelh. da Roch. Dir. Civ. § 880.

2 Ord. do Liv. 4º Tit. 48 § 1º Consolid. das Leis Civ. art. 776, e not. ao mesmo art.

3 Coelh. da Roch. Dir. Cir. § 881.

4 Decr. n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859, art. 1º § 2º, Consolid. das Leis, not. ao art. 776.

1572. Nas fianças legaes e judiciaes o fiador, além de ter a livre administração de seus bens, deve possuir bens de raiz livres e desembargados na mesma comarca ou termo onde se obriga<sup>1</sup>.

1573. A posse dos bens de raiz suficientes mostra-se ordinariamente por conhecimentos ou certidões da decima urbana, e nos outros casos, pela exhibição dos titulos de propriedade. A prova de se acharem livres e desembargados os bens, faz-se por certidões negativas do registro das hypothecas<sup>2</sup>.

1574. Pelo facto da junção de taes certidões negativas, não se segue que a fiança fique convertida em hypotheca. Para que os bens do fiador se repute hypothecados, é necessario que elle tenha convencionado a hypotheca, e por escriptura publica em conformidade do art. 4º § 6º da novissima lei hypothecaria. *Não só o fiador* (palavras do art. 2º §7º dessa lei), *porém tambem qualquer terceiro, póde hypothecar seus bens pela obrigação alheia*<sup>3</sup>.

1575. São fiadores legaes e solidarios dos arrematantes de rendas publicas, os socios presentes e futuros das arrematações, e os que nellas tiverem interesse, ainda que não assignem os contractos<sup>4</sup>.

1576. Nestas fianças as testemunhas de abonação supprem as faltas dos fiadores<sup>5</sup>. Assim se tem entendido e praticado, posto que o Alv. de 2 de Junho de 1774 trata da arrematação de commendas, vagas quando os arrematantes não tenham fiador<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 1º Tit. 62 § 38, Cod. do Proc. Crim. art. 107, Lei de 3 de Dezembro de 1841 art. 46, Regul. n. 120 de 31 de Janeiro de 1342 art. 303, Consolid. das Leis Civ. art. 777.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 777.

<sup>3</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 777.

<sup>4</sup> Lei de 22 de Dezembro de 1761 Tit. 2º § 31, Consolid. das Leis Civ. art. 778.

<sup>5</sup> Alv. de 2 de Junho de 1774 § 14, Consolid. das Leis Civ. art. 779.

<sup>6</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 779.



1577. As fianças judiciais são sempre prestadas e assignadas com duas testemunhas abonatorias, e a abonação vem a ser *reforço de fiança*<sup>1</sup>.

1578. A respeito da fiança prestada por homem casado sem outorga da mulher guardar-se-ha a doutrina dos ns. 1579, 1580 e 1581 *infra*<sup>2</sup>.

1579. No regimen da communhão, a fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher não obriga a meação desta<sup>3</sup>. Segue-se a *contrario sensu* que a fiança prestada pelo marido com outorga da mulher obriga a meação desta, e portanto não aproveita á mulher casada neste caso o beneficio Velleiano<sup>4</sup>.

1580. Quando a fiança fôr prestada em arrematação de rendas publicas, e sem outorga da mulher, obrigará todos os bens móveis do casal; e quanto aos immoveis, sómente a meação do marido<sup>5</sup>.

1581. No regimen dotal a fiança não obriga os bens que pelo contracto pertencem á mulher. Esses bens ficarão sempre salvos<sup>6</sup>.

1582. As mulheres não podem ser fiadoras, nem tomar sobre si obrigações alheias<sup>7</sup>.

1583. Quando venhão a contrahir taes fianças, e responsabilidades por factos alheios, concede-se-lhes o *beneficio de exoneração* para que não sejam prejudicadas<sup>8</sup>. Tal beneficio só aproveita

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. *ibidem*.

<sup>2</sup> Regim. da fazenda de 17 de Outubro de 1516, Cap. 170, Ord. do Liv. 4º Tit. 60, Consolid. das Leis Civ. art. 780.

<sup>3</sup> Ord. Liv. 4º. Tit. 60, Consolid. das Leis Civ. art. 131.

<sup>4</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 181.

<sup>5</sup> Cit. Ord. *ibidem*., Reg. cit. da fazenda de 17 de Outubro de 1516 Cap. 170, Consolid. das Leis Civ. art. 132.

<sup>6</sup> Cit. Ord. *ibidem* , Consolid. das Leis Civ. art. 133.

<sup>7</sup> Cit. Ord. Tit. 61 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 781.

<sup>8</sup> Ord. cit. e § 10, Consolid. das Leis Civ. art. 784.

às mulheres solteiras, e não às casadas quando prestarem fianças com seus maridos<sup>1</sup>.

1584. Não gozão as mulheres deste beneficio:

1.º Quando afiançarem promessas de dote para casamento<sup>2</sup>.

2.º Quando enganarem o credor fingindo-se homem com trajos disfarçados ou inculcando-se herdeiras do devedor<sup>3</sup>.

3.º Quando fôrem herdeiras de outrem, e renovarem em si a obrigação de seu antecessor<sup>4</sup>.

4.º Quando se obrigarem a pagar a seus fiadores o que estes pagarão por ellas<sup>5</sup>.

5.º Quando fôrem herdeiras no todo ou em parte daquelle a quem afiançárão<sup>6</sup>.

6.º Quando receberem do devedor afiançado a quantia ou objecto da fiança<sup>7</sup>.

7.º Quando fôrem commerciantes<sup>8</sup>.

1585. Nestes casos em que as mulheres não gozão do *beneficio da exoneração* podem usar do *beneficio* da restituição, se fôrem menores ao tempo da responsabilidade<sup>9</sup>.

1586. O *beneficio de exoneração* concedido às mulheres, não póde ser por ellas renunciado, salvo quando se obrigarem como tutoras

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao art. 782.

<sup>2</sup> Ord. liv, 4º Tit. 61 § 3º, Consolid. das Leis Civ. art. 783 § 1º.

<sup>3</sup> Cit. Ord. *ibidem* Consolid. das Leis Civ. Art. 783 § 2º.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 783 3º.

<sup>5</sup> Cit. *ibidem*. Consolid. das Leis Civ. Art. 783 § 4º.

<sup>6</sup> Cit. Ord. § 5º Consolid. das Leis Civ. Art. 783 § 5º.

<sup>7</sup> Cit. Ord. § 6º, Consolid das Leis Civ. art. 783 § 6º.

<sup>8</sup> Ass. de 2 de Dezembro de 1791. Consolid. das Leis Civ. art. 783 § 7º.

<sup>9</sup> Cit. Ord. § 7º, Consolid das Leis Civ. art. 784.

ou curadoras de seus filhos ou netos , em conformidade da Ord. do Liv. 4º Tit. 102 § 3º<sup>1</sup>.

1587. Não podem ser fiadores os thesoureiros, recebedores e collectores da fazenda publica; e serão nullas as escripturas de fiança que assignarem<sup>2</sup>.

1588. Não podem ser fiadores das rendas publicas os devedores da mesma fazenda, e todos os que se acharem para com ella constituidos em obrigação pecuniaria<sup>3</sup>.

1589. O fiador não póde ser demandado antes do devedor principal e de executados os bens deste; o que tambem procede nas execuções fiscaes<sup>4</sup>.

1590. Cessa este beneficio de *ordem* ou *excussão*:

1.º Se o fiador expressamente o renuncia<sup>5</sup>.

2.º Se, posto que o não renunciasse expressamente, obrigou-se como *principal pagador*<sup>6</sup>.

3.º Se, tendo negado a qualidade de fiador, fôr della convencido<sup>7</sup>.

4.º Se se provar que o devedor nada tem por onde satisfaça<sup>8</sup>.

5.º Se o devedor estiver ausente do termo de seu domicilio<sup>9</sup>.

6.º Nas fianças commerciaes<sup>10</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 61 § 9, Consolid. das Leis Civ. art. 785.

<sup>2</sup> Reg. de 17 de Outubro de 1516 Cap. 196, Consolid. das Leis Civ. art. 786.

<sup>3</sup> Decr. de 3 de Agosto de 1790, Consolid. das Leis Civ. Art. 787.

<sup>4</sup> Ord. cit. Tit. 59 princ e Tit. 61 § 8º. Quanto ás execuções fiscaes, Ord. do Liv. 2º Tit. 52 § 4º, Consolid. das Leis Civ. art 788.

<sup>5</sup> Cit. Ord. Liv. 4º Tit. 59 § 2º Consolid. das Leis Civ. art. 789 § 1º.

<sup>6</sup> Cit. Ord. § 3º. Consolid das Leis Civ, art. 789 § 2º.

<sup>7</sup> Ord. Liv. 4º Til. 59 § 1º, Consolid. das Leis Civ. art. 789 §3º.

<sup>8</sup> Cit. Ord. princ., Consolid. das Leis Civ. art. 789 § 4º.

<sup>9</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 789 § 5º.

<sup>10</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 789 § 6º.

7.º Nas fianças de rendas publicas<sup>1</sup>. Assim se tem entendido a Lei de 22 de Dezembro de 1761 , Tit. 2º § 31, depois que o Decr. do 1º de Setembro de 1779 tornou a admittir as fianças<sup>2</sup>.

1591. No caso do 5º membro do numero antecedente o fiador poderá requerer a concessão de um prazo para fazer citar ao devedor e trazê-lo a juízo<sup>3</sup>.

1592. Sendo dous ou mais os fiadores, não poderão allegar o *beneficio da divisão*; e cada um delles fica *in solidum* obrigado, e sujeito a ser demandado por toda a divida<sup>4</sup>.

1593. Podem porém os co-fiadores prevenir no contracto a parte pela qual fica obrigado cada um delles<sup>5</sup>.

1594. Nas fianças judiciaes o credor póde executar o fiador pela mesma sentença que obtiver contra o devedor<sup>6</sup>.

1595. O fiador judicial goza do mesmo beneficio que pelo n. 1589 é concedido aos fiadores de contractos<sup>7</sup>.

1596. Estando ausente o devedor, se o fiador mostrar bens desembargados e sufficientes para o pagamento, nesses bens correrá a execução, e ficará, livre o fiador<sup>8</sup>.

1597. Pagando o fiador, fica subrogado no direito e acção do credor para haver do devedor a quantia paga, com todas as perdas e interesses<sup>9</sup>.

1598. Todas as vezes que a obrigação principal fôr nulla, será tambem nulla a obrigação accessoria do fiador<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Consolid. das Leis Civ. art. 789 § 7º.

<sup>2</sup> Consolid. das Leis Civ. not. ao § 7º do art. 789.

<sup>3</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 59 princ, Consolid. das Leis Civ. art. 790.

<sup>4</sup> Cit. Ord. § 4º, Consolid. das Leis Civ. art. 791.

<sup>5</sup> Ord. Liv. 4º Tit. 59 §4º, Consolid. das Leis Civ. art. 792.

<sup>6</sup> Ord. do Liv. 3º, Tit. 92, e Tit. 84 § 4º. Consolid. das Leis Civ. art. 793.

<sup>7</sup> cit Ord. Tit. 92, Consolid, das Leis Civ. art. 794.

<sup>8</sup> Cit. Ord. *ibidem*, Consolid. das Leis Civ. art. 795.

<sup>9</sup> Ord. do Liv. 3º Tit. 92 *in fine* Consolid. das Leis Civ. art. 796.

§ 3.º — *Da fiança mercantil.*

1599. Para que a fiança possa ser reputada mercantil, é indispensavel que o afiançado seja commerciante, e a obrigação afiançada derive de causa commercial, embora o fiador não seja commerciante<sup>2</sup>.

1600. A fiança só póde provar-se por escripto: abrange sempre todos os accessorios da obrigação principal, e não admitte interpretação extensiva a mais do que precisamente se comprehende na obrigação assignada pelo devedor<sup>3</sup>.

1601. Toda a fiança commercial é solidaria: nas que se prestão judicialmente, as testemunhas de abonação ficão todas solidariamente obrigadas na falta do fiador principal<sup>4</sup>.

1602. A obrigação do fiador passa a seus herdeiros, mas a responsabilidade da fiança é limitada ao tempo decorrido até o dia da morte do fiador, e não póde exceder as forças da sua herança<sup>5</sup>.

1603. O fiador mercantil póde estipular do afiançado uma retribuição pecuniaria pela responsabilidade da fiança; mas estipulando retribuição, não póde reclamar o beneficio da desoneração permittido no n. 1606<sup>6</sup>.

1064. O fiador que pagar pelo devedor fica subrogado em todos os direitos e acções do credor.

Havendo mais fiadores, o fiador que pagar a divida terá acção contra cada um delles, pela porção correspondente, em rateio geral; se algum fallir, o rateio do quinhão deste terá lugar por todos os que se acharem solventes<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Ord. do Liv. 4º Tit. 48 § 1º, Tit. 50 § 2º, Tit. 67 § 8º Consolid. das Leis Civ. art. 797.

<sup>2</sup> Cod. Com. art. 256.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 257.

<sup>4</sup> Cit. Cod. art. 258.

<sup>5</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

<sup>6</sup> Cit. Cod. art. 259.

<sup>7</sup> Cod. Com. art. 260

1605. Se o fiador fôr executado com preferencia ao devedor originario, poderá offerecer á penhora os bens deste, se os tiver desembargados; mas se contra elles apparecer embargos ou opposição, ou não fôrem sufficientes, a execução ficará correndo nos proprios bens do fiador, é effectivo embolso do exequente<sup>1</sup>.

1606. O fiador fica desonerado da fiança, quando o credor, sem o seu consentimento ou se lhe ter exigido o pagamento, concede ao devedor alguma prorrogação de termo, ou faz com elle novação do contracto; e póde desonerar-se da fiança que tiver assignado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier; ficando todavia obrigado por todos os effeitos da fiança anterior ao acto amigavel ou sentença por que fôr desonerado<sup>2</sup>.

1607. Desonerando-se, morrendo ou fallindo o fiador, o devedor originario é obrigado a dar nova fiança ou a pagar immediatamente a divida<sup>3</sup>.

#### § 4.º — *Das cartas de credito.*

1608. As cartas de credito devem necessariamente contrahir-se a pessoa ou pessoas determinadas, com limitação da quantia creditada: o commerciante que a escreve e abre o credito fica responsavel ao creditado até á concorrência da somma abonada<sup>4</sup>.

1609. As cartas que não abrirem credito pecuniario com determinação do maximo, presumem-se meras cartas de recommendação, sem responsabilidade de quem as escreveu<sup>5</sup>.

FIM.

---

<sup>1</sup> Cit. Cod. art. 261.

<sup>2</sup> Cit. Cod. art. 262.

<sup>3</sup> Cit. Cod. art. 263.

<sup>4</sup> Cod. Com. art. 264.

<sup>5</sup> Cit. Cod. *ibidem*.

## **INDICE**

---

### **TITULO I.**

#### **DOS CONTRACTOS EM GERAL.**

	Pag.
Capitulo I. Observações geraes .....	2
§ 1.º Definição de contracto .....	2
§ 2.º Sua classificação .....	3
§ 3.º Seus essenciaes .....	5
Capitulo II. Da capacidade .....	6
§ 1.º Quaes as pessoas capazes de contractar .....	6
§ 2.º Quaes as incapazes .....	7
Capitulo III. Do consentimento .....	11
§ 1.º Seus caracteres e razão .....	11
§ 2.º Dos vicios do consentimento.....	16
Capitulo IV. Do objecto dos contractos .....	21
§ 1.º O que é objecto do contracto .....	21
Capitulo V. Da forma dos contractos .....	24
§ 1.º Razão legal da forma .....	24
§ 2.º Regra que se segue .....	25

§ 3.º Do estatuto do lugar em que se passa o acto, quanto á sua fórmula .....	26
§ 4.º Excepções á regra antecedente .....	28
Capitulo VI. Da prova dos contractos.....	30
§ 1.º Pelo direito civil.....	30
§ 2.º Pelo direito commercial.....	35
Capitulo VII. Das escripturas .....	36
§ 1.º Seus requisitos .....	36
§ 2.º Clausulas reprovadas nas escripturas.....	42
§ 3.º Das penas convencionaes.....	44
Capitulo VIII. Do tempo e lugar dos contractos.....	46
§ 1.º Do tempo . . . . .	46
§ 2.º Do lugar . . . . .	49
Capitulo IX. Das garantias dos contractos .....	51
§ 1.º O que é garantia.....	51
§ 2.º Quando tem lugar .....	51
Capitulo X. Da interpretação dos contractos .....	52
§ 1.º pelo direito civil .....	52
§ 2.º Pelo direito commercial.....	54
Capitulo XI. Dos effeitos dos contractos .....	56
§ 1.º No estado presente .....	56



§ 2.º Segundo o futuro Código Civil.....	56
Capítulo XII. Da nulidade dos contratos .....	59
§ 1.º Da nulidade em geral.....	59
§ 2.º Nos contratos comerciais .....	60

## ***TÍTULO II.***

### ***DOS CONTRATOS EM PARTICULAR***

Capítulo I. Das doações .....	65
§ 1.º Noção de doação e sua natureza .....	65
§ 2.º Sua classificação .....	67
Secção I. Da doação inter vivos .....	67
§ 1.º Que pessoas podem doar e a quem .....	67
§ 2.º Quais bens podem ser doados .....	69
§ 3.º Forma externa.....	71
§ 4.º Da insinuação e seu processo.....	72
§ 5.º Da revogação das doações.....	76
Secção II. Da doação causa mortis .....	80
§ 1.º Qual é a doação causa mortis.....	80
§ 2.º Quem pode, e que bens, doar causa mortis .....	81
§ 3.º Forma externa das doações causa mortis.....	82
§ 4.º Porque causas se revoga.....	82
Secção III. Das doações para casamento .....	83

§ 1.º Observações geraes .....	83
§ 2.º Sua fôrma.....	84
§ 3.º Efeitos desta doação, sendo causa mortis .....	84
Secção IV. Das doações entre esposos c entre marido e mulher .....	85
§ 1.º Das doações entre esposos .....	85
§ 2.º Das doações entre marido e mulher .....	85
Capitulo II. Dos empréstimos .....	86
§ 1.º Observações geraes.....	86
§ 2.º Do mutuo .....	87
§ 3.º Do commodato .....	94
Capitulo III. Do deposito.....	98
§ 1.º Do deposito em geral .....	98
§ 2.º Do deposito propriamente dito .....	98
§ 3.º Pessoas que podem contractar o deposito.....	101
§ 4.º Obrigações do depositario .....	101
§ 5.º Obrigações do depositante .....	106
Secção I. Do sequestro .....	106
§ 1.º Do que é sequestro e suas especies .....	106
§ 2.º Onde se faz o deposito judicial .....	108
§ 3.º Direitos e obrigações do depositario judicial .....	110
Secção II. Do deposito mercantil .....	113

§ 1.º Sua natureza .....	113
§ 2.º Disposições sobre o depósito mercantil.....	114
Capítulo IV. Do mandato.....	120
§ 1.º O que seja mandato.....	120
§ 2.º Natureza deste contrato.....	120
§ 3.º Seu objecto .....	121
§ 4.º Sua forma .....	123
§ 5.º Das obrigações do mandatário .....	127
§ 6.º Obrigações do mandante .....	130
§ 7.º Como acaba o mandato .....	131
§ 8.º Do procurador in rem propriam .....	133
Capítulo V. Da negotiorum-gestão .....	134
§ 1.º O que seja .....	134
§ 2.º Das obrigações do gestor.....	135
§ 3.º Obrigações do dono do negócio .....	135
Capítulo VI. Do mandato, e comissão mercantil .....	136
Secção I. Do mandato .....	136
§ 1.º Observações sobre este contrato.....	136
§ 2.º Sua forma e efeitos.....	138
§ 3.º Direitos e obrigações do mandatário .....	139
§ 4.º Obrigações do committente .....	141

§ 5.º Como acaba o mandato mercantil .....	142
Secção II. Da comissão .....	143
§ 1.º O que seja .....	143
§ 2.º Direito e obrigações .....	143
§ 3.º Dos direitos e obrigações do committente .....	148
Capitulo VII. Da compra e venda .....	149
§ 1.º Observações .....	149
§ 2.º Pessoas que não podem vender.....	153
§ 3.º Pessoas que não podem comprar.....	154
§ 4.º Causas que se não podem vender .....	155
§ 5.º Do preço .....	158
§ 6.º Obrigações do vendedor .....	161
A — Em quanto á entrega.....	161
B — Em quanto á evicção .....	163
C — Da autoria.....	167
D — Dos vícios redhibitorios.....	168
§ 7.º Obrigações do comprador .....	172
§ 8º Do perigo ou commodo da coisa vendida .....	174
§ 9.º Condições mais usuais da compra e venda .....	176
§ 10.º Efeitos da compra e venda .....	181
Secção I. Da compra e venda mercantil .....	186

§ 1.º Observações .....	186
§ 2.º Direitos e obrigações do vendedor e comprador .....	189
Secção II. Vendas diversas.....	194
§ 1.º Da venda da herança .....	194
§ 2.º Da venda coacta . .....	195
§ 3.º Da venda judicial.....	198
Secção III. Da Siza.....	200
§ 1.º Dos objectos sujeitos á siza .....	200
§ 2.º Da isenção da siza .....	207
§ 3.º Onde deve ser paga a siza .....	209
§ 4.º Por quem é paga a siza .....	211
§ 5.º Da restituição da siza .....	211
Capitulo VIII. Da troca ou escambo.....	213
§ 1.º O que seja .....	213
§ 2.º Direitos e obrigações dos permutantes .....	214
§ 3.º Do escambo ou troca mercantil .....	214
Capitulo IX. Da emphyteuse .....	215
§ 1.º Noção de emphyteuse .....	215
§ 2.º Natureza deste contracto .....	216
§ 3.º Bens que não podem ser aforados .....	217
§ 4.º Quem não póde tomar de aforamento .....	217

§ 5.º Preferencia nos aforamentos de terrenos de marinha ....	218
§ 6.º Solemnidades e prova deste contracto .....	220
§ 7.º Extincção da emphyteuse .....	220
Secção I. Dos direitos dos senhorios .....	221
§ 1.º Canon, ou fôro .....	221
§ 2.º Direito de opção. ....	224
§ 3.º Laudemio .....	227
§ 4.º Direito de consolidação.....	229
Secção II. Direitos e obrigações dos foreiros.....	232
§ 1.º Dos direitos .....	232
§ 2.º Das obrigações.....	233
Secção III. Da successão nos bens de prazo .....	234
§ 1.º Nos prazos vitalícios .....	234
§ 2.º Nos prazos fideiúrgicos .....	235
Capitulo X. Da locação.....	235
§ 1.º O que é locação.....	235
§ 2.º Do arrendamento e aluguel.....	237
§ 3.º Da empreitadia .....	245
§ 4.º Dos officiaes e jornaleiros. ....	249
§ 5.º Dos criados.....	250
§ 6.º Dos aprendizes.....	252

§ 7.º Da locação de serviços de estrangeiros.....	254
§ 8.º Da locação mercantil. ....	261
Capitulo XI. Das sociedades .....	265
Secção preliminar. Observações.....	265
§ 1.º Definições e essenciaes da sociedade .....	265
§ 2.º Sua classificação. ....	266
Secção 1. Das sociedades civis... ..	268
§ 1.º Sua Fórma .....	268
§ 2º Direitos e obrigações dos socios .....	268
§ 3.º Da dissolução .....	280
Secção II. Das companhias e sociedades commerciaes .....	273
§ 1.º Observações geraes.....	273
§ 2.º Sua Instituição e prova .....	275
§ 3.º Das sociedades em commandita .....	280
§ 4.º Das sociedades em nome colectivo, ou com fôrma .....	281
§ 5.º Da sociedade de capital e industria .....	282
§ 6.º Da sociedade em conta de participação .....	284
§ 7.º Dos direitos e obrigações dos socios .....	285
§ 8.º Da dissolução da sociedade.....	286
§ 9.º Da liquidação da sociedade .....	289
Capitulo XII. Do penhor .....	291



§ 1.º Sua noção e caracteres . . . . .	291
§ 2.º Do penhor civil . . . . .	293
§ 3.º Do penhor mercantil . . . . .	297
Capitulo XIII. Do jogo, apostas e loterias . . . . .	300
§ 1.º O que seja . . . . .	300
§ 2.º Se delle resulta accção . . . . .	300
§ 3.º Disposições futuras sobre este contracto . . . . .	300
Capitulo XIV. Da fiança . . . . .	303
§ 1º Noção e especies de fiança . . . . .	303
§ 2.º Da fiança segundo o direito civil . . . . .	303
§ 3.º Da fiança mercantil . . . . .	309
§ 4.º Das cartas de credito . . . . .	310